A REPÚBLICA POPULAR DA MONGÓLIA

DA LIBERTAÇÃO NACIONAL À DEMOCRACIA SOCIALISTA

MUNDO SOCIALISTA

REPÚBLICA POPULAR DA MONGÓLIA

MUNDO SOCIALISTA
N.º 14

JACQUES LEGRAND

REPÚBLICA POPULAR DA MONGÓLIA

da libertação nacional à democracia socialista

Distribuidor no Brasil:

Livraria Martins Fontes
Praça da Independência, 12
Santos — S. Paulo

EDITORIAL ESTAMPA

Título original

Le Choix Mongol

Capa de **Soares Rocha**

Tradução de **Noémia Ariztía**

© Éditions Sociales, Paris, 1976
Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1977,
para a língua portuguesa

ÍNDICE

Introdução 9

PRIMEIRA PARTE

Uma libertação nacional 19
O Império Mongol e a nação mongol 21
O derrube do império e o desmantelamento nacional 25
Dominação manchu e fronteiras mongóis 31
Administração manchu e sociedade mongol 34
A Igreja lamaica 38
A Mongólia em crise e a base económica da pastorícia nómada 42
O reforço da opressão nacional e da exploração feudal 45
Comércio chinês e colonização chinesa 50
Interesses e rivalidades imperialistas 55
Efeitos económicos e sociais da crise 63
As tradições da luta nacional 68
Efeitos políticos da crise 70
1911 — O regresso à independência 74
Ambiguidades da independência 78
De 1912 a 1915 — Da independência à autonomia 82
Libertação nacional e traição nacional: morte da autonomia mongol 85
O nascimento do movimento revolucionário mongol, a libertação de 1921 e a aliança soviética 88
A situação da Mongólia revolucionária e a escolha da via não capitalista 101
A dura defesa da independência nacional 113
A longa conquista do reconhecimento internacional 125

A independência nacional mongol e os seus falsificadores 130

SEGUNDA PARTE

Uma revolução socialista 139

Via não capitalista, desenvolvimento, socialismo ... 141
As condições naturais 145
O peso do passado e da tradição 150
A ajuda da U. R. S. S. e a cooperação com o campo socialista 153
Os instrumentos do desenvolvimento 168
A via não capitalista no campo — uma revolução antifeudal 182
A liquidação das posições económicas dos senhores feudais e do clero 186
O gado e a terra — o desenvolvimento das forças produtivas no campo 195
O campo mongol rumo ao socialismo 206
A cooperação 212
A cooperativa de Zaamar 221
O futuro do nomadismo 230
Via não capitalista e industrialização socialista ... 233

TERCEIRA PARTE

À maneira de conclusão: A via não capitalista, obra do Partido Popular Revolucionário Mongol 249

O Partido Popular Revolucionário Mongol actualmente 251
Crescimento do partido e evolução das necessidades 256
A natureza e a importância da via não capitalista e a experiência do Partido Popular Revolucionário Mongol 260

Glossário 265
Orientação bibliográfica 269
Mapas físico e administrativo 272-273

INTRODUÇÃO

18 de Março de 1871-18 de Março de 1921. O meio século exacto que separa o início da Comuna de Paris do primeiro feito de armas vitorioso da revolução mongol tem o valor de símbolo.

Na madrugada do dia 18 de Março de 1921, algumas centenas de guerrilheiros mongóis, esse povo que então se julgava moribundo, põem em debandada os milhares de soldados chineses que não largam Maimacheng, Chivee Kiakhta para os mongóis, pequena cidade de comerciantes na fronteira siberiana da Mongólia. «Esta cidade chamar-se-á doravante Altan Bulag — a Fonte de Ouro —, pois é daqui que parte a corrente que levará a felicidade ao povo mongol», exclama Damdingiin Sükhbaatar, revolucionário de vinte e oito anos, homem de guerra — a mais alta figura da Revolução popular. Menos de quatro meses mais tarde, as tropas de Sükhbaatar, auxiliadas por unidades do Exército Vermelho que acabava então de libertar a Sibéria dos Guardas Brancos e dos Intervencionistas, entram na capital mongol onde se estabelece a partir de então um novo regime, revolucionário, que em Novembro de 1924 deu origem à República Popular da Mongólia.

Cinquenta anos apenas separam a primeira tentativa da classe operária para conquistar o poder — heróica e gigantesca nas suas setenta e duas jornadas — das primeiras vitórias do que se começa apenas então a

chamar «Movimento de Libertação Nacional». O que é extraordinário é o facto de ser apenas necessário meio século para que as ideias revolucionárias do proletariado insurgido de uma grande cidade garantam o triunfo de um movimento de pastores nómadas. A Comuna tinha sido para o seu cantor, Lissagaray, «o maior acontecimento do século»; a revolução, que fez da Mongólia o segundo país a enveredar pela via do socialismo — após a Rússia de Lénine —, abre uma época de emancipação nacional e social sem precedentes.

Através de dificuldades imensas, fazendo face a consideráveis forças hostis, mas com a garantia do apoio constante da U. R. S. S., o povo mongol soube passar da libertação nacional à revolução socialista, soube descobrir os meios e os caminhos para o seu renascimento nacional, económico, social e cultural. Por conseguinte, é apaixonante descobrirmos o que foi e o que é esse empreendimento que a viu nascer há meio século, com um longo passado de atraso, de opressão e de humilhação.

Porquê, como, por que vicissitudes, com que êxitos enveredou a Mongólia Popular por uma via até aí inédita e que consistia essencialmente na passagem directa de uma sociedade pré-capitalista atrasada para o socialismo, sem passar pelo estádio capitalista desenvolvido?

As páginas que se seguem não são nem uma nova narrativa de viagens através da República Popular da Mongólia, ainda que as nossas observações pessoais sejam evidentemente incluídas, nem uma história deste país, ainda que a informação e a reflexão históricas sirvam de trama; trata-se sim de uma tentativa para tornar acessíveis as condições *de um* desenvolvimento *(duas palavras que serão frequentemente repetidas) cuja importância e significado para numerosos povos, recentemente libertados do jugo nacional e colonial e ainda em busca das suas próprias perspectivas, merecem ser analisados à luz das realidades históricas concretas do seu desenvolvimento.*

A relação entre as etapas históricas da revolução mongol e as finalidades socialistas da experiência foi

precisamente o tema principal de uma longa entrevista que nos foi concedida em Julho de 1974 por Yumjaagiin Tsedenbal, primeiro-secretário do Comité Central do Partido Popular Revolucionário Mongol, posto que ocupa desde 1940 — tinha ele então 24 anos —, presidente do Conselho de Ministros de 1952 a Junho de 1974, data em que é eleito presidente do Conselho do Grande Khural popular, a Assembleia dos Deputados do Povo da República Popular da Mongólia. Gostaríamos de reproduzir aqui o conteúdo dessa entrevista, pois trata-se de uma apresentação muito esclarecedora.

Pergunta: «Que relação existe entre a via de desenvolvimento não-capitalista e a actual edificação do socialismo no vosso país?»

Resposta de Yu. Tsedenbal: «O partido adoptou, desde o princípio da revolução, a ideologia da classe operária, sendo aqui a influência da Revolução de Outubro o elemento mais determinante. A primeira etapa consistia em libertar-se do domínio colonial e liquidar o feudalismo; foi esse o principal objectivo da Revolução de 1921. As indicações de Lénine sobre a possibilidade de um desenvolvimento dos países atrasados, sem passar pelo capitalismo, constituem a base da política que passa a ser a linha geral do partido em 1924.

«As medidas democráticas, condições e preparação da passagem para o socialismo. *A impossibilidade de liquidar o feudalismo de um momento para o outro num país muito atrasado, de nível medieval, sem indústria e sem classe operária, com um antiquado sistema de criação de animais, impõe uma fase de grandes transformações democráticas, em que se empenhou o Governo popular. A primeira medida decisiva é a abolição da servidão. A convocação do primeiro Grande Khural, a adopção da primeira Constituição e a proclamação da República Popular garantem os direitos políticos aos trabalhadores ao mesmo tempo que privam deles os senhores feudais. O fim dos anos vinte e o início dos anos trinta vêem a liquidação das posições económicas do feudalismo com a confiscação do gado. No fim dos anos trinta (entre 1937 e 1938) ocupamo-nos*

— sempre por meio de expropriações — da propriedade feudal que ainda se encontra nas mãos da Igreja, ou seja milhões de cabeças de gado. Ao mesmo tempo, com um sistema progressivo de fisco que exclui os criadores pobres, concedem-se facilidades aos proprietários médios e são muito atingidos os proprietários de grandes rebanhos. Numa palavra, põe-se em prática uma política anticapitalista, *uma política que visa limitar os elementos capitalistas, impedir o seu aparecimento e o seu desenvolvimento e que, pelo contrário, garante a formação e o desenvolvimento de* elementos *do socialismo.*

«É, em particular, o caso da criação de um sector estatal e de um sector cooperativo na indústria, da criação de transportes modernos, de correios e telecomunicações, o aparecimento de um sector público na agricultura, a formação de um comércio de Estado, de um sistema bancário e financeiro, tudo novidades revolucionárias na Mongólia.

«O comércio era na sua maioria detido por um capital comercial e usurário estrangeiro — sobretudo chinês, mas também americano, inglês, alemão, etc. — absolutamente improdutivo para o país. Os chineses fornecem a crédito, com juros fabulosos, tabaco, chá, tecidos e outras mercadorias. Nestas condições a Revolução não pode pretender correr de um momento para o outro com o capital estrangeiro sem ter criado primeiro as condições indispensáveis para o substituir. A partir de 1921, com a ajuda da U. R. S. S., começamos a organizar cooperativas de consumo e, a partir de 1924, um sistema bancário que permite pela primeira ver a emissão de uma moeda nacional, o que favorece um sensível progresso da organização da economia do país. Ao mesmo tempo, a anulação das dívidas antigas e a imposição de taxas elevadas sobre o comércio estrangeiro permitem restringir pouco a pouco o lugar do capital estrangeiro, enquanto aumenta o volume do comércio cooperativo e do comércio estatal. Esta fase atinge o seu ponto culminante em 1930, com a introdução do monopólio de Estado sobre o comércio externo.

«A luta travada em todos os campos — político, económico, etc. — e em particular as medidas destinadas a impedir o desenvolvimento de elementos capitalistas mongóis são outros tantos passos que preparam a passagem ao socialismo. É o caso das transformações culturais iniciadas em 1921. Antes desta data o país conta apenas com um por cento de pessoas que sabem ler e escrever e ainda por cima trata-se sobretudo de senhores feudais e dos seus filhos. O país não possui um sistema de ensino, uma organização da saúde pública, nem evidentemente investigação científica. Ora a partir de 1921, funda-se o Comité das Ciências e os primeiros elementos, ainda dispersos e desigualmente repartidos por falta de meios, de uma escola nacional. No domínio da saúde, os primeiros médicos que nos são enviados da U. R. S. S. lançam-se activamente numa política de formação de auxiliares e de enfermeiros mongóis.

«O conjunto destas medidas depara-se com a encarniçada resistência dos senhores feudais e dos elementos burgueses, e até mesmo no seio do partido e na sua direcção. Foi isto, por exemplo, o que resultou do desvio de direita que se manifestou em meados dos anos vinte. Partindo do princípio de que o capitalismo se sucede obrigatória e inevitavelmente ao feudalismo, este desvio pretendia cortar as relações da Mongólia com a U. R. S. S. e com a Internacional Comunista e levar o país à dependência das potências capitalistas. Uma vez ultrapassada esta crise, o país envereda com mais firmeza que nunca pela via não-capitalista. As transformações económicas e sociais importantes multiplicam-se, ao mesmo tempo que todo o jais se compromete numa vasta política anti-imperialista, ou seja, uma política de paz, reforçando a sua capacidade defensiva face à agressão e ao militarismo. A partir de 1931, a metade meridional da fronteira da R. P. M. é ameaçada pelos exércitos japoneses, enquanto a outra metade enfrenta a hostilidade da China do Kuomintang. Esta situação tensa origina os combates de Khalkhin-

gol de Maio a Agosto de 1939. Também aqui a ajuda soviética foi decisiva para repelir a agressão japonesa. Esta ajuda foi caracterizada pela qualidade dos quadros militares soviéticos que foram enviados à Mongólia Popular, pois encontravam-se entre eles muitos dos grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial: Jukov, Rokossovski, Konev... Acrescentemos que o próprio L. Brejnev prestou serviço na Mongólia em 1936...

«*Em 1940, a Mongólia Popular entra numa segunda etapa decisiva da sua história — a edificação do socialismo. Os senhores feudais foram exterminados* como classe *e o país viu nascer e crescer a sua própria classe operária e os círculos dos seus intelectuais. A etapa não-capitalista, com esta formação de uma nova estrutura de classe, constitui o estabelecimento das condições da passagem para o socialismo. É assim que durante todo este período se pode verificar uma unidade de orientação, anticapitalista, do conjunto das medidas adoptadas e aplicadas.*

«O antigo estado de atraso da Mongólia, fruto da História. *Três factores desempenham aqui um papel de primeira importância: o colonialismo, o feudalismo e o lamaísmo; gostaria de analisar mais detalhadamente este último ponto.*

«*A religião estava muito difundida no nosso país, pois a Igreja chegou a contar com 45 por cento da população masculina (o Tibete, berço do lamaísmo, contava apenas com 20 por cento de religiosos).*

Na política do império chinês, a religião ocupa um lugar de relevo. Como a subordinação aos Manchus, no século XVII, era mal tolerada e as lutas do povo mongol mantinham um estado permanente de agitação no império, a dinastia manchu procurou no lamaísmo um «remédio» para esta situação, atribuindo-lhe uma dupla missão: por um lado, acalmar os mongóis, quebrar a sua resistência, afastá-los da luta, numa palavra, submetê-los; por outro, contribuir para a extinção dos mongóis como nação. Religião da resignação e da não-resistência ao mal, o lamaísmo demonstra ser, em ambos os casos, um bom instrumento, e também não

serão esquecidos os efeitos demográficos do celibato dos lamas, que estiriliza uma parte importante da população. As crianças são levadas com sete ou oito anos para o mosteiro para se tornarem lamas. Se uma família tem quatro ou cinco filhos, é costume fazer entrar dois ou três nas ordens. Chega-se mesmo ao ponto de adoptar uma criança para a poder enviar para o mosteiro garantindo assim, com esta boa acção, a felicidade da própria família. A flor da juventude nacional encontra-se assim nos mosteiros, voltando apenas a ver a sua família um mês em cada ano. O país sofre assim uma grave estagnação geográfica e a constituição de uma camada parasitária, que vive à custa da população, sem actividade produtiva.

«*Depois da Revolução, a Igreja desempenha sistematicamente um papel absolutamente reaccionário. A maior parte das sublevações contra-revolucionárias são originadas nos mosteiros, e a Igreja, confiante no seu prestígio popular, opõe-se a todas as iniciativas do Governo. Darei apenas alguns exemplos de entre os mais significativos. Assim, a escolarização das crianças defronta-se com uma incompreensão no próprio seio da população, agitada pelos lamas, o que faz com que encontremos, ainda em 1930-1935, famílias que recusam enviar os seus filhos à escola. A escola é o inferno, enquanto que enviar os seus filhos ao mosteiro é, pelo contrário, a garantia de felicidade. Por este motivo, a escolarização terá de tomar o aspecto de uma verdadeira mobilização, de um recrutamento muitas vezes forçado: «Vocês têm dois, três filhos — um pelo menos tem de ir à escola!»*

«*O meu sonho, quando era miúdo, como aliás o de todas as crianças da minha idade, era vir a ser lama. A ideia de ir à escola não me agradava e, portanto, ajudava os meus pais no seu trabalho. Lembro-me do drama que foi em 1925, tinha eu oito ou nove anos, quando fui "mobilizado". Os meus pais choravam e a minha mãe chamou-me à parte — Yu. Tsedenbal reproduz-nos a cena, inclinando-se ao ouvido de Davagsüren, chefe do Departamento Internacional do Comité*

Central — para me segredar que não devia ficar na escola, que devia fugir e voltar para casa. Fugi duas vezes... Fui apanhado e reconduzido à escola duas vezes... e aqui estou! Mas não é tanto o meu caso pessoal que importa, o problema era a situação de toda a nossa geração — isto era um dos frutos da colonização, a agitação dos lamas fazia da escola um pecado.

«O mesmo sucedia com a medicina. Nada de medicinas, pois os lamas curavam com ervas e sobretudo com orações. Quando os primeiros centros de assistência médica abrem as portas, ninguém ou quase ninguém se apresenta: os lamas entregam-se a uma propaganda muito activa, ameaçando com os piores males os descrentes que se deixassem tratar nesses antros de espíritos malignos.

«Quando o Governo popular, para facilitar o desenvolvimento da criação de gado, estabeleceu a gratuidade da madeira destinada à construção de estábulos, os lamas opuseram-se ao corte das árvores. Outra vez oposição dos lamas, quando o Governo recomendou a ceifa do feno e a constituição de reservas de forragem para o Inverno. Sob pretexto de deixar as coisas tal como Deus as tinha feito, a resistência do clero é automática e mecânica, o que aliás traduz perfeitamente o encarniçamento da luta de classes nessa época.

«A solução deste problema, durante esse período, exige uma grande continuidade na acção do Estado. A secularização dos bens do clero tem de ser acompanhada por um regresso à vida laica de grande número de lamas e pela sua entrada na produção. Além da propaganda anti-religiosa desenvolvida entre a população, realiza-se portanto uma propaganda específica entre os pequenos lamas para os convencer a abandonar os mosteiros, fornecendo-lhes, para sua propriedade particular, cabeças de gado tomadas dos rebanhos do mosteiro. Ao mesmo tempo estimula-se a aprendizagem da escrita mongol pelos lamas, que na sua maioria apenas conhecem a escrita tibetana usada nos mosteiros. O clero cria outro problema, crucial, dado o cerco ameaçador em que se encontra a Mongólia dos anos

trinta. Os impostos de defesa, de que os religiosos são tradicionalmente dispensados, recaem unicamente sobre a população laica, produtiva, o que acarreta efeitos absolutamente negativos para o desenvolvimento das forças produtivas. Em meados dos anos trinta a Igreja, é portanto submetida a uma "contribuição militar": "Se tu não defendes o teu país — paga pelo menos para a sua defesa!"

«Em resumo, a via não-capitalista é caracterizada pela introdução de medidas que, destinadas a superar o estado de atraso do País, são igualmente todas orientadas para o socialismo e constituem uma preparação das condições para a passagem à construção do socialismo. É desta nova estrutura de classe na sociedade mongol, fruto essencial da política de desenvolvimento não-capitalista, que nasce esta possibilidade de edificação do socialismo a que se assiste actualmente. A relação entre a via não-capitalista e a construção do socialismo é, pois, absolutamente directa.» (1)

(1) O texto atrás reproduzido é a relação de uma longa declaração de Yu. Tsedenbal. Sem alterar o sentido das declarações do primeiro-secretário do P. P. R. M., pareceu-nos indispensável sintetizá-lo um pouco, a fim de poder facilitar a leitura.

PRIMEIRA PARTE

UMA LIBERTAÇÃO NACIONAL

O império mongol e a nação mongol

Torna-se necessário um estudo das origens da nação mongol para compreender os motivos de uma opção a favor do restabelecimento da Mongólia como Estado nacional e da defesa da independência deste Estado. Restabelecimento, pois a Mongólia nem sempre foi uma semicolónia da China, estado em que se encontra nas vésperas da revolução de 1921.

No século XIII, o Império de Tchinggis khan (Gengiscão) e dos seus descendentes, as suas conquistas fulgurantes que tinham semeado a ruína desde o Vietname ao Adriático não eram senão o final de uma longa série de tentativas, mais ou menos efémeras ou mais ou menos brilhantes ao longo de pelo menos dez séculos, para dotar os povos da estepe, dispersos e fragmentados, de uma organização permanente. Estas tentativas tinham abortado fosse pela conjuração passageira dos grupos hostis a toda a centralização, mesmo passageira, fosse pela hostilidade da China, vizinha poderosa e facilmente aguerrida, à constituição de uma força ameaçadora nos seus limites setentrionais, fosse ainda pela dissolução da coesão inicial, motivada pela conquista de regiões com características históricas, económicas, sociais e culturais demasiado diferentes das que reinavam na estepe. É o caso nomeadamente das federações tribais protomongóis dos Kitan e depois dos tunguses dos Jürcen, os quais, após conquistarem o Norte da

China nos séculos X e XI, se erigem em dinastias «chinesas» (1) e perdem qualquer relação com a sua estepe ou a sua floresta de origem. A maior parte das vezes, estes «Estados», estes «Impérios das estepes», como foram chamados de maneira mais sugestiva do que justa, não são senão formas de organização bastante rudimentares, um poder de facto de algum potentado mais do que Estado no sentido estrito, ainda que se assista pouco a pouco ao aperfeiçoamento das funções políticas e administrativas. Basta que se desmorone uma «dinastia», muitas vezes devido a um simples golpe de palácio, para que os povos e as tribos voltem ao seu isolamento, à sua dispersão, até que apareça um novo chefe. A característica das tentativas que precederam a unificação mongol, a que as diferencia talvez mais nitidamente desta última, é a incapacidade para vencer os limites «naturais» da ordem patriarcal, da divisão tribal considerada eterna. É aqui também, em contrapartida, que reside a principal novidade do império fundado por Tchinggis khan, a que permite compreender não só que este império, tendo vivido menos tempo do que muitos dos seus predecessores, tenha desempenhado um papel infinitamente mais importante a nível mundial, mas sobretudo — no que respeita a este trabalho — que a sua herança social e política tenha determinado em grande medida a História mongol até à época moderna; e também permite compreender que a sua herança ideológica tenha sido invocada até uma data recente, pois a apreciação do papel histórico de Tchinggis khan há muito que ultrapassou o estado de simples controvérsia entre os historiadores.

Não nos incumbe fazer aqui uma descrição minuciosa das etapas de unificação dos mongóis por Tchinggis khan. Podemos simplesmente fazer notar que Temüjin (o futuro Tchinggis khan, que é um título e não um nome) se limita aparentemente no princípio a retomar o estandarte, ou melhor o *süld* — estandarte

(1) Dinastias dos Liao (916-1125) e depois dos Jin (1115-1234).

em forma de rabo de cavalo —, de uma tentativa abortada certamente durante o século XI: o *Khamug Mongol ulus,* «Estado de todos os mongóis», de que a tradição historiográfica mongol atribui a paternidade e a responsabilidade aos seus antepassados directos. Este «Estado» sucumbe em princípios do século XII sob os golpes de um outro agrupamento tribal, os Tatar, instalado mais a oriente e aliado à dinastia «chinesa» dos Jin, cujo desinteresse pela estepe não chega ao ponto de deixar que se forme aí uma nova ameaça. Temos aqui um exemplo típico da política chinesa, procurando «utilizar os Bárbaros para conter os Bárbaros», tão tradicional como regularmente levada ao engano: alguns anos mais tarde, dá-se uma alteração das alianças — os Jin assustam-se com a crescente arrogância dos Tatar nas suas fronteiras, deixando a China do Norte sem defesa e aberta aos mongóis.

A decadência do «Estado de todos os mongóis» e dos seus restos parece completar-se com a morte de Yisügei bator, pai de Tchinggis khan, ele também vítima dos Tatar, e com a dispersão dos últimos fiéis. Temüjin pode, pois, dar ao princípio a impressão de que a sua empresa tem unicamente como objectivo reunir a clientela dispersa de uma aristocracia nómada e instável. De facto, as primeiras etapas, tal como são relatadas na *História Secreta dos Mongóis,* crónica redigida por volta de 1240, têm toda a aparência de uma história de família em que Temüjin assegura a sua jovem autoridade sobre clãs e homens sempre mais ou menos aparentados à sua própria linhagem. Contudo, as ambições daquele a quem já em 1195-1196 se começa a chamar Tchinggis khan — imperador universal ou todo-poderoso — despertam muito rapidamente, e até 1206 uma série de campanhas vitoriosas submetem ao seu poder a quase totalidade dos povos da estepe, do Altai aos montes Khingan e do Gobi ao lago Baikal.

A grande originalidade do regime iniciado por Tchinggis khan é não se ter limitado a esta forma primitiva de organização: tribos federadas mais ou menos estreitamente à volta de uma bandeira única, prestes

a abandoná-la ao primeiro revés. A ascensão de Tchinggis khan aparece ligada a importantes transformações na organização social dos criadores de gado nómadas ao longo do século XII. Por um lado, os primeiros passos para uma diferenciação de classes, marcados pela consolidação da propriedade privada do gado e pela constituição de uma aristocracia ao mesmo tempo guerreira e rica proprietária de rebanhos, levam à ruptura do antigo quadro social do nomadismo: o Khüree ou círculo, grande grupo de várias dezenas ou mesmo várias centenas de criadores aparentados, cuja designação deve ter origem no costume de dispor os carros em círculo, sobretudo por motivos de defesa do acampamento. Esta comunidade cede então o lugar a um modo de vida e ao mesmo tempo a um tipo de exploração mais individual — o *ayil* —, o que permite que os grandes rebanhos privados não sofram a concorrência do gado comunitário ou dos animais que pertencem aos pequenos criadores. E por outro lado a dissolução destes Khüree, cuja vida era regulada pelo sólido costume das relações consanguíneas, obriga a aristocracia da estepe a procurar um substituto eficaz para esta hierarquia «natural», que seja capaz de fazer face tanto ao relaxamento dos laços familiares como a uma maior dispersão da população. Portanto, parece que a constituição do Estado mongol centralizado, no que diz respeito às suas origens, deve ser procurada no conjunto dos fenómenos sociais, económicos e ideológicos que se manifestam de uma maneira clara nesta transformação da organização social. É perfeitamente característico que uma das preocupações essenciais da política de Tchinggis khan na edificação do seu império seja a liquidação o mais radical possível — ou seja, na medida em que essas reformas não atingem a sua própria linhagem — dos laços consanguíneos como base do regime social e político. Aproveitando uma forma decimal de organização militar, tradicional do mundo da estepe, e transformando-a em dezenas, centenas, milhares e miríades, ficando cada unidade às ordens de um chefe nomeado, Tchinggis

khan faz desta organização um modelo para a repartição do seu império. Reparte assim a população, procurando quebrar o mais possível as velhas estruturas tribais e de clã. O seu objectivo foi alcançado e, após o derrube do seu império, mesmo se o facto de pertencer a um clã continua frequentemente a ser invocado como um sistema de referência, este clã já não desempenha o papel de modelo material da organização social.

Submetendo e federando, depois unificando, através desta maquinação, povos por vezes etnicamente e linguisticamente distintos, mas unidos por uma comunidade de modo de vida e de actividade económica — o pastoralismo nómada —, o império centralizado consegue fundir as tribos turco-mongóis — no interior das quais os mongóis propriamente ditos se reduzem originariamente a um grupo muito restrito — numa nação mongol que, além da sua unidade socioeconómica inicial, vai adquirindo pouco a pouco identidade linguística, cultural e evidentemente — sob o Império — política. Não nos referimos aqui naturalmente, aos povos vítimas das conquistas do Império Mongol desde princípios do século XIII até fins do século XIV — povos da China, da Ásia central, da Rússia, da Europa oriental — aliás nunca completamente integrados no Império, mas sim aos povos estabelecidos nos limites tradicionais dos «Impérios das estepes», uma comunidade territorial que desempenha um papel de maneira nenhuma negligenciável na edificação, sem dúvida inconscientemente empreendida por Tchinggis khan, de uma nação mongol.

O derrube do império e o desmantelamento nacional

A constituição de um império centralizado não tinha de maneira nenhuma, e disso temos a certeza, o louvável objectivo de uma unificação nacional, ainda que representasse um progresso considerável em relação à antiga dispersão. Obra de uma aristocracia guerreira incapaz de se satisfazer com os parcos rendimentos de

uma extensiva criação de animais extremamente primitiva, ainda que fosse ao preço de uma exploração desenfreada da massa dos criadores (as relações entre os mais antigos e os mais jovens, entre os ramos mais antigos e os ramos mais recentes do clã tinha encoberto até então a realidade económica desta exploração), o Império Mongol era portador do germe da conquista e da guerra. Por muito débil que fosse esta base material e económica do Império, foi ela, ou seja a população mongol, que teve de suportar os encargos esmagadores da política de expansão. É bem conhecida a sorte pouco invejável dos povos submetidos sobretudo pela violência e pelas destruições que acompanharam a fase inicial das conquistas, mas durante muito tempo houve um grande desinteresse pela situação dramática do próprio povo mongol, obrigado a formar, a armar e a alimentar exércitos perfeitamente desproporcionados com a debilidade numérica da população, que então não ultrapassava os dois milhões e meio. Além disso, sabemos de muitos senhores mongóis, sobretudo chefes de miríades, que viviam como parasitas nos países conquistados sem por isso renunciarem às rendas e aos impostos que a sua classe lhes permitia auferir da própria população mongol. Numa época frequentemente descrita como a de uma «Paz mongol», em que a unidade política de um império que se estendia da China à Europa oriental permitia realmente um certo desenvolvimento dos intercâmbios comerciais entre o Oriente e o Ocidente, a própria Mongólia não só se mantém afastada desta corrente, como envereda, pelo contrário, numa via de regressão económica e social que dá origem ao derrube do Império, edificado pela conquista antes de ter consolidado as suas próprias bases, o que causa inevitáveis consequências longínquas nos destinos da nação mongol.

O imenso Império sofre, por um lado, uma dissolução natural na diversidade das populações, das economias e das culturas que pretende reger, seja pela adopção dos costumes chineses pelos meios dirigentes da dinastia mongol dos Yuan na China, seja pela con-

versão ao Islão dos mongóis que reinavam no Irão, seja pelo interesse quase exclusivo que a Horda de Ouro instalada no baixo Volga dedicava ao mundo russo. Por outro lado, tanto para comodidade do Governo como devido às partilhas dinásticas entre os descendentes de Tchinggis khan, as diversas partes do Império são confiadas, sob a autoridade do imperador, as membros da família imperial. O drama é que estas personagens, investidas de poder em países imensos e com frequência fortemente individualizados, além de resistirem ao absolutismo imperial, como fez Batu, neto de Tchinggis khan, no seu acampamento no Sul da Rússia, também podem perfeitamente aspirar à sucessão do título supremo.

O único cuja ascensão ao trono foi aceite sem problemas foi o primeiro sucessor de Tchinggis khan, o seu terceiro filho Ögödei, designado em vida como seu continuador pelo fundador do Império. Muito rapidamente estas sucessões dão origem a manobras, a conflitos que se transformam por vezes em verdadeiras guerras civis, como a que opôs Khubilai, fundador da dinastia dos Yuan, a seu irmão Arigböge de 1260 a 1264. Esta história remota não teria interessado senão muito indirectamente o nosso trabalho se estas divisões não tivessem influído em toda a sequência da história mongol. E esta influência é menos devida às consequências materiais imediatas do que aos traços deixados nas mentalidades por este divórcio muito precoce entre a identidade nacional mongol e a formação política, que tinha indiscutivelmente sido o seu fermento. Este divórcio subsistiu durante vários séculos e permite sem dúvida compreender melhor, ao lado dos factos da história material e da evolução da sociedade mongol, ao lado da intervenção de potências estrangeiras na história mongol, que importantes sectores do povo mongol se tenham podido dissociar desta identidade nacional.

Como resultado tanto destes factores internos de decomposição como da luta dos povos conquistados, os últimos anos do século XIV e os primeiros do século XV assistem ao derrube extremamente brutal do

Império mundial dos mongóis, que sempre se tinha mantido estranho aos povos dominados (1368 na China, 1380 e ruína definitiva em meados do século XV na Rússia), assim como também assistem ao regresso à Mongólia de uma importante fracção dos mongóis que tinham participado nas conquistas e cujo regresso agrava sensivelmente o marasmo económico e social já criado, como vimos, pelo expansionismo imperial. A crise é ainda agravada pelo bloqueio da fronteira mongol pela China, principal fornecedor de arroz, de farinha, de chá, de diversos objectos manufacturados e em particular de caldeirões, cutelos e artigos de luxo. A dinastia dos Ming, após ter derrubado a dominação mongol, fica com efeito muito preocupada com a ideia de os mongóis poderem um dia reconstituir a sua antiga potência e tentarem restabelecer o seu poder na China. Este temor não era aliás completamente em vão, pois por várias vezes, e a última foi em 1550, os cavaleiros mongóis se apresentaram sob os muros de Pequim, graças a uma efémera unidade reencontrada. Contudo, podemos perguntar se o bloqueio chinês não seria uma arma de dois gumes. Além das nostalgias sempre vivas numa fracção da aristocracia pelas grandezas imperiais, o móbil das campanhas realizadas contra a China nos séculos XV e XVI parece residir sobretudo no desejo mongol de ver abrirem-se de novo as vias do comércio com a China.

Estas tentativas de reunificação dos mongóis nos séculos XV e XVI, ainda que pretendam garantir a continuidade da vocação imperial e sejam na maioria dos casos levadas a efeito por autênticos descendentes de Tchinggis khan, são na realidade nada mais do que os últimos sobressaltos dos detentores da legitimidade numa Mongólia que o enfraquecimento do poder central abandona a um processo de desmantelamento em unidades territoriais cada vez mais independentes umas das outras e a uma feudalização cada vez mais completa da sociedade. Num tal contexto, as várias tentativas de um regresso à centralização estatal estavam condenadas ao fracasso e de qualquer modo a não

sobreviver ao seu iniciador, um depositário fictício da legitimidade que de facto só era detentor de um título dos seus próprios domínios, pois todo o Império seria partilhado por todos os herdeiros. No entanto, estas tentativas e sobretudo a última grande restauração, a de Dayan khan (fins do século XV-meados do século XVI) revestem-se de uma importância histórica desproporcionada com o seu fracasso ou a sua brevidade.

Pretendendo em vão pôr fim à dispersão feudal, prisioneiro da tradição que o leva a partilhar o seu império pelos filhos (mas teve onze, dos quais nove são ainda vivos no momento das partilhas!), assinando assim a condenação da sua própria obra, Dayan khan conseguiu apenas fixar o marco territorial deste desmantelamento que julgou combater. Mas pelo menos este aspecto — involuntário — da obra de Dayan khan foi duradouro. Com efeito, os cortes resultantes da sua sucessão deram forma às divisões das terras e dos povos mongóis e perpetuaram-se, no essencial, até aos nossos dias. Segundo o costume, é o filho mais novo, pois que assegura a conservação da família durante mais tempo, que herda os bens materiais do pai. É, pois, o mais novo dos filhos de Dayan khan que fica senhor do velho território imperial, do coração da Mongólia, o qual inclui a bacia do Orkhon e a antiga capital Khara Khorum, assim como os montes do Khentei que viram nascer Tchinggis khan, o berço da família. À parte o extremo Ocidente, que não será ligado à Mongólia propriamente dita senão nos fins do século XVIII, graças à colonização manchu, este território coincide pouco mais ou menos com os limites actuais da R. P. M. É neste momento que se começa a falar da Mongólia Khalkh, palavra que designa a população local e onde a etimologia popular pretendeu ver o «colar» que protegia o Norte da Mongólia. As regiões periféricas mongóis têm uma evolução idêntica, as fronteiras precisam-se, embora ainda não se possa falar de uma fixação absoluta. Um grupo de mongóis do Sul em particular, os Tchakhar, merece ser mencionado, pois pelo

menos em teoria é o seu soberano o depositário da dignidade imperial. É aliás do khan dos Tchakhar — Ligdan — que parte, nos princípios do século XVII, a última tentativa, fracassada, de reunião dos mongóis.

O divórcio, a que mais atrás fizemos referência, entre uma consciência nacional e um império incapaz de assumir de forma duradoura a sua vocação centralizadora, conjuga-se aqui com os egoísmos feudais, ciosos das suas prerrogativas, e com dados materiais a que só muito resumidamente podemos fazer referência. O mapa da Mongólia no fim da sua independência (fins do século XVI, princípios do XVII) revela um curioso desequilíbrio entre uma Mongólia Khalkh muito vasta, maciça, e o pontilhado de «principados» que igualavam pelo menos em direito o Khalkh, mas situados em territórios infinitamente menos extensos: Tchakhar, Tümed, Khortchin, Khartchin, Sünid, Üzemtchin, Baarin, Kechigten, etc., no total uma quinzena de principados cuja superfície total não chega sequer a atingir a metade da das terras Khalkh. Sucede que a Mongólia Khalkh, mais isolada, com uma população mais dispersa, não representa nem de longe a zona de maior densidade populacional e por isso só muito dificilmente poderia pretender tornar-se um pólo de atracção para toda a nação mongol. Por outro lado, nenhuma principado da Mongólia do Sul tem a potência necessária para se incumbir deste papel, devido às intermináveis lutas fratricidas, às pequenas guerras de influência entre feudais, das quais uma potência estrangeira não tardará a tirar benefícios. Quando finalmente Ligdan, khan dos Tchakhar, seguro dos seus direitos como sucessor legítimo de Dayan khan e sobretudo confiante na potência dos seus exércitos, tenta submeter os principados vizinhos, estes, em vez de colocarem no trono um imperador mongol, preferem aliar-se, entregar-se na realidade a uma potência que se encontra apenas nos princípios do seu desenvolvimento: o Império Manchu.

O agravamento das divisões entre povos mongóis (podemos doravante empregar este plural) e o aumento

de disparidades de todo tipo levam-nos a pensar que desde o período mais puramente feudal da história mongol (séculos XV-XVII), e talvez seja esta a principal característica desta etapa, tenha acabado para sempre a possibilidade de um desenvolvimento único da nação mongol. Isto não significa de maneira nenhuma o desaparecimento de todos os traços de *identidade* nacional entre os diversos povos mongóis, mas sim que as condições de dispersão feudal e as suas consequências nunca mais permitirão um reencontro desses traços comuns numa *unidade* nacional. Os manchus farão tudo para manter e, sempre que possível, para reforçar esta dispersão dos mongóis, que lhes facilitou a conquista. As linhas de demarcação transformam-se em fronteiras e, no que nos diz directamente respeito, é no interior dos limites da Mongólia Khalkh que vamos assistir ao nascimento de uma nova nação mongol.

Dominação manchu e fronteiras mongóis

O Império Manchu, nova potência que em fins do século XVI emerge das planícies e das florestas situadas a nordeste da China, deve muito, nos planos cultural e político, sobretudo à tradição do Império Mongol. Portanto, não surpreende que os manchus, também eles um povo de criadores de gado, e tendo vivido durante muito tempo em contacto com os mongóis, seus vizinhos, tenham tomado a iniciativa de unir ou submeter os povos mongóis ao mesmo tempo que conquistavam a China (fundam em Pequim a última dinastia do Império Chinês, os Tsingues — 1644-1911). Os manchus seguem incansavelmente uma hábil política de especulação com as divisões feudais já referidas. No princípio, até 1634, as vítimas destes empreendimentos são os seus vizinhos — os mongóis do Leste e do Sul —, esse mosaico de principados mais ou menos rivais e desunidos. Para os manchus, trata-se de fazer uma hipoteca sobre o seu flanco direito e de conseguir ao mesmo tempo, voluntariamente ou não, aliados para a total

conquista da China. Jogando com as divisões dos seus adversários, transformando os vencidos da véspera em aliados ao preço de uma alegre liberalidade em casamentos principescos, os manchus necessitam apenas de alguns anos para submeter completamente toda esta parte da Mongólia, aniquilando sobretudo a tentativa desesperada de Ligdan khan para restaurar a unidade mongol. A sua morte em 1634 põe termo à sucessão — pelo menos formal — dos imperadores mongóis após Tchinggis khan. A lenda diz que o selo da dinastia dos Yuan caiu nessa ocasião nas mãos dos manchus, mas é uma lenda bem suspeita visto que favorece, no momento preciso, a legitimidade de uma dominação estrangeira aos olhos dos mongóis.

O sequestro definitivo do resto das terras mongóis pelo Império Manchu só ocorre em fins do século XVII e ainda aqui graças às lutas entre os próprios mongóis feudais. Convém também fazer notar que não se trata simplesmente de uma potência da estepe que pròcura estender o seu império sobre a estepe, mas sim de uma política do Império Chinês que os Manchus, apenas chegados a Pequim, fizeram sua: estabelecer a sua hegemonia sobre a Ásia central — velho sonho das dinastias Han e Tang. A ocasião para intervir de maneira decisiva, aliás ao fim de um jogo diplomático de que a ingenuidade não foi sem dúvida a principal característica, é oferecida ao imperador Kangxi ao eclodir um conflito muito violento entre os príncipes Khalkh e Galdan, soberanos dos mongóis ocidentais ou Oirat, durante muito tempo afastados da tradição de Tchinggis khan, o que contudo não os protegeu de tentações federativas. Perante a ameaça manchu, os mongóis ocidentais e Khalkh tinham tentado uma aproximação ao longo do século XVII que em 1640 chegou até à adopção de leis comuns — de facto sob a influência preponderante oirat e nunca aplicadas em território khalkh. O desmembramento nacional mongol na época da dispersão feudal, o egoísmo e a estreiteza de vistas dos príncipes khalkh, para quem a aliança oirat não podia deixar de parecer senão uma submissão

a uma monarquia mais ou menos centralizada — a eles que a não tinham — e as manobras da diplomacia dos Tsingues condenavam antecipadamente e a curto prazo esta aproximação. Em fins do século XVII, das antigas boas relações nada mais resta do que uma recordação e em 1688 — devido a uma provocação — os exércitos de Galdan entram em terras khalkh; e mais uma vez a alta aristocracia, em vez de se submeter a um soberano mongol, prefere fugir e refugiar-se na Mongólia do Sul, já parte integrante do Império Manchu, onde pede e obtém o auxílio do Imperador Kangxi para reconquistar as suas possessões. Não temos a menor dúvida que o preço a pagar é pesado. Em Maio de 1961, os príncipes Khalkh fazem oficialmente acto de obediência, abandonando integralmente o país ao bel-prazer do imperador manchu. As tropas dos Tsingues, armadas de canhões, repelem Galdan numa série de campanhas que terminam em 1697 com a morte do soberano oirat. Contudo, os oirat ainda não foram definitivamente vencidos e os manchus têm de esperar até 1754 para pôr fim, com um verdadeiro banho de sangue, à existência deste Estado.

Os manchus prosseguem com perseverança uma política de isolamento dos povos mongóis entre si, com o povo chinês e com os outros povos estrangeiros, reforçando assim a individualização nacional de que a dispersão feudal tinha sido o ponto de partida. Vários processos asseguraram o êxito desta política. As fronteiras entre a Mongólia Khalkh e a Mongólia do Sul, criadas na prática pelas divisões feudais nos séculos XV e XVI, são definitivamente sistematizadas e é à dominação manchu que se deve o aparecimento das designações de Mongólia exterior (a do Norte, Khalkh) e de Mongólia interior, ambos os termos em relação com a posição que ocupam as terras mongóis relativamente à China e a Pequim, coração do império.

A norte, o império manchu, que desde 1719 priva os príncipes mongóis dos seus direitos em matéria de política externa, é obrigado a fazer face à expansão da Rússia czarista, que vem contrariar as suas inten-

ções. Alguns anos muito tempestuosos, em fins do século XVII, levam à conclusão de vários acordos. Após o Tratado de Nertchinsk, que em 1689 fixa as possessões das duas potências na bacia do Amur, a fronteira da Mongólia, pelo menos no lado oriental, fica praticamente delimitada com a sua configuração actual pelos Tratados do Bur e de Kiakhta (20 de Agosto e 21 de Outubro de 1727). O zelo com que o imperador manchu se aplica a tornar esta fronteira hermética, sobretudo pela disposição de uma zona fronteiriça em que é construída uma cadeia de postos de vigia é ainda encorajado pela atitude equívoca da alta nobreza mongol que mediu longamente, durante a guerra contra Galdan, as vantagens eventuais de recorrer à ajuda e à protecção do «Khan branco» — o Czar. Além disso, quando os oirat são definitivamente esmagados e exterminados em meados do século XVIII, a parte sententrional do seu império, tornada a «Fronteira de Khobdo» (1) — segundo o nome da principal fortaleza manchu que aí foi edificada — é reunida à administração da Mongólia Khalkh. A dominação manchu contribui assim de maneira decisiva para determinar em linhas gerais os limites territoriais da futura R. P. M. Por exemplo, é devido a esta última medida que a actual Mongólia compreende no interior das suas fronteiras, além dos mongóis Khalkh, os descendentes dos mongóis ocidentais do Império Oirat assim como algumas minorias nacionais não mongóis, sobretudo os Khasag, turcos da Ásia central, tradicionalmente estabelecidos nas províncias mais ocidentais do país (*aimag* de Khovd, de Bayan-Ölgii, de Uvs).

Administração manchu e sociedade mongol

O seu próprio interesse estratégico, o interesse de manter o seu domínio sobre todo o seu imenso império e por consequência, as necessidades de controle da

(1) Khovd, na forma actual que utilizamos mais adiante.

população levam os manchus a cobrir a Mongólia de uma rede extremamente hierarquizada e complexa de unidades administrativas e — pelo menos no princípio — militares. A grande habilidade do império manchu é ter sabido utilizar a situação que lhe tinha permitido conquistar a Mongólia Khalkh — ou seja, o desmembramento feudal — acentuando-lhe os efeitos e continuando nesse sentido uma transformação das estruturas do país de acordo com os seus interesses.

O desaparecimento definitivo da dignidade imperial favorece o aparecimento, ao longo do século XVII, de poderes reais, de pequenas monarquias governadas pelos senhores feudais mais poderosos que reivindicam como sua a legitimidade tchinggiskhaniana e que restabelecem em proveito próprio o velho título de *khan.* Na Mongólia Khalkh — a única que doravante nos interessará — três grandes senhores atribuem a si próprios esta dignidade e a partir daqui começam a ser conhecidos, tanto eles com os seus descendentes, pelos títulos de Setsen khan, Tücheet khan e Zasagt khan; os seus domínios situam-se respectivamente a este, no centro e a oeste da Mongólia actual (1).

Em vez de combater de frente esta instituição, aliás recente, os manchus preferem fixar-lhe os limites, deixando aos três *khan* o seu título hereditário, mas privando-os pouco a pouco de todo o poder real sobre as suas antigas possessões transformadas em *aimag.* A habilidade manchu manifesta-se tanto no fundo como na forma. Com efeito, o termo *aimag* é tomado das velhas denominações sociais para designar o que virá a ser apenas uma província. A mesma preocupação em utilizar as formas familiares aos mongóis se manifesta com a principal subdivisão do *aimag* — o *khochuu,* que o Ocidente conhece através da tradução do termo chinês: a «bandeira». O *khochuu,* para os mongóis do período feudal, significava a milícia da unidade social de base, e é por uma evolução do sentido que

(1) Um quarto *aimag,* Sain noyan aimag, foi criado pelos Manchus em 1725.

obtém, aliás mesmo antes da submissão aos manchus, o estatuto de toda esta unidade (1).

A partir de 1691, a política manchu tem como objectivo acentuar este desmembramento. Nessa data o número de *khochuu* passa de 8 para 34, até atingir três quartos de século mais tarde, o total definitivo e imponente de 86 (sem contar com certos domínios com um regime particular). De facto, a conservação do termo esconde uma completa transformação da instituição, que pouco a pouco se acha transformada numa imitação de um homólogo puramente manchu, o *gusa,* com as suas subdivisões desconhecidas do antigo *khochuu* — os *sum* (literalmente: «a flecha»), que se supõe disporem de 150 homens entre 18 e 60 anos, aptos para o serviço militar, e cuja organização e toda a terminologia são copiadas ponto por ponto do seu arquétipo, seja por tradução seja por simples transcrição do manchu.

A Mongólia é governada de Pequim por um Ministério especial e por representantes imperiais locais, dos quais o mais importante, no princípio do período manchu, é o Governador-geral *(Jiangjün)* de Uliasutai, no oeste do país (o que explica a continuação das operações contra os oirat), sendo este depois pouco a pouco suplantado pelo governador *(amban)* de Da Khüree (a futura Ulaanbaatar). Causa admiração a escassez das instituições propriamente manchus. Além do *Jiangjün* de Uliasutai e do *Amban* de Da Khüree, encontramos um *Amban* em Khovd e um representante em Kiakhta, na fronteira russa, exercendo essencialmente funções judiciárias e comerciais.

Os principais agentes da dominação manchu na Mongólia não são, com efeito, um exército de funcionários manchus ou chineses, mas sim mongóis, mais exactamente uma fracção da aristocracia mongol, a quem é dada a ilusão de uma certa autonomia de decisões, quando na verdade a vida do país no seu conjunto e em particular as prerrogativas da aristocracia obedecem a leis, a regulamentos e a decretos promulgados em Pequim. Um dos maiores efeitos da dominação manchu sobre a sociedade mongol, um dos mais ricos, na nossa opinião, em consequências políticas para a história mongol do século XX, é precisamente este desdobramento da aristocracia. Desdobramento de funções primeiro, em que a dominação manchu dissocia a posição de classe social e economicamente dominante da aristocracia das suas funções de comando. Política e militarmente, estas funções são nada mais do que uma delegação do poder imperial manchu, a despeito de certas formas destinadas a deixar aos príncipes e à nobreza mongóis a ilusão do seu passado poder absoluto. É assim que foi estabelecida a transmissão hereditária do título de chefe de *khochuu* — o *zasag* —, mas a nominação efectiva deve ser submetida à aprovação imperial... Desdobramento na composição da aristocracia em seguida, o que é uma consequência do precedente. Mesmo na sua posição de classe feudal economicamente dominante, a aristocracia não está ao abrigo dos efeitos sociais da burocratização de que ela é ao mesmo tempo objecto e agente principal. Com efeito, é a administração estrangeira que define o estatuto e os limites das relações de dependência pessoal, por outras palavras, que determina os poderes desta classe dominante para explorar em seu proveito, tanto por meios económicos como extra-económicos, as camadas sociais que se encontram sob o seu domínio. Este facto é considerável e repleto de consequências: a aristocracia mongol vê a sua base social diminuir em proporções notáveis e participa ela própria nesta diminuição. Pelo menos metade da população escapa-lhe — em proveito do Império — para formar os *sum.* É pois paradoxal que ela exerça sobre este povo dos *sum* a autoridade que lhe confere o seu papel na burocracia, ao mesmo tempo que, como classe dominante, perde o controle do essencial. Nem sequer a posse de «servos» pessoais, os *khamjliga,* escapa à regulamentação em

(1) Sob a autoridade dos três *khan,* a Mongólia Khalkh é dividida em sete e depois em oito *khochuu.*

função das classes nobiliárias, elas próprias de criação manchu.

Um corte muito nítido se estabelece, pois, rapidamente entre uma alta nobreza, por vezes unida pelo sangue à dinastia manchu e investida de responsabilidades políticas e administrativas importantes, e um número cada vez maior de pequenos nobres (mas a crise de fins do século XIX acaba também por atingir os príncipes de classe elevada) excluídos das funções públicas, privados no essencial do recurso à opressão extra-económica para assegurar o seu domínio e finalmente condenados a uma decadência social e económica que de aristocrática só tem um título sem significado. Que contraste entre estes príncipes que chegaram a ocupar — sobretudo no século XVIII — os mais altos postos (os primeiros Jiangjün de Uliasutai são mongóis e Da Khüree conhece verdadeiras pequenas dinastias de *Amban* mongóis) e todos estes fidalgotes que em princípios do século XIX são mesmo privados de uma prerrogativa tradicionalmente típica da superioridade aristocrática — a isenção fiscal. Por conseguinte, pode-se dizer que a dominação manchu é acompanhada de uma regressão importante da aristocracia mongol, da qual apenas uma fracção consegue manter o essencial das suas antigas prerrogativas, mas ao preço de uma assimilação quase completa a uma dominação estrangeira.

A Igreja lamaica

A penetração do lamaísmo na Mongólia — budismo profundamente reformado pela sua passagem pelo Tibete — remonta aos fins do século XVI (ainda que a tradição das relações entre a Igreja tibetana e os soberanos mongóis seja muito mais antiga). Adoptado como ideologia oficial pela classe dominante, cujos representantes mais eminentes se orgulham do papel desempenhado na sua defesa e na sua ilustração (Ligdan khan, a que já fizemos referência, foi também um

grande tradutor de textos canónicos), o lamaísmo adquire uma importância considerável no conjunto da vida social e logo a seguir económica da Mongólia. A religião guia com rigor todo o pensamento social mongol ou pelo menos esforça-se por isso, pois os cultos pré-budistas, chamanistas, nunca foram completamente desenraizados. No essencial, é com o lamaísmo que devem ser relacionadas as correntes morais e intelectuais e até mesmo os rudimentos do pensamento científico/ Força espiritual, o lamaísmo vai rapidamente desempenhar um papel temporal exorbitante.

1) Opera-se uma união entre o alto clero e a grande aristocracia. Introduzido «do alto» no País, o lamaísmo vê perpetuar-se a prioridade da grande aristocracia pelo jogo das Reencarnações de dignitários da Igreja, as quais só se verificam, coincidência estranha, entre as grandes famílias principescas.

2) A necessidade de uma conversão maciça da população e o prestígio de que se deve rodear a função clerical estabelecem logo no princípio os privilégios eclesiásticos que põem a Igreja ao abrigo de impostos e que isentam os monges e os súbditos que a aristocracia doou à Igreja de corveias, do serviço militar e de muitas outras obrigações penosas.

A Igreja tira desta situação um poder considerável e o seu chefe, o Jebzündamba Khutugtu (o primeiro foi um filho do Tücheet khan), a partir da segunda metade do século XVII, ocupa um lugar de primeiro plano não só na vida espiritual, mas também na política do país, ao mesmo tempo que se torna o principal senhor feudal e o maior proprietário de gado.

Herdeiros desta situação, os manchus, segundo o seu costume, esforçam-se por não actuar violentamente, procuram de preferência controlar o desenvolvimento da Igreja, utilizando-a ao mesmo tempo no seu interesse. Os imperadores manchus procuram, por um lado, captar para si o prestígio da Igreja, aparecendo como os protectores da fé — qualquer ataque aos privilégios adquiridos é portanto impensável — e, por outro, tentam evitar que a Igreja se torne um Estado dentro

do Estado ou, pior ainda, que sirva de instrumento às veleidades de independência de uma grande aristocracia ainda inquieta. Portanto, começa a ser proibido entrar para a religião (ou sair) unicamente por vontade própria e procura-se evitar que o chefe da Igreja se torne a cabeça de uma hierarquia centralizada, estabelecendo o princípio da independência dos mosteiros e estabelecendo administrativamente os direitos de várias categorias de dignitários religiosos. Em meados do século XVII, um decreto do Imperador Kianlong anuncia que para o futuro as Reencarnações do Jebzündamba Khutugtu seriam descobertas exclusivamente no Tibete, o que reduz sensivelmente os riscos de conluio entre o alto clero e a grande aristocracia.

No entanto, não se deve concluir daqui que se tratava de um império anticlerical. Todas estas limitações emanam de uma política global de controle da população, o que constitui cada vez mais o ponto central das preocupações manchus. No seu conjunto, a ideologia divulgada vai ao encontro dos interesses do Império: sendo a qualidade das reencarnações em função dos méritos das vidas passadas, a ordem social tem necessariamente de ser justa. Um sábio virtuoso torna-se um príncipe rico e poderoso, enquanto que o homem de pouco valor se reencarna em servo, e bem louco seria quem pretendesse levantar-se contra esta ordem.

Pequim torna-se assim — à custa dos príncipes mongóis, quer dizer, dos seus súbditos — o principal centro de tradução e de edição de obras religiosas em mongol. Se o fervor dos fiéis basta para financiar a construção de milhares de tempos e de mosteiros edificados em dois séculos de dominação manchu, o Império não deixa por isso de pagar grandes prebendas aos dignitários da Igreja, em relação com a sua classe. Dois séculos desta política de apoio, calculada sem dúvida pelos seus aspectos materiais, mas nem por isso menos real, fazem da Igreja a primeira força do país e sem dúvida a única capaz de tomar as suas directivas quando em 1911 a dinastia e a dominação manchus foram derrubadas.

Saída da sociedade mongol, a Igreja não escapa às suas contradições e não poderíamos classificar na classe dos senhores feudais uma massa de pequenos lamas que chega a contar com mais de 40 por cento da população masculina do país. As oposições são contudo bem marcadas por um lado, pela comunidade ideológica que constitui a Igreja e, por outro, sobretudo porque os próprios pequenos lamas, por muito diferentes que sejam dos altos dignitários do clero, não têm por isso uma menor participação no parasitismo praticado por toda a Instituição e não beneficiam menos, em certa medida, dos frutos da exploração feudal directa assim como dos diversos privilégios e vantagens ligados ao estado clerical que favorecem a fuga para os mosteiros perante a profunda crise que se abate sobre a sociedade mongol a partir de meados do século XIX.

Mais adiante teremos ocasião de voltar a falar dos aspectos económicos e sociais do lugar e do papel da Igreja. Recordemos aqui sobretudo o seu papel de instrumento ideológico — religião estrangeira entre as mãos expertas dos manchus — na servidão nacional que pesa sobre o povo mongol. É certo que o peso dos traços estrangeiros — a língua da igreja é o tibetano — constitui um obstáculo importante para o desenvolvimento de uma cultura nacional propriamente mongol. Não se trata, contudo, de um obstáculo irremediável, pois uma situação histórica é sempre muito mais rica em contradições do que a descrição que dela podemos fazer. No isolamento em que a dominação manchu coloca a Mongólia, os laços que certas obras lamaicas, longe de serem todas uniformemente consagradas à resignação, podem estabelecer com as culturas do Tibete, da Índia antiga e numa certa medida com a China, são praticamente os únicos que subsistem com o mundo exterior. Estas obras contribuem assim para despertar expressões propriamente mongóis — que aliás tomam rapidamente o aspecto velado de um protesto épico e com frequência satírico contra a opressão nacional e o seu cortejo de injustiças — mesmo no momento em

que a dominação ideológica da Igreja serve no seu conjunto esta opressão e estas injustiças.

A Mongólia em crise e a base económica da pastorícia nómada

Os fins do século XIX e princípios do século XX vêem desabar-se sobre a Mongólia uma crise nacional e social extremamente profunda. Muitos factores, tanto internos como externos da Mongólia, estão directamente na origem desta derrocada da sociedade, de que mais adiante veremos os principais efeitos. A situação parasitária do clero — o êxodo para os mosteiros toma o aspecto de uma fuga maciça perante os encargos que a população laica tem de suportar — diminui cada vez mais a base social sobre a qual se exerce uma exploração feudal tanto mais encarniçada quanto os príncipes se esforçam por fazer pagar aos seus súbditos os enormes juros das dívidas galopantes que eles contraem, em somas cada vez mais astronómicas, com os comerciantes-usurários chineses. Estes comerciantes, cada vez mais numerosos e mais ousados, começam a actuar como intermediários, como compradores de interesses imperialistas, e não deixam de intervir por si próprios no extremo Oriente e, em particular, na Mongólia.

A nossa atenção é atraída pelo papel e pelo lugar da Igreja nesta crise, principalmente como potência económica considerável e pela acção propriamente económica desenvolvida pelo clero feudal. O mais notável historiador da Mongólia pré-contemporânea, o professor Natsagdori, demonstrou como, no momento em que os feudais laicos recorriam sobretudo à exploração extra-económica para assegurar o seu domínio, o clero praticava a exploração feudal com o gado. O momento económico tinha, portanto, uma primazia indiscutível.

A exploração dos *arad* (1) tanto pelos senhores laicos como pelos dignitários do clero e dos mosteiros oferece

(1) *Arad*: criador de gado e, por consequência, povo.

o espectáculo de uma curiosa e muito interessante associação. Uns e outros dão o gado a guardar aos criadores populares. A guarda dos rebanhos dos príncipes toma o aspecto de uma contribuição obrigatória, não remunerada, que dá sobretudo ao senhor um rendimento em espécies, pois o carácter extremamente extensivo das explorações dos príncipes dispensa a utilização de uma grande mão-de-obra. Os mosteiros — cuja economia é geralmente melhor organizada — confiam o seu gado por pequenas quantidades ao mesmo criador, o que intensifica a exploração em condições muitas vezes semelhantes às do aluguer puro e simples e estão por isso sobretudo interessados numa renda em trabalho. O aluguer de gado aos mosteiros, necessário na maioria dos casos devido aos poucos animais que os criadores possuem, é objecto de um simples acordo oral que dá aos mosteiros o direito de retomar os seus animais em qualquer momento, o que constitui uma ameaça permanente para os pequenos criadores, que mal podem estabelecer um equilíbrio mesmo com o gado alugado. A única forma de remuneração é a recompensa, com algumas cabeças de gado, pelo bom estado do rebanho. Estes alugueres, frequentemente realizados a pedido do próprio criador e que não significam para ele nenhuma dependência pessoal em relação ao mosteiro, podem parecer perfeitamente inocentes a princípio. De facto, a obrigação de entregar o rebanho em bom estado, isto é, animais adultos e sãos, representa uma considerável responsabilidade para os pequenos criadores, muito superior às aparências enganadoras de um aumento do seu gado. Nas primitivas e precárias condições nómadas de criação de gado de então, as perdas são importantes, sobretudo entre os animais jovens, às quais se vêm juntar os impostos, os foros ao senhor laico, em menor medida as prestações em géneros ao próprio mosteiro, etc. Esta situação, aliás, traduz-se pela repugnância dos mosteiros e dos senhores feudais em emprestar ou em confiar o seu gado a criadores demasiado pobres para poderem reembolsar no caso de haver perdas importantes no gado alugado.

Os principais beneficiários destas operações, geralmente apresentadas — e geralmente recebidas — como um sinal de solicitude unicamente religiosa, e daí a razão dos cuidados geralmente dispensados pelos criadores aos rebanhos da Igreja, são evidentemente os grandes dignitários e os mosteiros mais poderosos. Segundo as indicações do académico I. M. Maiski (1), se a média do gado de aluguer de um criador é, por volta de 1918, de umas sessenta cabeças (7 cavalos, 7 bovinos, 1 ou 2 camelos e umas 40 ovelhas), para um mosteiro este número é dez vezes maior (70 cavalos, 65 bovinos, uma dezena de camelos e mais de 500 ovelhas). E mesmo assim estas médias aproximativas não dão senão uma ideia incompleta da realidade, se pensarmos que o chefe da Igreja possui, por seu lado, 30 000 cavalos, 15 000 bovinos e mais de 100 000 ovinos. Esta formação de rebanhos imensos entre as mãos do alto clero — e o aumento do gado corresponde exactamente aos encargos que recaem unicamente sobre os criadores — é sem dúvida a manifestação mais espectacular do parasitismo da Igreja lamaica. Igualmente notórios são os inumeráveis dons e oferendas feitos tanto pelos feudais laicos — à custa dos recursos dos seus súbditos — nas mais diversas ocasiões, como pelos criadores mais humildes, mais desamparados, desejosos de demonstrar o seu fervor religioso. Além disso, os próprios lamas, mesmo após terem entrado para a ordem (e trata-se praticamente de uma obrigação moral para cada família enviar pelo menos um filho para o mosteiro), ficam em grande medida na dependência da família e dos seus familiares.

(1) Após uma permanência na Mongólia, de 1919 a 1920, à cabeça de uma missão do *Tsentrosoyuz*, organismo cooperativo soviético, este sábio e diplomata publicou, no seu regresso, uma obra que se tornou clássica: *A Mongólia contemporânea*, Irkustk, 1921; reeditada em 1959: *A Mongólia nas vésperas da revolução*, Moscovo, 1960, em russo.

O reforço da opressão nacional e da exploração feudal

Os aspectos próprios da dominação estrangeira e da exploração feudal em proveito da aristocracia mongol constituem, no agravamento das condições de existência da massa da população, um feixe difícil de desagregar, o que aliás permite compreender até que ponto a luta de libertação nacional e a revolução social, antifeudal, podem estar intimamente ligadas a partir de 1921.

Vimos como os métodos económicos permitiam ao alto clero aumentar sem entraves as suas riquezas, e digamos que tão-pouco os feudais laicos, interessados sobretudo numa renda em géneros, ficam indiferentes a esta situação. Aproveitam em geral o aumento, ainda que temporário, do gado de aluguer dos «seus» criadores para aumentarem as prestações que lhes exigem. Não faltam ocasiões para explorar a população. Qualquer deslocação ou qualquer acontecimento na vida do príncipe serve de pretexto para prodigalidades feitas à custa dos *arad*.

Os impostos cobrados directamente pelos *zasag* — príncipes-governadores dos *khochuu* — e pelos diferentes príncipes são em teoria bastante medidos e a Lei manchu parece querer proteger a população dos abusos dos feudais:

> «No momento da cobrança anual (dos impostos) por todos os príncipes e nobres mongóis aos seus próprios súbditos, tomar um carneiro a quem tem mais de cinco bovinos, um carneiro a quem tem mais de vinte carneiros e dois a quem tem mais de quarenta. É proibido tomar mais, seja qual for o número de animais (carneiros) que possua acima do indicado.»

Esta moderação, aliás bastante formal, não foi evidentemente inspirada ao legislador manchu por um sentimento de caridade, mas sim por uma perfeita

compreensão dos interesses do Império. Já antes da submissão aos manchus, a partir de 1636-1638, que os príncipes Khalkh ofereciam todos os anos ao imperador, como testemunho de boa vizinhança, um tributo chamado das «Nove cabeças brancas» (oito cavalos e um camelo brancos). A transformação deste tributo de simbólico que é no século XVII em verdadeiro imposto é apenas uma demonstração dos enormes fardos de que a dominação manchu sobrecarregava a população mongol. Assim, em 1819, os quatro *aimag* Khalkh oferecem, além do tributo, 40 000 cabeças de gado por ocasião de uma simples deslocação imperial pela Mongólia interior. Pretextos não faltam aos manchus para exigir tais prestações em gado para consumo e em animais de carga para o exército, etc. O século XIX é a este respeito particularmente nefasto para uma criação de gado nómada, de equilíbrio instável, sobretudo com o início das sublevações populares que abalaram a China a partir de meados do século (Taiping, Nian, Muçulmanos, etc.)

Por outro lado, o Império não deixa por isso de continuar a exigir antecipações em dinheiro, que os mongóis satisfazem ao preço de um endividamento crescente, isto é, de uma nova alienação do seu gado a favor dos mercadores chineses.

Mas o aspecto mais original da dominação manchu é obrigar a população dos *sum* (e com ela, devido à crise, outras camadas são arrastadas) a assegurar serviços extremamente pesados que respondem à vocação administrativa e militar fixada à Mongólia. Contentamo-nos com uma enumeração sugestiva apesar de tudo. A população deve manter preparada para o combate uma força imediatamente mobilizável igual ao terço dos efectivos teóricos dos *sum*, ou seja, cinquenta homens em cada cento e cinquenta aptos. Os gastos em armamento, em animais de carga e as despesas ocasionadas pelas revistas periódicas recaem sobre a população. Os postos de guarda-fronteiras estabelecidos ao longo da fronteira russa são servidos por contingentes recrutados nos *sum*; as deslocações e os estacionamentos das tropas também incumbem à população. A Mongólia está coberta de vias de comunicação de uso exclusivamente oficial, servidas por um sistema de mudas (örtöö) de que nem os *zasag* se podem servir, excepto no exercício das suas funções. Ainda aqui o funcionamento das mudas incumbe à população dos *sum*, que não só deve prestar serviços em todas as estações, como também fornecer os cavalos e os camelos que servem de transporte e os carneiros e os bois destinados à alimentação dos mensageiros e das individualidades transportadas. Ora da segunda metade do século XVIII até fins do século XIX, o número de estações passa de cento e vinte para mais do dobro. E por fim, é ainda a população dos *aimag* que assegura a deslocação e que provê às despesas da permanência em Uliasutai dos príncipes mongóis, colocados à cabeça dos quatro *aimag*, e que participam alternadamente na actividade dos governadores-gerais manchus.

Todas estas despesas assentam num sistema de pequeníssima exploração nómada, que as antecipações em géneros e em trabalho só podem bloquear e comprometer o desenvolvimento. Quando se verifica a inter-relação indiscutivelmente existente entre o esplendor do lamaísmo e a dominação existente, por um lado e, por outro, o peso que representa a manutenção do aparelho administrativo e militar manchu, torna-se evidente que a crise da sociedade mongol nas vésperas da revolução não deve nada a uma fatalidade imaterial, mas que é precisamente o resultado de dois séculos de submissão ao Império dos Tsingues.

Mesmo o reforço da exploração propriamente feudal dos criadores de gado mongóis pelos seus senhores não é fácil de ser dissociado da dominação estrangeira, quer porque os príncipes se tornam poderosos graças às suas funções administrativas, quer, como no caso dos *zasag*, porque a aristocracia recorre à força do aparelho de Estado para garantir a sua dominação. É assim que em 1863 os príncipes e os mosteiros do *aimag* Sain noyan dirigem uma súplica às autoridades

contra os pequenos criadores de gado que não cuidam de forma satisfatória o gado que lhes é confiado.

Ainda não analisámos a opressão nacional senão através de certos aspectos económicos mais importantes. São agora necessárias algumas palavras sobre os processos de dominação com os quais o próprio termo de opressão mais se relaciona. O papel principal corresponde assim à legislação manchu em geral e ao sistema judiciário, aparelho de terror no sentido histórico do termo, em particular. As leis manchus, elaboradas em códigos volumosos com uma forte influência jurídica chinesa em fins do século XVIII e princípios do século XIX, procuram manifestamente regular a vida dos mongóis até aos mínimos pormenores. Uma das características essenciais desta legislação é, porém, o seu carácter menos de prescrição do que de repressão. Praticamente não existe um só dos 715 artigos do Código de 1826 que não preveja, para os casos mais diversos, uma escala de penas muitíssimo pesadas, que vão desde a morte por estrangulamento sendo a mulher e os filhos reduzidos à escravidão e dispersão dos bens, até à escravidão, ao exílio na China, à prisão, à canga, ao apaleamento e inumeráveis multas em gado. O carácter de classe desta legislação é deliberado. Não só as penas não são as mesmas — a aristocracia é preservada dos castigos corporais que recaem muito duramente sobre os *arad* (uma condenação a cem bastonadas é uma sentença de morte dissimulada) — como a própria qualificação dos crimes varia segundo a classe social a que pertence o seu autor. A injúria só é crime se é dirigida a um príncipe por um homem do povo e o mesmo sucede com a violação de sepulturas. Quanto ao adultério, é apenas passível de uma indemnização se é cometido por um nobre com uma mulher do povo, mas já é castigado com a pena de morte se um camponês se crê autorizado a entrar em relações íntimas com uma dama bem nascida.

O exercício da «justiça» é terrivelmente brutal e a tortura judiciária é sistemática. Todos os museus da Mongólia conservam hoje horrorosos instrumentos de

suplício — chicotes, gazuas, tenazes, etc. Os presos são obrigados a confessar ajoelhados sobre correntes enquanto os verdugos carregam sobre um pequeno barrote passado por trás dos joelhos. Marcar com ferro em brasa ou arrancar os olhos, o nariz ou as orelhas são coisa corrente. Por delitos menores, como as dívidas, os homens são encerrados em caixotes onde não podem sentar-se nem deitar-se completamente — e isto por vezes durante vários anos. A escravidão só existe na Mongólia, porque os manchus a adoptaram como forma de castigo, o que cria uma camada ainda mais miserável que o resto dos servos.

O recurso a estes métodos de terror tornou-se indiscutivelmente generalizado devido à cirse, para tentar travar os movimentos de descontentamento que se produzem entre a população. A brutalidade por parte das autoridades manchus e dos seus agentes manchus e mongóis é um costume. Deixemos uma testemunha russa, Alexei Vassilevitch Burdukov, descrever a última viagem de inspecção do governador-geral de Uliasutai pela Mongólia ocidental em 1911:

> «... Os paus de bambu da comitiva do *Jiangjün* passearam-se pelas costas de todos. Alguns funcionários (mongóis, J. L.) procuraram esconder os chapéus com os botões distintivos da sua posição esperando assim receber nada mais do que a ração comum de pauladas e não mais, como lhes teria correspondido por serem chefes. Os bambus caíam sobre os dorsos mongóis literalmente a todo o momento. Que um cavalo se banhasse em suor debaixo de um soldado chinês atestado de ópio, e este imediatamente enchia de pancadas os mongóis que lhe caíssem nas mãos. Batia-se porque o carregamento de um camelo estava mal arranjado, porque os *yurtes* não estavam suficientemente brancos, porque a limpeza estava mal feita — numa palavra, batia-se por tudo e por nada. Que um cavalo

caminhe mal, que um mongol não se incline suficientemente baixo ao receber as rédeas de um cavalo das mãos de um chinês, e imediatamente todos recebiam uma sova. Conhecendo esta situação, os mongóis preparavam-se antecipadamente vestindo peles e gorros espessos. Desde o momento em que a desgraça se anunciava, sentavam-se, enterravam a cabeça nas peles, cobriam-se com as mãos escondidas nas mangas largas e punham-se a implorar piedade gritando o mais que podiam, ou às vezes tentavam escapar saltando para um cavalo rápido. Resistir ou protestar não vinha à cabeça de ninguém.»

Comércio chinês e colonização chinesa

Uma das causas directas da crise, e o seu interesse reside no facto de se combinarem aspectos socioeconómicos e nacionais, é a actividade dos comerciantes chineses e o endividamento maciço e galopante que as suas operações comerciais e usurárias geravam no país.

Fiéis à sua política de isolamento das diversas nacionalidades do império e temendo que os mongóis obtivessem reforços através do comércio com a China, os manchus nos primeiros tempos procuram limitar a penetração comercial chinesa com a distribuição de licenças, cujos titulares são os únicos autorizados a atravessar a fronteira, com a limitação a um ano da permanência na Mongólia dos comerciantes chineses, com a interdição de levar mulheres chinesas para a Mongólia (com o objectivo de impedir assim a instalação permanente de famílias e centros chineses), com a proibição do comércio de certos artigos, em particular todos os que pudessem apresentar um interesse estratégico.

Na verdade, estas proibições são iludidas logo após a sua promulgação, e a partir do século XVIII o número de comerciantes chineses que operam na Mongólia é várias vezes superior ao número de licenças distribuídas, e as poucas operações de controle e de expulsão dos infractores têm apenas um êxito medíocre e efémero. Da Khüree, Uliasutai, Khovd e Kiakhta tornam-se centros comerciais permanentes bastante activos. A China, dominada politicamente pelos manchus, não deixa por isso de ser a parte economicamente mais avançada do império, e esta desigualdade do desenvolvimento com o tempo vem provocar uma aproximação dos meios dirigentes manchus aos círculos comerciais e financeiros chineses, que, fortalecidos por este apoio das autoridades, alargam ainda mais o campo das suas actividades na Mongólia.

A penetração do imperialismo russo sobre toda a zona periférica setentrional e ocidental do Império, o início da implantação dos comerciantes russos na Mongólia e, de uma maneira mais geral, os efeitos na China da própria expansão imperialista do século XIX levam os manchus, em 1878, a levantar as protecções que tinham até então deixado a Mongólia ao abrigo de uma colonização pura e simples. Se as vagas de povoamento agrícola chinês não entram praticamente na Mongólia interior, a Mongólia exterior não ficou totalmente isenta, mas o país é sobretudo mais do que nunca entregue aos apetites comerciais chineses — grandes firmas especializadas no crédito usurário, mas também pequenos comerciantes isolados que percorrem as grandes planícies mongóis vendendo o mais caro possível — em troca de gado — as mais diversas mercadorias.

Alguns processos utilizados pelos comerciantes chineses para aumentar os seus ganhos merecem ser referidos aqui para dar uma ideia das consequências que estas práticas tiveram para a economia do país. De uma maneira geral, os comerciantes chineses estavam atacados de uma estranha fobia do pagamento de contado. É que não pode existir operação comercial digna deste nome que não leve em si uma especulação usurária. Se o comércio não estivesse na origem quase exclusiva dos objectos manufacturados que penetra-

vam na Mongólia, poder-se-ia dizer que era um simples pretexto para a usura. Em certos casos, de facto, nem sequer é necessário este pretexto, pois as exigências em dinheiro por parte da dinastia manchu bastam para assegurar a prosperidade das firmas que se dedicam ao crédito. Viagens de príncipes a Pequim, deslocações de dignitários lamaicos à Corte imperial ou ao Tibete, contribuições pecuniárias para a manutenção dos exércitos, viagens de inspecção das autoridades manchus, casamentos principescos, presentes e oferendas, tudo situações urgentes em que a realização em dinheiro da única riqueza — o gado — é uma operação demorada e complicada. Os príncipes, os mosteiros e os *khochuu* recorrem então a «benfeitores» capazes de lhes entregarem imediatamente as quantias necessárias e que se fazem depois pagar sobretudo em gado e em matérias de primeira necessidade para a criação do gado. Trata-se pura e simplesmente de empréstimo usurário; o interesse normal e legítimo chegava mesmo aos 36 por cento (o que constitui uma velha tradição chinesa), e a isto juntavam-se diversas técnicas destinadas a corrigir as possíveis insuficiências remuneradoras destes ganhos.

O mais corrente é a subestimação sistemática do valor do gado oferecido em pagamento. Se o preço de um cavalo no mercado, diz-nos Maiski, é entre 18 e 20 *liang* (1) de prata, será levado apenas por 12 ou 13 *liang*. Os interesses depositados são, em geral, pelo menos duplicados com este sistema de lucros disfarçados. E não se trata apenas de lucro, pois as firmas chinesas chegam a recusar as quantias que os mongóis lhes oferecem para pagar toda a dívida. A sua preocupação é precisamente manter a situação de dívida dos mongóis, pois os lucros depositados têm a agradável regularidade de uma renda assegurada, podendo as firmas contar com o total apoio das autoridades quando recorrem contra os eventuais maus pagadores.

(1) *Liang*, antiga medida chinesa de peso, equivalente a cerca de 37 gramas.

Não existe um único *khochuu* que não se tenha endividado e especialmente com a maior firma que se dedica a esta espécie de crédito, Da Shen-ku, que chega a exportar anualmente para a China 500 000 carneiros e 70 000 cavalos, graças unicamente aos lucros recebidos. Quando um *khochuu* ou um príncipe contraem um empréstimo a título privado, ainda que pouco importante, pode-se predizer que a sua prosperidade está condenada — ou melhor, a prosperidade, já bem relativa, dos seus súbditos. Muitas vezes incapaz de cumprir os interesses do primeiro ano, vê a sua dívida aumentar desmedidamente, o que evidentemente o não defende de uma situação que o deixe de novo à mercê dos usurários para um novo empréstimo.

Mas isto é ainda muito pouco para o gosto dos comerciantes chineses, que utilizam sistematicamente a incoerência monetária e as disparidades entre medidas. As trocas operam-se, com efeito, com a ajuda de instrumentos que apresentam o enorme inconveniente de serem ao mesmo tempo mercadorias de uso corrente (carneiros, barras de chá, peças de seda), submetidas às oscilações de um mercado solidamente manejado pelos comerciantes chineses. Mesmo quando o comércio russo, nos fins do século XIX, faz entrar na Mongólia um certo volume de prata em barras (muito pura, vinda dos mercados de Hamburgo e de Francoforte-sobre-o-Meno e chamada «prata branca» pelos mongóis), não se verifica nenhuma melhoria. Os comerciantes chineses especulam com a ignorância dos mongóis e manipulam sem vergonha a pesagem deste dinheiro-metal. As balanças chinesas (muito parecidas às nossas balanças romanas) podem ser utilizadas em três escalas de peso por uma simples mudança do cursor; existem, portanto, três *liang* diferentes, e nada mais simples do que «enganar-se» no cursor. Instaura-se assim uma tradição que Maiski nos diz ter adquirido o carácter de uma «lei não escrita»: receber do comprador o dinheiro em *liang* pesados e dar o troco em *liang* leves, indo a diferença imediatamente parar ao cofre do mercador.

Mas as manipulações com o dinheiro não ficam por

aqui. A partir de 1825, pouco mais ou menos, a China, cujo sistema monetário se baseia num bimetalismo prata-cobre, vê fugir a sua prata, sobretudo sob o efeito do tráfico de ópio que lhe é imposto a tiros de canhão pelas potências ocidentais. Compreende-se assim a avidez que assalta os círculos financeiros e a dureza com que o precioso metal é arrancado às regiões mais remotas do Império. A prata assim «recolhida» na Mongólia parte, portanto, para Kalgan e para Pequim. Quando reaparece na Mongólia — para novas operações usurárias ou para diversos pagamentos — já foi fundida em barras mais pequenas, com uma mistura até 30 ou 40 por cento de metais não-nobres (cobre, zinco, ferro, chumbo). Ainda aqui, trata-se de uma operação que não levanta nenhuma reprovação. A «verdadeira» fraude, muito praticada embora seja bastante grosseira, consiste em passar pequenas barras de ferro apenas cobertas por uma fina camada de prata.

As consequências de tais actividades sobre a economia mongol são fáceis de imaginar — insolvência de uma massa crescente da população; nos primeiros anos do século XX, cada exploração de criadores deve entre 50 e 100 *liang* de prata aos usurários, sem contar com a dívida colectiva dos *khochuu,* que em 1911 é de 11 milhões de *liang;* condenação da economia à regressão pela ruptura dos frágeis equilíbrios sobre que assenta a criação nómada de gado, etc.

Até aqui só abordámos ainda a acção das empresas privadas. Mas com a chegada do século XX e sob o impulso directo do governo imperial, a penetração chinesa tende a tornar-se uma colonização completa. Em 1906 é criado em Pequim um escritório de emigração para a Mongólia, o qual, em 1909, procede a um recenseamento da população, do gado e das terras da Mongólia exterior. São elaborados um plano de colonização e um projecto de acordo com os príncipes mongóis, entrando efectivamente em vigor. Os príncipes mongóis, os mais ricos dos quais não têm receio de se associar às operações «comerciais» das firmas chinesas, não opõem, na sua maioria, nenhuma resistência a estas

medidas. Os acordos assinados em Pequim estipulam, com efeito, que metade do valor das terras cultiváveis que forem expropriadas deverá ser entregue ao *zasag* local. De facto, as firmas chinesas, com o pretexto de se fazerem reembolsar dos seus créditos, apoderam-se das terras assim espoliadas. Em 1911, um representante russo da Mongólia comunica que no Norte do país, 5,35 milhões de hectares já tinham sido usurpados aos mongóis. Estas expropriações recaem, evidentemente, sobre as melhores terras, as melhores irrigadas. Se as primeiras vítimas desta evolução são sem dúvida nenhuma os pequenos criadores já meio arruinados, uma fracção crescente da aristocracia laica e do clero acaba também por ser atingida, restringindo ainda mais a base social do seu domínio.

Daqui resulta que, se uma fracção importante da aristocracia mongol foi durante dois séculos fiel e o principal agente da dominação estrangeira, as ameaças que pesam, com o correr do tempo, sob os efeitos desta dominação — e sobretudo a colonização maciça chinesa dos princípios do século XX — expliquem a posição contraditória da aristocracia, sensível aos objectivos de uma libertação nacional, em que vê a possibilidade de uma restauração das suas prerrogativas, mas evidentemente incapaz de admitir — por esta mesma razão — que esta libertação não possa ser conquistada senão ao preço de profundas transformações sociais. É esta certamente, além dos factores estranhos à própria sociedade mongol, a principal razão da tentativa feita pela aristocracia mongol — de 1911 a 1918 — para restaurar a autonomia da Mongólia, mas é também a razão das suas contradições, das suas ambiguidades e finalmente da sua derrota.

Interesses e rivalidades imperialistas

A penetração imperialista no Extremo Oriente merece toda a nossa atenção, quanto mais não fosse pelos efeitos indirectos que provoca na China o grande movi-

mento que, na segunda metade do século XIX e em princípios do século XX, vê a expansão dos imperialismos europeus, aqui sobretudo inglês e russo, o nascimento do imperialismo japonês e por fim a pretensão dos Estados Unidos, já nesta época, de ter um papel de primazia em tôda a bacia do Pacífico.

A própria Mongólia é apanhada na rede das relações e das contradições económicas e estratégicas entre os imperialismos, de que se torna um dos objectivos, pois as suas fontes de riqueza — gado, matérias-primas animais e, o que constitui uma novidade, riquezas minerais — estão longe de deixar indiferentes os interesses estrangeiros, que não se sentem plenamente satisfeitos com a actividade dos *compradores* (*) chineses.

Uma grande rivalidade domina, no século XIX, a história das relações interimperialistas na Ásia. A Inglaterra e a Rússia, uma com colónias na Índia e a outra com possessões na Sibéria, enfrentam-se periodicamente, praticamente desde o Mediterrâneo e do Mar Negro até ao Mar da China. A Turguia, a Pérsia, o Afganistão, o Turquestão, o Tibete, a Mongólia, a China, não há região da Ásia central e oriental onde os seus interesses não se choquem. Contudo, é por outro lado que vão surgir os conflitos mais violentos.

O jovem imperialismo japonês, tardio e limitado no seu desenvolvimento interno pela exiguidade e pela insularidade do seu território, não tem outra alternativa senão lançar-se numa política expansionista agressiva no continente asiático, orientada principalmente, a partir de 1894-1895, para a vizinha Coreia, para a Manchúria, onde os interesses russos estão já fortemente implantados, e para as possessões russas da Província Marítima e da ilha Sakhalina. Após alguns anos de tergiversações diplomáticas, marcadas em 1902 por um tratado anglo-nipónico que deixa o caminho livre ao Japão na sua luta contra a Rússia, estala a guerra

(*) *Compradores* — em português no original. — *(N. do T.)*

de 1904-1905. Após o Tratado de Portsmouth, que consagra em 1905 a nítida derrota do império czarista, os acordos secretos de 1907 e de 1910 delimitam as zonas de influência russa e japonesa no Extremo Oriente. Se a Manchúria e a Mongólia interior ficam à disposição do Japão, a partir de então, a Rússia mantém o seu domínio sobre a Mongólia exterior, onde aliás a sua penetração data de há mais tempo.

1907 vê abrir-se na Mongólia a primeira firma inglesa, logo seguida de concorrentes americanas e alemãs. Além disso, como já dissemos, muitas das firmas chinesas são nada mais do que *compradores*, intermediárias dos interesses anglo-americanos geralmente estabelecidos em Tientsin. Em 1909 penetram na Mongólia 256 400 peças de algodão de 25 jardas e fazendas americanas no valor de 1,4 milhões de rubros-ouro. Mas a penetração directa de interesses imperialistas na Mongólia não deixa por isso também de ser obra da Rússia. Podem-se distinguir dois tipos de penetração bastante diferentes: por um lado, uma penetração comercial bastante anárquica, muito parecida nas suas formas e nos seus métodos com o comércio chinês, ainda que de muito menor importância e baseada numa imigração russa já antiga: camponeses colonos vindos da Rússia central para a Sibéria, velhos crentes que fugiam às perseguições religiosas e mais tarde exilados políticos. Todos dedicados a diversas actividades: agricultura, criação de gado e caça, artesanato, comércio; por outro lado, a partir de princípios do século XX, uma implantação de interesses nitidamente imperialistas, interessados numa intensificação da exploração das riquezas do país — lãs, couros e minerais.

Após a assinatura do Tratado de Tientsin em Junho de 1858, o qual levanta todas as restrições ao «comércio por via terrestre quanto ao número de pessoas que se dediquem a actividades comerciais, à quantidade de mercadorias importadas e ao montante do capital empregado» e que autoriza a Rússia a abrir consulados, vem juntar-se à imigração tradicional uma penetração comercial apoiada pelo governo czarista. 1860 vê simbo-

licamente a abertura simultânea de um consulado russo e da primeira firma comercial importante. Em 1883 são já uma dezena, por volta de 1910, uma vintena, em 1912, não fazendo referência senão às principais, são mais de 25 e quando, em 1925, o Governo Popular Mongol procede a um recenseamento das firmas estrangeiras, encontra mais de cinquenta firmas russas privadas, que então praticavam o comércio sobretudo com a China. Em 1868 são abertas duas firmas russas em Khovd e em 1869 em Uliasutai. De uma maneira geral, as operações comerciais das mais importantes firmas russas (Bodunov e Ignatiev, em Uliasutai, Asanov em Khovd) não ultrapassam o meio milhão de rublos por ano, o que as coloca atrás de uma boa dezena de concorrentes chineses. A actividade destas companhias contribui de uma maneira bastante medíocre para melhorar a vida económica mongol. Os comerciantes russos, na verdade, retomam as práticas chinesas — fraudes com as medidas e com o dinheiro, crédito usurário e comércio não-especializado, em que cada um compra e vende o que é apresentado.

Quando o derrube do Império Manchu e a proclamação da autonomia mongol em 1911-1912 são acompanhados da expulsão em massa dos comerciantes chineses, o comércio russo fica numa situação extremamente favorável. Mas embora beneficiando de um sentimento russófilo que as suas operações fraudulentas não conseguiram entravar, com a garantia do apoio de um governo mongol que deve a sua existência à ajuda russa, retomando a baixos preços, ou mesmo gratuitamente, os «stocks» das mercadorias abandonadas pelos comerciantes chineses na sua fuga, os comerciantes russos manifestam-se mesmo assim incapazes de tirar vantagens desta situação. Uma vez desembaraçados da concorrência chinesa, não só aumentam consideravelmente os seus preços de venda, ao mesmo tempo que baixam os preços de compra das matérias-primas mongóis, como também se mostram incapazes de ocupar o lugar deixado livre pelos chineses e de fornecer ao mercado mongol, sobretudo a partir de 1914, os artigos

manufacturados russos que venham substituir as antigas importações de origem chinesa. Isto faz com que o regresso dos comerciantes chineses, a partir de 1915--1916, prenúncio da liquidação da autonomia mongol, seja bem acolhido pela população.

Esta impotência do comércio russo, caracterizado por empresas de capital módico, relativamente mal organizado, é típica do capitalismo russo no seu conjunto e isto manifesta-se claramente nos casos das empresas mais ambiciosas e nas tentativas russas de organização global da sua penetração. Se, por um lado, a diplomacia czarista, que encoraja particularmente o autonomismo mongol, obtém êxitos reais, a exploração económica e comercial destas aberturas, por outro lado, é decepcionante. De facto, ainda que o capitalismo russo, nos princípios do século XX, esteja em plena expansão, não deixa por isso de ser um capitalismo atrasado, intimamente ligado a uma autocracia parasitária, desproporcionado no seu desenvolvimento e ainda fortemente influenciado pelos interesses dos imperialismos mais desenvolvidos; estas características manifestam-se tanto pela debilidade do comércio como pelas hesitações, e pela pequena envergadura das iniciativas económicas do imperialismo russo na Mongólia.

O principal interesse das empresas russas é apoderar-se dos recursos da criação de gado, sobretudo da lã. Além da aquisição desta lã através dos métodos já descritos, esta actividade — aproveitando o aparecimento de uma massa de população desempregada, forçada a abandonar o campo devido ao estado ruinoso da criação de gado — dá origem a um embrião de produção industrial, sobretudo sob a forma de lavandarias de lã. Por volta de 1910 podem-se contar uma vintena de pequenas fábricas de curtumes e umas sessenta lavandarias de lã, que empregam entre um e quarenta assalariados (por vezes, temporariamente, até mesmo duzentos). O lucro realizado desta maneira é duplo. Por um lado, a lã em estado bruto perde com a lavagem, em suarda e em impurezas, até 25 por cento do seu peso, do que resulta uma economia substancial

no transporte para os centros da indústria têxtil russa e europeia e, por outro lado, os salários pagos aos mongóis, no melhor dos casos, correspondem a metade dos salários dos trabalhadores do *artesanato* russo.

Ao lado desta exploração, muito fragmentária e anárquica, do mercado mongol de matérias-primas animais, as «grandes» empresas capitalistas russas voltam-se sobretudo para a exploração dos metais preciosos que abundam no subsolo mongol. Em 1900, um certo von Groot, secretário pessoal de Li Hong-khan, sendo este último o principal responsável da diplomacia manchu nos últimos anos do Império, obtém uma concessão do Governo de Pequim para explorar os jazigos de ouro do Leste da Mongólia. Desta concessão nasce em S. Petersburgo a «Sociedade por acções para os negócios mineiros dos *aimag* Tücheet khan e Setsen khan na Mongólia», com um capital de 1,8 milhões de rublos, mais conhecida sob o nome de «Mongolor». Os principais accionistas — para dar uma ideia do que é então o capitalismo russo — são a imperatriz viúva Maria Fiodorovna, Leopoldo II e o próprio Li Hong-zhan. No início da exploração, dirigida por cerca de quarenta engenheiros e técnicos recrutados nos Estados Unidos (a corrida para o ouro tinha sido há pouco tempo), a extracção anual anda à volta de duas toneladas de ouro, o que oferece uns lucros consideráveis. Com a implantação da autonomia, o Governo mongol prorroga a concessão até 1931 contra o pagamento de 16,5 por cento *ad valorem* (*) sobre o ouro extraído. Na verdade, estas operações permanecem completamente estranhas à economia mongol. Por motivos essencialmente religiosos, os mongóis recusam-se a trabalhar nas minas. Entre os 2500 assalariados que trabalham na quinzena de filões explorados, não se encontram mais de setenta mongóis. Além disso, as cifras produzidas são deliberadamene alteradas para escapar aos

(*) *Ad valorem* — em latim no original. — (Segundo o valor. *N. do T.*)

impostos devidos ao Governo mongol. Enquanto que a produção declarada em 1912 é de 120 poud (quase duas toneladas), a Câmara do Comércio russo na Mongólia nem sequer dissimula que pelo menos 30 poud, ou seja perto de meia tonelada, foram desviados para serem directamente vendidos no mercado chinês. A partir de 1913, a produção tem tendência para diminuir devido a um certo esgotamento dos filões, mas mesmo assim as operações da «Mongolor» não deixam de ser muito remuneradoras. O fim da sociedade ilustra o carácter rocambolesco dos conflitos de interesses surgidos com a penetração imperialista na China e na Mongólia. Em Fevereiro de 1917, com a queda do czarismo, os estabelecimentos da sociedade, cortados os contactos com a sede de Petrogrado, ficam praticamente entregues a si próprios e sobretudo sob a autoridade absoluta do director-geral residente na Mongólia, um certo Fitinghof. Em fins de 1920, seis carros repletos de «gangsters» americanos armados até aos dentes irrompem em Urga (1). Fitinghof é raptado e levado para Pequim, onde é obrigado a assinar, com uma compreensível independência de espírito, a transmissão da concessão da «Mongolor» a uma sociedade americana recentemente constituída. Este estranho «tratado», ainda que sem nenhum valor jurídico — pois Fitinghof não tinha nenhuma autoridade para tomar disposições sobre a sociedade — não deixa por isso de ser registado sem hesitações pelos tribunais comerciais chineses e pelas autoridades consulares dos E. U. A. Única tentativa industrial de alguma envergadura, esta empresa não consegue encobrir as debilidades da implantação russa. Da «Mongolor» só resta hoje a carcassa ferrugenta de uma pequena locomotiva no vale da ribeira Yerö...

(1) Do mongol örgöö, palácio, nome com que é mais conhecida a capital da Mongólia autónoma, Niislel Khüree, a antiga Da Küree, que em Novembro de 1924 passa a denominar-se Ulaanbaatar.

As tentativas do imperialismo czarista para consolidar a sua penetração económica com um aparelho financeiro moderno e sobretudo com um banco caracterizam-se pela mesma debilidade. Em 1911, o intérprete russo do primeiro Governo autónomo mongol, Moskvitine, recebe também uma concessão para a abertura de um banco, com monopólio de emissão, autorizado a conceder créditos públicos, mas não particulares, e com o compromisso de fazer empréstimos ao Governo mongol com uma taxa única de 6 por cento. Além disso, 15 por cento dos lucros do banco revertem para o Governo, que pode ou comprar o banco ao fim de cinquenta anos ou recuperá-lo sem indemnização ao fim de oitenta anos. De facto, Moskvitine não abre nenhum banco e vende a sua concessão a um alto funcionário, Yuferov, o qual por sua vez cede os direitos ao Governo czarista, que por fim transmite a concessão ao Banco Comercial da Sibéria. O «Banco Nacional Mongol» abre por fim as suas portas em 1915 com um capital de um milhão de rublos, no qual o Governo participa, apesar de tudo, com 20 por cento. Como confessa A. Orlov em 1917, um dos promotores do negócio e último cônsul czarista em Urga:

> «Foi elaborado um programa de actividades para o Banco Nacional Mongol que fazia dele não um organismo de crédito, mas um organismo colonial que só praticava operações de transferência e os pagamentos respeitantes.»

É um fracasso, e o Governo mongol, pressionado pela China e decepcionado com os magros lucros obtidos com este negócio, anula a concessão em 1918. A. V. Burdukov, o destinatário da carta de Orlov, tira uma conclusão que faremos nossa:

> «Esta carta mostra a ausência de perspectivas, a ausência de planos da política czarista na Mongólia nas vésperas da revolução. Também não se fizeram planos após a revolução de Fevereiro, o objectivo principal era: comprar o mais gado possível.»

Efeitos económicos e sociais da crise

O economista Bogolepov ([1]) dá em 1910 este quadro alarmante da Mongólia:

> «A classe abastada está a desaparecer na Mongólia. Não se vê acumulação de capitais. O regime político exclui absolutamente inclusive a possibilidade de um tal fenómeno. O mongol rico será mais cedo ou mais tarde roubado pelas autoridades do *khochuu* ou pelos príncipes. Além disso, os mongóis ricos em gado não se diferenciam quase nada — como consumidores de artigos de comércio — dos mongóis pobres.»

É certo que a criação de gado na Mongólia luta com grandes dificuldades naturais, mas algumas cifras anotadas por Maiski durante a sua expedição de 1919-1920 permitem fazer uma ideia mais clara das causas do empobrecimento trágico que atinge a sociedade mongol no seu conjunto, no princípio do século XX. As perdas naturais de gado, sem dúvida as maiores de todos os tempos, não explicam por si só a estagnação do gado mongol ou pelo menos não são a sua causa fundamental. Maiski calcula que entre 1912 e 1918, durante os anos de autonomia da Mongólia, podem ser avaliadas as disponibilidades anuais do mercado mongol (dedução feita sobre o consumo local directo) em 137 000 cavalos,

([1]) Bogolepov, Mikhail Ivanovitch, economista russo e soviético. Professor em Tomsk de 1907 a 1912, em 1910 participa numa expedição à Mongólia. Depois de Outubro de 1917 foi reitor do Instituto de Economia, vice-presidente da secção orçamental e financeira do Gosplan da U. R. S. S. Académico (membro correspondente), morreu em 1945.

9000 camelos, 125 000 bovinos e 1,2 milhões de carneiros e cabras. Este gado deve cobrir o pagamento dos impostos e taxas, os interesses devidos aos usurários, a compra de produtos manufacturados, as exportações de gado e, se possível, o aumento do número de animais. Ora as compras de gado, quer por compra directa ou, sobretudo, como interesses das dívidas contraídas, representam entre 50 e 100 por cento desta massa, e por vezes ainda mais, absorvendo assim não só o gado disponível, mas recaindo também sobre as reservas de criação. Assim, a partir da Mongólia, a Rússia exporta 66 000 bovinos entre 1913 e 1915, 175 000 em 1916 e 100 000 em 1917. Mas se a Rússia se contenta com 100 000 carneiros por ano, a China, pelo contrário, e sobretudo antes de 1912, apropria-se de 500 a 600 000 e por vezes mesmo de 800 000, pelos processos já descritos. Dois terços do gado pequeno disponível, tão importante para a economia quotidiana dos mongóis, abandonam assim o país. Nestas condições, o gado só muito dificilmente pode aumentar, se é que realmente regista algum aumento, e pode-se compreender melhor a catástrofe que podem representar os mínimos acidentes climatéricos — e são frequentes — ou as epizootias, contra as quais o sistema de criação primitivo da Mongólia de então se encontra absolutamente desarmado.

A economia natural da estepe mongol é incapaz de reagir contra esta conjugação de factores económicos e naturais. É a regressão, a ruína, de que se aperceberam todos os viajantes de fins do século XIX e princípios do século XX e que fazem da Mongólia desta época sem dúvida um dos pontos mais subdesenvolvidos do planeta, um dos mais desprovidos e desamparados.

Os imensos rebanhos do chefe da Igreja, a fortuna colossal de alguns príncipes, como o Dureghtchi vang (*aimag* Zasagt khan), que só à sua conta possui 7000 cavalos, 300 bovinos e 20 000 carneiros, ou o Bichireltii vang (*aimag* Setsen khan), com 6500 cavalos, 500 bovinos e 10 000 carneiros, e a opulência de certos mosteiros não podem dissimular o empobrecimento maciço da população. Em 1914-1915, no *khochuu* de Zorigtu

beise (*aimag* Setsen khan), 143 famílias para um total de 411 estão reduzidas à miséria. No *khochuu* de Erdeni Dalai Tchin (o mesmo *aimag*), dois terços da população são considerados pobres. Em 1912, um terço dos *chabi* (1) do *aimag* Sai noyan ou não possui gado nenhum ou está reduzido a algumas cabras e carneiros. Para ter uma imagem do que é a miséria para um criador mongol, vejamos o que diz em 1892 um pequeno funcionário mongol ao sábio russo A. Pozdneev:

> «Tivemos de aumentar o número dos nossos emissários em todas as regiões para investigar as casas dos nossos súbditos... Chegávamos e nada; apenas uma choça negra, um caldeirão rachado, alguma roupa esfarrapada e trapos. Mesmo isso levávamos e vendíamos, obtivemos algum dinheiro, mesmo sabendo que assim levaríamos o nosso povo à sua perda... Chegámos agora a um ponto tal, que, se nos levassem a todos a nossa última camisa e se nos deixassem nus, isso mesmo assim não seria suficiente para tudo o que exigem de nós.»

Seria fácil multiplicar os exemplos desta derrocada. Mas o que há de mais interessante nesta situação é que os principais efeitos desta crise tocaram a toda a nação mongol no seu conjunto e reuniram ao mesmo tempo as condições para uma reviravolta irreversível das estruturas sociais. É certo que a grande aristocracia laica parece estar ao abrigo deste turbilhão e que o pagamento das suas dívidas incumbe aos seus súbditos, mas, não falando já dos movimentos políticos provocados pela miséria crescente, é a própria base social da sua dominação que se desfaz, ao mesmo tempo que a pequena nobreza se sente cada vez mais atingida por uma ruína directa. Uijing güng, um príncipe do *aimag*

---

(1) *Chabi* — súbditos dos mosteiros e dos dignitários lamaicos.

Zasagt khan, por exemplo, possui nada mais do que doze cavalos, dois camelos, oito vacas e dois carneiros. Arlingsüren (*aimag* Tücheet khan), por seu lado, é senhor de um rebanho ainda mais esquelético: um cavalo, dois camelos e dez carneiros, o que só oferece — e com grande custo — uma precária sobrevivência. Além disso, num momento em que em regiões inteiras os comerciantes-usurários chineses possuem, directamente ou sob formas disfarcadas, até 80 por cento do gado, os destinos da aristocracia, por muito tempo instrumento e pilar da dominação estrangeira, acham-se na estreita dependência da resposta que for dada à questão nacional, situação que se manifesta claramente nas estruturas e na política do Estado mongol autónomo de 1912 a 1918.

É realmente o alto clero quem atravessa a crise nas melhores condições, pois as suas riquezas permitem-lhe fazer face às dívidas contraídas junto dos usurários chineses — aos quais nem assim escapa. Mas a crise e o afluxo da população aos mosteiros tornaram ainda mais profundas as diferenças e as oposições de classe no próprio seio da Igreja. Torna-se cada vez mais evidente que sob a aparência de uma comunidade moral e ideológica (que é real), a iniciativa política e económica da Igreja pertence unicamente ao alto clero. Desde o princípio que um número bastante importante de lamas de condição inferior permaneceu na estepe, levando uma vida idêntica à dos laicos, com a única diferença de que, por terem pronunciado os votos monásticos, beneficiam das vantagens reservadas a todo o clero. Ainda aqui os efeitos da crise são directos. Nos fins do século XIX, as autoridades manchus, perante a fuga maciça da população para este estado semimonástico, com o único objectivo de se proteger contra o peso dos encargos fiscais e contra o trabalho gratuito, decretam que só serão legalmente beneficiários destes privilégios nada mais do que os lamas que vivam permanentemente nos mosteiros. Nos primeiros anos do século XX assiste-se, pois, a uma situação em que os lamas são frequentemente chamados a prestar serviço nas mudas de

cavalos de posta e mesmo a assegurar com armas a guarda das fronteiras.

O empobrecimento trágico da maioria dos criadores de gado é, como já vimos, o resultado da debilidade económica do sistema de criação nómada mongol perante as agressões de que é objecto. Este empobrecimento contribui, por sua vez, para minar uma estrutura social até então baseada exclusivamente no sistema nómada de criação de gado. A fixação dos limites territoriais dos *khochuu* e a proibição de violar estas fronteiras garantiram um apego original dos mongóis nómadas à gleba. Dado que um criador arruinado já não traz benefícios e está, além disso, em princípio, por conta do seu senhor, a aristocracia resigna-se sem demasiada dificuldade a deixar a pouco e pouco que esta regra caia em desuso e a deixar que se acelere, a partir de fins do século XIX, um verdadeiro êxodo rural acompanhado de uma vagabundagem em massa. Foi sem êxito que as autoridades manchus tentaram ainda por várias vezes enviar a população errante para o seu lugar de origem; verifica-se uma afluência cada vez maior de criadores de gado arruinados nas vizinhanças dos mosteiros e dos centros permanentes de comércio estrangeiro, o que favorece a constituição de verdadeiras concentrações urbanas, sobretudo em Urga, que se torna então uma aglomeração de várias dezenas de milhares de habitantes. Aqui, esta população instável, sem meios fixos de existência, que começa contudo a adquirir o estatuto de uma verdadeira camada social, a única totalmente privada de meios de produção, a quem se chama, segundo a zona, *bortchuul* (os «Cinzentos») ou *khartchuul* (os «Negros»), contribui para a formação rápida e anárquica de um mercado de força de trabalho desempregada. Vive-se dia a dia de pequenos negócios e de pequenos trabalhos, transportando mercadorias para os comerciantes chineses e russos, cortando madeira, transportando água, etc. Por outro lado, de puramente doméstico que era, o artesanato, controlado pelos comerciantes russos e chineses, conhece nesta situação um princípio de desenvolvimento capitalista. É sobre-

tudo nesta camada que começam a ser recrutados os operários para as lavandarias de lã; esta presença de uma mão-de-obra liberta — à força! — das dependências feudais foi indiscutivelmente um dos factores da penetração directa dos interesses capitalistas no país.

Opressão nacional e crise social — como condições iniciais da revolução mongol — são inseparáveis. O que espera os revolucionários mongóis não é, como poderíamos pensar, a transformação de uma «simples» sociedade nómada, mas a transformação de uma sociedade nómada inscrita na História, de uma sociedade nómada que se debate nos turbilhões de uma dança mortal. Tentámos demonstrar as responsabilidades da dominação estrangeiras na crise que abala as próprias bases da sociedade mongol. O mesmo é dizer que a saída desta crise depende, em grande medida, de uma escolha nacional, como o demonstram as etapas ulteriores da história mongol. Estas implicações da libertação nacional de 1921 podem tornar-se mais evidentes com um último exemplo. É só a partir de 1925 que o Governo popular pode encetar a construção de um sistema monetário unificado, condição indispensável para o desenvolvimento. O atraso também não é obra de uma fatalidade natural ou sobrenatural. Foi a colonização comercial chinesa, cujos lucros assentavam em grande parte, na exploração especulativa desta incoerência do sistema monetário, que deu origem a esta situação e a esta perpetuação (até ao ponto de travar a penetração de dinheiro em prata, cujo valor nominal era demasiado fixo para o seu gosto). Restauração da independência nacional e luta pelo desenvolvimento aparecem assim estreitamente ligadas.

As tradições de luta nacional

A multiplicação, em fins do século XIX e princípios do século XX, de explosões de descontentamento, que acabam por se generalizar num verdadeiro movimento

de libertação nacional, tem raízes profundas, tão antigas como a própria dominação manchu.

O episódio mais importante situa-se em meados do século XVIII, com a dupla rebelião dos príncipes Amursanaa e Tchinggünjav, a qual conservou na tradição popular e até à época contemporânea o significado muito claro de uma grande tentativa de libertação da dominação manchu.

Integrado em 1754, Amursanaa, príncipe oirat, revolta-se no ano seguinte e ocupa com êxito o Oeste da Mongólia, destruindo numerosos postos e guarnições manchus. Vitorioso ante destacamentos pouco numerosos e dispersos, Amursanaa é contudo vencido por uma ofensiva em massa das tropas dos Tsingues. Definitivamente derrotado em 1758, reduzidas as suas tropas a uma pequena escolta, refugia-se na Rússia, onde vem a morrer. Ao mesmo tempo, em 1756, no Noroeste da Mongólia Khalkh, rebenta outra revolta por iniciativa do príncipe Tchinggünjav. Parece evidente que os dois movimentos não eram estranhos um ao outro — os dois chefes tinham servido no mesmo exército e Tchinggünjav procura ajudar a luta de Amursanaa — mas não houve nenhuma coordenação directa, e Oirat e Khalkh rendem-se de forma dispersa à repressão manchu. Tchinggünjav é capturado em Janeiro de 1757 e executado em Pequim.

Haveria sem dúvida muita coisa a dizer sobre as razões pessoais dos dois príncipes. Amursanaa parece revoltar-se unicamente por causa do preço insuficiente atribuído pelos manchus à sua integração em 1754. Pretendendo o poder supremo sobre todos os Oirat, verifica que lhe é confiada apenas um tribo das quatro que integram a Mongólia ocidental. Convocado a Pequim pelo imperador, preocupado por estas ambições, Amursanaa foge durante o caminho, colocando-se assim automaticamente na situação de fora-da-lei. Tchinggünjav, por seu lado, parece-nos ser um exemplo extremo desta fracção da aristocracia, cujas prerrogativas se vêem ameaçadas pelas reformas manchus. Mas, seja como for, colocaram-se ambos à cabeça de movimentos

nacionais de independência. É claro que nas condições então vigentes de desmembramento da sociedade mongol — as primeiras medidas de divisão administrativa já tinham atingido o seu principal objectivo, pelo menos com os Khalkh —, os rebeldes não podem entrever uma saída senão no seu aspecto negativo: a sua separação do império, objectivo proclamado por Tchinggünjav; por outro lado, a única alternativa possível (dado que a restauração de um Estado mongol parece excluída), a vassalagem à Rússia, é também afastada pela indecisão e pelos egoísmos feudais. Estes movimentos, e sobretudo o de Tchinggünjav, caracterizam-se além disso por uma importante participação popular, não podendo por esta razão ser reduzidos à fronda de alguns senhores feudais ambiciosos ou descontentes. A acção popular volta-se directamene contra o aparelho de ocupação manchu. Os criadores escondem o gado nas profundezas da estepe, longe do caminho percorrido pelas tropas manchus, desertam dos postos de guarda, abandonam as estações de muda e pilham as tendas dos comerciantes chineses já então impopulares.

A falta de coordenação, a ausência de um projecto político, e o carácter fragmentário, efémero, destes actos de resistência não podem dissimular a sua profunda unidade; a consciência nacional mongol não se equivoca ao procurar aqui o seu próprio símbolo e o anúncio da libertação, até ao ponto de um aventureiro — que teve aliás um papel de certa importância na libertação da Mongólia ocidental em 1912 — Dambijantsan, garantir a sua absoluta autoridade fazendo-se passar pela reencarnação de Amursanaa, cujo regresso era esperado (tal como o de Tchinggünjav) e periodicamente divulgado de boca em boca.

Efeitos políticos da crise

As explosões de descontetamento de fins do século XIX e princípios do século XX são também caracterizadas, no princípio, pela mesma dispersão dos esforços e pela mesma limitação dos objectivos. As dificuldades de transporte, a ausência de meios de comunicação modernos e rápidos na estepe mongol, impõem ao movimento dos *arad* um carácter geralmente local. Trata-se sobretudo de disputas com os senhores feudais por problemas de dívidas ou de taxas — em que as autoridades tomam sistematicamente o partido dos nobres —, de fuga de grupos inteiros de criadores de gado para fora do *khochuu* em que legalmente devem viver, de súbitas explosões de violência contra qualquer príncipe mais acentuadamente brutal e arrogante ou contra qualquer comerciante chinês ainda mais rapace do que de costume. Enfim, no melhor dos casos, os *arad*, os pequenos lamas e alguns aristocratas arruinados chegam espontaneamente a uma forma bastante primitiva de organização nascida na Mongólia interior em meados do século XIX; o «círculo» *(duguilan)* — essencialmente destinado a reduzir os riscos corridos pelos contestatários e que consiste em dispor em círculo as assinaturas de uma petição para evitar que seja identificado o iniciador do movimento. Todos os membros, nobres ou plebeus, devem igualmente participar sentados em círculo, têm direitos iguais e a assinatura de todos os membros deve aparecer em todos os documentos emitidos pela organização — tudo sinais que atestam os primeiros indícios de sentimentos democráticos, face ao arbitrário da administração manchu e dos seus agentes mongóis. A ausência de contactos dos movimentos entre si, assim como a ausência de contactos com o exterior, com os acontecimentos políticos mundiais, o baixo nível cultural da massa da população, todos estes factores impedem durante muito tempo que estas explosões se organizem num vasto movimento de libertação nacional. Os objectivos estabelecidos pelos insurrectos raramente ultrapassam o estado de reivindicações locais. Trata-se, na maioria das vezes, de substituir um mau *zasag* por um «bom», de aliviar o peso do fisco ou de anular as dívidas, sem que o regime feudal, como tal, seja alguma vez posto em causa.

As sublevações populares que abalam a China no século XIX (Taiping: 1850-1864; Yi He Tuan, dito dos «Boxers»: 1889-1900) desempenham um triplo papel que favorece o despontar das desordens na Mongólia. Por um lado, aumentando as taxas e as corveias que pesam sobre o povo mongol: em 1870, os quatro *aimag* Khalkh devem fornecer ao exército, além das contribuições ordinárias, 800 tendas, 4000 camelos, 8000 cavalos, 6000 bovinos e 100 000 carneiros. Por outro lado, diminuindo as possibilidades de intervenção manchu — o que não há dúvida que é compensado pelo desmembramento e pela fraca amplitude do movimento de rebelião mongol. E por fim sucede que em 1870-1872 uma destas grandes sublevações — o movimento dos muçulmanos do Gansu e do Xinjiang, também chamado sublevação Dungan — vem agitar o próprio território mongol. Uliasutai é tomada em Outubro de 1870 e Khovd é pilhada em Novembro de 1872. Ainda que as convergências entre o movimento Dungan e o descontentamento mongol não cheguem ao nível de uma aliança, longe disso, estes acontecimentos estimulam sem dúvida nenhuma a agitação, particularmente entre as camadas mais miseráveis da população mongol. Existem provas de mongóis pobres que se alistaram nas fileiras dos Dungan, de unidades mongóis que se recusaram a combater, assim como de cooperação local prestada pelos mongóis aos destacamentos sublevados. Mas o mais importante é que a atmosfera parece propícia a um despontar de movimentos propriamente mongóis. Sente-se uma agitação surda entre a massa de pobres de Urga, e os relatórios consulares russos descrevem os confrontos registados em Urga, em Abril de 1871, entre comerciantes chineses e soldados mongóis e o massacre, em Agosto do mesmo ano, de comerciantes chineses às mãos dos mongóis no *aimag* Sain noyan.

As explosões multiplicam-se em fins do século XIX, mas é sobretudo a partir de 1900 que a sua frequência e a sua amplitude aumentam em proporções tais que não seria exagerado falar de uma autêntica luta de libertação nacional.

Em 1900, os dois mil homens da guarnição mongol de Uliasutai — tudo o que os manchus conseguiram obter como tropas mongóis contra os «Boxers» —, apoiados pelos pobres da cidade, sublevam-se e expulsam o governador-geral manchu e os seus funcionários. No mesmo ano, a população de um *khochuu* do *aimag* Setsen khan expulsa os comerciantes chineses e queima os livros de dívidas. A repressão feroz que se abate sobre os rebeldes não diminui as suas energias, e os prados incendiadas, as lojas chinesas pilhadas, as deserções de um *khochuu* para outro, assim como casos de resistência pacífica tornam-se acontecimentos diários. Em 1905, 1906, 1907 e 1910, a população arruinada de Urga, esses *Khartchuul* de que falámos anteriormente, subleva-se e enfrenta-se violentamente com as tropas manchus. Muito característico, é a participação maciça dos lamas pobres nestes motins.

O movimento de Togtokh é mais espectacular: mantém-se em pé de guerra com um destacamento armado no *aimag* Setsen khan durante todo o ano de 1909, até que um forte destacamento manchu o obriga a procurar refúgio em território russo. Mas a maior popularidade cabe incontestavelmente à luta de Ayuch, *arad* do *aimag* Zasagt khan. Esta luta, nascida em 1903 de uma simples recusa a pagar as dívidas de um «mau» *zasag*, Manibazar, toma ao princípio a forma de simples petições, mas os seus autores, Ayuch e os seus companheiros, são presos em 1905 e horrivelmente torturados. A originalidade desta luta está tanto nos objectivos como nos métodos que foram utilizados: partindo de simples reclamações contra um príncipe, chegaram ao ponto de reivindicar a igualdade para todos perante os impostos, incluindo os príncipes, assim como um governo do povo para o povo. Perante o fracasso das petições rejeitadas pelas autoridades, Ayuch e os seus homens, armados como podiam, constituem um destacamento de guerrilheiros de cerca de duzentos homens, entrincheiram-se nas montanhas e mantêm uma luta

praticamente sem interrupção, com altos e baixos e com novas prisões e torturas até 1918 (1).

O carácter fragmentário e limitado das poucas intervenções a que fizemos referência (mesmo o brilho com que na Mongólia se recorda a empresa de Ayuch se deve ao facto deste movimento escapar aos antigos limites, sobretudo após 1911, para se dirigir, cada vez mais nitidamente, contra o regime feudal em si) não deve contudo encobrir a sua importância histórica. Numa sociedade dividida em pequenas unidades isoladas umas das outras, as explosões de descontentamento contra a dominação estrangeira e contra as suas manifestações mais flagrantes — o peso do fisco, o endividamento usurário, a corveia, a arbitrariedade e o terror políticos — multiplicam-se e fundem-se, durante o ano de 1911, num vasto movimento de libertação, o qual — no momento preciso em que todo o Império Manchu se derruba — conduz à restauração de um Estado mongol independente.

1911 — O regresso à independência

O regresso da Mongólia à independência foi defasiadas vezes reduzido a simples efeito da Revolução de 1911 na China e à consequente ruptura do juramento de vassalagem prestado pela aristocracia mongol ao imperador manchu. Esta simplificação abusiva, que pretende sobretudo subestimar a própria dimensão mongol dos acontecimentos e a luta popular contra a dominação estrangeira de que acabamos de dar uma rápida imagem, não deixa por isso de conter alguns elementos de verdade. É um facto que a situação na China, a desagregação final da dinastia dos Tsingues, desempenha um papel importante nos acontecimentos mongóis e que a aristocracia, por outro lado, conserva indiscutivelmente a iniciativa política durante esta etapa. Mas

(1) *Ayuch*, participante activo da Revolução de 1921, morreu em 1939. É considerado um herói nacional.

semelhante interpretação negligencia a acção importante e variada da diplomacia czarista. Ora estes diversos elementos — lutas populares, iniciativa da aristocracia, situação na China, papel do imperialismo russo — constituem um conjunto complexo que forja directamente o contexto nacional da revolução mongol.

A Revolução de 1911 na China é mais o derrube de um regime já sem forças, cujas estruturas deixaram de responder às necessidades de uma China cada vez mais oscilante dentro do circuito capitalista mundial, do que uma revolução no sentido estrito, o que aliás é bem demonstrado pelas debilidades e pelas inconsequências do regime «republicano» que sucede aos Tsingues. Ainda que esses acontecimentos favoreçam em grande parte os projectos de independência mongol, estes não surgem contudo da revolução chinesa, pois são-lhe anteriores, mas sim da própria situação mongol. Além dos movimentos populares já descritos, a atitude da grande aristocracia sofre uma transformação, provocada pela orientação cada vez mais nitidamente colonial da política manchu e por um agravamento da penetração chinesa, sobretudo militar, em princípios de 1911. Então até mesmo as encíclicas do chefe da Igreja deixam transparecer a insatisfação das camadas feudais mongóis.

Apoio e agente activo de uma dominação estrangeira que lhes assegura o seu próprio poder (mesmo o movimento de Tchinggünjav foi em grande parte reprimido por príncipes mongóis que retiraram ao seu próprio chefe os destacamentos de defesa), a grande aristocracia retira-se quando este poder lhe parece ameaçado e procura uma saída que restaure a integridade das suas prerrogativas. Este significado do separatismo da nobreza mongol e do alto clero aparece claramente numa carta que o chefe da Igreja, os três khan Dachyan, Nawangneren e Sodnomrabdan e o Sain noyan Namnansüren dirigem ao czar:

> «Os funcionários chineses arrogaram-se o direito de determinar as sucessões e as atribui-

ções de títulos e fazem-se pagar tributos por milhares e dezenas de milhares de *liang* [...] as autoridades manchus rilham e restringem os direitos de muitos *zasag* mongóis.»

Através deste documento, datado de 30 de Julho de 1911 e entregue a 16 de Agosto a Sazanov, ministro dos Negócios Estrangeiros de Nicolau II, vários meses antes, portanto, da eclosão da revolução chinesa, as mais altas autoridades feudais mongóis, reunidas em conferência em Urga, proclamam o seu desejo de independência e depositam as suas esperanças no apoio do czar para que esta reivindicação seja bem sucedida. De facto, além da sua própria evolução política, estes círculos sentem-se transportados pela evolução do movimento de libertação que se estende por todo o pais. Mas, única camada com experiência de poder, poder esse que apenas acidentalmente foi posto em causa, única capaz de desenvolver então uma linha clara à escala nacional (quanto mais não fosse pelo facto de ter uma maior liberdade de movimentos), capaz também de utilizar em seu proveito o prestígio da Igreja, a única, enfim, capaz de ter contactos no estrangeiro e particularmente com a Rússia czarista, a grande aristocracia laica e lamaica consegue sem dificuldade encabeçar o movimento e orientá-lo unicamente para a expulsão dos representantes e dos funcionários do império moribundo, criando assim as condições para uma concentração do poder nas suas mãos.

O projecto dos príncipes mongóis é ambicioso. Trata-se nem mais nem menos da reconstrução, sob a soberania do Jebzündamba Khutugtu, de um grande Império Mongol que reagruparia a Mongólia interior e as terras orientais, o Barga, à volta da Mongólia Khalkh.

Isto é não ter em conta as contradições em que tanto o czarismo como o imperialismo russos se debatem. A missão do príncipe Khandadorj — portador da referida carta — é bem acolhida em Petersburgo: a ocasião de penetrar mais solidamente do que nunca na Mongólia que o movimento mongol de independência

oferece à Rússia merece ser aproveitada, é preciso portanto não ser avaro nas promessas. Porém, a ajuda real, e sobretudo material, vai muito menos longe. Nicolau II merece mais uma vez o cognome de Nicolau Obmanov (1). Ainda que o czar esteja decidido a servir de intermediário entre Urga e Pequim, é muito mais delicado ir ao encontro das esperanças dos príncipes mongóis ao ponto de estabelecer um protectorado russo oficial em território mongol. Quanto à ideia de uma reunificação da Mongólia interior e do Barga é absolutamente impraticável, quanto mais não fosse por causa dos Acordos de 1907 e de 1910 que ligam a Rússia e o Japão. Passado o primeiro entusiasmo, a Rússia recomenda, portanto, aos príncipes mongóis a maior circunspecção; desaconselha a separação total da China e procura sobretudo negociar com Pequim uma consolidação das suas próprias posições na Mongólia, a que Lénine chamou então um «terno abraço da Rússia à Mongólia», sem ter assim de descontentar os seus concorrentes, sobretudo o Japão, com um gesto tão unilateral como o acto reclamado pelos príncipes mongóis. Contudo, a missão não foi completamente em vão. A Rússia é favorável, tendo os seus interesses sempre em vista, a uma ampla autonomia interna e promete a Khandadorj créditos, material e instrutores para a organização de um exército moderno. É neste mesmo sentido que os diplomatas russos intervêm em Pequim a partir de Outubro de 1911, quando a delegação de Khandadorj mal acabava de chegar a Urga.

Sendo apoiados pela Rússia e tendo em conta os acontecimentos na China, que impossibilitam os manchus de qualquer iniciativa, os grandes feudais mongóis não tardam em passar à acção: no dia 28 de Novembro de 1911, unidades militares mongóis e bandos de voluntários saem dos *khochuus* e cercam Urga. No dia 30 um ultimato ordena ao governador manchu Sando, cuja brutalidade e a morgue tornaram um símbolo

(1) «Nicolau, o Mentiroso» — deformação satírica do nome de Romanov.

execrando da dominação estrangeira, que abandone o país com o seu séquito e a sua guarda. Tendo-se refugiado no Consulado russo, Šando toma o caminho de Pequim a 4 de Dezembro sob a protecção dos cossacos e da guarda consular russa.

No dia 1 de Dezembro, um comunicado ao povo mongol proclama:

> «Desde as suas origens que a nossa Mongólia é um Estado. É em virtude desse direito secular que a Mongólia declara ser um Estado independente com um novo Governo, e o poder, independentemente de quem quer que seja, de dirigir os seus próprios assuntos. Assim, nós, mongóis, proclamamos que não nos submetemos por mais tempo ao poder dos manchus nem dos chineses, cuja autoridade fica integralmente abolida, e, por consequência, ordenamos aos seus funcionários que regressem à sua pátria.»

No dia 16 de Dezembro de 1911, no mosteiro do Este, em Urga, o Oitavo Jebzündamba Khutugtu, pontífice tibetano, sobe ao trono com o nome de reino de *Olnoo örgödsön*, o que significa «Elevado, investido pela multidão», embora no estrangeiro seja logo conhecido com o título de *Bogdo gegeen*, literalmente «Brilho augusto, divino».

Enquanto Urga e Uliasutai são tomadas sem disparar um tiro — os comerciantes chineses fogem precipitadamente atrás dos funcionários e dos soldados — o Oeste e sobretudo Khovd, onde o *Amban* manchu se tinha entrincheirado, têm de esperar até Agosto de 1912 para serem libertados por uma grande sublevenção popular.

Ambiguidades da independência

A reconstrução de um Estado nacional mongol é um acontecimento considerável, que obedece aliás a

uma tendência geral de todos os países que nessa época estão submetidos à penetração do imperialismo (Egipto, Turquia, Pérsia, Afganistão — o desabrochar de numerosos nacionalismos). Mas este Estado é tragicamente marcado por uma dupla ambiguidade.

Ambiguidade externa: a protecção da Rússia, único apoio da independência mongol, se contribui, por um lado, para a realização de reformas interessantes, por outro, apesar de tudo, é muito incompleta. A política czarista é com efeito tributária de uma relação complexa e movediça entre as forças dos imperialismos rivais. Tendo como principal objectivo o reforço das suas posições na Ásia central, o czarismo tem uma preocupação muito limitada com os interesses directos da nação mongol. Basta que a Primeira Guerra Mundial obrigue a Rússia a afrouxar a atenção que dedica ao teatro asiático para que a independência mongol deixe de ter importância face aos apetites japoneses e chineses.

E sobretudo ambiguidade interna: fruto, em larga medida, de um movimento nacional que desperta a ideia de uma vida pública, ainda que embrionária, numa massa crescente da população, este Estado encontra-se desde o princípio nas mãos de uma camada social que confunde libertação nacional com levantamento das restrições à sua própria dominação feudal. E tudo isto numa situação em que a grande aristocracia — independentemente da recente reviravolta política — se encontra ligada, pela sua própria estrutura, à dominação manchu, à qual ia buscar a sua autoridade. Incapaz de recorrer às forças populares, cujas manifestações de descontentamento demonstram que estão prontas a estabelecer uma relação, das mais desagradáveis, entre os efeitos da dominação estrangeira e as responsabilidades dos próprios senhores mongóis, o regime de Bogdo gegeen não consegue embrenhar-se completamente na edificação de um Estado nacional e condena-se a entregar-se às flutuações da protecção czarista, depois a capitular perante o regresso da China.

Uma das principais marcas destas ambiguidades é simultaneamente o aparecimento de reformas militares, políticas e económicas e o carácter acanhado, fragmentário e inconsequente dessas medidas, muitas vezes mortas à nascença.

O Bogdo gegeen cria um exército moderno, equipado e treinado por instrutores russos, mas a Rússia necessita na Mongólia apenas de uma força que mantenha a ordem pública (a expressão é de Sazonov) e limita a sua ajuda à criação de dois regimentos que totalizam 1900 homens.

Em 1914 o Bogdo gegeen agrega ao seu governo uma espécie de Parlamento nomeado, mais ou menos copiado do Ocidente, que conta com duas Câmaras. A Câmara Alta *(deed khural)* é composta pelo Governo e pelos principais representantes da grande aristocracia; a Câmara Baixa *(dood khural)* agrupa sobretudo os funcionários e os militares, que muitas vezes expressam os interesses da massa da população, mas que têm um papel puramente consultativo, subordinado aos pareceres da Câmara Alta e do Governo.

Dado que começa a fazer-se sentir a necessidade de pessoal para o Estado com um certo nível de instrução, é decretado que os filhos dos príncipes e dos nobres devem estudar a língua mongol e uma outra língua estrangeira e em Maio de 1912 é aberta a primeira escola em Urga. Os regulamentos escolares são definidos em 1915 e 1916, mas ficam no papel. Os meios postos pelo Estado ao serviço da educação são irrisórios, e as poucas escolas que se abrem em alguns *khochuu* são geralmente obra de iniciativas privadas, frequentemente efémeras.

O Governo tem uma boa contribuição num certo desenvolvimento da exploração das riquezas naturais, mas, devido às concessões feitas a interesses estrangeiros, em condições tais que o Estado não aufere nenhum benefício, enquanto que, por outro lado, sobrecarrega um orçamento cada vez mais pesadamente deficitário com importantes gratificações aos príncipes feudais, a situação financeira torna-se inextricável e a única

«saída» é a multiplicação dos empréstimos junto dos bancos e do Governo russos.

E se, por um lado, a agricultura é encorajada, as necessidades de dinheiro, por outro, levam o Governo a estabelecer rendas muito elevadas para as terras cultivadas pelos mongóis. Poderíamos dar muito mais exemplos da natureza contraditória de um regime que não só não traz nenhuma melhoria sensível à situação da população mongol, como, além disso, em alguns anos, lança o país sob uma dominação chinesa pelo menos tão pesada como a antiga dominação manchu.

Por muito tempo mantida à margem pelo poder burocrático dos manchus, a aristocracia mongol tinha visto retirar da sua dependência directa uma massa considerável da população, os *albatu* ou povo dos *sum*, que nós consideraremos sobretudo como súbditos, como contribuintes do Estado. Mal reencontra a liberdade, a aristocracia apressa-se a recuperar o terreno perdido e a fazer voltar estes *albatu* à servidão. A tarefa é-lhe facilitada pelas funções administrativas que desempenhava sob a dominação manchu. Cada *zasag* considera-se agora senhor absoluto do seu *khochuu* e chega-se mesmo ao ponto de o poder do Bogdo gegeen, em princípio ilimitado, muitas vezes não ir mais além das fronteiras dos seus vassalos, o que evidentemente não sucede sem algumas tensões. A Mongólia autónoma transforma-se assim, em pleno século XX, no teatro de um estranho renascimento de uma autêntica feudalidade. Daqui resulta uma recrudescência do arbitrário principesco; o peso dos tributos exteriores e sobretudo interiores vem juntar-se a todo o género de impostos que os *zasag* impõem livremente e ao aumento das despesas para a magnificência da Igreja e uma maior glória do Bogdo gegeen.

A situação agrava-se ainda quando, a partir de 1915, os comerciantes chineses fazem a sua reaparição com os velhos livros de dívidas frequentemente falsificados. Um relatório de 1918 assinala que num *khochuu* do *aimag* Tücheet khan, devido aos insuportáveis impostos feudais e às dívidas, «todas as famílias estão arruinadas

e os membros de cada família estão a morrer à fome», ao mesmo tempo que no *aimag* de Sain noyan, para fazer face às despesas requeridas pelo envio de presentes ao Bogdo gegeen e a sua mulher e às rezas nos mosteiros pela sua prosperidade, «os homens e as mulheres chegaram a dar tudo, inclusivamente os seus objectos pessoais». Estalam de novo movimentos populares. Em Setembro de 1919, uma petição denuncia o príncipe Tüden, *zasag* no *aimag* Setsen khan:

> «Nós, vários milhares de almas, quem quer que sejamos — lamas ou laicos, homens ou mulheres — não podemos submeter-nos ao *Zasag-noyan* (1)... Nós já não temos mais força para pagar as dívidas incalculáveis do *noyan* nem para fazer face aos impostos que nos impõe.»

Inicialmente apoiado por um movimento provocado por uma crise muito profunda e que encontra uma saída na restauração da independência nacional, o regime do Bogdo gegeen só consegue tornar ainda mais profunda a primeira, sem contudo manter a outra.

De 1912 a 1915 — Da independência à autonomia

A Rússia torna-se o advogado de uma independência comedida da Mongólia Khalkh junto do Império Manchu agonizante e prossegue as mesmas tentativas junto do marechal Yuan Shi-kai, «eleito» presidente da República Chinesa em princípios de 1912. Mas sem grande êxito. As conversações arrastam-se durante todo o ano, pois Yuan Shi-kai recusa até mesmo a ideia de uma simples autonomia interna. Petersburgo, em desespero de causa, tenta forçar a decisão concluindo a 3 de Novembro de 1912, após tempestuosos debates, um tratado em boa e devida forma com o Governo do

(1) *Zasag-noyan* — príncipe.

Bogdo gegeen, cujas formulações quanto ao estatuto da Mongólia são vagas, mas que não deixa por isso de reconhecer *de facto* a existência de um Estado mongol. A Rússia anuncia claramente que não tolerará a colonização da Mongólia pela China nem a entrada de tropas chinesas no país. O preço a pagar pela Mongólia é muito claro: um protocolo anexado ao tratado abre sem restrições o país ao imperialismo russo — liberdade total de residência, de propriedade e de empresa para os nacionais russos, total isenção alfandegária, exoneração fiscal, direito de exterritorialidade.

O tratado provoca uma verdadeira declaração de guerra à volta de Yuan Shi-kai e uma certa irritação nos concorrentes imperialistas da Rússia. Estas duas circunstâncias fazem com que 1913 seja testemunha simultaneamente de um aumento da tensão e da preparação de uma solução diplomática à custa dos mongóis. Yuan Shi-kai tenta retomar a direcção da situação com demonstrações de força nas fronteiras mongóis — no Sudeste desde o princípio do Verão, na região ocidental durante o Verão —, mas a firmeza russa sobre este ponto e o comportamento notável das tropas mongóis tornam a operação arriscada e ele «contenta-se» em esmagar os movimentos de independência que abrasam a Mongólia interior, o que é sem dúvida um golpe mortal para as ideias de reunificação de toda a Mongólia.

Pelo seu lado, a Rússia sabe perfeitamente até onde pode ir. Tendo reforçado, pelo menos assim o crê, a sua posição de tutor oculto da Mongólia exterior, a Rússia tem pouco interesse em irritar demasiado os seus amigos japoneses, ingleses e americanos e em apostar todo o seu jogo na China unicamente na carta mongol. Portanto, é impassível que assiste ao esmagamento da Mongólia interior (35 *khochuu* em 49 pronunciaram-se pela união aos Khalkh), apesar das instâncias do Bogdo gegeen, e apronta-se a encontrar um terreno de entendimento com Yuan Shi-kai.

É neste contexto que quase um ano depois do tratado russo-mongol de 1912, a 5 de Novembro de

1913, uma Declaração russo-chinesa faz da Mongólia exterior, ou seja de quatro *aimag* Khalkh a que se juntou a fronteira de Khovd, um território autónomo, mas fazendo parte integrante do território chinês sob a suserania do Governo chinês:

> «Reconhecendo o direito exclusivo dos mongóis da Mongólia exterior a garantir por si próprios o governo interno da Mongólia autónoma e a decidir sobre todas as questões relativas aos domínios comercial ou industrial, a China compromete-se a não ingerir nos seus negócios e, por consequência, não enviará tropas para a Mongólia exterior, não manterá nenhuma autoridade civil ou militar e abster-se-á de qualquer colonização deste país... A Rússia, por seu lado, compromete-se a não manter tropas na Mongólia exterior, com excepção dos guardas consulares, a não ter ingerência em nenhum sector do Governo, seja ele qual for, e a abster-se de qualquer colonização do país.»

Assim a independência mongol, conquistada em 1911, acha-se reduzida a uma autonomia interna — bastante ampla é certo —, mas concedida por duas potências estrangeiras, sem qualquer participação mongol nas negociações e sobretudo muito aquém das esperanças dos príncipes mongóis. Após as ilusões de independência, o despertar é amargo, mas a Rússia faz depender a atribuição de empréstimos importantes, de material militar, etc., do retiro das tropas do Bogdo gegeen que ainda combatem as de Yuan Shi-kai ao lado dos insurrectos da Mongólia interior, e estes argumentos razoáveis acabam finalmente por vencer os protestos mongóis, segundo os quais a completa separação da China deve ser considerada como consumada e irreversível.

De Agosto de 1914 a Maio de 1915, uma Conferência tripartida russo-sino-mongol reunida em Kiakhta tenta aproximar os pontos de vista, o que significa na prática levar o Bogdo gegeen a reconhecer formal-

mente a validade da Declaração russo-chinesa de 1913 e a renunciar a toda a «pretensão territorial» fora da Mongólia exterior. É bem esta aceitação que o acordo tripartido de Kiakhta consagra em definitivo, acordo esse assinado em 25 de Maio de 1915 e que retoma o essencial da Declaração de 1913.

Libertação nacional e traição nacional: morte da autonomia mongol

Acabou-se outra vez a Mongólia independente e mesmo a autonomia, à falta de melhor, é unicamente garantida pelo contrapeso que os interesses russos opõem aos apetites chineses. O equilíbrio rompe-se com a entrada da Rússia na guerra na Europa e com a sua retirada da cena asiática — o mesmo é dizer, logo após a assinatura do acordo de Kiakhta.

Em apenas alguns anos, a Mongólia conhece o máximo da sua decadência, joguete entre as mãos das potências que disputam a supremacia no Extremo Oriente, volta a cair sob a dominação das cliques militaristas que se sucedem no poder na China do Norte, consoante a sorte favorece o Japão ou os anglo-americanos, os quais, de facto, manobram estes estranhos «Governos». A grande aristocracia e o Bogdo gegeen foram de capitulação em capitulação após 1912.

Os anos de 1918-1920 são a época mais sombria de uma política de liquidação nacional, que leva o país à catástrofe mas que também reúne as condições políticas para as transformações futuras: a aristocracia mongol, por muito tempo dissimulada sob o falso esplendor da dinastia manchu, durante vários anos e sobretudo de 1918 a 1920, demonstra a sua incapacidade para libertar o país de uma ou das dominações estrangeiras, às quais está indissoluvelmente ligada na defesa dos seus interesses de classe. As únicas transformações sensíveis são que alguns representantes desta camada, não se contentando já com a «velha» exploração feudal dos seus servos, entram em relações cada

vez mais estreitas com os interesses directamente capitalistas. Em 1916 uma sociedade de transportes automóveis entre Urga e Kalgan associa feudais mongóis a capitais sobretudo americanos. A grande aristocracia vai, pois, encontrar-se fundamentalmente desacreditada pela sua participação directa na liquidação da independência nacional e também porque um elemento novo, que vem desbloquear a situação, nasce precisamente do facto de o regime do Bogdo gegeen ter proclamado o bolchevismo, a revolução russa, como o seu maior inimigo.

Com o derrube da velha máquina czarista entre Fevereiro e Novembro de 1917, com as dificuldades que o Governo soviético encontra para estabelecer um controle sobre a imensa Rússia, com os princípios da guerra civil — sobretudo na Sibéria —, o primeiro efeito da revolução russa parece ser apagar até a própria recordação do apoio russo à autonomia mongol. Mas, na verdade, logo nas primeiras semanas da sua existência, em princípios de 1918, a jovem Rússia soviética oferece a sua aliança à Mongólia e propõe o estabelecimento de relações diplomáticas. A renovação destas propostas durante o Verão de 1919 é acompanhada por uma declaração não equívoca:

> «A Mongólia é um país livre... Todo o poder no país deve pertencer ao povo mongol. Nenhum estrangeiro tem o direito de ingerir nos assuntos internos da Mongólia... O Governo soviético dá solenes garantias ao povo mongol e propõe-lhe entrar imediatamente em relações diplomáticas e enviar emissários do livre povo mongol ao encontro do Exército Vermelho.»

A reacção do Bogdo gegeen, por uma vez, também não contém ambiguidades:

> «Ele (o Governo do Bogdo gegeen) não admitirá a vinda de um cônsul nem a entrada de tropas do Governo soviético no interior das fronteiras do País e garantirá, em caso de necessidade e por todos os meios, a protecção do cônsul do czar assim como de todos os refugiados da velha Rússia.»

Num momento em que os seus enviados sondam as intenções dos principais Estados imperialistas interessados na situação no Extremo Oriente (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão), assim como as da China, o Bogdo gegeen, certamente pressionado por estes Estados mas também sinceramente inquieto perante a subida do «perigo bolchevista», escolheu uma outra via.

A partir de 1915, o Governo de Pequim, que não se resigna à autonomia mongol, nomeia um representante em Urga, o general Chen Yi, que se ocupa activamente em desfazer as cláusulas do acordo de Kiakhta. A revolução russa e a situação confusa que a acompanha parecem propícias. Em Agosto e Setembro de 1918, um batalhão chinês vem acampar em Urga, em violação directa do acordo de 1915, mas com o consentimento «contra vontade» do Governo do Bogdo gegeen, que se resigna unicamente devido às «circunstâncias do momento». Durante o Verão de 1919, enquanto novas tropas chinesas continuam a dar entrada no país, Chen Yi mostra-se mais ousado e descobre abertamente o seu objectivo: obter que os próprios mongóis renunciem à autonomia e anular unilateralmente o acordo de Kiaktha de 1915. As conversações secretas terminam em Julho com o estabelecimento de um documento conhecido sob o nome de *Sessenta e quatro pontos sobre o respeito da Mongólia exterior pela China e sobre a sua melhor situação no futuro após a sua renúncia à autonomia.* Certos factores — como tensões entre grupos rivais em Pequim, protestos dos antigos diplomatas czaristas que se mantêm ainda no seu posto por conta do «Governo» do almirante Koltchak, insuficiência na preparação militar chinesa — só conseguem retardar o irreparável de alguns meses. A 30 de Outubro de 1919, o general Yu Shu-zheng, o «Pequeno Xu», responsável militar pela fronteira do Noroeste, chega a Urga onde

insiste vigorosamente sobre a necessidade de precipitar as coisas.

A hora já não é de negociações, mas de ultimato. A 13 de Novembro, Xu exige uma petição dos feudais mongóis e sobretudo do Governo do Bogdo gegeen, reclamando a abolição da autonomia. Documento esse que é recebido no dia 17 e que permite o aparecimento a partir de 22 de Novembro em Pequim, de um decreto presidencial denunciando o acordo de 1915.

Já bastante abalada, o que foi a independência mongol sucumbe lamentavelmente. O que a Mongólia mal ou bem sempre tinha conseguido não ser, ela é-o agora — uma simples província da China.

Fossem quais fossem os gestos desordenados do Governo do Bogdo gegeen, aliás destroçado entre feudais laicos e clero, para conservar a iniciativa, incluindo agarrar-se à esperança vã de que Koltchak estivesse em condições de fazer respeitar o acordo de 1915, uma página foi dada volta e vai fazer da Revolução popular de 1921 o verdadeiro ponto de partida para uma nova independência nacional mongol.

O nascimento do movimento revolucionário mongol, a libertação de 1921 e a aliança soviética

Em fins de 1919, a Mongólia fica reduzida à categoria de simples possessão dos grupos militaristas que se sucedem no Governo de Pequim. O último passo foi realizado em 19 de Fevereiro de 1920 quando Xu Shu-zheng faz ratificar a liquidação da autonomia durante uma cerimónia humilhante para os mongóis: o próprio Bogdo gegeen teve de penetrar no seu próprio palácio por uma porta lateral — enquanto que Xu tomava o portão de honra — e foi obrigado a inclinar-se três vezes perante o retrato do presidente chinês.

A alta aristocracia deu provas não só da sua impotência para defender a independência do país como também da sua pressa em depositar totalmente a sorte da Mongólia em mãos estrangeiras. Ora a ocupação

chinesa é muito pesada. Sob o pretexto de proteger os mongóis contra a «ameaça bolchevista», o país sofre levantamentos de fundos que ocasionam o renascimento de desordens tanto mais vigorosas quanto os príncipes já não dispõem, na sua situação de reféns conhecidos de todos os militaristas chineses, de nenhuma situação política que-lhes permita conservar a iniciativa. É pelo contrário das bases do povo mongol, da massa dos criadores de gado arruinados, submetidos às cobranças e às vexações constantes dos ocupantes chineses, e em particular entre a população fugida dos campos, sobretudo para Urga, à procura de precários meios de existência, que se vão levantar e organizar as forças até então excluídas de qualquer expressão política directa e de toda a participação nos assuntos públicos.

É bem conhecida a importância mundial da Revolução de Outubro e a grande influência que exerce no desenvolvimento do movimento revolucionário internacional no seu conjunto; por conseguinte, não vale a pena insistir neste ponto. No caso da Mongólia, esta influência é considerável por um grande número de razões, das quais, à parte a proximidade geográfica, apenas podemos citar as principais:

— A formação sob a autonomia de um exército nacional mongol instruído por oficiais russos e essencialmente composto por homens do povo (a aristocracia despreza esta novidade suspeita), contribui para o aparecimento de um certo número de quadros militares bastante bem formados, aguerridos, treinados nos combates de 1912-1913 contra as tropas de Yuan Shi-kai, conscientes de defender a independência do País e cujo ardor patriótico não pode deixar de se inflamar com a dissolução do exército — por ordem dos chineses — em fins de 1918; estes quadros estão, pois, abertos ao apelo revolucionário que significa o exemplo russo.

— Um outro «serviço» prestado pelo czarismo à revolução mongol é o número relativamente alto de participantes na Revolução de 1905 que se refugia na Mongólia, fugindo às perseguições da polícia, o que favoreceu a penetração das ideias revolucionárias e

sobretudo a noção de organização revolucionária permanente, que vai dar origem aos primeiros círculos revolucionários e depois ao Partido Popular Mongol.

— A existência de populações aparentadas nos dois lados da fronteira e a formação de um movimento revolucionário buriata — obviamente em relação directa com o movimento revolucionário russo, mas dotado de uma nítida consciência das suas particularidades mongóis — e em que as tendências bolcheviques e sociais-democratas em geral são muito acentuadas, favorece a participação directa dos Buriatas emissários do Comintern e do P. C. R. (b) nas actividades revolucionárias dentro da própria Mongólia.

— E, por último, para nos limitarmos ao essencial, a Mongólia ocupa um lugar de relevo nos projectos dos chefes dos exércitos brancos refugiados na Sibéria e que procuram fazer dela uma base para os seus ataques contra o território soviético, o que provoca uma conjugação imediata dos interesses do movimento de libertação nacional mongol e dos interesses da revolução russa no Extremo Oriente.

É nestas condições que nascem em Urga dois círculos revolucionários nas últimas semanas de 1919, e sobretudo, segundo parece, sob o efeito da comoção provocada entre a população pela abolição «voluntária» da autonomia pelo próprio Bogdo gegeen e pelos seus acólitos. É evidente que seria prematuro falar aqui de organizações marxistas-leninistas. Se os homens que formam estes dois grupos chegam rapidamente à ideia de uma aliança com os revolucionários russos, o seu principal objectivo é, contudo, o restabelecimento da independência nacional — por vezes mesmo na sua forma truncada que era a autonomia — e muito poucos têm um conhecimento pessoal, directo, da revolução russa ou estão familiarizados com o marxismo. Só os dois fundadores destes grupos — Sükhbaatar e Tchoibalsan, ambos conhecedores da língua russa — tiveram a possibilidade de dispor de informações mais ou menos precisas. O primeiro, filho de um criador de gado arruinado, oficial subalterno no exército do Bogdo ge-

geen até 1918, através dos contactos com os instrutores russos, dos quais alguns, a partir de 1917, não escondem as suas simpatias bolcheviques. O segundo, talvez ainda mais, estuda em Irkutsk de 1914 a Fevereiro de 1917 e, de regresso a Urga, estabelece estreitas relações com os meios progressistas e revolucionários da colónia russa local (os quais prestarão uma ajuda preciosa ao jovem movimento revolucionário mongol).

A característica destes dois círculos é a sua composição sobretudo popular. O primeiro que se formou, conhecido sob o nome de «círculo de Uraga» ou «círculo de Züün Khüree», conta, além de Sükhbaatar, sobretudo com empregados e militares de extracção plebeia — no total uma dezena de membros, cujos nomes marcarão mais ou menos gloriosamente o curso da revolução mongol: Danzan, Dogsom, Togtokh, etc. O outro círculo, que aparece nos bairros ocidentais de Urga, nas proximidades do consulado czarista, é por isso conhecido sob o nome de «círculo do consulado». O historiador B. Chirendyb faz notar que esta organização «é composta, mais ainda do que a precedente, de representantes das camadas populares, mas conta também com homens que expressam as ideias dos funcionários e dos elementos burgueses». Encontramos aqui também nomes que, além do de Tchoibalsan evidentemente, se vão tornar célebres: Bodoo, professor de mongol depois de ter sido empregado no consulado russo e Chagdarjav, pequeno comerciante, ambos ex-lamas; Losol, lama; Jamyan-güng, pequeno funcionário e aristocrata arruinado, etc.

A primeira metade de 1920 é crucial para a revolução mongol, pois assiste-se simultaneamente a uma evolução cada vez mais nítida dos dois círculos de Urga do nacionalismo para a revolução, à sua unificação e ao estabelecimento de relações entre os revolucionários mongóis e a Rússia soviética, as quais, no fim do Verão, são coroadas com o envio de uma primeira delegação a Moscovo.

Entre Janeiro e Março de 1920, com uma série de ofensivas, o Exército Vermelho expulsa quase com-

pletamente da Sibéria os restos dos exércitos de Koltchak, o que tem o duplo efeito de dar à Mongólia uma fronteira com o território soviético (a principal cidade fronteiriça, Troitskosavsk, é libertada em fins de Fevereiro) e o de fazer aparecer nos países limítrofes da Sibéria, e em particular na Mongólia, bandos brancos, a maior parte das vezes sem relação entre si, como mandados por tenentes autopromovidos a coronéis, por capitães que encontraram aqui uma ocasião inesperada para encetar belas carreiras de generais (os verdadeiros oficiais superiores czaristas há já muito tempo que se encontram em lugar seguro) e que vivem da pilhagem do país à espera de uma hipotética grande ofensiva que correria com os Sovietes.

A situação criada por estas vitórias do Exército Vermelho mesmo nas portas da Mongólia, assim como pela intensificação do terror imposto pelos ocupantes chineses, leva os dois círculos — que nada de fundamental parece ter oposto, trata-se aqui sobretudo do nascimento difícil de um movimento ainda condenado à dispersão e à clandestinidade — a procurar agrupar as suas forças, a unir-se numa organização mais poderosa. O espectáculo da decomposição da alta aristocracia e do seu medo do bolchevismo e a consciência cada vez mais nítida das responsabilidades dos feudais na situação catastrófica que o país vive — com excepção da pessoa do Bogdo gegeen cujo prestígio religioso é ainda um alibi muito poderoso — levam os revolucionários mongóis a relacionar cada vez mais intimamente libertação nacional e luta antifeudal. Todo o curso ulterior da revolução mongol fica aqui traçado: que a independência do país não possa ser conquistada senão ao preço de uma revolução social e que a compreensão e a aceitação mais ou menos complexas e mais ou menos profundas desta relação por tal ou tal fracção do movimento revolucionário mongol tenham como consequência peripécias muitas vezes da maior gravidade. Há questões muito importantes — em particular a aliança com a revolução russa — que são incompreensíveis se extraídas do campo desta relação: libertação

nacional — implicações sociais desta libertação. Mas independentemente das circunstâncias que acabamos de evocar, a sua progressão no sentido de pôr em causa a ordem social mongol torna inelutável e necessário o apelo dos revolucionários mongóis à revolução russa.

Em Abril de 1920, já informados da existência dos círculos, as autoridades bolcheviques de Irkutsk confiam a I. Sorokovikov — que vai a Urga em viagem de negócios — a missão de se informar sobre estas organizações e dos seus objectivos. O contacto faz-se graças a dois bolcheviques da colónia russa de Urga: M. I. Kutcherenko, tipógrafo, e Ya. V. Gembarjevski, pequeno funcionário que se tinha exilado na Mongólia em 1914. Sorokovikov encontra-se com cinco membros dos círculos que lhe expressam o desejo de estabelecer relações com a Rússia soviética e de lá enviar delegados.

Ao mesmo tempo — e ainda aqui a procura de um instrumento político eficaz parece inseparável da relação libertação nacional-revolução social — os dois círculos unificam-se e começam mesmo a utilizar a denominação de «Partido Popular Mongol». A constituição formal do partido só se realiza em Março de 1921, mas o aparecimento desta fórmula, vários meses antes, não é menos sintomática. A união entre os dois grupos é consumada a 25 de Junho de 1920, após uma reunião comum que, além de decidir a fusão, adopta o que pode ser considerado como o primeiro Manifesto do Partido, o *tangarag*, o «juramento dos membros do Partido», cujo artigo primeiro apela para «Limpar o país dos cruéis inimigos que se levantam contra a nação e a religião, reencontrar o exercício dos direitos perdidos, restaurar corajosamente o Estado e a religião, defender a nação sem desfalecimentos, reformar firmemente e melhorar o Governo do País, preocupar-se com os interesses das massas populares mais pobres e mais exploradas, defender os seus direitos, pôr fim aos seus sofrimentos, à exploração e à opressão». E, por fim, a reunião de 25 de Junho decide também o envio de uma delegação à Rússia soviética, composta por

Tchoibalsan e por Danzan, aos quais se juntarão, alguns dias mais tarde, Sükhbaatar, Losol, Dogsom, Bodoo e Chagdarjav. A partida, efectuada em vários grupos entre fins de Junho e princípios de Agosto, é muito perigosa, e Sükhbaatar, cuja cabeça foi posta a prémio pelos chineses, 10 000 dólares de prata, consegue passar a fronteira disfarçado de «comerciante Tömör».

A atmosfera do momento e as preocupações da delegação parecem bem traduzidas numa carta enviada por Bodoo e por Chagdarjav a O. I. Makstenek, representante do Comissariado do Povo para os Negócios Estrangeiros, sob o título de «Comunicado do povo e do Partido Popular da Mongólia Exterior»: «Nós, representantes acima citados do povo mongol, somos mandatados para declarar e pedir o que segue: Após a proclamação da autonomia da Mongólia com a ajuda do governo imperial russo, houve entre os mongóis um grupo de pessoas que perceberam claramente os objectivos imperialistas do Governo russo e o perigo mortal que o regime feudal e teocrático significava para o povo mongol, pois não permitia nenhuma elevação do nível cultural, social ou económico da população. Este grupo, nas condições de então, não se podia manifestar abertamente, e foi só graças às conquistas da revolução russa e após a liquidação da autonomia mongol pelos chineses que lhe foi possível definir a identidade de opiniões, elaborar uma plataforma política democrática e republicana e propagar as ideias nacionais-revolucionárias no seio da população, pelo que decidiu pedir a ajuda da Rússia soviética para restabelecer a independência da Mongólia. O partido dos príncipes e dos pequenos funcionários, que continua a defender o ponto de vista de um nacionalismo conservador, apresentou uma proposta de união na luta contra o imperialismo chinês, proposta essa que o Partido Popular aceitou, em nome da reconquista vitoriosa da independência nacional, mas com a condição de nos dirigirmos à Rússia soviética, a única a poder dar uma ajuda sincera ao povo mongol oprimido. O resultado deste acordo foi o envio de uma delegação mandatada

por todo o povo mongol ao Poder dos Sovietes, cujos objectivos são o estabelecimento de firmes relações entre os povos da República da Rússia e da Mongólia, a informação sobre a atitude do Poder dos Sovietes para com a Mongólia, a continuação das negociações com o poder central sobre a possibilidade de uma ajuda activa à Mongólia...»

Apesar das divergências no seio da delegação, toda a actividade dos revolucionários mongóis na Rússia se dirige para a obtenção dessa ajuda soviética. Ainda que não haja nenhuma relação detalhada, a viagem realizada de Setembro a Outubro de 1920 a Moscovo por Losol, Danzan e Chagdarjav (o qual regressou, aliás, rapidamente a Irkutsk) foi «coroada de êxito», como eles próprios informaram telegraficamente Sükhbaatar e Tchoibalsan, que tinham ficado em Irkutsk. O princípio da ajuda soviética ficou definido e a situação é tal que decorrerão apenas alguns meses antes deste princípio ser posto em prática.

Nesta altura, com efeito, os acontecimentos precipitam-se e põem em primeiro plano uma força que, disfarçada ou directamente, constitui, até 1945, a principal ameaça para a independência mongol. O imperialismo japonês pretende aproveitar tanto o retraimento da Rússia como as facilidades que o permanente caos político na China do Norte lhe oferece para controlar toda a Mongólia. Tinham pensado alcançar este objectivo com a ajuda dos generais pró-japoneses da clique Anfu — entre os quais se encontrava Xu Shu-zheng —, mas o Verão de 1920 assiste à derrota desta clique por Wu Pei-fu, o homem dos ingleses e dos americanos. Tinham também alimentado a ideia de um grande movimento pan-mongol, mas que abortou logo à nascença, em 1919. Uma nova táctica foi então elaborada, baseada sobretudo na utilização das tropas russas brancas que tinham sido expulsas da Sibéria e muito especialmente do barão Roman Ungern von Sternberg, capitão cossaco de gendarmaria, que tinha descoberto uma vocação de general após 1917 e durante algum tempo braço direito de Ataman Semionov, na Man-

chúria, herói desafortunado do movimento pan-mangol de 1919. A aventura do barão Ungern foi apresentada durante muito tempo como uma epopeia, sangrenta é certo (ainda que certas pessoas contestem mesmo este aspecto das coisas), mas grandiosa. A realidade é menos brilhante. Ungern, o visionário, que nos é apresentado com a sua auréola mística antibolchevista, é apenas um pequeníssimo chefe de bando, um joguete nas mãos do imperialismo japonês que lhe paga, e os seus projectos nebulosos de um grande império centro-asiático são nada mais do que o reflexo dos objectivos japoneses. O melhor exemplo que se pode dar é a pretensão de Ungern de restaurar a dinastia dos Tsingues; mas serão os japoneses que, uma dezena de anos mais tarde, no Estado fantoche do Manchukuo, virão a colocar o último imperador, o jovem Pu Yi, num trono que se supõe ter pertencido aos seus antepassados.

No dia 2 de Outubro de 1920, Ungern, à cabeça de 800 cavaleiros, sobretudo cossacos de Transbaikália, a quem deu o título pomposo de Divisão Asiática de Cavalaria, atravessa a fronteira oriental da Mongólia. Ungern apresenta-se à nobreza mongol como o libertador, o restaurador da autonomia, o defensor da fé. O peso da ocupação chinesa faz com que estas proclamações sejam tomadas como verídicas. (O Bogdo geen estava obrigado a pedir autorização para celebrar os serviços religiosos e chegou mesmo a ficar com residência fixa após ter estado preso durante algum tempo.) Uma primeira tentativa de Unger, em Novembro de 1920, encontra pela frente uma forte resistência chinesa, o que obriga o barão a hibernar a uma certa distância da capital, arrasando as regiões circunvizinhas com a cumplicidade dos feudais mongóis, recrutando soldados pela força, roubando cavalos e alimentos, em resumo, comportando-se exactamente como os ocupantes chineses de que pretende libertar os mongóis. Em fins de Janeiro de 1921, Ungern consegue evadir o Bogdo gegeen de Urga e, sentindo-se forte pelo indiscutível apoio moral e pela legitimidade que a presença do

Pontífice nas suas fileiras confere à sua empresa, investe contra a capital a 3 e 4 de Fevereiro.

No dia 21 de Fevereiro de 1921, o Bogdo gegeen sobe novamente ao trono. Ungern dita-lhe a composição de um governo dócil às suas intenções, formado por «homens pouco responsáveis, incapazes de reconhecer o verdadeiro do falso ou o Norte do Sul», como em Março os descreviam os revolucionários, e cuja principal missão é contribuir para o reforço do Exército branco, ao qual outros chefes de bandos — estabelecidos no Oeste da Mongólia: Kazantsev, Kazagrandi, Vandanov, Bakitch, Annenkov, Kaigorodov, etc. — não tardam a juntar-se. O reinado do barão é breve, mas sangrento. Os russos de Urga suspeitos de simpatias bolcheviques, de serem simplesmente democratas ou de serem judeus são perseguidos e massacrados. O mesmo sucede com os criadores de gado mongóis, alistados à força, roubados, mortos à primeira manifestação de insubmissão. A atmosfera torna-se irrespirável com a submissão a Ungern, ao mesmo tempo que os militaristas chineses, expulsos de Urga, se agarram ainda a certas posições, sobretudo no bairro comercial de Kiakhta, junto à fronteira russa. As atrocidades e as pilhagens cometidas pelos homens do barão abrem os olhos a muitos príncipes mongóis patriotas que tinham pensado encontrar nele um libertador, e esta situação verifica-se inclusive no próprio seio do Governo de Urga. Urgern reage violentamente. O ministro Tchültem é condenado à morte e o ministro da Guerra Khatanbaatar Magsarjav, embora protegido pelo seu imenso prestígio de herói da libertação de 1912, é demitido e exilado para Uliasutai sob o vago pretexto de uma reorganização das tropas na província.

Este último factor teve uma importância considerável. Já tínhamos visto a aristocracia mongol dividida por questões, digamos, de estrutura. Mas, no momento em que se forjam os elementos para uma situação revolucionária, é no plano político que aparece uma

nova divisão no próprio seio da alta aristocracia. Alguns aristocratas — minoritários sem dúvida, mas o problema aqui não é de ordem numérica — compreendem que só uma revolução política, ainda que a nobreza tenha de perder o seu poder, poderá ainda, com a ajuda soviética, salvar a nação mongol da sua perda. É este o significado da adesão de alguns príncipes ao partido de Sükhbaatar e de Tchoibalsan.

A libertação de 1921 — eliminação de uma dupla dominação estrangeira — é colocada sob o signo desta união cada vez maior das mais diversas forças patrióticas que se integram ao Partido Popular Mongol a partir da sua criação, a 1 de Março de 1921. Esta libertação nacional, que é o principal objectivo do Partido, é também o único ponto comum entre muitos dos seus fundadores, o que aliás as etapas ulteriores da História mongol não tardarão a demonstrar. Mas nesta altura, ninguém dentro do Partido Popular Mongol, seja qual for a diversidade de opções sobre o futuro do país, põe em causa a necessidade da luta armada contra os ocupantes nem a necessidade do apelo à ajuda prometida em 1920 pela Rússia soviética. É este o duplo objectivo que se propõe o Governo popular provisório criado em 13 de Março de 1921, sob a presidência de Chagdarjav e onde Sükhbaatar, já então comandante-chefe do exército popular, criado a partir de grupos de guerrilheiros, ocupa o lugar de ministro da Guerra. A primeira acção armada importante termina com a ocupação do campo entrincheirado chinês de Maimacheng e do bairro comercial de Kiakhta pelas forças mongóis — algumas centenas de homens — que põem em fuga, na madrugada de 18 de Março, os dez mil homens da guarnição chinesa, sem contacto com as suas bases e desmoralizados. Os únicos inimigos são agora, portanto, Ungern e o Bogdo gegeen com os seus acólitos, que encaram sem problemas aparentes a responsabilidade das exigências do barão e dos seus bandos. Em Fevereiro de 1921, um édito do Bogdo gegeen ordena obediência total às ordens e às exigências dos russos brancos: «Em caso de inobservância ou de violação das suas ordens (de Ungern), os culpados serão severamente castigados.»

Na verdade, por detrás da luta para «libertar» a Mongólia da ocupação chinesa, os objectivos de Ungern são bem claros. Se o barão conseguiu ser o homem do expansionismo nipónico, foi sobretudo porque não estava ainda perdida a esperança de voltar a provocar a guerra civil no território soviético. E para isso era-lhe necessário cada vez mais homens, mais cavalos, mais provisões — a pilhagem da Mongólia não era portanto senão o instrumento desta pretensão. Mas ao mesmo tempo, Ungern faz com que a população mongol, esgotada, extenuada, já sem forças e sem paciência, se lance cada vez mais no campo da revolução. O Comité Central do Partido Popular Mongol e o Governo provisório multiplicam as proclamações ao povo mongol e especialmente, como a 5 de Abril, aos soldados mongóis alistados nas tropas de Ungern, denunciando os seus reais objectivos: utilizar os mongóis numa guerra contra a Rússia soviética. As deserções, ainda que selvaticamente reprimidas, multiplicam-se; porém, é confiante na força dos seus dez mil homens que o barão parte de Urga a 20 de Abril e se lança, a princípios de Junho, em operações que visam directamente a Rússia soviética.

Desde 10 de Abril que o Governo provisório tinha solicitado ajuda militar à Rússia soviética, a qual enviou rapidamente um forte destacamento de guerrilheiros, comandado por P. E. Chtchetinkine, um herói da guerra civil, que acabava de expulsar da Crimeia o general Wrangel — outro barão! Este destacamento é rapidamente reforçado com um verdadeiro corpo do exército comandado por K. A. Neuman, chefe da 35.ª Divisão Siberiana, num total de uma dezena de milhares de homens à espera de entrar em acção.

A 6 de Junho a vanguarda de Ungern é repelida perante Altan bulag, mas as tropas do seu adjunto Rezukhine tinham já entrado no território soviético. Fiel ao seu compromisso com os revolucionários mongóis mas também atacada no seu próprio território (a

ofensiva branca punha em perigo o Transiberiano), a Rússia soviética, ainda em confrontação com a intervenção estrangeira na Sibéria oriental, reage vigorosamente. A 16 de Junho de 1921, a Comissão Política decide ajudar os revolucionários mongóis dentro do próprio território da Mongólia. A 22, Tchitcherine ordena telegraficamente que se dê início às operações ofensivas. Ao mesmo tempo, considerando que a partir de então a iniciativa lhes pertence, o Partido Popular Mongol e o Governo Provisório decidem a libertação de Urga. A campanha comum das tropas sovieto-mongóis é breve e a partir de 6 de Junho os grupos avançados entram na capital comandados pelo próprio Sükhbaatar. A 8 de Julho chegam à capital o Comité Central do Partido e os membros do Governo provisório acompanhados do grosso das tropas. O Bogdo gegeen, que até ao último momento procurou subterfúgios e que depois pareceu resignar-se ao pior, foi oficialmente informado dos acontecimentos e a 9 de Julho colocado perante o facto consumado por uma carta do Governo provisório. Exceptuando os costumes religiosos, a ordem antiga vai ser abolida e um poder popular instaurado — a transferência dos poderes será realizada nos ministérios antes do meio-dia do dia 10. A libertação nacional transformou-se assim directamente numa revolução política, contra a qual a grande aristocracia, de imediato, não tem nenhuma possibilidade de reagir.

O fim de Ungern é pouco glorioso. Uma nova incursão em território soviético, em Julho, sofre uma nova derrota, desta vez decisiva. A 24 de Julho uma ordem do dia de Ungern, já sem ilusões, devolve a liberdade de acção aos seus homens — num momento em que praticamente todos os mongóis o tinham já abandonado para se juntarem ao exército popular-revolucionário. A aventura termina com um ajuste de contas sem glória. A 17 de Julho, Kazagrandi é fuzilado por ordem de Ungern, que o acusa de traição. A 17 de Agosto, Rezukhine é assassinado por um grupo dos seus subordinados. E por fim, a 22 de Agosto, o próprio Ungern é capturado e desarmado, juntamente com a sua guarda

pessoal, por uma das últimas unidades mongóis do seu «exército». O barão é entregue a uma unidade soviética comandada por K. K. Rokossovski — um dos futuros vencedores de Berlim — e transportado a Novonikolaevsk (hoje Novosibirsk), onde é julgado e fuzilado a 15 de Setembro de 1921.

Mas será apenas em Janeiro de 1922 que o último chefe branco na Mongólia — o ex-general Bakitch — será capturado com o seu estado-maior e transportado a Urga, antes de ser entregue às autoridades soviéticas e fuzilado. É nesta situação que a 12 de Julho o Governo popular revolucionário da Mongólia «dirige ao Governo da R. S. F. S. R. o pedido de não retirar as unidades do exército soviético da Mongólia antes da liquidação definitiva de toda a ameaça por parte do inimigo comum». Ao que Tchitcherine responde favoravelmente no dia 10 do mês de Agosto seguinte, acrescentando que «o Governo russo está convencido de que, graças aos esforços comuns dos dois povos contra a violência dos generais czaristas e contra a exploração e o jugo estrangeiros, o livre desenvolvimento do povo mongol, com base na sua autonomia, será definitivamente garantido num futuro próximo e que o poder popular revolucionário, graças à organização do seu aparelho, será rápida e firmemente instalado na Mongólia».

A situação da Mongólia revolucionária e a escolha da via não-capitalista

Através de medidas revolucionárias e democráticas (nacionalização da terra, abolição da servidão, limitação dos poderes e prerrogativas da aristocracia e do clero, etc.), tendo algumas sido promulgadas já antes de Julho de 1921, a libertação nacional evolui rapidamente para a destruição do regime feudal.

Nestas condições, três elementos parecem característicos da revolução mongol e permitem compreender as etapas: à medida que avançam os progressos do mo-

vimento antifeudal, desmembramento da frente patriótica que conduziu à libertação de 1921 e afastamento da revolução daqueles que tinham pensado poder restringi-la a uma dimensão nacionalista; hostilidade cada vez mais declarada por parte das potências imperialistas à experiência revolucionária mongol; e, por fim, reforço de todo o género de relações com a revolução russa e incidências desta aproximação na definição das orientações ulteriores do país, ou seja, na escolha da via não-capitalista de desenvolvimento.

Vimos já que os elementos verdadeiramente revolucionários são relativamente pouco numerosos, na sua maioria desprovidos de uma formação política profunda e que só vão «aprender a revolução» fazendo-a. Mas estes homens, saídos da classe mais explorada, são também os mais decididos a transformar toda a sociedade. São eles que tomam a iniciativa da constituição do Partido, são eles que mais rápida e completamente tomam consciência da necessidade de uma organização política permanente e estruturada, como são também os mais convencidos da necessidade de se apoiarem na experiência e na ajuda da Rússia revolucionária, tudo razões que os tornam mais aptos a influir no curso da História Mongol. Ao seu lado, e na maioria das vezes depois da fundação do Partido, encontram-se homens geralmente saídos de camadas médias — lamas, pequenos funcionários, etc. —, convencidos da necessidade de escapar ao jugo chinês, depois à pilhagem russo-branca e mesmo de recorrer à ajuda do Exército Vermelho para alcançar este objectivo, mas que não vêem mais longe do que a restauração política da independência nacional e que compreendem apenas mediocremente a necessidade de atacar os próprios fundamentos da sociedade. Temos um bom exemplo do peso desta tendência na moderação que demonstram numerosos documentos de princípios de 1921, mesmo tendo em conta a necessária prudência táctica, e também no facto de em 1920 serem os representantes desta tendência, em particular Danzan, que se dirigem a Moscovo, enquanto que Sükhbaatar e Tchoibalsan — os

mais nitidamente revolucionários — ficam em Irkutsk. Nesta categoria entram personalidades que ocupam lugares muito importantes. É o caso, por exemplo, de Bodoo, primeiro-ministro em Julho de 1921 e que, após ter sido um dos fundadores dos círculos revolucionários e de ter tomado parte na delegação de 1920, foi assaltado por tantas hesitações que se passou abertamente para o campo de Ungern.

O Partido Popular Mongol foi ao mesmo tempo o instrumento e o fruto da libertação de 1921. Por conseguinte, não surpreende que seja o reflexo da sua diversidade e das suas contradições. Uma vez que a libertação nacional parece conquistada, opera-se uma redistribuição das forças que ultrapassa naturalmente o âmbito das lutas no seio do Partido e que permite à classe despojada do seu poder tentar — uma vez passado o primeiro assombro — reaver o terreno perdido. Que a complexidade das relações e das contradições entre classes faça chegar ao poder homens que, uma vez alcançados os seus objectivos (neste caso a independência), se determinem a travar e a levantar oposições ao curso de uma revolução de que eles próprios foram os artesãos, por vezes mesmo eminentes, é um fenómeno que não nos parece de maneira nenhuma característica exclusiva da revolução mongol. Assim como também não é necessário imaginar que a eliminação de Bodoo, de Chagdarjav e de Puntsagdorj (conselheiro directo do Bogdo gegeen mas também ministro do Interior do Governo Popular em Julho de 1921), culpados de se aliarem a partir de fins de 1921 à grande aristocracia em declínio contra o governo de que eram membros, tenha sido forçosamente «ditada por Moscovo». O essencial parece-nos que nem sequer é a «negrura da alma» dos conspiradores, mas única e simplesmente que a multiplicação das conspirações entre 1921 e 1922 — testemunho dramático da complexidade da situação — seja devida à presença em diversos níveis de poder de homens que já não tinham interesse na continuação da revolução nem em intensificar a luta antifeudal.

Em Julho de 1921, o Japão dá ordem à China para pôr ordem na Mongólia exterior e ameaça mesmo intervir directamente em caso de necessidade. As potências imperialistas sentem um entusiasmo muito limitado perante o espectáculo deste país ainda ontem atrasado e colónia que, sozinho ao lado da Rússia soviética, consegue enveredar pela via do desenvolvimento revolucionário (ainda que as epidermes imperialistas tenham sido sensibilizadas por outras experiências soviéticas — na Hungria e na Baviera, por exemplo). Mas como o único que teria certamente podido tentar alguma coisa, o marechal Zhang Zuo-lin — de inspiração japonesa —, hesita, perante a sorte de Ungern, em comprometer-se directamente, a Mongólia vai «simplesmente» ser encerrada com a Rússia no interior do cordão sanitário levantado pelo imperialismo contra o contágio bolchevique. Este facto é de capital importância. Além de que as fronteiras mongóis são muito directamente ameaçadas até ao derrube do militarismo nipónico e mais tarde até ao derrube da China nacionalista de Chang Kai-chek, muitas tentativas tendentes a «demonstrar a submissão da Mongólia à U. R. S. S.» esquecem este isolamento a que a Mongólia foi condenada, apesar das diligências que efectua logo no princípio para estabelecer relações com numerosos Estados estrangeiros. A 14 de Setembro de 1921, o Governo popular dirige uma «Proclamação a todos os Estados sobre o reconhecimento da independência do Estado mongol», a qual informa as chancelarias sobre o curso dos acontecimentos e propõe a todos — e em especial à vizinha China — o estabelecimento de relações normais. Não é necessário dizer que este documento, dirigido às grandes potências, fica sem nenhum tipo de resposta. O único país com o qual a Mongólia mantém algumas relações culturais, técnicas e comerciais além da U. R. S. S. é, durante os anos vinte, a Alemanha de Weimar, também ela constrangida ao isolamento pela cegueira dos vencedores de 1918.

Em certa medida, a Mongólia fica assim «condenada» à aliança soviética e a procurar unicamente

junto da União Soviética — ela própria exangue durante longos anos — as ajudas de que necessita para sair do seu atraso. Mas o facto de a Mongólia não se poder voltar senão para o primeiro país onde se constrói o socialismo não é fruto do acaso e o lugar da revolução russa também não poderia ser reduzido a esta definição negativa. Teremos ocasião de voltar a falar de vários aspectos, sobretudo económicos, da cooperação sovieto-mongol. O fundamental é sem dúvida a contribuição soviética na determinação da Mongólia sobre a sua via de desenvolvimento.

Em Outubro de 1921, uma nova delegação mongol composta principalmente por Danzan, então presidente do Comité Central do Partido e ministro das Finanças, por Sükhbaatar, Ministro da Guerra e comandante-chefe, e por Tserendorj, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e futuro primeiro-ministro, visita Moscovo onde conclui, a 5 de Novembro, um «Tratado entre o Governo da R. S. F. S. R. e o Governo Popular da Mongólia sobre o estabelecimento de relações de amizade entre a Rússia e a Mongólia», com o qual os dois Governos se reconhecem como os únicos legítimos nos respectivos países, decidem da troca de representantes diplomáticos e consulares, suprimem o direito dos nacionais russos à exterritorialidade na Mongólia assim como as prerrogativas alfandegárias que a Rússia czarista se tinha arrogado e transmitem ao Governo mongol a propriedade absoluta da totalidade das instalações telegráficas anteriormente instaladas e dirigidas na Mongólia pelo Governo russo. Mas sobretudo a delegação foi nesse mesmo dia recebida por Lénine, que lhes deu explicações e conselhos, a que os revolucionários mongóis ainda hoje se referem como a uma das principais fontes de inspiração da sua política.

Primeira pergunta da delegação mongol: «Camarada Lénine, que pensa da criação de um partido popular revolucionário no nosso país e que é o mais importante para nós?»

O camarada Lénine explicou à nossa delegação a posição internacional do nosso país e fez notar que,

devido à situação geográfica da Mongólia, os Estados imperialistas se esforçariam, em caso de guerra, por invadir o país e por fazer dele uma base de operações militares contra outro país. É por isso, disse o camarada Lénine, que a única via justa para cada trabalhador do vosso país é a luta pela independência política e económica em união com os operários e os camponeses da Rússia soviética. Esta luta não pode ser conduzida isoladamente e é por isso que a formação de um partido dos arad mongóis é a condição para a vitória.

Segunda pergunta da delegação mongol: «Será vitoriosa a luta de libertação nacional?»

Resposta do camarada Lénine: «Eu próprio participo no movimento revolucionário há já trinta anos e sei por experiência própria quão difícil é libertar-se dos exploradores interiores e exteriores. Mas ainda que a Mongólia seja um país de criação de gado e que a grande maioria da sua população seja composta por pastores nómadas, obteve grandes êxitos na sua revolução e sobretudo consolidou estes êxitos com a constituição de um partido popular revolucionário, que tem por tarefa tornar-se um partido de massas e não se deixar corromper por elementos estrangeiros.»

Terceira pergunta da delegação mongol: «Não será melhor que o Partido Popular Revolucionário se transforme em Partido Comunista?»

Resposta do camarada Lénine: «Não o aconselho, visto que um partido não pode "transformar-se noutro".» Após ter explicado qual era a natureza do partido comunista como partido proletário, o camarada Lénine acrescentou: «Os revolucionários terão muito que fazer para edificar o seu Estado, a sua economia e a sua cultura antes que da parte da população actualmente composta por pastores possa sair uma massa proletária que então contribuirá para «transformar» o partido popular revolucionário num partido comunista. Mas mudar simplesmente de insígnia é prejudicial e perigoso.»

O camarada Lénine desenvolveu longamente, perante a nossa delegação, a ideia da possibilidade e da necessidade de um desenvolvimento não-capitalista da Mongólia. A este propósito fez notar que a condição essencial que permitia enveredar por uma via de desenvolvimento não-capitalista era o reforço do trabalho do partido popular revolucionário e do governo para que este trabalho e para que a influência reforçada do partido e do governo tivessem como resultado o desenvolvimento das cooperativas, a implantação de novas formas de organização económica e de cultura nacional de forma a que a massa dos criadores nómadas de gado se agrupasse à volta do partido e do governo por um desenvolvimento económico e cultural do país. Será unicamente a partir dessas zonas onde reina o regime económico novo, instituído sob a influência económica do partido e do governo, que se formará um novo sistema económico não-capitalista neste país de criadores de gado nómadas que é a Mongólia (1).

Estes conselhos de Lénine preparam o encontro da revolução mongol com o que era já então um velho tema de discussão do movimento socialista no mundo — a possibilidade de um país atrasado, onde predominam relações pré-capitalistas, encarar um desenvolvimento que exclua a exploração do homem pelo homem. Sem pretender reconstruir toda a história deste debate, lembremos apenas que os primeiros a responder afirmativamente a esta pergunta foram precisamente Marx e Engels, de que conhecemos o interesse que dedicaram, nas suas investigações e na sua actividade revolucionária, aos modos de produção pré-capitalista. Foi, entre outras causas, a ausência de verificação concreta desta possibilidade durante a vida de Marx e de Engels que levou os oportunistas no seio da II Internacional a apresentarem-se como defensores cada vez mais abertamente declarados do expansionismo colonial empreen-

(1) V. I. Lénine, *Oeuvres*, tomo 42, Paris-Moscovo, 1969, pp. 375-377.

dido pelos seus imperialismos respectivos, de tal maneira que em fins do século XIX e princípios do século XX se assiste a uma verdadeira repartição do mundo. É assim que no Congresso de Amsterdão (1904), o social-democrata holandês Van-Kol, declara: «A hipótese de K. Marx segundo a qual alguns países poderiam, pelo menos parcialmente, evitar o período capitalista na sua evolução económica não se realizou. Os povos primitivos não poderão chegar até à civilização sem passar por este Gólgota. Por conseguinte, o nosso dever é não travar o desenvolvimento do capitalismo — elo necessário na história da humanidade; podemos mesmo contribuir para o seu nascimento suavizando as dores do parto.»

Mas o marxismo não podia ser reduzido a um catálogo de fatalidades históricas. E foi esse um dos grandes méritos de Lénine — dando relevo à imensa importância do despertar revolucionário dos povos colonizados e dependentes do Oriente, demonstrou que, ainda que o capitalismo seja um «elo necessário na história da humanidade», não se pode de maneira nenhuma concluir daí que seja obrigatório e inelutável para todos os povos, assim como também demonstrou que a chave para a via não-capitalista é a possibilidade dada a um povo atrasado de se apoiar durante o seu desenvolvimento na aliança, no apoio de uma revolução proletária vitoriosa.

Mas o que é esse capitalismo que os revolucionários mongóis pretendem evitar? Mais uma vez nos deparamos com a situação internacional em que o país se encontra em 1921. Se o regresso à paz favorece o despertar de uma certa actividade económica e de certos interesses privados (encontravam-se registados 234 comerciantes mongóis em 1922, 286 em 1923 e 636 em 1924), a situação é sobretudo aproveitada pelos capitalistas estrangeiros que conhecem então os seus anos de maior prosperidade e cuja intervenção se reveste de formas comerciais apenas para canalizar as matérias-primas mongóis para o exterior, sem nenhum efeito positivo para o desenvolvimento do país. O período que

decorre entre 1921 e 1924, em que se pôs em prática o projecto de profundas reformas democráticas em política interna, mas em que existiram também grandes incertezas quanto ao destino da revolução mongol, conheceu uma verdadeira afluência de firmas estrangeiras (166 chinesas, 62 inglesas e americanas em 1925), sendo muitos dos comerciantes mongóis nada mais do que os testa-de-ferro dos interesses estrangeiros, as quais criaram assim, nesta época, os primeiros elementos capitalistas da sociedade mongol.

Sem ser adivinho, podemos imaginar o que teria sido o seu «desenvolvimento capitalista» — a continuação de um estatuto colonial ou semicolonial; um governo interior mais ou menos matizado com um vago parlamentarismo de fachada, de que a autonomia já tinha dado uma prova, caindo de novo nas mãos dos grandes proprietários de gado (apesar das reformas democráticas de 1922-1923, em 1924 os senhores feudais ainda possuem pelo menos 35 por cento do gado); a economia incapaz de garantir uma acumulação de alguma importância, abandonada à sua evolução natural e pilhada sem dó por uma vaga de negociantes sem escrúpulos. É preciso uma grande ingenuidade ou estar de má fé para falar da «liberdade» que nestas condições teria significado a eliminação da assistência e da influência da U. R. S. S., como o faz um autor americano que não hesita em lastimar que a «eliminação do Japão em 1945 tenha posto fim a uma era e tenha encerrado a última possibilidade de a Mongólia evitar o comunismo (1)».

Foram estes problemas que foram debatidos no III Congresso do que a partir de então deixa de chamar-se Partido Popular para passar a ser Partido Popular Revolucionário Mongol. O Congresso realizou-se entre 4 e 31 de Agosto de 1924, com a participação de 108 delegados. A questão da independência nacional

(1) Robert Rupen, *Mongols of the XXth Century*, La Haye, 1964, p. 357.

e da sua defesa ocupa aí um lugar de importância. O avanço da revolução exige uma grande vigilância. Em 1922 o grupo de Bodoo e de Puntsagdorj foi considerado culpado de conivência com os militaristas chineses e com o cônsul dos E. U. A. em Kalgan, na Mongólia interior — Sokobin. Em 1923, Tserenpil, um pequeno funcionário do *aimag* Setsen khan, falsifica os selos oficiais para se dirigir ao Japão em nome dos feudais mongóis. Ainda em 1923, uma delegação de nobres mongóis dirige-se a Zhang Zuo-lin com a proposta de financiarem eles próprios uma expedição chinesa contra o novo regime, o que Zhang, prudente, entende não dever aceitar.

O Congresso coloca-se bem na perspectiva de um desenvolvimento do país que «não siga a via empreendida por numerosos povos do mundo submetidos à cruel opressão do capitalismo, mas que estabeleça um autêntico regime popular que corresponda às exigências e à evolução internacional actuais». Para ser mais preciso, o Congresso «decide que o monopólio das explorações e o controle dos negócios com importância económica para todo o país não sejam deixados entre mãos privadas, estrangeiras ou mongóis, mas que pertençam ao Estado e à cooperação popular».

É certo que o partido se encontra no poder desde 1921, mas seria errado julgar este poder absoluto. 1922 e 1923 foram anos difíceis. O Bogdo gegeen, que permaneceu no trono com poderes limitados, aproveita todas as ocasiões para tentar reaver algumas parcelas da sua antiga autoridade e para apoiar secretamente todas as conjuras contra-revolucionárias. Consegue mesmo colocar homens da sua confiança em postos importantes sob pretexto de cooperação com o poder popular. A sua morte, a 20 de Maio de 1924, só pode ser explorada pelos revolucionários graças à acumulação de reformas realizadas durante os dois anos precedentes, as quais tinham sobretudo privado os senhores feudais das suas prerrogativas políticas e incitado os próprios criadores de gado a tomar uma parte cada vez mais directa nos assuntos políticos. Teremos ocasião de voltar a falar destas medidas. Em 1924 o país vive grandes transformações que tornam a escolha revolucionária irreversível. O Congresso integra-se assim num contexto que vai da adopção do regime republicano em Junho à reunião em Novembro, pela primeira vez na História da Mongólia, de uma assembleia eleita pela massa da população e à adopção por esta assembleia da primeira Constituição da República Popular da Mongólia.

Mas um dos pontos cruciais do Congresso foi a relação entre esta escolha da via não-capitalista do desenvolvimento e o ambiente internacional da revolução mongol, quer dizer, a aliança com a U. R. S. S. e as ameaças exteriores. É assim que durante os debates, no momento em que os delegados analisavam as contradições interimperialistas, o buriata Rintchino — cujo papel de representante do Comintern é considerável até 1925 — é levado a evocar a «preparação de uma guerra entre os Estados Unidos e o Japão», o que bem vistas as coisas não é senão uma antecipação de quinze anos. É reafirmada a necessidade da aliança e da ajuda da U. R. S. S. em todos os domínios, como condição necessária para a via não-capitalista e como garantia da independência nacional mongol.

A crise breve mas violenta de que o III Congresso é cenário vai em parte buscar as suas raízes a estas questões. Um homem com um passado revolucionário prestigioso, um dos fundadores dos círculos de 1919, membro das duas delegações de 1920 e de 1921 à Rússia, o primeiro mongol a ser recebido por Lénine — que parece, contudo, ter então criticado a sua estreiteza de vistas —, participando no I Congresso do Partido em Março de 1921, onde é eleito presidente do Comité Central, ministro do Governo provisório e depois do Governo popular, sucessor de Sükhbaatar à cabeça do exército após a morte deste em Fevereiro de 1923 — donde lhe vem o sobrenome de Janjin (general) —, Danzan parece estar no auge do poder e tão seguro, que é ele quem a 4 de Agosto pronuncia o discurso de abertura do III Congresso; porém, as suas constantes

intervenções nos debates irritam numerosos delegados devido à falta de respeito pela disciplina comum, chegando mesmo ao ponto, por exemplo, de mandar pedir ao Congresso que suspenda uma sessão à qual não pode assistir pessoalmente... Danzan é demitido das suas funções antes do final do Congresso, excluído do Partido e, por ter tentado sublevar a guarnição da capital, condenado por uma comissão eleita no seio do Congresso e executado.

Também aqui nos parece que o «caso Danzan» responde à lógica da ruptura que significa o III Congresso. Danzan, que tinha entrado notoriamente em relações comerciais com firmas chinesas, não é senão o exemplo mais evidente do desenvolvimento, através da revolução popular e em certa medida também das reformas democráticas dos primeiros anos, dos primeiros elementos de um capitalismo nacional. Assim como Bodoo e os seus companheiros se tinham afastado da revolução quando esta passou de uma simples libertação nacional a uma revolução política, assim também Danzan foi afastado quando a revolução mongol, como revolução democrática, vê a sua única possibilidade de uma vitória definitiva na escolha do socialismo com a ajuda da U. R. S. S. Assim, a 8 de Dezembro, sob o pretexto de que este ponto já tinha sido evocado durante o Congresso precedente, Danzan opõe-se a que nas resoluções do Congresso se faça nova alusão à aliança com a U. R. S. S. e alguns minutos mais tarde exclama: «Temos alguma necessidade de limitar o capitalismo na Mongólia? É claro que podemos aprovar semelhante resolução, e eu aprová-la-ei! Mas hoje não há capitalistas na Mongólia. Por isso, não é um problema para ser discutido hoje, ainda que possa ser discutido amanhã...», ao que Rintchino responde: «Nós não temos capitalistas, mas será preciso esperar que existam no nosso país?... Devemos sobretudo examinar a situação mundial. Vão ocorrer transformações profundas, fundamentais. Muitos povos se viram, como a Mongólia, para o socialismo. Nós somos uma pequena parte de um grande movimento...»

A dura defesa da independência nacional

A situação internacional, em que a Mongólia, com o apoio soviético, começa nos anos vinte a procurar múltiplas soluções para o seu subdesenvolvimento, não é, longe disso, daquelas que favorecem uma edificação pacífica: por um lado, o país deve fazer face a actos directamente agressivos durante muitos anos e, por outro, durante um período muito mais longo, a Mongólia é mantida à parte pelas potências e pelos países capitalistas que se recusam a reconhecer a sua existência, perpetuando um isolamento relativo prejudicial ao desenvolvimento económico e cultural do país.

Numa extensão superior a metade da sua fronteira, a Mongólia tem de se enfrentar, durante os três primeiros decénios da sua existência, com forças cuja hostilidade para com a experiência mongol se baseia tanto num expansionismo militante como numa aversão doutrinária ao socialismo. Na China do Norte, o reinado das cliques militaristas desaparece em 1926 para deixar por fim o lugar a um governo nacional chinês. Mas alguns meses mais tarde, em Abril de 1927, Chang Kai-chek — rompendo as alianças concluídas entre Sun Yat-sen e os comunistas chineses — estabelece uma ditadura nacional e anticomunista que volta a adoptar as pretensões dos miliaristas sobre a Mongólia após Yuan Shi-kai, agarrando-se sobretudo a uma fórmula de 31 de Maio de 1924, na qual a diplomacia soviética, para poder estabelecer relações com o governo de Pequim, teve de fazer referência ao direito soberano chinês sobre a Mongólia. Esta satisfação é puramente platónica para a China, uma vez que a U. R. S. S. tinha declarado, desde 1921, a sua decisão de defender a independência mongol, mas esta frase nunca mais deixou de ser manipulada como uma prova de que a Mongólia pertencia à China.

Seja como for, a independência mongol tem um inimigo ainda mais temível do que a China enfraquecida e dividida. Já vimos como o Japão alimentava há já muito tempo ambições coloniais sobre o continente

asiático e como a Mongólia entrava nos seus planos. Com a derrota da sua intervenção na Sibéria (1918--1922), o jogo do Japão torna-se mais complexo e as terras mongóis ocupam um triplo lugar nos seus projectos: 1.°, transformá-las numa colónia clássica, de que o imperialismo japonês considera ter sido afastado durante demasiado tempo; 2.°, fazer delas uma base, um ponto de partida para a conquista da China, cujo primeiro passo é a ocupação da Manchúria em 1931 e a constituição de um Estado manchu fantoche — o Manchukuo — em 1932; 3.°, por fim, e talvez mesmo sobretudo, controlar a Mongólia é considerado como essencial para se lançar num ataque contra a Sibéria que por muito tempo foi um dos objectivos prioritários de Tóquio e de todo o potente exército do Kwangtung.

Esta situação tem para a Mongólia vários tipos de consequências: militares, políticas e económicas, mas pode-se dizer que todas influem negativamente no desenvolvimento do país, quanto mais não seja porque obrigam a dar prioridade a um reforço constante da capacidade defensiva da R. P. M., com um enorme consumo de mão-de-obra e de capitais.

Enquanto que durante os anos vinte se verificam apenas pequenos incidentes fronteiriços, a partir de 1931-1932 a situação agrava-se sensivelmente quando surgem tropas japonesas, que não tardam a pôr à prova a solidez das fronteiras soviéticas e mongóis. Em meados dos anos trinta, a ameaça torna-se muito séria. Com efeito, como escreve um observador num artigo reproduzido em Abril de 1935 pelo semanário *A Política de Pequim*, «Actualmente a principal função do Manchukuo já não é abastecer as panelas japonesas com os seus grãos de soja, mas sim oferecer ao Império um pretexto de guerra e transformar-se em zona entrincheirada da frente contra os bolcheviques». Assiste-se então a uma militarização e a uma monopolização completa da economia da Manchúria (petróleo, carvão, siderurgia e metalurgia, transportes, etc.) entre as mãos do exército do Kwangtung e da Companhia dos Caminhos de Ferro Sul-manchurianos, enorme companhia

com as mais diversas actividades, que após algumas veleidades de independência fica sob o total controle do exército. O Manchukuo torna-se assim uma base militar colossal. Constroem-se linhas ferroviárias estratégicas em direcção às fronteiras soviética e mongol. Alguns projectos, como a construção de uma linha transmongol até ao Turquestão soviético, implicam claramente a entrada dos japoneses na Mongólia.

A 27 de Novembro de 1934, a R.P.M. e a U.R.S.S. concluem um *Gentleman's agreement* (1) que prevê «um apoio mútuo por todos os meios visando repelir e prevenir a ameaça de uma agressão militar, assim como uma ajuda mútua em caso de agressão de um terceiro país contra a R. P. M. ou contra a U. R. S. S.». Ainda que este documento — ou seja, a reafirmação por parte da U. R. S. S. que não deixará o Japão apoderar-se da Mongólia — seja suficiente para demonstrar a determinação soviética e para dissuadir Tóquio de se lançar de imediato numa aventura de grande envergadura, a tensão nem por isso deixa de aumentar nos confins orientais da R. P. M. A 21 de Fevereiro de 1936, B. S. Stomoniakov, vice-comissário do povo para os Negócios Estrangeiros, chama a atenção do embaixador Ota para a multiplicação dos incidentes armados na fronteira entre a R. P. M. e o Manchukuo e para o perigo que estes incidentes significam para a paz no Extremo Oriente. A 1 de Março de 1936, em resposta ao jornalista americano Roy W. Howard, Estáline é categórico: «No caso de o Japão se decidir a atacar a R. P. M. e a atentar contra a sua independência, nós teríamos de ajudar a R. P. M. O adjunto de Litvinov já o revelou recentemente ao embaixador do Japão em Moscovo, fazendo-lhe recordar os permanentes laços de amizade que a U. R. S. S. mantém com a R. P. M. desde 1921. Ajudaremos a R. P. M. da mesma maneira que a ajudámos em 1921.»

(1) *Gentleman's agreement* — acordo sem base legal, mas que vale pela palavra dada. (Em inglês no original.) — *(N. do T.)*

Por esta mesma altura, a 26 de Fevereiro de 1936, Tóquio foi cenário de uma tentativa de golpe de Estado dirigido pelo movimento ultranacionalista dos «Jovens Oficiais», que custou a vida a muitos homens políticos importantes. Apesar da sua aparente derrota — a Marinha desligou-se — o movimento precipita a queda do governo relativamente moderado de Okada e possibilita a formação do gabinete Hirota, o qual lança o Japão numa preparação desenfreada para a guerra.

A 12 de Março é então assinado em Ulaanbaatar um «Protocolo de ajuda mútua entre a U. R. S. S. e a R. P. M., destinado a reforçar as garantias contra uma agressão japonesa na Mongólia (além disso, o Japão, que tinha entrado na Mongólia interior em 1935, estabelece aí em 1936 um novo Estado fantoche, à semelhança do Manchukuo, o Mengjiang):

«Os Governos da U. R. S. S. e da R. P. M., baseando-se nas relações de indefectível amizade existente entre os seus dois países após a libertação, com a ajuda do Exército Vermelho, do território da R. P. M. em 1921 dos destacamentos dos Guardas Brancos aliados às forças militares que tinham penetrado em território da U. R. S. S. e guiados pelo desejo de defender a causa da paz no Extremo Oriente e de contribuir para o reforço constante das relações de amizade existentes entre eles, decidiram dar a forma do presente protocolo ao *Gentleman's agreement* que existia entre eles desde 27 de Novembro de 1934, o qual prevê um apoio mútuo por todos os meios visando repelir e prevenir a ameaça de uma agressão militar, assim como uma ajuda e um apoio mútuos no caso de um ataque de um terceiro país contra a U. R. S. S. ou contra a R. P. M., pelo que procederam à assinatura do presente protocolo.

ARTIGO I

No caso de uma ameaça de agressão contra o território da U. R. S. S. ou da R. P. M. por parte de um terceiro Estado, os Governos da U. R. S. S. e da R. P.M.

comprometem-se a analisar imediatamente a situação criada e a tomar todas as medidas que se verifiquem necessárias para garantir a segurança dos seus territórios.

ARTIGO II

Os Governos da U. R. S. S. e da R. P. M. comprometem-se, em caso de agressão militar contra uma das partes, a prestar-se mutuamente todo o género de ajuda, inclusive militar.

ARTIGO III

Os Governos da U. R. S. S. e da R. P. M. consideram como evidente que as tropas de uma das partes, que se encontrem de comum acordo no território da outra parte na realização das obrigações resultantes dos artigos I e II, serão retiradas do território em questão logo que tenha desaparecido a necessidade da sua presença, tal como foi feito em 1925 com a retirada das tropas soviéticas do território da R. P. M.

ARTIGO IV

O presente protocolo foi redigido em dois exemplares, em russo e em mongol, tendo os dois textos um valor idêntico.

Entra imediatamente em vigor após a sua assinatura e manter-se-á em vigor por um período de dez anos a partir deste momento.

Assinado em Ulanbator-Khoto, a 12 de Março de 1936.

O representante plenipotenciário da U. R. S. S. na R. P. M.

O presidente do Pequeno Khural da R. P. M.

O presidente do Conselho de Ministros
e o
ministro dos Negócios Estrangeiros da R. P. M.

Ainda em Março de 1936, falando perante o Comité Central do P. P. R. M., o presidente do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, Amor, sublinha o perigo japonês e declara que «a nossa tarefa mais importante é reforçar e defender a Mongólia».

Os meses que se seguem são aproveitados pelo Japão para acentuar os seus preparativos de agressão. Em 1938 uma primeira tentativa importante, dirigida contra a província marítima soviética, na região do lago Khasan, termina com uma severa derrota para os japoneses.

Foi certamente pensando encontrar menor resistência no território mongol que, a 11 e depois sobretudo a 28 de Maio de 1939, fortes unidades japonesas penetraram no Este da R. P. M. com tanques, artilharia e um importante apoio aéreo. Uma ordem do dia do general Komatsubara, chefe da 23.ª Divisão japonesa, precisa a 21 de Maio que «a Divisão unicamente com as suas unidades, deve destruir as tropas da Mongólia exterior na região do rio Khalkhin gol». Após longas semanas de combates mortais e indecisos — várias dezenas de aviões de um e do outro lado tomam por vezes parte simultaneamente nos combates aéreos —, em que os japoneses tentam em vão aumentar a testa de ponte que estabeleceram sobre o rio Khalkhin gol, as tropas sovieto-mongóis, comandadas por Jukov e por Tchoibalsan, conseguem, de 20 a 28 de Agosto, cercar e aniquilar os agrupamentos japoneses, que no decurso das operações perdem 60 000 homens, mortos ou feridos, 700 aviões, 200 peças de artilharia, 340 metralhadoras, etc. Nas negociações que se seguem ao conflito, Tóquio compromete-se a respeitar para o futuro as fronteiras da R. P. M.

Esta aventura, com a sua conclusão lamentável para os generais japoneses, desempenhou um papel histórico geralmente mal conhecido. Não há dúvida de que estes dissabores repetidos nas suas tentativas contra a U.R.S.S. e depois contra a R. P. M. levaram o Japão a prestar mais atenção às ofertas de normalização das relações entre os dois países, feitas pela U. R. S. S., e que terminam por um pacto de neutralidade concluído a 13 de

Abril de 1941 — o que enfraquece consideravelmente a importância do pacto anticomintern» Berlim-Roma-Tóquio de Dezembro de 1936. Ainda que o Japão não tenha renunciado às suas alianças fascistas, e disso não temos a menor dúvida, prefere reflectir durante um certo tempo e as pungentes recordações de 1938 e de 1939 tiveram seguramente um peso importante na «política de expectativa» japonesa quando do ataque alemão em 22 de Junho de 1941.

A resistência comum à agressão japonesa, a ajuda soviética prestada pela segunda vez à independência mongol, a qualidade do material, das tropas e dos quadros (Jukov, Stern, Konev, Rokossovski, etc.), estreitam mais do que nunca os laços entre os dois países e este é um facto que ainda hoje, trinta e cinco anos após Khalkhin gol, continua indiscutivelmente a desempenhar um importante papel. De imediato, permite compreender a envergadura do movimento que se desenvolve através da Mongólia quando as tropas nazis entram na U.R.S.S. A 17 de Janeiro de 1942, por exemplo, o Pequeno Khural, «expressando a vontade de todo o povo mongol, determina:

1) Adquirir uma coluna blindada a que será dado o nome de Mongólia Revolucionária e que será oferecida como presente ao glorioso Exército Vermelho da União Soviética.

2) Mandatar o Governo para que organize, por entre entre os *arad*, os operários e os empregados, o trabalho explicação necessária sobre a presente decisão e organizar a colecta de fundos destinados à coluna blindada.

Abaixo os bandidos fascistas!»

Esta coluna foi entregue ao Exército Vermelho a 12 de Janeiro de 1943 e terminará a guerra em Berlim. No mesmo ano, e sempre com fundos colectados por entre a população, uma esquadrilha de aviação, o «*Arad* mongol», é oferecida ao Exército Vermelho. E se a Mongólia, durante os anos de guerra, vende 413 000 cavalos à União Soviética, os criadores de gado, por iniciativa própria, oferecem cerca de 32 000 animais de carga recebendo em troca cartas de agradecimento,

uma espécie de certificados que ainda hoje se vêem com frequência debaixo das tendas ou nos pequenos museus locais. Além disso, deve-se também ter em conta os comboios repletos de inúmeros presentes individuais enviados para a frente de batalha. A totalidade destes presentes, entre 1941 e 1944, é avaliada em 65 milhões de *Tögrög*. A título de comparação, os investimentos realizados durante este mesmo período são um pouco superiores a 100 milhões de *Tögrög*.

Esta comparação permite-nos avaliar o considerável peso que a situação internacional faz recair sobre o desenvolvimento económico da R. P. M. Por um lado, mal tendo saído da sua miséria inicial, em que procura estabelecer as suas estruturas e em que a indústria ainda se encontra nos seus primeiros anos de existência (a primeira fábrica moderna abre as suas portas em 1934), a economia mongol tem de desenvolver um esforço colossal. Um país em que a falta de mão-de-obra se faz sentir cruelmente é obrigado a manter um exército permanente de várias dezenas de milhares de homens; um país que não dispõe de meios para o seu próprio desenvolvimento é obrigado a financiar, durante longos anos, uma política de reforço militar extremamente dispendiosa. As despesas militares, enquanto que em 1934 representam 34,7 por cento do orçamento nacional, em 1938 elevam-se a 52,5 por cento. Durante os anos de guerra, os empréstimos destinados à defesa nacional ascendem a 80 milhões de *Tögrög,* soma considerável se pensarmos que o valor total da produção industrial em 1941 é nessa época apenas de 91,5 milhões. Ao mesmo tempo, a multiplicação dos efectivos militares e o prolongamento do serviço militar de dois anos para três roubam à produção uma importante fracção de jovens na idade mais activa, o que leva a tomar severas medidas de urgência, como a suspensão das férias pagas para 1945, destinadas a manter o volume da mão-de-obra a um nível suportável para a economia do país.

Por outro lado, a Mongólia necessita da ajuda soviética não só para a defesa da sua independência política,

mas também para a sua edificação económica. Mas a U. R. S. S., ocupada no seu próprio esforço de guerra, com vários centros económicos vitais devastados e ocupados, não se encontra em estado — não só durante a guerra como também durante os duros anos da reconstrução, até 1954 ou 1955, salvo erro — de prestar à economia mongol a ajuda maciça que permita um rápido «arranque». É claro que a U. R. S. S. não abandona a R. P. M. à sua sorte. São construídas numerosas empresas com a ajuda da U. R. S. S. nas vésperas da guerra e mesmo em plena guerra. Mas as possibilidades soviéticas de exportação para a Mongólia ficam evidentemente bastante comprometidas. E por isso que, em relação ao nível anterior à guerra, as exportações são reduzidas de 2 a 4,5 vezes no que respeita ao meios de transporte, aos produtos petrolíferos, aos metais ferrosos, assim como a certos produtos de consumo corrente como o açúcar, o tabaco, os artigos de algodão, às confecções, etc. Ainda que a economia mongol não tenha ficado estagnada, longe disso, durante este período — como veremos mais adiante —, os nossos amigos mongóis que conheceram esta época recordam-na como os anos mais penosos da sua existência, em que a incerteza do amanhã — paz ou guerra? — se vinha juntar às dificuldades materiais que se faziam sobretudo sentir, segundo parece, nos centros urbanos e principalmente em Ulaanbaatar, onde o consumo de artigos manufacturados se tinha então desenvolvido muito.

No plano político, as consequências não são menores. A tensão internacional aumenta num momento da história mongol em que a revolução mal acaba de sair dos seus erros de juventude e da sua «doença infantil», precisamente no momento em que ela enfrenta a antiga classe dominante, que a libertação nacional — premissa da revolução política — tinha debilitado mas não abatido. Aproveitando o desvio de direita praticado entre 1926 e 1928 e explorando os erros esquerdistas que desfiguram a política revolucionária, inclusive aos olhos do povo, entre 1930 e 1932, a aristocracia laica e o clero, já afastados da vida política, vêem na

confiscação dos seus bens decidida pelo Governo Popular a aproximação de um perigo mortal, mas vêem também no agravamento da tensão nas próprias fronteiras do país uma circunstância favorável para tentar reconquistar o poder. Não há dúvida de que uma das principais causas do descontentamento, que provoca em vários sítios uma adesão popular aos movimentos de insurreição inspirados e dirigidos sobretudo pelo alto clero, reside nas consequências catastróficas da ignorância e do desprezo que a direcção esquerdista do P. P. R. M. demonstrava então pelas particularidades sociais e nacionais da R. P. M. de então. Mas é interessante notar que ainda que a política esquerdista tenha começado em 1930 e, nalgumas das suas manifestações, em 1929, é só em 1932, após a entrada japonesa na Manchúria, que estalam as sublevações. Não pretendemos dizer com isto que todas as acções contra-revolucionárias tenham sido ditadas por Tóquio — a nossa intenção não é fazer da história mongol o negativo das falsificações anticomunistas que se fizeram a seu respeito —, mas a pressão japonesa não podia deixar de ser explorada pelos inimigos do regime revolucionário, uma vez que o império nipónico era sinónimo de um restabelecimento dos antigos privilégios. É claro que os militares japonescs, por seu turno, também não podiam deixar escapar uma situação tão favorável e, durante os anos trinta, numerosas são as conspirações que os serviços especiais japoneses organizam ou encorajam na R. P. M.

Uma outra consequência deste período agitado é a concentração de poderes incontrolados, durante vários anos, nas mãos de Kh. Tchoibalsan e dos serviços de segurança da R. P. M., com o seu inevitável cortejo de repressões injustificadas, de prisões e de execuções arbitrárias de militantes revolucionários importantes. É este, evidentemente, o cavalo de batalha preferido dos partidários de uma história mongol onde nada se passa que não seja ditado por Moscovo. Seria perfeitamente ingénuo e irrealista pretender que o que sucede na R. P. M. não sofre a influência do desenvolvimento

na U. R. S. S. nesta mesma época e, por razões em parte análogas, dos poderes ilimitados de Estáline e de uma evidente tendência para solucionar os problemas políticos com métodos administrativos e policiais. A incidência parece por vezes directa. Quando o marechal Demid, comandante-chefe do exército e principal artífice do reforço defensivo do país, é envenenado em 1937 no comboio que o conduz a Moscovo, estava sem dúvida nenhuma a tentar esclarecer o caso da pseudoconspiração que acabava de custar a vida ao marechal Tukhatchevski, fuzilado no mês de Junho.

Mas também aqui nos parece que o essencial reside na própria realidade mongol, a única que possibilita uma completa compreensão dos acontecimentos.

No início dos anos trinta, Tchoibalsan é já há muito tempo uma personagem de envergadura nacional. Um dos fundadores do movimento revolucionário, organizador do partido, do Exército, da União da Juventude Revolucionária, de que é primeiro secretário-geral (em 1921 tem apenas 26 anos), um dos mais decididos defensores da aliança soviética. Tchoibalsan tem uma participação muito activa na denúncia e na rectificação dos dois desvios, tanto de direita como de «esquerda», a que já fizemos referência; é o principal organizador da confiscação das propriedades feudais e perante o aumento dos perigos exteriores é a ele que cabem as mais altas responsabilidades na tarefa crucial da segurança do Estado. Primeiro vice-primeiro ministro em 1936, é ao mesmo tempo ministro do Interior num momento em que os serviços de segurança acabam de ser incluídos neste departamento.

O seu considerável passado revolucionário dá-lhe uma crescente popularidade, aumentada ainda pela actividade que desenvolve pela defesa do país. Pouco a pouco, ele próprio atribui a si próprio — o partido e o país — todos os méritos da revolução antifeudal e da defesa nacional. Em 1940, acumula os cargos de primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e do Interior. Contudo, é no período em que o perigo japonês se torna mais eminente, entre 1936

e 1939, que os órgãos de segurança do Estado escapam à legalidade e que o próprio Tchoibalsan, em Junho de 1937, se opõe a todo o controle da actividade do Ministério do Interior pelo Ministério da Justiça. Em Outubro do mesmo ano, o próprio Comité Central do P. P. R. M., reunido em sessão plenária alargada, dá o seu aval aos métodos dos órgãos de segurança, e a partir de então é uma comissão especial, reunida e trabalhando em absoluta ilegalidade sob a direcção de Tchoibalsan e de um secretário do Comité Central, Luvsancharav, que decide sobre a sorte dos presos.

Ainda que realizados em nome da defesa da revolução, os abusos de que os serviços dirigidos por Tchoibalsan se tornam culpados, ao lado dos autênticos inimigos da Mongólia popular e sob a mesma acusação — traição a favor do Japão —, atingem também um grande número de revolucionários sinceros, às vezes em função de erros já antigos e geralmente já corrigidos, por vezes mesmo sem o mínimo fundamento legal ou, escusado será dizê-lo, político. Trata-se, portanto, de graves violações da legalidade e da democracia revolucionárias, cujos efeitos sobre a passagem da Mongólia para o socialismo, tanto políticos como materiais, ao privarem o país de numerosos quadros brilhantes, só puderam ser absolutamente negativos.

Mas para que o quadro fique completo, é preciso esclarecer que estes excessos terminam em 1939, isto é, em vida e por iniciativa de Tchoibalsan. Em Fevereiro e Abril de 1939, o Presidium do Comité Central do P. P. R. M. debruça-se sobre a actividade dos tribunais e do Ministério Público e em seguida sobre o caso do Ministério do Interior. Não há dúvida que a rectificação é então apenas parcial, mas pelo menos pôs-se um termo aos abusos. É sobretudo durante o Verão de 1942 que os órgãos de segurança e o Ministério do Interior voltam a encontrar a ordem. As tentativas realizadas em certos *aimag* (Khövsgöl e sobretudo Bayan-Ölgii) para subordinar as instituições e as organizações do partido no seu conjunto aos serviços do Ministério do Interior são violentamente condenadas

e rejeitadas. As medidas tomadas em 1942 são completadas em Abril e Julho de 1943 com uma nova definição dos poderes dos procuradores, sobretudo a fim de controlar os órgãos do Ministério do Interior. Página escura da história mongol, este período não deixa, contudo, de ser uma prova da capacidade do P. P. R. M. para reconhecer os erros cometidos e para os corrigir. Tanto neste aspecto como em muitos outros, uma característica notável dos revolucionários mongóis é a coragem com que enfrentam as suas próprias dificuldades e os seus próprios erros. Nós pudemos testemunhar a facilidade com que nos foi possível abordar pessoalmente estes problemas, em muitos aspectos trágicos, com numerosos interlocutores. Consequência de uma situação histórica extremamente perigosa que a Mongólia não tinha procurado, estes excessos, fenómeno temporário e corrigido pelos próprios revolucionários mongóis, não autorizam que se escreva que «a partir de 1936 o poder real na Mongólia se encontrava nas mãos do N. K. V. D.» (1)... nem que Tchoibalsan «se contentava em ser um agente de Estáline, protegido pelos serviços de segurança soviéticos» (2), o que é perfeitamente absurdo.

A longa conquista do reconhecimento internacional

A fase final da Segunda Guerra Mundial abre à Mongólia Popular a era tão esperada de um verdadeiro reconhecimento internacional.

A 8 de Agosto de 1945, cumprindo os compromissos tomados na Conferência de Yalta, a U. R. S. S. declara a guerra ao Japão. No dia 10, com base no Protocolo de 12 de Março de 1936, a R. P. M. declara, por seu turno, a guerra para «acelerar a obtenção de uma paz

---

(1) C. R. Bawden, *Modern History of Mongolia*, Londres, 1968, p. 331.

(2) C. R. Bawden, *op. cit.*, p. 336.

geral e para dar o seu contributo à causa das Nações Unidas».

As unidades mongóis, comandadas pelo próprio Tchoibalsan e em estreita colaboração com as três Frentes comandadas pelo marechal Vassilevski, penetram directamente no Gobi na direcção de Erlian-Kalgan e de Dolonnor-Jehol-Golfe do Liaodong, cortando a retirada às tropas japonesas e fantoches concentradas na Manchúria. Após muitas tergiversações, os japoneses depõem as armas a 23 de Agosto, tendo perdido em dez dias 80 000 mortos e feridos. Do antigo exército todo-poderoso do Kwangtung não ficou mais do que 600 000 prisioneiros, que tomam o caminho do cativeiro na Sibéria e na Mongólia.

Ao mesmo tempo, aproveitando o papel decisivo que coube à U. R. S. S. no esmagamento da coligação fascista — e que é então reconhecido — o Governo soviético consegue finalmente fazer reconhecer a independência nacional da R. P. M. A 11 de Fevereiro de 1945, em Yalta, a U. R. S. S. compromete-se a entrar em guerra com o Japão «dois ou três meses após a capitulação da Alemanha» mas com um certo número de condições, das quais a *primeira* é a «manutenção do *statuo quo* da Mongólia exterior (República Popular da Mongólia)» — condição que o presidente Roosevelt se compromete pessoalmente, a conselho de Estáline, a fazer aceitar por Chang Kai-chek.

De facto, a 14 de Agosto de 1945, em plena operação na Manchúria, a U. R. S. S. e a China assinam um Tratado de Amizade e de Aliança que ocasiona uma troca de notas anexas ao Tratado e em que Wang Shi-jie, ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, faz saber o seguinte a V. M. Molotov:

«Em razão do desejo repetidamente expresso pelo povo da Mongólia exterior para obter a independência, o Governo chinês declara que, após a derrota do Japão e se um plebiscito confirmar esse desejo, o Governo chinês reconhecerá a independência da Mongólia exterior nas suas fronteiras actuais.»

A 21 de Setembro, o Presidium do Pequeno Khural da R. P. M. anuncia a realização do plebiscito, cuja data e modalidades serão tornadas públicas a 5 de Outubro: «A questão da independência da R. P. M. é posta a votação. Inscrever nas listas de voto, à frente do nome, a menção "por" ou "contra" e assinar. Em caso de analfabetismo apor a impressão do dedo médio da mão direita.» A 20 de Outubro de 1945, em 4251 mesas de voto, 487 409 cidadãos mongóis, dos 494 960 que estavam inscritos, participam no escrutínio e dão 487 409 votos a favor da independência do seu país. Os observadores chineses, dirigidos por Li Fa-zhang, um vice-ministro, não formulam nenhuma reserva quanto à regularidade das operações; a Mongólia exige, pois, imediatamente que a China respeite os compromissos tomados a 14 de Agosto. A 5 de Janeiro de 1946, a China de Chang Kai-chek reconhece a Mongólia popular e os dois países estabelecem relações diplomáticas. Mas será necessário esperar até à fundação da República Popular da China, a 1 de Outubro de 1949, para que as fronteiras mongóis voltem a encontrar a paz. O reconhecimento da R. P. M. por Chang Kai-chek não é absolutamente nenhum gesto de boa vontade e em 1947 e em 1948 estalam violentos incidentes em toda a extensão das fronteiras do Sudoeste da Mongólia, mobilizando vários milhares de homens tanto de um lado como do outro. A recordação deste confronto permaneceu extremamente viva na R. P. M., como pudemos constatar no *aimag* de Khovd, onde tiveram lugar as batalhas mais intensas e onde houve mais mortos.

O caminho da R. P. M. para um reconhecimento internacional efectivo é longo e difícil. As grandes potências imperialistas, que as condições do final da guerra obrigaram a dar um passo em frente, e o regime de Chang Kai-chek decidem recusar à Mongólia, tal como após 1921, o estatuto de Estado soberano. Trata-se de uma política deliberada, típica da guerra fria nascente. As incoerências não faltam nesta posição. Assim, se Roosevelt encontrou argumentos para con-

vencer Chang Kai-chek a reconhecer a independência mongol, os Estados Unidos de Truman não hesitam em opor-se, após 1946, à admissão da Mongólia na O. N. U. sob o pretexto de «falta de informação»!

O mais chocante de todo este episódio é sem dúvida a recusa, baseada em razões sórdidas e mesquinhas, de reconhecer o legítimo lugar de membro das Nações Unidas a um Estado — e serão assim tão numerosos? — que participou directamente no esmagamento da coligação fascista. As peripécias desta admissão na O.N.U. não só simbolizam bem as dificuldades que a R. P. M. tem de vencer para afirmar a sua existência, como também ilustram a evolução da relação de forças à escala mundial. Entre 1946 e 1960, o Conselho de Segurança rejeita cinco vezes o pedido de adesão da R. P. M. Cada vez que uma maioria favorável parece «ameaçar» libertar-se (e é aliás o único efeito notável da denúncia feita por Taipé, em Fevereiro de 1953, do Tratado de 14 de Agosto de 1945), Chang Kai-chek utiliza o seu milagroso direito de *veto*. Entretanto, a R. P. M. estabelece relações com todos os países de democracia popular, o que favorece um novo desenvolvimento dos seus intercâmbios exteriores, assim como com um número crescente de países não há muito ainda colonizados (a Índia, a Indonésia, o Camboja, a Guiné), o que irrita vivamente a obstrução de que é vítima a R. P. M., à qual a justo título vê nestas manobras uma ameaça para a sua jovem independência. O voto mais típico é sem dúvida o de 9 de Setembro de 1957, quando os Estados Unidos rejeitam a admissão apenas em função dos votos dos representantes do Taipé, da Cuba de Baptista, da Colômbia e das Filipinas, países cuja independência em relação aos Estados Unidos é bem conhecida!

É por fim um voto da Assembleia Geral, a 19 de Abril de 1961, que desbloqueia a situação — uma maioria constituída por países socialistas e não-alinhados recomenda a admissão. Nas condições do progresso à escala mundial de poderosos movimentos de libertação

nacional, enquanto que o sistema colonial do imperialismo acaba de ser derrubado e que a relação de forças deixou de estar a favor deste último, como foi constatado e declarado nas Conferências dos Partidos Comunistas e Operários de 1957 e de 1960, a liberdade de manobra dos meios imperialistas vai-se restringindo. A 28 de Outubro de 1961, o Conselho de Segurança vota finalmente a admissão da República Popular da Mongólia na Organização das Nações Unidas.

A velha nação mongol, tantas vezes condenada à extinção e da qual tantos fragmentos se foram desfazendo ou dispersando até então sob ventos adversos, conseguiu sobreviver e é hoje florescente. No entanto, é preciso que fique bem claro que este brusco salto nacional, não só esta «segunda epopeia mongol» de que falava a revista *Nova Democracia* em 1965 como também esta segunda vida da Mongólia, que começa em 1921, não podem ser compreendidas sem as decisões revolucionárias realizadas há já meio século e que, além dos esforços frequentemente heróicos do próprio povo mongol, a ajuda prestada em todos os campos pela revolução russa e pela U. R. S. S. constitui um factor considerável no êxito da experiência mongol. Contribuindo política e militarmente para a sobrevivência da revolução popular, dando à Mongólia os meios para levar por diante no interior das suas fronteiras — ao mesmo tempo que fazia face aos militaristas chineses e ao imperialismo japonês — o essencial da sua revolução social e para dar início — nos anos da grande crise que abala o mundo capitalista a partir de 1929 — à sua edificação económica, a cooperação entre a R. P. M. e a U. R. S. S. afigura-se-nos um exemplo impressionante, único na época, do conteúdo revolucionário da estratégia leninista de coexistência pacífica.

Actualmente, a R. P. M. mantém relações com cerca de setenta Estados, e muitos são aqueles que estavam convencidos que deviam ignorar este país e que a história levou a uma visão mais realista das coisas. É con-

solador que um professor americano tenha podido declarar em 1970:

«O povo mongol tem novamente a sua própria terra independente, na qual, ajudado pelos seus amigos, mas sobretudo graças à força e ao talento dos seus próprios filhos, coloca agora as bases do seu próprio futuro, um futuro em que não pretende dominar nenhum outro povo, mas em que toda a gente na Mongólia satisfará as suas necessidades.» (1)

A independência nacional mongol e os seus falsificadores

Antes de deixar os aspectos característicos da revolução mongol vista como luta de libertação nacional, temos de nos debruçar sobre um ponto que teríamos ocasião de encontrar em cada «desvio» da caneta... A experiência mongol e a sua interpretação, sem dúvida porque a sua importância ultrapassa largamente o quadro das fronteiras e dos problemas puramente mongóis, há muito que são tema de lutas ideológicas encarniçadas que giram precisamente à volta desta questão da independência nacional da Mongólia e da natureza das relações entre a R. P. M. e a U. R. S. S. Depois de nos anos vinte um senador francês — já a propósito da Mongólia — ter denunciado o «imperialismo vermelho» com o maior vigor, numerosas foram as variações que este tema inspirou — seja pura propaganda anticomunista, seja sustentada «cientificamente» por especialistas da «questão mongol». Sem entrar em mais pormenores, vimos o pesar que inspirou a incapacidade do militarismo japonês para «salvar a Mongólia do comunismo»; o fio (também ele vermelho) destas interpretações em sentido único da história mongol é a dependência total, exclusiva, sem saída nem remissão em que se encontraria a R. P. M. em relação

(1) Prof. Denis Sinor, no II Congresso Internacional dos Mongolizantes, Ulanbator, 1970.

à U. R. S. S., verdadeiro senhor do país. Nem um único acontecimento, nem um único facto, em cinquenta anos de história da R. P. M., que não tenha sido ditado por Moscovo ou que, no melhor dos casos, não seja fruto de acontecimentos estranhos à Mongólia ou que escapem ao seu controle.

Tiraremos apenas alguns exemplos de uma das mais recentes destas obras, facilmente acessível ao leitor francês, e naturalmente apresentada como uma «obra histórica, um documento de actualidade e um livro indispensável a todos os que desejem seguir de perto os acontecimentos internacionais» (1).

Passemos rapidamente sobre algumas insuficiências incómodas para quem pretende falar como especialista: o senhor Stolypine apresenta (p. 22) os imperadores Güyük, Möngke e Khubilai como filhos de Ögödei, primeiro sucessor de Tchinggis Khan, quando só Güyük o era, sendo os outros dois seus primos direitos e não seus irmãos. O senhor Stolypine parece ignorar a importância histórica dos conflitos dinásticos e dos interregnos que separam o governo destes soberanos. Güyük reina entre 1246 e 1248 e não entre 1241 e 1248, sendo as datas para Möngke e Khubilai respectivamente 1251-1259 (e não 1249-1258) e 1260-1294 (e não 1259-1294). Pretendendo sem dúvida dar mais importância aos acontecimentos, o senhor Stolypine apresenta a revolta nacional que expulsa os mongóis da China em fins do século XIV como conduzida pela «ilustre família dos Ming» (p. 29), o que é uma grande e inútil honra para Zhu Yuan-zhang, fundador da dinastia dos Ming (que não é um nome de família) — filho de camponeses e ex-monge. O senhor Stolypine vê a Mongólia da primeira metade do século XVII partilhada entre setenta e dois príncipes, quando na verdade esta divisão, consequência directa do domínio manchu, só ocorre durante o século seguinte. Mas seria muito enfadonho continuar a enumerar os exemplos.

(1) Arcady Stolypine, *La Mongolie entre Moscou e Pékin*, Paris, Stock, 1971.

Os acontecimentos contemporâneos, em que a demonstração tende sempre invariavelmente a provar a subordinação mongol às decisões soviéticas, são mais interessantes e certamente mais significativas para o nosso propósito. Quando em 1919 foram criados dois círculos revolucionários em Urga, um dirigido por Sükhbaatar e o outro por Tchoibalsan, o primeiro foi considerado como «tradicional e nacionalista» (p. 96), mas o segundo seria «de tendência marxista» e — já — «teleguiado por Moscovo», o que é uma homenagem desmedida à potência da Rússia soviética, que tem então de fazer face, sobretudo na Sibéria, a uma guerra civil e a uma intervenção estrangeira encarniçadas. A explicação é simples: em 1914, Tchoibalsan tinha sido enviado a Irkustk como estudante. «Como sucede frequentemente, o estudante cria ódio aos seus benfeitores. Passa as noites em reuniões com os revolucionários russos... e torna-se um bolchevique convicto. *Seguindo o conselho dos seus amigos* (o sublinhado é nosso, *J. L.*), regressa à sua Mongólia natal» (p. 97). É certo que a permanência de Tchoibalsan na Rússia, entre 1914 e 1917, contribui fortemente para a formação dos seus conceitos revolucionários. Porém, as circunstâncias do seu regresso à Mongólia dão azo a uma pequena «manobra» que nos mostra um Tchoibalsan obedecendo simplesmente a palavras de ordem, aos «conselhos» russos. No entanto, a verdade é outra: não é «por conselho dos seus amigos» que Tchoibalsan regressa ao seu país, mas chamado, assim como todos os outros estudantes mongóis, pelo Governo do Bogdo gegeen, logo a seguir à revolução de Fevereiro de 1917, com medo do perigo de contágio revolucionário.

Por estranha ignorância ou por gosto do sensacional, o senhor Stolypine faz chegar até Moscovo, «onde Lénine os recebe pessoalmente no Kremlin», toda a delegação mongol que visitou a Rússia durante o Verão e o Outono de 1920. De facto, só três membros desta delegação — Danzan, Losol e Chagdarjav (e não Chardobadj, nome muito estranho para um mongol...) — se dirigem a Moscovo e são efectivamente

recebidos por Lénine. Sükhbaatar e Tchoibalsan ficaram em Irkutsk, donde estabelecem ligação com os dois últimos membros da delegação, Bodoo e Dogson, que tinham regressado clandestinamente a Urga, e onde se iniciam na experiência do Exército Vermelho. Qual é o fim desta artimanha? Simplesmente é necessário que Sükhbaatar e que Tchoibalsan fiquem retidos em Moscovo «com interdição de sair» (admiremos a precisão) para poderem «seguir os cursos de uma escola superior do Comité Central soviético», à espera que «Lénine considere os colaboradores maduros para entrarem em acção» (pp. 104-105).

A libertação da Mongólia em Julho de 1921 e a tomada de Urga são por sua vez objecto de uma falsificação pura e simples. Descrevendo os «horrores» da tomada do poder, o senhor Stolypine começa por nos citar o *China Year Book* de 1922, publicado em Xangai e baseado unicamente, no que diz respeito à Mongólia, nas declarações dos russos brancos emigrados — o que não tem nada de estranho para o senhor Stolypine —, mas o nosso «jornalista conceituado» deve sentir quão insuficiente é este testemunho. Recorre, portanto, aos escritos do professor Owen Lattimore, «pouco inclinado contudo a tomar o partido dos russos brancos» (p. 128):

«... Na Mongólia, a justiça pública encobria as vinganças pessoais, as pessoas entregaram-se ao vandalismo, à pilhagem e à destruição dos mosteiros. Peças maravilhosas de joalharia da Igreja foram fundidas, foram queimados documentos de incalculável valor e perdeu-se para sempre todo um património artístico.

«O zelo revolucionário terminou num filistinismo de esquerda e na negação de tudo o que se relacionasse com a religião, com o velho Tibete, com o encanto ou com a pompa da época feudal. Aos olhos dos revolucionários tudo isso não passava de tolices feudais.» (1)

(1) Owen Latimore, *Mongólie — Nomades et commissaires*, Paris, Le Sevil, p. 132; citado por M. Stolypine em *La Mongolie entre Moscou et Pékin*, pp. 128-129.

Não há a mínima possibilidade de dúvida, trata-se de uma descrição das acções dos «mercenários conduzidos por Sükhbaatar» em 1921 (p. 128). A grosseria do processo é desmoralizadora. O. Lattimore descreve, nesta passagem, na realidade, não os acontecimentos de 1921, mas os efeitos da destruição da potência económica e política da Igreja lamaica na segunda metade dos anos trinta, fazendo uma comparação com a política religiosa de Henrique VIII e dos Tudor. Embora Owen Lattimore, ainda que «pouco inclinado a tomar o partido dos brancos», não seja um revolucionário, o seu profundo conhecimento da Mongólia, a sua análise sempre honesta dos acontecimentos e das realidades da revolução mongol dão-lhe o direito de exprimir sobre uma ou outra etapa opiniões que podem sem dúvida ser discutidas (poderíamos perguntar, por exemplo, o que significava para um criador de gado o «encanto e a pompa da época feudal»), mas que de maneira nenhuma admitem as tergiversações de um senhor Stolypine.

É ainda a um pequeno logro deste género que o nosso «especialista» se entrega quando compõe, sem demasiados escrúpulos, as declarações de uma «testemunha mongol» sobre a «reafirmação do protectorado soviético sobre a Mongólia (que) se realiza em condições horríveis de 1929 a 1932»:

«Sem que seja feita uma diferenciação entre ricos e pobres, os lamas foram então subjugados com todo o género de impostos... Pressões e ameaças obrigaram os lamas a abandonar os mosteiros... Simultaneamente, os pequenos comerciantes e os artesãos foram também subjugados com impostos, como se se tratasse de perigosos capitalistas. As taxas sobre os rebanhos eram tão altas, que não havia interesse nenhum em tentar aumentá-los.

«Estalaram revoltas... Durante vários meses o país foi cenário de sangrentas lutas de classe que se transformaram em guerra civil... Estas sublevações foram levadas a cabo não só pela gente comum como também

por um grande número de membros do partido da liga dos jovens revolucionários e das unidades do exército.

«Quando as coisas chegaram a este estado, os blindados e os aviões soviéticos entraram em acção.»

E o senhor Stolypine vai mesmo ao ponto de indicar a referência para esta longa citação (p. 149): «I. Dugursurun *(sic): Quarenta anos,* Ulan Bator, 1961.»

É difícil encontrar palavras — ou demasiado fácil — para qualificar esta extraordinária demonstração de desonestidade intelectual: As frases deste «testemunho» são, com efeito, todas copiadas das páginas 121 a 123 do livro *Nómadas e Comissários* de Owen Lattimore, decididamente plagiado sem vergonha, dado que o seu nome nem sequer é mencionado, e com razão, pelo senhor Stolypine, mas elas pertencem a três autores diferentes... Todo o primeiro parágrafo é de autoria do próprio O. Lattimore, descrevendo os excessos dos esquerdistas, e só a primeira frase do segundo parágrafo — até à expressão «guerra civil» — é da autoria de L. Dügersüren, historiador mongol recentemente falecido. O final da «citação», por sua vez, é de autoria de N. N. Poppe, gramático eminente mas historiador duvidoso, «decididamente mais hostil à União Soviética do que à Mongólia», segundo o eufemismo de O. Lattimore, após ter emigrado da U. R. S. S. para os Estados Unidos. O leitor atribuirá o seu justo valor a este mosaico, mas o essencial não era provar, e que «prova» mais concludente do que esses «blindados e aviões soviéticos» que entram em acção pela palavra de uma «testemunha mongol», o que explica que só Dügersüren seja mencionado?

Assim se prova a «submissão à U. R. S. S.», que para o senhor Stolypine se torna total quando, em 1952, Yu. Tsedenbal sucede ao marechal Tchoibalsan à cabeça do Governo: «Este seguidor incondicional do Kremlin não toma senão as decisões que lhe são ditadas por Moscovo e mantém-se no poder unicamente graças ao apoio soviético» (p. 180). E sobretudo, para o nosso autor, a Mongólia não passa de um joguete passivo nas mãos da U. R. S. S. e da China. Foi assim que em

Outubro de 1954 «os dirigentes soviéticos e chineses, *sem consultar Tsedenbal* (o sublinhado é nosso, J. L.), decidem prolongar a linha ferroviária Irkutsk-Nauchki--Ulan Bator até Pequim» (p. 181). Mas mais uma vez os factos são teimosos, e o senhor Stolypine toma com eles umas liberdades muito estranhas. O comunicado de 12 de Outubro de 1954, que efectivamente anuncia a construção da linha de caminho de ferro Ulaanbaatar--Jining, foi publicado conjuntamente pelos três Governos (soviético, chinês e mongol), mas esta construção é sobretudo empreendida no seguimento de um acordo concluído — sempre entre os três Governos — dois anos antes, a 15 de Setembro de 1952, e de um acordo sovieto-mongol sobre a cooperação entre estes dois países nesta matéria.

As peripécias da política interior mongol naturalmente que também não podem deixar de ser o reflexo dos acontecimentos exteriores e, se Yu. Tsedenbal, durante o XIII Congresso do P. P. R. M., perde o seu lugar de primeiro-secretário do Comité Central a favor de D. Damba, seria unicamente porque N. Khruchtchev, muito ocupado com o grupo antipartido Molotov--Malenkov-Kaganovitch, se teria desinteressado dos problemas mongóis e porque Damba seria um «pró--chinês». O senhor Stolypine comete um «erro» interessante no que respeita à data deste XIII Congresso. Ele situa em Março de 1957 um congresso que só foi realizado em Março de 1958, pois o grupo Molotov--Malenkov-Kaganovitch foi eliminado na sessão de Julho de 1957 do Comité Central do P. C. U. S., e a explicação do «especialista» sem esta pequena artimanha não teria nenhum sentido.

Se as decisões já não são ditadas por Moscovo, é porque o são de Pequim: «Damba, o pró-chinês, pôs em prática durante a sua administração um terceiro plano quinquenal mongol de 1958 a 1962 (trata-se na realidade do plano trienal 1958-1960, J. L.). Este novo plano inclui a colectivização da economia rural mongol — medida contra a qual o marechal Tchoibalsan sempre se mostrou hostil» (p. 185), o que seria portanto,

subtil subentendido, o resultado de um comunismo «duro» copiado da China... O senhor Stolypine ignora certamente que o movimento para a constituição generalizada das cooperativas tinha sido lançado em Março de 1955 pelo I Congresso dos cooperativistas de vanguarda, perante o qual Yu. Tsedenbal apresentou um importante relatório. Mas o que importa é apresentar uma Mongólia que se orienta em função de uma situação exterior que não pode controlar...

O afastamento de Damba e o regresso de Tsedenbal à direcção do Partido (o qual, aliás, tinha continuado a ser membro da Comissão Política), após a III Assembleia do Comité Central do P. P. R. M. em Março de 1959, deve obrigatoriamente obedecer à lógica seguinte: «O Kremlin não é estranho a esta queda (de Damba), Molotov, substituído por outro embaixador soviético, já lá não está para dar a mão ao primeiro--ministro mongol. Acusado de «traidor e de renegado», Damba é expulso do Politburo e em seguida das fileiras do Partido» (p. 184). O senhor Stolypine está decididamente de relações cortadas com o calendário. V. Molotov é, com efeito, embaixador na R. P. M. até Setembro de 1960. Além disso, Damba não é qualificado nem de «traidor» nem de «renegado», mas afastado juntamente com outros membros da Comissão Política nesta mesma ocasião, considerado incapaz e homem sem princípios, conservador impossibilitado de fazer face às complexas tarefas da edificação do socialismo na R. P. M., do que aliás o relatório de Yu. Tsedenbal perante o Comité Central dá uma quantidade de exemplos extremamente concretos, mas onde em vão se tentaria encontrar as invectivas «citadas» pelo nosso autor ([1]).

([1]) Yu. Tsedenbal, *Relatórios, Artigos, Discursos*, tomo II, Ulaanbaatar, 1967, pp. 250-297 (em mongol); Resolução da III Assembleia, em *Documentos de História do P. P. R. M.*, tomo II (1940-1960), Ulaanbaatar, 1967, pp. 473-482 (em mongol).

Não é de maneira nenhuma nossa intenção diminuir aqui a influência considerável exercida pela revolução russa e pela U. R. S. S. no desenvolvimento do socialismo na Mongólia, e mais adiante voltaremos a fazer-lhe referência. Também é evidente que a degradação das relações entre a República Popular da China e a quase totalidade do campo socialista, em que a Mongólia se encontra incluída — ainda que vizinho tão próximo —, não pôde deixar de ter efeitos sobre a vida política do país. A ascensão de um «incapaz», de um «conservador», ao poder significa naturalmente um problema grave para um Estado socialista, mas esse problema só pode ser resolvido encarando seriamente as realidades próprias do país, de que a política externa, por muito importante que seja, não é senão um elemento que não poderia ser exclusivo. É evidente que não se pode construir uma interpretação tão unilateral da história mongol, como a do senhor Stolypine, senão amontoando ignorâncias, antifrases e omissões, de que acabamos de dar alguns exemplos. O que está aqui em jogo é de facto a compreensão de todo o conjunto da história mongol contemporânea, experiência original de passagem para o socialismo e por isso compreende-se perfeitamente o esmero com que algumas pessoas se dedicaram a falsificar o seu desenvolvimento e a desfigurar o seu significado. Poderão objectar-nos que nos alargamos demasiado com pormenores, mas deverão reconhecer que estes «pormenores» têm uma certa importância e que é bom que o leitor conheça o valor, a seriedade e a honestidade dos «documentos de actualidade» e dos «livros de referência» que lhes são com demasiada frequência oferecidos no Ocidente, em França em particular, por «especialistas» de que o senhor Stolypine é um digno representante.

SEGUNDA PARTE

UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Via não capitalista, desenvolvimento, socialismo

A revolução popular de 1921 resolveu no imediato o essencial da questão nacional — reconstituir um Estado. Vimos já as dificuldades que a nova Mongólia teve de afrontar para reforçar e proteger esta conquista. Mas este objectivo, por muito elevado que seja, não foi perseguido por si só. Também vimos em que estado de destruição se encontrava a Mongólia. É, portanto, o restabelecimento da economia, a construção de uma nova sociedade, que a revolução popular se propõe como objectivo. Ao analisar a via de desenvolvimento pela qual o país enveredou, devem-se ter sempre presentes vários elementos essenciais.

Em primeiro lugar, a causa principal do atraso que vive a Mongólia do princípio do século, mais do que nas suas condições naturais, reside na conjunção desta situação efectivamente pouco favorável com as condições históricas que já citámos, com o fardo de dois séculos de dominação estrangeira precedidos por três séculos de desmembramento feudal e rematados por vários anos de ocupação militar, de colonização e de pilhagem estrangeiras, cujos efeitos são tanto mais destruidores e duradouros quanto se exercem sobre uma sociedade já sem forças e vacilante. Por conseguinte, a permanência de alguns destes efeitos durante vários anos, e mesmo dezenas de anos, deve ser considerada como um fenómeno histórico que seria perfei-

tamente vão estranhar e absolutamente superficial pretender atribuir a uma fatalidade que tivesse atingido o povo mongol...

Em segundo lugar, a escolha dos objectivos e das prioridades é ditada em grande parte pela grande debilidade inicial das forças produtivas. Revolução política e social e desenvolvimento são inseparáveis. A experiência da R. P. M. baseia-se essencialmente nesta ordenação das condições sociais e materiais da passagem para o socialismo. A transformação do mundo rural e a industrialização — criação pura e simples de novas forças produtivas — apresentam, sob este ponto de vista, aspectos bastante variados. Se a indústria dependia simultaneamente da solução dos problemas sociais no campo, quanto mais não fosse para o recrutamento da sua mão-de-obra, e do nível da economia rural em abastecimentos e mercados, a sua criação desempenhou o papel de um motor — não só material como também político-social com a introdução imediata de relações socialistas — para a sociedade mongol em geral. O problema do mundo rural — onde se encontra ainda então a grande maioria da população — é mais complexo, pois, por um lado, é no campo que se desenvolve o confronto principal entre o novo regime e a antiga classe dominante e, por outro, é no campo que a transformação das velhas estruturas sociais, sobretudo a transformação das relações de propriedade, e o desenvolvimento económico, criação de novas forças produtivas, estão mais intimamente relacionados. É no campo, enfim, que, uma vez decidida a sorte do capital estrangeiro, a luta contra o aparecimento de elementos capitalistas no decurso da política de desenvolvimento adquire toda a sua importância.

Em terceiro lugar, a experiência mongol deve ser considerada como o choque de uma tentativa então sem exemplo [1], para romper definitivamente com a

[1] Não contando evidentemente com a revolução russa nem com as experiências de desenvolvimento das regiões da U. R. S. S. em que prevaleciam relações pré-capitalistas.

evolução «natural» de uma sociedade, isto é, o choque de uma estratégia deliberadamente *política,* da escolha revolucionária de um tipo de desenvolvimento, contra uma situação em que se interpenetram, se confundem e se opõem as transformações introduzidas por esta política, a persistência das condições históricas iniciais, essas «sobrevivências do passado» que J.-J. Goblot demonstrou pertinentemente serem uma limitação interna para o desenvolvimento [1] e, por fim, o peso das realidades materiais.

Por último, se tomarmos em consideração o lugar importantíssimo que ocupa, na perspectiva de um desenvolvimento não capitalista, a ajuda de um país socialista desenvolvido, neste caso a U. R. S. S., teremos de recordar que esta ajuda, no seu volume e nas suas modalidades se reflectiram tanto os êxitos como as dificuldades da edificação do socialismo na U. R. S. S., da guerra e dos anos de reconstrução, da guerra fria, etc.

Nestas condições, se as contradições não encontram imediatamente uma solução e se, portanto, aparecem insuficiências, se se cometem erros, os quais — digamo-lo uma vez mais — são apresentados e analisados como tais pelos próprios revolucionários mongóis, tudo isto constitui por sua vez um fenómeno histórico, com consequências na prática sem dúvida, mas que merece ser tratado como tal e não como uma sucessão de acidentes fortuitos, sem relação entre si.

Agora, se toda a complexidade da experiência mongol for abordada de uma forma pouco ampla e se for ignorada a riqueza das contradições, corre-se evidentemente o risco não só de ter uma visão hagiográfica e idílica da revolução mongol, como também, e sobretudo, de fazer uma exposição que, em situações muitas vezes confusas, se negaria a pôr em evidência a continuidade de um empreendimento positivo, o que signi-

[1] A. Pelletier, J. J. Goblot, *Matérialisme historique et histoire des civilisations (Materialismo histórico e história das civilizações),* Paris, Éditions Sociales, 1969, p. 109.

ficaria pretender desacreditar a revolução mongol e negar-lhe, a maior parte das vezes a partir de uma descrição superficial dos factos e das ideias, o carácter de uma experiência original e coerente.

Esta importância da relação entre o desenrolar dos acontecimentos e o conteúdo da revolução popular, as transformações da vida política, da economia e da sociedade, determina o interesse que deve ser atribuído à análise por períodos da história mongol contemporânea. Ora, pelas razões que acabamos de expor, é tal a complexidade desta inter-relação que seria impossível fazer coincidir mecanicamente as etapas cronológicas e as fases de desenvolvimento. Numa palavra, a estratégia da revolução impõe a definição de etapas, geralmente inscritas nas instituições políticas (a adopção de três Constituições sucessivas que marcam as etapas da passagem para o socialismo em 1924, 1940 e 1960 dá-nos a este respeito preciosos pontos de referência), sendo atribuídos a cada uma destas etapas objectivos gerais específicos e em que a etapa cronológica manifesta aqui uma tendência para coincidir com uma determinada fase do desenvolvimento (reformas democráticas — socialização e consolidação das forças produtivas — concretização da edificação do socialismo).

Ora, que estes objectivos gerais sejam considerados alcançados, permitindo a passagem para a etapa seguinte, não implica automaticamente que a totalidade das tarefas que os compunham tenha sido realizada. Yu. Tsedenbal observa: «Tratava-se de reduzir épocas históricas a decénios, séculos a anos.» (1) Uma visão global da política de desenvolvimento preside, portanto, à definição das etapas, as quais, além dos seus objectivos próprios, têm a obrigação de concluir as tarefas atribuídas a uma etapa anterior e que ficaram incompletas; é o caso, por exemplo, das medidas tomadas

(1) Yu. Tsedenbal, *La R. P. M. en marche vers le socialisme (A R. P. M. a caminho do socialismo)*, Ulan Bator 1967, p. 26 (em francês).

para reforçar qualitativamente a criação de gado em pleno período final da edificação socialista. Da mesma maneira, para realizar satisfatoriamente as tarefas próprias de uma etapa, é muitas vezes necessário utilizar formas de actividade características, na sua generalidade, de uma etapa ulterior. Tal é o caso da criação, logo no princípio dos anos vinte (1922), de um sector agrícola de Estado, ainda muito embrionário, num momento em que o objectivo globalmente definido era ajudar os pequenos criadores de gado a elevarem-se ao nível da produção mercantil. Não se trata aqui de fenómenos fortuitos, mas sim de ilustrar a lógica interna do desenvolvimento não capitalista e o seu carácter de estratégia política planificada. Com efeito, estes elementos «precursores» devem desempenhar o papel de incentivo, de motor, frequentemente didáctico, para a realização dos objectivos gerais apresentados ao país.

Não será, pois, de estranhar que, ao apresentar agora certos aspectos da experiência mongol, apresentemos lado a lado certos dados iniciais e realizações do novo regime destinados a tornar possível ou a facilitar a continuação do desenvolvimento não capitalista. As liberdades que à primeira vista poderá parecer que tomamos em relação à estrita cronologia da história da R. P. M. ser-nos-ão ditadas pela preocupação de melhor compreender as relações existentes entre a política de desenvolvimento e a sua aplicação na prática.

As condições naturais

Já dissemos mais atrás até que ponto as condições naturais são inseparáveis das circunstâncias históricas que nelas se desenvolvem. Embora sem pretender voltar a insistir sobre este ponto, não deixaremos de afirmar a nossa total concordância com o professor Natsagdorj, grande historiador mongol, que nos afirmava, durante uma conversa em Ulaanbaatar, que a legítima reprovação de uma interpretação da história em função de um determinismo geográfico não deveria servir para

encobrir o facto de a história mongol se adaptar mal a um desconhecimento e a uma subestimação das realidades naturais.

Território e relevo:

Ocupando no coração da Ásia um espaço de 1,565 milhão de quilómetros quadrados, ou seja aproximadamente três vezes a superfície da França, o território da R. P. M. tem o aspecto de um conjunto de planaltos e de planícies altas, grosseiramente inclinadas de Ocidente para Oriente, entrecortadas por cadeias e maciços montanhosos situados na sua maior parte no Oeste e no Norte do país. A mais importante destas cadeias, o Altai, estende-se pouco mais ou menos paralelamente à fronteira meridional, de Noroeste para Sudeste, numa extensão aproximada de 1800 km. O Altai é composto por três fragmentos de altura decrescente. No extremo ocidental, o Altai mongol possui os cumes mais altos do país (4653 m) e cerca de 800 km² de gelos permanentes; a seguir vem o Gov'-Altai, mais modesto (3957 m), e depois os Gurian Saikhan. A norte do Altai, o centro da R. P. M. é ocupado por duas cadeias menos elevadas, muitas vezes cobertas de florestas, sobretudo nas suas vertentes norte: Khangai a oeste (3905 m) e, separado por uma depressão recortada pelos vales da bacia do Selenge, o Khentei (2799 m), directamente ligado aos montes Yablonovy (Sibéria oriental). No extremo norte, por fim, a fronteira com a U. R. S. S. situa-se por trás de barreiras montanhosas (Tanu-uul, Sayan orientais). De uma maneira geral, o território encontra-se a uma elevada altitude (1580 m em média), estando 80 por cento situado a mais de 1000 m. O Este e o Sul apresentam um relevo menos acidentado e altitudes mais modestas (é na planície oriental que se encontra o ponto mais baixo de todo o território: 552 m). Quanto à franja meridional, é caracterizada pelo predomínio de um tipo de paisagem de estepes áridas entrecortadas por zonas desérticas

(tsöl) mais ou menos extensas, paisagens que os mongóis designam pela palavra *gov'*, que nós conhecemos sob a forma escrita de Gobi e que não é portanto *stricto sensu* um nome próprio, mas um termo genérico (existem *gov'* até ao extremo noroeste do país). A zona dos *gov'*, aliás, tem apenas uma relação muito longínqua com a lenda terrífica do deserto de Gobi, o que mostra a importância desta região de criação de gado na economia da R. P. M.

Clima:

O clima da R. P. M. resulta da posição fortemente continental, da elevada altitude e de uma latitude média do país. Incluída no Inverno nas altas pressões siberianas, a Mongólia suporta então um tempo muito frio (as médias de Janeiro variam entre -10° e -15° no Sul e -30° e mais no Norte; as temperaturas mínimas rondam os -50°), com muito sol, sem vento. O número de dias de gelo varia entre 189-192 no Sul e 209-259 no Norte, onde se podem contar mais de cem dias com temperaturas inferiores a -25°. Além disso, os gelos mais tardios podem durar até ao fim de Junho, quando os primeiros podem chegar logo nas primeiras semanas de Agosto. A Primavera mongol deve esse nome apenas a circunstâncias astronómicas, absolutamente independentes do clima local. Temida pelos mongóis por ser o pior momento do ano, com as suas tempestades de neve, os seus ventos glaciais, os seus momentos de calma logo seguidos por um regresso brutal dos gelos, que cobrem as pastagens com uma crosta de gelo impenetrável para o gado já enfraquecido pelos rigores do Inverno, e também com longos períodos de seca (Maio ou Junho) a seguir aos nevões, que ameaçam o solo de erosão eólia. A Primavera cede o lugar a um Verão curto, quente no Sul, onde por vezes atinge os 40°, e mais temperado no Norte, onde as temperaturas máximas nunca ultrapassam os 35° e durante o qual se concentra o essencial das precipitações recebidas pelo

país. Mas mesmo assim é extremamente delicado falar aqui de um regime de precipitações, pois o seu volume, já fraco de uma forma global (menos de 100 mm por ano no Sul e apenas excepcionalmente atingindo os 500 mm no extremo Norte), é ainda afectado por uma grande irregularidade. A par de anos de grande seca, a Mongólia regista períodos de «fortes» precipitações (as precipitações de 1973 foram 50 a 60 por cento superiores à média), que chegam a provocar variações do caudal dos cursos de água que vão de 1 até 15 ou 20, e mesmo inundações catastróficas como em 1966 em Ulaanbaatar (1). Foi assim que Dalanzadgad (Gobi do Sul) recebeu mais chuva num dia de Agosto de 1963 do que durante todo o ano de 1946, o que explica a grande dificuldade para fazer previsões agrícolas a longo prazo, por exemplo relativamente às reservas de água de superfície e às forragens. Só o Outono terá um relativo encanto aos nossos olhos, com a sua clemência, obscurecida é certo pelos primeiros gelos, mas anterior aos grandes frios, em que as pastagens são ainda verdes, as ribeiras ainda abundantes e livres e os dias com sol e sem vento — às vezes um pouco enevoados.

De uma maneira geral, como se vê, estamos perante um clima de uma grande severidade que reduz a maior parte das vezes o período vegetativo a apenas algumas semanas, o que provoca problemas delicados não só para perspectivar uma produção agrícola, como também para melhorar a criação de gado, devido às dificuldades que levanta à simples reconstituição da camada de erva para as pastagens; o nomadismo aparece, portanto, tanto para o passado como por bastante tempo ainda, a forma de exploração mais adaptada.

(1) Paradoxo de um país reputado pela sua aridez, a capital mongol está protegida contra as inundações por uma rede de diques, que canaliza o rio Tuul e que foi acabada de construir em Outubro de 1969.

População:

Não há evidentemente nada mais relacionado com os factores históricos do que as realidades demográficas. Neste aspecto, a evolução da situação ao longo dos anos de poder popular, com o estabelecimento de um ritmo rápido de crescimento da população, está evidentemente relacionada com o conjunto de medidas tomadas durante esse tempo — organização de um sistema de saúde pública, melhoria geral das condições de vida da população, etc. —, tal como a dominação sino-manchu tem uma responsabilidade esmagadora na diminuição da natalidade que atinge a Mongólia em princípios do século XX. Seja como for, a população, obreira e beneficiária do desenvolvimento, desempenha — sob estes dois aspectos — o papel de um factor objectivo muito considerável. As relações variáveis entre a massa da mão-de-obra susceptível de uma determinada actividade e o volume e o ponto de impacto dos investimentos disponíveis, assim como o volume e a estrutura do consumo social e individual num dado momento derivam, com efeito, de tipos de desenvolvimento diferentes.

A população mongol caracteriza-se tanto pela sua debilidade numérica como pelo seu crescimento rápido. I. M. Maiski, baseando-se nos resultados do recenseamento incompleto de 1918 e nas suas próprias deduções, apresenta em 1921 uma estimativa de 647 500 habitantes, o que parece confirmado pelo recenseamento de 1925, que regista 651 700 pessoas. Em 1935, os mongóis são já 738 200; em 1945: 759 300; em 1956: 909 700; em 1963: 1 017 100; em 1965: 1 087 200; em meados de 1968: 1 180 900; em meados de 1970: 1 247 600 e, em meados de 1974, a população da R. P. M. ultrapassou já 1 400 000 pessoas, o que parece permitir ultrapassar as previsões formuladas em 1968 de 1,5 milhão de habitantes para 1980.

Esta explosão demográfica não só é esperada sem angústia como, pelo contrário, é desejada e provocada por uma política deliberadamente incentivadora da na-

talidade. Perante as múltiplas tarefas do desenvolvimento, a falta de mão-de-obra é sem dúvida um dos principais obstáculos a vencer; nós ouvimos da boca de vários interlocutores mongóis que, para valorizar de uma maneira perfeitamente racional as riquezas do país, era indispensável uma população de uma dezena de milhões de habitantes, «e quando nós formos três milhões, então será fácil chegar a dez!».

O peso do passado e da tradição

Seria evidentemente perigoso ter uma ideia consolidada, não histórica, de certa maneira «cristalizada», do fenómeno populacional, tanto mais que a importância objectiva deste fenómeno está longe de se limitar aos dados demográficos puramente quantitativos (também eles intimamente relacionados com a história). Como diz Yu. Tsedenbal, numa fórmula bem acessível a nós, os ocidentais, a Mongólia «não conheceu nem a Reforma, nem o Renascimento, nem o Século das Luzes, nem a Revolução Industrial» (1).

As implicações concretas desta situação são numerosas e afectam tanto as realidades materiais que a revolução popular devia transformar como as tradições e os costumes da população chamada a realizar estas transformações. Não é este o momento indicado para fazer um ensaio de sociologia e de psicologia social; enumeraremos simplesmente, naturalmente de forma incompleta, alguns dos elementos que influíram no desenvolvimento da experiência mongol. De uma maneira geral, pode-se dizer que se tratava de obstáculos, ou pelo menos de travões ao desenvolvimento, que foi necessário ou que é necessário romper. Alguns deles residem na persistência, dentro das relações sociais feudais ou semifeudais, de uma economia natural sem

(1) Yu. Tsedenbal, *La R. P. M. en marche vers le socialisme*, p. 26.

acumulação de capitais susceptível de levar ao desenvolvimento de novas forças produtivas. A existência de uma circulação comercial poderia iludir-nos se não soubéssemos já até que ponto este comércio — sobretudo chinês — e a entrada da Mongólia no mercado capitalista mundial se realizavam em sentido único. A actividade usurária do comércio chinês reduzia, com efeito, os termos da troca a um levantamento puro e simples, sem perspectivas de um desenvolvimento produtivo para o próprio país. Assim, mesmo as cidades estavam nestas condições, sem funções produtivas directas, uma vez que se encontravam concentradas à volta dos mosteiros e dos armazéns chineses de que garantiam sobretudo o funcionamento. Por conseguinte, poder-se-á compreender, por exemplo, que a evicção do capital comercial estrangeiro tenha sido ditada não só por uma preocupação de restauração nacional, mas também porque era uma condição necessária para o desenvolvimento da economia, sobretudo no campo.

Estes atrasos não se limitavam, evidentemente, apenas à esfera estritamente económica. A ausência de perspectivas e a natureza precária da criação de gado ultra-extensiva, o desmembramento da população — agravado pela interdição manchu de sair do seu *khochuu* residencial, pela dominação ideológica exclusiva do lamaísmo, religião estrangeira, com o seu respeito pela ordem estabelecida e o seu apelo à resignação —, tudo isto eram fontes de estagnação, de manutenção de todo o género de desigualdades, como as que atingiam particularmente as mulheres, de um fatalismo profundo e, de uma maneira geral, de um atraso cultural que punha em perigo um património cultural ainda que rico e que ia constituir um obstáculo extremamente perigoso que exigia uma revolução cultural longa e delicada. Tratava-se não só de desarraigar um analfabetismo geral, de difundir conhecimentos e as mais diversas formas de cultura, de estimular uma nova cultura nacional, mas também de transformar as mentalidades, sobretudo a atitude em relação ao trabalho. Existem aqui evidentemente dificuldades de ordem

subjectiva, que o P. P. R. M. e o Estado popular se recusam, aliás, a reconhecer como defintiva e integralmente resolvidas. É certo que duas ou três gerações não se podem libertar completamente de hábitos adquiridos durante séculos de submissão ou sair de um longo período durante o qual o mongóis, ainda que tenham existido tentativas brilhantes para sair deste estado, se encontravam afastados das actividades produtivas mais elaboradas (o artesanato sofisticado encontrava-se quase exclusivamente nas mãos dos chineses e servia para alimentar as práticas comerciais já descritas) e durante o qual também a fuga para os mosteiros tinha acostumado um importante número de pessoas a eximir-se de toda a produção social (o que não quer dizer que *todos* os lamas, grande parte do quais vivia fora dos mosteiros, fossem necessariamente ociosos, mas que o essencial da sua actividade, mesmo artesanal e inclusivamente artística, não saía do círculo da vida clerical). Se, após meio século de esforços consideráveis para transformar as mentalidades e as perspectivas culturais e intelectuais da população, subsistem ainda algumas zonas obscuras, estes factos — de que aliás, diga-se uma vez mais, não se faz nenhum mistério — não bastariam para tirar o brilho aos êxitos obtidos nem poderiam servir para diminuir o mérito do que foi empreendido e realizado. Pelo contrário, devem servir para poder avaliar os obstáculos que foi necessário vencer para que hoje pareça natural que o povo mongol, rico da sua tradição nacional salva do esquecimento e da destruição, tenha acesso em pé de igualdade às mais altas obras da cultura humana e também que tenha enveredado pela via de um desenvolvimento que não deixa de lado nenhum cidadão nem nenhum sector do território da R. P. M.

Sim, falaram-nos em várias empresas das manifestações de incompreensão para com os imperativos da produção industrial, que ainda hoje se verificam nalguns trabalhadores não preparados para os horários rígidos e para um trabalho fixo, com casos de absentismo e de indisciplina. Sim, Yu. Tsedenbal, cujas inter-

venções contêm mais lucidez crítica do que auto-satisfação, denunciou por várias vezes as insuficiências que fazem com que algumas pessoas atribuam aos acidentes climáticos a responsabilidade das perdas de gado, na verdade devidas a uma falta de cuidado, ou denunciou o nível demasiado baixo e o ritmo insuficiente de aumento da produtividade do trabalho, a qualidade insuficiente de uma parte da produção agrícola e industrial, as manifestações de irresponsabilidade, inclusive entre os quadros.

Mais uma vez, a experiência mongol não tem nenhuma necessidade de ser representada como uma espécie de varinha mágica que tivesse afastado de um golpe todas as dificuldades e todas as desigualdades do desenvolvimento. O mais difícil de compreender é sem dúvida — apesar da novidade que contém em si — o seu enraizamento no terreno de origem, com todas as contradições que isso implica, e entrever, na persistência das insuficiências, não só a sua origem como os incessantes esforços despendidos para lhe encontrar uma solução. E a hipocrisia que consiste em espantar-se com as imperfeições (aliás em nítida regressão com a aceleração do desenvolvimento nestes útilmos anos) para melhor poder condenar a experiência no seu conjunto não tem evidentemente lugar aqui.

A ajuda da U. R. S. S. e a cooperação com o campo socialista

Uma das condições necessárias ao desenvolvimento não-capitalista é o apoio na experiência e nas forças de um país em que a revolução já tenha triunfado. Em Julho de 1920, Lénine declarava, perante o II Congresso da Internacional Comunista:

> «... Poderemos nós admitir a afirmação segundo a qual o estádio capitalista de desenvolvimento da economia é inevitável para todos os povos atrasados, que se encontram actualmente

num processo de libertação e no seio dos quais se pode verificar desde a guerra um avanço para o progresso? Nós respondemos a esta pergunta: não. Se o proletariado revolucionário vitorioso desenvolver entre eles uma propaganda sistemática e se os governos soviéticos os ajudarem por todos os meios ao seu alcance, nesse caso será incorrecto pensar que o estádio capitalista desenvolvido é inevitável para as nacionalidades atrasadas. [...] A Internacional Comunista tem de avançar e de fundamentar teoricamente a ideia de que, com a ajuda do proletariado dos países avançados, os países atrasados poderão passar ao regime soviético e, através das etapas determinadas do desenvolvimento, ao comunismo, evitando o estádio capitalista desenvolvido.» (1)

Em que consistia essa ajuda tivemos nós um primeiro exemplo com a parte desempenhada pela U. R. S. S. na conquista e na defesa do direito de a Mongólia existir como Estado e no reconhecimento internacional da R. P. M. Esta participação é evidentemente considerável, visto que contribui para assegurar a sobrevivência da experiência mongol num contexto internacional absolutamente hostil.

Contudo, é garantindo a um país sem possibilidades técnicas e financeiras a mão-de-obra e os quadros necessários ao seu desenvolvimento que esta ajuda toma as suas verdadeiras dimensões. Como Lénine dizia em 1916:

«Nós esforçar-nos-emos por levar a esses povos mais atrasados e mais oprimidos do que nós [...] uma "ajuda cultural desinteressada", ou seja, ajudá-los a passar à utilização das máquinas, a um trabalho mais leve, à democracia, ao socialismo.» (1)

(1) V. I. Lénine, *Oeuvres complètes*, tomo 41, Moscovo, 1963, pp. 245-246 (ed. russa).

Não é nossa intenção descrever aqui minuciosamente um meio século de relações económicas e culturais entre a R. P. M. e não apenas a U. R. S. S., mas o conjunto dos países socialistas. Se a aparição destes países e o curso progressivo das suas relações com a Mongólia podem parecer um fenómeno estranho às próprias circunstâncias da experiência mongol, não deixaremos por isso de sublinhar que, no essencial, as modificações na importância e na estrutura da cooperação internacional da R. P. M. são o resultado das grandes fases do seu próprio desenvolvimento. Não existe aqui nenhuma aproximação fortuita, mas o efeito de uma política de ajuda orientada em função dos objectivos da via não capitalista; aliás, a contribuição desta ajuda para o desenvolvimento é bastante substancial para influir por sua vez na definição das etapas necessárias à realização destes objectivos.

1.º — Num primeiro tempo, a ajuda soviética dedica-se a consolidar no domínio económico as tarefas de libertação nacional. Trata-se, no essencial, de desembaraçar o país do capital usurário e especulativo estrangeiro nas mãos do qual se encontra a quase totalidade da circulação comercial; como vimos, os anos que decorreram entre 1922 e 1924 constituíram um período particularmente florescente para as 280 firmas chinesas e as 62 anglo-americanas. Em 1926, as firmas estrangeiras privadas ainda controlam 60,7 por cento das exportações e 77,6 por cento das importações da Mongólia. Nestas condições, a actividade soviética é múltipla, mas sobretudo de ordem comercial, quer se trate directamente da acção dos órgãos soviéticos do comércio externo quer da ajuda prestada à formação do

(1) V. I. Lénine, *Oeuvres complètes*, tomo 30, Moscovo, 1962, p. 120 (ed. russa).

sistema de cooperativas de consumo mongóis criado em Novembro de 1921. Em 1922, o Governo soviético suprime todas as taxas alfandegárias na fronteira mongol, ao mesmo tempo que o Governo mongol baixa as taxas de importação para algumas mercadorias soviéticas. Um tratado comercial concluído em 1923 autoriza a actividade na Mongólia dos organismos comerciais soviéticos, quer se trate de cooperativas, como o *Tsentrosoyuz,* ou de sociedades por acções, como *Cherst, Sibgostorg* ou *Dal'gostorg.* As dificuldades encontradas são enormes. Os elementos feudais dispõem ainda, com efeito, de forças consideráveis. Mas, seja como for, a colaboração entre as cooperativas mongóis e o comércio externo soviético, ligado ao facto de a instável situação política na China do Norte prejudicar a actividade das firmas capitalistas estrangeiras, atinge os seus objectivos. Para apenas fazer referência à riqueza então mais fácil de comercializar para a Mongólia, diremos apenas que, se a parte das cooperativas mongóis (que desde 1924 beneficiam de facilidades de trânsito para a U. R. S. S.) e dos organismos soviéticos nas exportações de lã e de pêlo de camelo era apenas de 32,2 por cento em 1924, em 1928 esta parte passa para 89,5 por cento. Ao mesmo tempo, uma política fiscal selectiva e a introdução em 1930 do monopólio de Estado sobre o comércio externo restringem e depois eliminam o capital estrangeiro, primeiro o anglo-americano e depois o chinês. Se este primeiro decénio se caracteriza, portanto, por um desenvolvimento importante das relações comerciais (cujo volume foi multiplicado por 11 entre 1923 e 1930), um segundo aspecto importante da acção da U. R. S. S. consiste em ajudar a R. P. M. a dotar-se de instrumentos indispensáveis a uma política de desenvolvimento e, em particular, em contribuir para remediar a incoerência monetária e financeira. Em Junho de 1924, a U. R. S. S. participa com 50 por cento do capital e com o envio de especialistas para a criação do primeiro banco nacional mongol, o Banco Industrial e Comercial que, após a U. R. S. S. ter acedido a sua parte em 1 de Janeiro

de 1954, se converte no actual Banco do Estado da R. P. M. Em Dezembro de 1925, sempre com a ajuda soviética, aparece uma moeda nacional — o *Tögrög* (1). É também neste período que são tomadas as primeiras medidas para melhorar o sistema de transportes e comunicações na R. P. M. Os acordos concluídos em 1924 e em 1927 asseguram a cooperação dos dois países no campo da telegrafia. Em 1926, é a vez da navegação fluvial e em seguida aérea, que originam novos acordos sovieto-mongóis. Enfim, num plano mais geral, toda a rede de transportes, tanto com a U. R. S. S. como dentro da R. P. M., centraliza a atenção dos dois países ao concluírem, em 30 de Dezembro de 1929, um «Acordo entre os Governos da U. R. S. S. e da R. P. M. sobre a organização dos transportes no território da R. P. M.», tendo como objectivos a melhoria, a mecanização, a racionalização e a «máxima redução do preço de aquisição dos transportes, no interesse da economia nacional da R. P. M.». Enquanto os acordos precedentes regulavam sobretudo a actividade, na Mongólia, dos organismos soviéticos (sociedades comerciais agrupadas em 1927 sob o nome geral de *Stormong,* Companhia de navegação a vapor de Selenge, Frota aérea *Dobroliot* — antepassada da *Aeroflot*), o acordo sobre os transportes constitui o acto de nascença de uma forma de cooperação que anuncia sobretudo a fase seguinte das relações entre os dois países: as sociedades mistas por acções. Para ser mais preciso, uma primeira tentativa, de menor importância, foi realizada em 1925, com a constituição da sociedade mista *Mongolcherst'*, especializada na compra e na exportação de lã. A sociedade mista de transportes *Mongoltrans,* com um capital de um milhão de *Tögrög* repartidos igualmente entre os organismos mongóis e soviéticos, com fins não-lucrativos (os lucros devem ser totalmente destinados a melhorar os transportes na R. P. M.), é dirigida numa base

(1) *Tögrög* — Literalmente «círculo», aparece muitas vezes com a transcrição *Tughrik* ou *Tougrik.*

igualitária e ficou sobretudo assente, logo a partir da sua criação, que seria transmitida com inteira propriedade à R. P. M. ao fim de um período de cinco anos, devendo a parte soviética do capital ser comprada pela Mongólia.

2.° — A etapa que se inicia, em fins dos anos vinte e princípios dos anos trinta, com esta criação da sociedade *Mongoltrans* e que dura praticamente até 1950 vê a ajuda soviética, por um lado, dedicar-se à organização dos primeiros elementos de uma política de industrialização e, por outro, favorecer também um aumento da eficiência económica da economia rural. Trata-se aqui, com efeito, de uma condição reconhecida do êxito da via não capitalista (em particular fornecimento, a partir de 1937, de máquinas agrícolas motorizadas ou de tracção animal). A criação sistemática de sociedades mistas nesta época tem por objectivo, por um lado, fazer face à penúria de meios da R. P. M., sobretudo financeiros, e, por outro, facilitar a preparação e a participação dos quadros mongóis na gestão e no desenvolvimento da sua economia, o que leva a uma cooperação no plano pedagógico que chega até à abertura e à criação, no decurso dos anos trinta, de estabelecimentos de ensino superior e secundário especializado para a formação de professores mongóis. É o caso, em particular, da Faculdade operária mongol *(Mongolrabfak)* aberta em Ulan Ude (1) em 1930, que viria a ser um verdadeiro viveiro de intelectuais revolucionários como, por exemplo, B. Chirendyb, actual presidente da Academia de Ciências da R. P M., que aí fez os seus estudos de 1932 a 1937.

Em 1930, o Governo da R. P. M. pede auxílio ao Governo soviético para o desenvolvimento da produção industrial. Esse auxílio é ao mesmo tempo financeiro e técnico e possibilita um crescimento muito

(1) Capital da República Socialista Soviética autónoma da Buriácia, a leste do lago Baical, na U. R. S. S.

importante dos investimentos tanto para o desenvolvimento da base energética como para a criação das primeiras empresas propriamente industriais que nunca tenham existido em território mongol. A partir de 1931, as minas de Nalaikh, a 43 km a sudeste de Ulaanbaatar, são reconstruídas e mecanizadas, os investimentos passam de 42 000 *Tögrög* em 1929 para 730 00 em 1936 e a produção dá um salto de 9333 toneladas em 1930 para 151 128 toneladas em 1940. Em 1939, Nalaikh é ligada a Ulaanbaatar por uma via férrea, o primeiro troço construído na R. P. M. Ao mesmo tempo (de 1933 a 1939), a capital mongol é dotada de um sistema unificado de produção de electricidade, consequência da criação em 1931 de uma nova sociedade mista, o combinado industrial de Ulaanbaatar, que entra em exploração em 1934 e que é equipado com uma central térmica.

É precisamente esta multiplicação das sociedades mistas, além do aumento do volume dos créditos feitos pela U. R. S. S. à economia mongol, que constitui a principal característica destes dois decénios em que a via não capitalista é posta em prática. Após *Mongolcherst'*, *Mongoltrans* e o Combinado industrial, é a vez do comércio, dando origem a uma nova sociedade, a *Mongsovbuner*, criada em 1 de Janeiro de 1933. Após o parêntesis da guerra, em Fevereiro-Março de 1949, as sociedades Mongolneft' e Sovmongolmetal são encarregadas de promover a investigação petrolífera, a prospecção dos metais raros e a exploração dos jazigos já conhecidos. Em Junho do mesmo ano é criada a nova sociedade mista de caminhos de ferro de Ulaanbaatar.

Todas estas sociedades, com excepção de *Mongolneft'*, que possui um estatuto especial, são uniformemente constituídas em igualdade de capitais soviéticos e mongóis, sendo a direcção paritária. Mas a sua característica essencial, que fez delas instrumentos extremamente preciosos para o desenvolvimento da economia mongol, é terem sido concebidas logo de início (como vimos no caso da *Mongoltrans*) como formas de transição, sendo a regra a transmissão das propriedades

das sociedades ao Governo da R. P. M. ao fim de um certo tempo que permitisse também a consolidação económica das empresas e a formação de um contexto nacional suficiente. As condições de pagamento, que geralmente apenas se refere ao capital inicial, são tão favoráveis à R. P. M., que por várias vezes o Governo soviético transmitiu os seus direitos às sociedades mistas sem compensação, ou seja, renunciando antecipadamente ao pagamento da dívida mongol. É o caso de *Mongsovbuner* em Setembro de 1934, de *Mongoltrans* em Março de 1936, do Combinado industrial em 1939, da *Mongolneft'* em Junho de 1957, etc. No plano financeiro, além dos créditos concedidos com juros muito baixos (2 por cento por ano) ou mesmo sem juros, o auxílio soviético consiste em anular a dívida mongol, quer renunciando aos pagamentos quer, mais directamente ainda, como sucedeu em 1 de Dezembro de 1934, em que uma nota de Stomoniakov, vice-comissário do povo para os Negócios Estrangeiros, anuncia ao presidente do Conselho de Ministros mongol que...

> «... o Governo da U. R. S. S., de acordo com o seu desejo de prestar um auxílio efectivo ao reforço económico da R. P. M., em luta contra as inevitáveis dificuldades iniciais da construção de um Estado, e desejoso de dar uma nova prova da sua amizade em relação ao povo mongol, compromete-se a tomar sobre si a extinção completa e sem contrapartida da dívida do Banco Mongol para com o Banco do Comércio Externo da U. R. S. S., por uma quantia que em 1 de Janeiro se eleva a 29 400 00 *Tögrög.*»

Enquanto que a primeira fase das relações entre os dois países se tinha caracterizado, no plano comercial então determinante, pela importação de produtos de grande consumo, os anos trinta mantêm esta directiva mas ao mesmo tempo testemunham um desenvolvimento muito sensível das importações com fins industriais: máquinas, matérias-primas minerais, carburantes, etc. Entre 1931 e 1940, a percentagem de importação de máquinas passa de 7,6 para 12 por cento, e a dos carburantes, matérias-primas minerais e metais passa de 4,7 para 7,4 por cento. O exemplo mais significativo na sua progressão é sem dúvida o dos produtos petrolíferos, cujas importações passam de 7600 toneladas, em todo o período de 1923-1930, para 160 200 toneladas entre 1931 e 1940.

3.° — A terceira fase de desenvolvimento da cooperação internacional da R. P. M. é caracterizada, a partir de 1950, por vários fenómenos de grande importância. Por um lado, o crescimento do volume dos créditos soviéticos e, por outro, a conciliação da ajuda exterior, com o desenvolvimento planificado da economia mongol, introduzido com o I Plano Quinquenal (1948-1952) e sobretudo com a estratégia de industrialização lançada em 1961; e, por fim, o alargamento da cooperação internacional da R. P. M. no decurso dos anos cinquenta, o estabelecimento de relações económicas com a China e com os outros países socialistas e, a partir de 1962, a admissão da R. P. M. no Conselho de Assistência Económica Mútua (Comecon), o que permitiu a participação numa vasta experiência de integração económica internacional.

A consumação dos trabalhos de reconstrução da economia soviética e a continuação da edificação do socialismo na U. R. S. S. a um ritmo acelerado, a passagem de vários países na Europa e na Ásia para regimes de democracia popular, a libertação da China em 1949 e, por conseguinte, a abertura do mercado externo da Mongólia tanto no que respeita às importações como às exportações constituem outros tantos factores positivos na edificação não capitalista e na passagem da R. P. M. para a construção directa do socialismo. Não existe praticamente nenhum sector da vida económica em que não se tenham manifestado os efeitos desta abertura da cooperação. Pode-se dizer que o aspecto mais importante deste período de reforço geral da economia mongol é, por um lado, em matéria exte-

rior, a contribuição para o rápido desenvolvimento dos ramos mais rentáveis, ou seja, sobretudo as transformações industriais dos produtos de criação de gado, aqueles que melhor permitiam financiar a importação e pôr ao serviço do próprio país os meios industriais de desenvolvimento; e, por outro lado, a criação de novos ramos económicos destinados a aumentar a autonomia do país. É assim que as culturas cerealíferas cobrem, apenas em alguns anos, as necessidades da população, chegando mesmo a produzir um excedente transformável ou exportável, pois a produção tinha sido fortemente mecanizada com a ajuda da U. R. S. S. (entre 1963 e 1973, 40 por cento da ajuda soviética tinha sido consagrada à agricultura); é assim também que aparecem as culturas de legumes e frutas, em particular com a ajuda da Bulgária; que a Hungria contribui para o desenvolvimento das instalações de irrigação e das preparações bioquímicas, ao mesmo tempo que a Polónia e a R. D. A. fornecem os equipamentos veterinários e material de investigação científica, etc.

Ainda no sector estritamente industrial, verifica-se uma diversificação muito nítida da produção, o que dá a ideia geral de uma R. P. M. capaz de fazer face a uma parte crescente das suas necessidades e o que confirma a evolução da estrutura do comércio externo. A tendência, pelo menos a partir de 1958 (primeiro ano de que pessoalmente dispomos de elementos), é aumentar constantemente as importações produtivas (máquinas, equipamentos, energia, veículos, matérias-primas), as quais passam de 34,1 por cento em 1958 para 44,5 por cento em 1960, 47,7 por cento em 1967 e 50,3 por cento em 1970, enquanto que, simultaneamente, a parte dos produtos alimentares e dos artigos de consumo corrente diminui. Notaremos, aliás, no que diz respeito aos produtos alimentares entre 1967 e 1970, uma interessante transformação, visto que, enquanto se verifica uma nítida diminuição das importações de alimentos (de 16,7 por cento a 13,8 por cento), a parte dos produtos acabados fica estacionária ou progride

ligeiramente (de 12,5 por cento a 13,5 por cento), sendo o essencial da diminuição obtido pela quase supressão das importações de matérias-primas alimentares (4,2 por cento a 0,3 por cento). Este facto, embora bastante insignificante em si mesmo, parece-nos testemunhar o reforço económico da R. P. M., pois a compra de produtos acabados é evidentemente mais dispendiosa do que a compra de matérias-primas.

Uma evolução semelhante pode ser observada no campo das exportações. Enquanto que ainda em 1958 e em 1960 as exportações são apenas matérias-primas da criação de gado, a maior parte das vezes em estado bruto (cabeças de gado, peles, matérias-primas alimentares), 1967 e sobretudo 1970, com a entrada em exploração das fábricas construídas a partir de 1961, dão os primeiros sinais de um progresso dos produtos industriais ou que tenham sido objecto de um tratamento industrial, em detrimento das matérias-primas em estado bruto. É assim que a parte dos produtos alimentares acabados (conservas de carne, sobretudo) e dos artigos manufacturados passa, respectivamente, de 7,5 por cento e de 3,9 por cento em 1967 para 9,7 por cento e para 6 por cento em 1970. O movimento, aliás, continuou e aumentou mesmo depois de 1970, pois a partir de 1971 48,5 por cento das exportações mongóis consistem em produtos industriais ou tendo sofrido uma transformação industrial, contra 42 por cento apenas em 1970. Além disso, esta tendência leva a um equilíbrio mais definido das exportações, com um aumento de 25,4 por cento entre 1970 e 1971 em relação às importações, que, neste mesmo período, registam um aumento de 10,9 por cento. É também nestes últimos tempos que nasce na R. P. M. uma indústria de extracção não hulhífera, actualmente quase inteiramente virada para a exportação e situada ainda no quadro das sociedades mistas sovieto-mongóis (5,2 por cento das exportações em 1970), mas que, com a descoberta de numerosos jazigos de metais raros, de sais minerais, etc., parece destinada a constituir, no futuro, um dos fundamentos de uma indústria pesada

nacional (em Erdenetiin ovoo, no Norte do país, decorrem actualmente trabalhos para a exploração de um dos maiores jazigos de cobre e de molibdeno conhecido em toda a Ásia).

A crescente importância prestada pela Mongólia à sua cooperação internacional (Yu. Tsedenbal declara em Dezembro de 1963 que «perante o nosso país abrem-se perspectivas magníficas, na medida em que se vai alargando e intensificando a cooperação económica com os países socialistas irmãos no seio do C. A. M. E.», onde a Mongólia intervém como defensor decidido da integração económica) e o aspecto espectacular da produção — sobretudo as extracções mineiras — virada para a exportação levaram algumas pessoas a sobrestimar o lugar do mercado externo, geralmente com o objectivo de apresentar uma Mongólia dependente das suas importações ou mesmo colonizada pela União Soviética e, sem temor a forçar a nota, por todos os países socialistas. Ora constata-se que a parte do comércio externo por habitante passou de 116 rublos em 1955 para 152 em 1960, para 151 em 1963 e, segundo estimativas pessoais, para 145-150 rublos em 1970, o que é superior à média dos países do C. A. M. E., mas inferior aos dados relativos a alguns países cujo nível de desenvolvimento é melhor conhecido: Bulgária: de 58 para 195 rublos entre 1955 e 1963; Hungria: de 105 para 221; R. D. A.: de 122 para 262; Checoslováquia: de 153 para 297. Estas indicações, que, por um lado, traduzem a diferença entre o nível de desenvolvimento da R. P. M. e o de países mais fortemente equipados, mas que não mostram uma Mongólia mais especialmente dependente do comércio externo do que muitos outros países, poderiam deixar supor uma estagnação da economia, o que é evidentemente desmentido por todas as nossas observações. Esta estabilidade do comércio externo parece-nos sobretudo evidenciar que o desenvolvimento destes últimos anos deve ser atribuído a uma constante melhoria da capacidade de produção e da diversificação da economia mongol. Por outras palavras, a ajuda internacional que a R. P. M. recebe,

ainda que tenha algumas imperfeições, procura e atinge o objectivo de um verdadeiro desenvolvimento económico do país. Para precisar esta imagem de um reforço económico da R. P. M. particularmente sensível no decurso destes últimos anos, parece-nos necessário apresentar alguns dados relativos ao volume dos investimentos empregados a partir de 1921:

1921-1940: 163,2 milhões de Tögrög
1948-1960: 2 344,0 milhões de Tögrög
1961-1972: 11 448,3 milhões de Tögrög

aumento considerável, sobretudo no decurso do último período. Ora, se a parte estrangeira dos investimentos, isto é, o montante dos créditos concedidos à R. P. M. pelos outros países socialistas, foi durante muito tempo bastante importante (54,8 por cento dos investimentos do primeiro quinquénio de 1948-1952 são créditos soviéticos), a evolução dos últimos anos mostra uma diminuição relativa dos investimentos externos a favor dos investimentos nacionais e, mais particularmente, mostra que as próprias empresas estão aptas para financiar o seu desenvolvimento:

Origem dos investimentos

(em percentagem)

Anos	A cargo do orçamento do Estado	Capitais próprios dos organismos e das empresas	Créditos a longo prazo do Estado do Banco	Total dos capitais pertencentes à R. P. M.	Total dos créditos fornecidos pelos países socialistas
1968	31,3	15,2	3,1	49,6	50,4
1969	29,1	24,3	10,5	63,9	36,1
1970	25,9	27,9	10,9	64,8	35,2
1971	35,7	26,7	6,7	69,2	30,8
1972	32,8	30,2	5,7	68,7	31,3

Nota anexa: É evidente que não se podia tratar aqui das relações bilaterais da R. P. M. com cada país socialista. No entanto, o caso da República Popular da China, único país limítrofe da R. P. M. além da U. R. S. S. (mais de 4000 km de fronteira), merece um exame particular. Em Novembro de 1931, durante o I Congresso Pan-Chinês dos Sovietes realizado em Ruijin (Jiangxi), os comunistas chineses tinham explicitamente reconhecido a independência da R. P. M. Esta reconhece a R. P. C. a partir de 6 de Outubro de 1949, abrindo assim um período muito positivo nas relações entre os dois países. Tendo em conta as necessidades da reconstrução na China, é somente em 1952 que pode ser concluído em Pequim um Acordo de cooperação económica e cultural, por ocasião do qual Chu En-lai declara:

> «Não há dúvida de que este acordo não só reforça a amizade sincera e a eterna cooperação entre a China e a Mongólia, como também consolida a luta pela paz dos povos dos nossos países e reforça o campo da paz e do socialismo, com a União Soviética à cabeça em luta contra o imperialismo.»

A partir de então, as relações entre os dois países desenvolvem-se amplamente, tendo a China contribuído essencialmente na construção de casas de habitação, de uma infra-estrutura de estradas, assim como de algumas empresas industriais (fábrica têxtil, de vidros, de tijolos, etc.). Decidida em 1952, a junção das três redes ferroviárias e a abertura de uma linha de caminho de ferro directa Moscovo-Ulaanbaatar-Pequim são realizadas em 3 de Janeiro de 1956. Em 1956 e em 1958, a China concede à R. P. M. créditos num montante de 160 e depois de 100 milhões de rublos, ao mesmo tempo que o volume do comércio entre os dois países aumenta em proporções consideráveis (1959 = 3460 por cento de 1952, atingindo 24,6 milhões de rublos em 1961), fornecendo a China principalmente à R. P. M., em

troca das suas matérias-primas, bens de consumo corrente (farinha, chá, açúcar, arroz, tabaco, tecidos de algodão e de seda). Por fim, os trabalhos empreendidos pela R. P. C. são realizados por trabalhadores chineses que se deslocam à R. P. M., segundo acordos concluídos em 1955 e em 1960.

Pode-se imaginar o inconveniente que significou para a Mongólia, a partir dos primeiros anos sessenta, a degradação de todo o género de relações entre a R. P. C. e o resto do campo socialista e do movimento comunista internacional. Um tratado de fronteiras é ainda assinado a 26 de Dezembro de 1962, mas os contingentes de trabalhadores chineses, que eram habitualmente de 12 000 pessoas, em 1962 diminuem para 8000 e em 1964 são todos chamados à China, deixando numerosas obras inacabadas. Mais grave ainda, a parte chinesa recusa a transferência para a R. P. M. para que possam ser terminadas por outros meios (realizadas com créditos chineses, as obras são propriedade da China até pagamento definitivo) e será necessário esperar até Março de 1973 para que um acordo intervenha por fim sobre este assunto. Ao mesmo tempo, a redução do comércio entre a China e a U. R. S. S. e os países socialistas europeus prejudica duramente o tráfego ferroviário. De 1958 a 1966, as receitas do Estado mongol provenientes do tráfego diminuem de 30 para 3,3 milhões de rublos. Um considerável potencial fica reduzido a uma utilização muito incompleta (fala-se de 10 por cento da capacidade de transporte efectivamente utilizados entre Ulaanbaatar e Zamyn üüd na fronteira da R. P. C.) e muitos ferroviários qualificados tiveram de se adoptar a outros ramos. Por sua vez, o comércio entre a R. P. M. e a China é também afectado; o ponto mais baixo é atingido durante a «revolução cultural» na China, sendo então as relações praticamente interrompidas e tendo o volume das trocas diminuído de 24,6 milhões de rublos em 1961 para 600 000 rublos em 1967 (o artigo mais tradicional do comércio sino-mongol — a seda em troca de *deel*, vestidos nacionais mongóis — tem então de ser importado da U. R. S. S. e do Viet-

name democrático). Ainda que as trocas comerciais tenham conhecido um certo aumento no decurso dos últimos anos, é evidente que as relações entre os dois países, apesar das propostas de normalização avançadas em várias oportunidades pelo Governo da R. P. M., se mantêm tensas e constituem sem dúvida a questão de política externa mais espinhosa para a R. P. M. contemporânea, vindo o problema a complicar-se ainda mais certamente pelo facto de a vizinha Mongólia interior, amputada entre 1969 e 1971 de uma parte muito importante do seu território em proveito das províncias chinesas, ser o cenário de um desmantelamento das nacionalidades mongóis da China, o que não sucede sem resistência (e que demonstra a violência da «revolução cultural» na Mongólia interior) e sem pretensões dos mongóis da China relativamente à fronteira, e daí a virulência da hostilidade dos actuais dirigentes de Pequim em relação à R. P. M.

Os instrumentos do desenvolvimento

Alguns elementos cuja importância gostaríamos de sublinhar aqui constituem outras tantas condições indispensáveis para o êxito da via não capitalista, quer se trate da elevação do nível cultural da população, quer da definição de um sistema monetário e financeiro nacional, quer da introdução da direcção planificada da economia, etc. Contudo, não devemos esquecer que, se se trata aqui de condições, estas não deixam por isso de ser ao mesmo tempo realizações desta mesma via não capitalista que elas estão encarregadas de desenvolver.

Elevação do nível cultural da população:

Lénine dizia:

> «Enquanto existir no nosso país um fenómeno como o analfabetismo, é muito difícil falar de educação política. Não se trata de uma tarefa política, é uma condição sem a qual não pode existir política. O analfabeto fica à margem da política, primeiro é preciso ensiná-lo a ler. Sem isso não pode existir política, sem isso existirão boatos, falatórios, histórias, preconceitos, mas não política.» ([1])

É precisamente este o objectivo que a revolução mongol se propõe, desde o seu início, apesar da enormidade da tarefa a cumprir e dos obstáculos a vencer, tanto por causa da falta de material e de quadros como devido à hostilidade persistente da igreja lamaica, ainda muito poderosa. Quando da tomada do poder em Julho de 1921, tudo ou quase tudo está por fazer. As escolas lamaicas não se interessam de maneira nenhuma pela instrução nem pela alfabetização da população (aliás, a língua escrita da Igreja é o tibetano). A Mongólia Popular conseguiu apenas abrir algumas escolas (49 em total), todas suprimidas, aliás, durante o agitado período de 1918-1921, que também não conseguem formar um sistema de ensino que responda às necessidades do país, pois o projecto de uma política escolar para 1915-1916 ficou apenas no papel. Por conseguinte, o problema que se põe em 1921 é o de uma alfabetização de toda a população, assim como a promoção de uma revolução cultural extremamente profunda que abranja todo o povo, em particular as mulheres, e a formação dos quadros nacionais indispensáveis ao desenvolvimento não capitalista.

Em 14 de Agosto de 1921, o Governo publica um «Decreto sobre a organização da escola elementar» e e pela primeira escola que responde ao «Estatuto da escola elementar», que acaba de ser adoptado, abre as suas portas um mês mais tarde a quarenta alunos. Em 1922, são abertas uma dezena de escolas deste tipo, seguidas

([1]) V. I. Lénine, *Oeuvres complètes*, tomo 44, Moscovo, 1964, p. 174 (ed. russa).

em 1924 por treze novos estabelecimentos, ao mesmo tempo que, a partir de 1922, aparecem escolas criadas voluntariamente pela população com fundos privados. O conjunto deste sistema de ensino agrupa apenas um milhar de alunos quando, em 1924, é proclamada a separação da escola e da Igreja e o antigo Departamento de Instrução do Ministério do Interior se transforma num Ministério autónomo da Educação Nacional. A política seguida pretende ao mesmo tempo reforçar as escolas então existentes e tomar em consideração as perspectivas de desenvolvimento do sistema de educação. Em 1922 são postos a funcionar cursos de formação de professores, que, transformados em 1924 em Instituto Popular Superior, dão origem, em 1928, ao Instituto Pedagógico, que a partir de então formou mais de dez mil professores. Por outro lado, em Outubro de 1926 e em Abril de 1927, o Presidium do Pequeno Khural publica uma «Resolução sobre a escola elementar», logo seguida de uma «Resolução sobre a escola secundária» que, além da organização destes tipos de ensino, prevêem já a organização ulterior de um ensino superior mongol.

Ainda que esta política tenha sido activamente seguida desde os primeiros anos da revolução, as dificuldades não deixam por isso de ser muitas. O clero opõe-se sistematicamente ao recrutamento escolar. Além disso, os desvios políticos à direita (1926-1928) — que travam o desenvolvimento do conjunto do sistema de educação — e depois à esquerda (1930-1932) — onde, pelo contrário, se abrem dezenas de escolas sem que exista uma preocupação com o seu funcionamento material ou com uma orientação pedagógica — levam a um atraso inequívoco dos progressos em matéria de educação e a uma situação difícil no princípio dos anos trinta. Para prover aos exageros esquerdistas, têm de ser fechadas cerca de cinquenta escolas elementares e uma dezena de escolas secundárias. Em 1933, 64 escolas agrupam 3725 alunos, enquanto que as escolas dos mosteiros reúnem, ao mesmo tempo, ainda 18 000 crianças. Com a evolução da situação

geral da economia mongol, durante os anos trinta, são progressivamente criadas as condições para um desenvolvimento de conjunto do sistema de educação e são aumentadas as necessidades de quadros mongóis. Ainda que reunido num momento em que a ameaça japonesa se precisa perigosamente, em Setembro de 1934, o IX Congresso do P. P. R. M., considerando tratar-se de questões essenciais da via não-capitalista, debruça-se principalmente sobre os problemas culturais e sobre a formação de quadros nacionais. Evitando qualquer limitação nacionalista, mas também não se deixando cair numa posição niilista, o Congresso apela para que a edificação cultural seja incluída nas tarefas políticas gerais, resultando daí uma preocupação especial pela liquidação do analfabetismo com a generalização da rede escolar e com os cursos para adultos. «Tu, que sabes ler, ensina vários analfabetos a ler!» — proclama o Congresso. A Constituição de 1940 precisa, por sua vez, que:

> «Os cidadãos da R. P. M. têm direito à instrução. Este direito é assegurado por um ensino gratuito, pelo amplo desenvolvimento da rede de escolas e de escolas especializadas, assim como por um ensino na língua nacional de cada um.»

Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos, o número de pessoas alfabetizadas apenas ascende, neste mesmo ano de 1940, a 20,8 por cento da população com idade de saber ler e escrever. Uma das causas deste atraso é sem dúvida a adaptação insatisfatória da escrita, de origem unigur e utilizada desde o século XIII, à língua falada contemporânea. De facto, com a adopção, em 1941, de uma escrita estritamente alfabética, baseada no cirílico russo e completada com duas letras novas, e com a sua difusão durante os anos seguintes, a alfabetização regista um rápido progresso: 43,3 por cento da população em 1947, 72,2 por cento em 1956, 90 por cento em 1963 e total hoje em dia. Enquanto 45 por cento dos recrutas que em 1945 se apresentavam ao

serviço militar eram analfabetos, em 1970 55 por cento dos recrutados possuem um diploma de estudos secundários ou superiores. Ao mesmo tempo, o sistema de educação vai-se enriquecendo com numerosas escolas técnicas e, a partir de 1942, também com uma Universidade que, a partir de então, começa a formar no próprio país um número crescente de especialistas de alto nível. A evolução de toda esta estrutura assenta numa amplificação constante da rede de ensino geral (o número dos estabelecimentos passa de 467 para 593 entre 1967 e 1970), verificando-se uma alteração em detrimento dos ciclos curtos (4 anos), que passam de 260 para 227, a favor dos ciclos de maior duração (7 e depois 8 anos), que passam de 155 para 315.

Uma das maiores possibilidades de desenvolvimento da R. P. M. no futuro é sem dúvida nenhuma o capital humano criado, neste país ainda ontem em plena obscuridade, por um sistema de difusão maciça dos conhecimentos e das ideias, com os seus 11 000 professores, com uma quinta ou uma quarta parte da população nos bancos da escola ou da Universidade, com os seus 1500 investigadores, dos quais 500 ou 600 defenderam tese de candidatura (correspondente à nossa licenciatura) ou de doutoramento nas universidades de vários países socialistas.

É claro que o desenvolvimento cultural da R. P.M. não se pode medir unicamente em termos de efectivos escolares; as realizações artísticas e científicas deste país constituem uma contínua surpresa.

Para dar apenas um exemplo, que nos leva aos anos da revolução, referiremos que, embora a primeira peça de teatro moderno mongol, «História Contemporânea» de S. Buyannemekh, poeta e revolucionário, tenha sido representada apenas em 1922, em 1928 foi um espectáculo mongol que obteve a preferência no primeiro Festival do Teatro Revolucionário realizado em Moscovo perante as companhias de vários países europeus. Foi também o poder popular que fez da saúde pública uma realidade, assim como tantas outras coisas. Mas ao falar da elevação do nível cultural e das vias seguidas pela revolução mongol para atingir este objectivo, não podemos deixar de pensar nos nossos amigos de Zereg (aimag de Khovd) que em 1940 criaram, com dois mestres-escola, três ajudantes e sessenta crianças agrupadas em dezanove yurtes, uma escola que viu passar, entre esta data e 1972, mais de dez mil alunos, ou seja pouco mais ou menos os efectivos do ensino superior com que a R. P. M. conta actualmente.

Os instrumentos económicos do desenvolvimento:

Além desta política que visa dar à R. P. M. os meios humanos para o seu desenvolvimento, a edificação económica e as realizações sociais são em certa medida tributárias de alguns «utensílios» que se nomeiam sistema monetário nacional unificado, sistema bancário e crédito, orçamento do Estado e planificação. Contentar-nos-emos em descrever aqui as principais etapas históricas da elaboração destes diversos órgãos e mecanismos, que é preciso não esquecer serem ao mesmo tempo factores e também produtos do desenvolvimento não-capitalista. E mesmo os mais técnicos em aparência, como a criação de uma moeda nacional, são de facto fruto de uma luta revolucionária muitas vezes encarniçada.

O caos monetário de que já falámos é evidentemente incompatível com uma política económica dirigida. Já em Julho de 1923, num importante documento intitulado «Bases de uma política económica», o Governo popular indica tanto o mal:

> «É um facto bem conhecido que a inexistência de uma moeda e de papel-moeda emitidos pelo Estado mongol ocasiona permanentemente perdas consideráveis, em virtude das variações dos cursos das moedas estrangeiras, chinesas, russas, etc., que estão em circulação.»

como o remédio:

> «Que o Tesouro público cunhe moedas de ouro, de prata e outras, que emita papel-moeda por um montante determinado e que, a fim de consolidar os capitais nacionais, a circulação das moedas estrangeiras seja suspensa no interior das fronteiras e que o ouro, a prata e as outras matérias preciosas sejam colectadas e conservadas pelo Estado. Que, para fazer face à falta de dinheiro na Mongólia, seja criado um banco emissor.»

Um ano mais tarde, a 2 de Junho de 1924, é aberto o Banco Industrial e Comercial *(Mongolbank)* com um capital de 260 000 dólares chineses e com 22 empregados, dos quais 18 são especializados soviéticos. Mas trata-se ainda de um simples estabelecimento de crédito (público e privado) sem direito de emissão.

É unicamente quando o III Congresso do P. P. R. M. e o Primeiro Grande Khural, realizados respectivamente em Agosto e em Novembro de 1924, estabelecem a estratégia de desenvolvimento não-capitalista e afastam os elementos que, inclusivamente dentro da direcção do partido e do Governo, fazem negócios com as firmas estrangeiras interessadas na manutenção do caos (Danzan), que são estabelecidas as condições para a criação de uma moeda nacional. A política financeira é a partir de então claramente concebida, tal como o afirma o Primeiro Grande Khural, como uma arma de «reforço em todos os sectores do poder público e de conquista dos objectivos estabelecidos pela República no sector económico». Em 22 de Fevereiro de 1925 foi decidida a criação de uma moeda nacional, o *Tögrög*, e o direito de emissão concedido ao *Mongolbank*, com a condição de que 25 por cento das emissões sejam cobertas por metais preciosos e por divisas estrangeiras fortes e 75 por cento por mercadorias fáceis de realizar.

A primeira emissão, de um montante de 200 100 *Tögrög*, teve lugar no dia 9 de Dezembro desse ano,

estabelecendo-se o curso da nova moeda, em fins de 1925, a 88 *cents* chineses e, em fins de 1926, a 1 dólar chinês. Em 1 de Janeiro de 1927, o emprego da nova moeda torna-se obrigatório para todas as administrações, serviços e empresas públicas. Em 15 de Abril de 1928, o *Tögrög*, aferido ao ouro, torna-se por fim o único instrumento legal de contas e de pagamentos no interior da R. P. M. Os dólares chineses retirados da circulação ascendem a 6,8 milhões de *Tögrög* (ou seja quase metade das despesas orçamentais de 1928: 15,7 milhões).

No decorrer dos anos trinta, o *Mongolbank* demonstra ser um instrumento insubstituível. A partir de 1933, o crédito comercial é em princípio suprimido e o crédito bancário generalizado, passando o volume das operações de 89,7 milhões de *Tögrög* em 1925 para 3825,4 milhões em 1940. Vários quadros dirigentes do país passam, com cargos diversos, pela direcção do banco, como Tchoibalsan, membro do Conselho de direcção de 1932 a 1947, ou Yu. Tsedenbal que, com 23 anos, foi secretário-geral de 1939 a 1940.

No dia 1 de Janeiro de 1954, a U. R. S. S. vende à R. P. M. a sua parte dos capitais do *Mongolbank*. Neste momento, os quadros mongóis, que em 1924 constituíam apenas 18 por cento do pessoal, passam a constituir 98 por cento. O *Mongolbank* perde então o seu carácter de sociedade por acções para se tornar o Banco de Estado da Mongólia, cuja actividade fica a partir de então intimamente ligada ao desenvolvimento planificado da economia, em particular em forma de empréstimos a longo prazo (montante das operações bancárias em 1973: 70 mil milhões de *Tögrög*).

O orçamento do Estado:

Neste domínio, e deixando de parte as leis do fisco, cuja utilização política, examinaremos mais adiante, as tendências que devem ser observadas são simultaneamente o aumento global (receitas de 1934=38,9 milhões; 1940=123,9; 1945=315,2 milhões), o equilíbrio

constante e sobretudo a parte crescente das despesas do Estado consagradas ao financiamento da economia; no entanto, observa-se uma descida, mas esta corresponde aos anos em que a tensão internacional obriga a R. P. M. a pesadas despesas militares (1938-1940 e 1942--1945). Ainda aqui o orçamento do Estado, a partir de 1948, está intimamente ligado aos imperativos e às prioridades da direcção planificada da economia, mas podem observar-se sempre as mesmas tendências. Em 1970, as receitas elevam-se a 1920 milhões de *Tögrög* para despesas de 1913 milhões. Em 1971, o orçamento conta com 2016,3 milhões de receitas e com 2008,3 milhões de despesas, em que os investimentos representam 43 por cento.

Planificação:

Um desenvolvimento da direcção planificada da economia, destinada a aumentar a eficácia da produção social, a garantir um crescimento proporcional dos ramos económicos e o desenvolvimento prioritário dos sectores mais decisivos, na medida em que a elaboração de um tal empreendimento implica uma acumulação importante de observações e de experiências das condições concretas do crescimento económico e a definição de perspectivas a longo prazo, de maneira nenhuma podia assentar na improvisação e teria sido difícil considerá-lo enquanto os profundos conflitos políticos vividos pela R. P. M. durante os anos vinte e trinta não tivessem sido solucionados. Se não nos encontramos portanto, perante uma planificação no sentido estrito, nem por isso o Governo Popular deixa de estabelecer, sobretudo a partir de 1932-1933, o objectivo muito preciso de terminar a fase democrática geral da revolução, preparando já as condições económicas para o desenvolvimento socialista. A prática então utilizada é a dos números de controle anuais (a Direcção das Estatísticas foi criada em 1924). O X Congresso do P. P. R. M. (1940), confirmando o êxito da via não-capitalista, orienta deliberadamente o país para o

socialismo. A partir de 1941 e até 1947, a economia mongol evolui segundo planos anuais antes de passar, em 1948, à planificação por quinquénios. Desde então a Mongólia vive ao ritmo dos seus planos.

Primeiro quinquénio (1948-1952):

Orientado principalmente para o máximo desenvolvimento das forças produtivas e baseando-se sobretudo nos próprios recursos do país, dedica uma especial importância à criação de gado, ramo fundamental para a economia. Ainda que o Plano tenha fixado objectivos absolutamente irrealistas — um aumento de 64 por cento do gado (tendo de contentar-se com 8,7 por cento) —, os êxitos são importantes no sector agrícola — foram semeadas extensas superfícies e o equipamento veterinário melhorado; a indústria também regista um novo impulso. A causa principal do revés sofrido no sector da criação de gado, além dos objectivos desmedidos e da ausência de critérios numéricos para os exploradores privados então predominantes, reside naturalmente na falta de interesse dos criadores médios e no facto de as suas explorações estarem incapacitadas de, sozinhas, fazerem face a uma intensificação sensível da produção, além de a difusão da produção cooperativa, apesar de uma situação objectivamente favorável, ser insuficientemente estimulada.

Segundo quinquénio (1953-1957):

Corrige em grande medida as insuficiências do primeiro concedendo um lugar predominante ao desenvolvimento do sector socialista, cooperativo, no campo. O aumento do gado foi fixado em 20,7 por cento, tendo sido tomadas medidas especiais para dar prioridade ao aumento do número de fêmeas. Ao mesmo tempo, a produção industrial deve aumentar 46 por cento. De novo as previsões do Plano sobre o aumento do gado não são alcançadas (+2,4 por cento), mas o êxito

económico de conjunto é mais nítido do que no primeiro quinquénio. É desenvolvido um esforço imenso no campo do ensino e da saúde. A indústria ultrapassa de longe os objectivos do Plano (+69 por cento) e mesmo a agricultura, que recebe 41 milhões de *Tögrög* de investimentos, não fica inerte, visto que é durante o II quinquénio que se realiza a passagem total da economia rural para as formas cooperativas de propriedade e de produção.

Plano trienal (1958-1960):

Adoptado pelo XIII Congresso do P. P. R. M. e modificado em Março de 1959, destinado sobretudo à consolidação do sector socialista e à elevação do nível de vida da população, sendo o aumento do gado fixado desta vez em 7,2 por cento, enquanto a produção industrial, pelo contrário, é programada com ritmos de desenvolvimento nunca antes atingidos: 53,2 por cento. O plano trienal realiza a completa cooperativização do país em 1959, assim como um desenvolvimento das culturas cerealíferas, que passam a cobrir o consumo nacional; a produção agrícola torna-se assim, dentro da economia rural e ao lado da criação de gado, um ramo autónomo. A produção industrial ultrapassa mais uma vez os objectivos, embora ambiciosos, fixados em 1958 (+63,8 por cento), tendo numerosas empresas importantes entrado em laboração antes do prazo estabelecido. Pela primeira vez, o plano de aumento do gado parece ter sido realizado (ainda que a mudança de estatuto de uma grande parte do gado devido à constituição de cooperativas tenha vindo complicar as avaliações).

Terceiro quinquénio (1961-1965):

Constata a constituição da economia mongol em sistema socialista unificado e a partir daqui estabelece o objectivo de passar à construção de uma sociedade socialista desenvolvida. A produção bruta da criação

de gado e da agricultura deve progredir 1,8 vezes, a da indústria, 2,1 vezes, tendo em vista o reforço da base energética da economia mongol (é esse o significado do conjunto mineiro, energético e industrial de Darkhan-Charyn gol, o segundo em importância do país, começado a construir em 1961 com a ajuda de seis países socialistas). Também desta vez o plano de aumento do gado é alcançado. Ainda que os objectivos agrícolas e industriais no seu conjunto não sejam completamente realizados, verificam-se interessantes sinais de uma melhoria qualitativa, em particular no que respeita à criação de gado (peso dos animais, peso da lã por animal, etc.). É definitivamente o aumento do nível de vida da população (salários industriais +10 por cento, quota-parte em géneros dos membros das cooperativas +80 por cento) e as realizações culturais (educação, saúde pública, etc.) o que se torna mais digno de nota.

Quarto quinquénio (1966-1970):

Foi adoptado em seguimento ao Programa do Partido elaborado no XV Congresso do P. P. R. M. (Junho de 1966), em que foi definida a consumação da construção do socialismo. Este quinquénio propõe-se um duplo objectivo. Elevar a eficácia económica da agricultura não só através de melhoramentos técnicos (perfuração de poços, aumento do volume das ceifas e das culturas de forragens, mecanização da produção e introdução de métodos e de inovações científicos e técnicos; assim, antes de 1969, as herdades do Estado só devem utilizar sementes seleccionadas) mas melhorando também os órgãos de direcção, em particular do Ministério da Agricultura, e alargando a elaboração democrática da planificação. Yu. Tsedenbal declara a este respeito no XV Congresso:

> «As organizações do Partido devem dirigir e controlar o trabalho de elaboração dos planos perspectivos nas cooperativas de maneira cor-

recta e competente, fazendo com que os membros das cooperativas participem amplamente.»

Além disso, o IV Plano estabelece taxas de crescimento industrial elevadas (11-12,5 por cento anuais) e o objectivo, além de um aumento importante da produção bruta (1,7-1,8 vezes), de uma melhor repartição das forças produtivas, sendo dada prioridade à indústria ligeira e alimentar, de imediato o ramo mais rentável. Insiste-se sobretudo na qualidade e na regularidade da produção que, particularmente na construção, deixam ainda muito a desejar.

As condições naturais não facilitam a realização dos objectivos do Plano, pois a Mongólia vive, em 1966, 1967 e mesmo em 1968, Invernos extremamente rigorosos que causam a perda de numerosas cabeças de gado, a tal ponto que os dois últimos anos do quinquénio são praticamente aproveitados unicamente para repor as perdas (22,6 milhões de cabeças de gado em 1970 contra 23,8 milhões em 1965).

A produção industrial aumenta um pouco menos do que previsto (1,6 vezes, com ritmos anuais próximos dos 10 por cento), mas o esforço realizado com os materiais de construção dá os seus frutos. Ao fim do quinquénio, 13 *aimag* dos 18 existentes possuem a sua fábrica de tijolos e várias empresas de painéis pré-fabricados são postos em exploração. Sobretudo durante o IV quinquénio, a R. P. M. consegue garantir a lavagem a vapor de toda a sua lã e o curtume mecanizado da quase totalidade das peles. As matérias-primas animais tornam-se assim, integralmente e pela primeira vez, objecto de um tratamento industrial que lhes aumenta sensivelmente o valor, sobretudo para a exportação.

Quinto quinquénio (1971-1975):

Em vias de terminar. Estabelece por objectivo um aumento do gado de 11 por cento, o qual deve atingir os 25 milhões de cabeças em 1975, provocando assim o reforço da base material e técnica da economia rural,

o que justifica o aumento considerável dos investimentos destinados a este sector (1,9 mil milhões de *Tögrög*, ou seja 40 por cento mais que durante o IV quinquénio). Estes investimentos devem ser consagrados principalmente a melhorar a produção de forragens, em particular à sua criação o mais próximo possível dos locais de consumo; à mecanização (em particular desta mesma produção de forragens pela criação de cinquenta brigadas especializadas altamente mecanizadas); a melhorar o aprovisionamento de água das pastagens (perfuração de mais de 6000 poços) e por fim à construção maciça (mais de 20 000) de estábulos-abrigos para o Inverno *(khachaa)*.

No sector propriamente agrícola, é dada prioridade ao desenvolvimento da produção de cereais (cujos rendimentos devem ser aumentados 23 por cento), mas insiste-se sobretudo na diversificação da produção de legumes, cujas colheitas ainda são fracas.

Além disso, a economia rural deve receber o apoio de uma mão-de-obra apta a levar à prática os diversos melhoramentos propostos (50 000 diplomados do ensino secundário geral, mais de 3000 diplomados do ensino técnico e superior, 9600 diplomados dos cursos de formação técnica especializada).

Na indústria, os sectores-chave são, desta vez, uma valorização alargada dos recursos minerais do país, a par com os ramos mais tradicionais, que conservam a sua importância, como as dos bens de consumo corrente, em que é dedicada uma atenção especial à qualidade da produção.

O quinquénio em curso deve marcar uma etapa importante na transformação dos equilíbrios entre a economia rural, até então sector absolutamente predominante, e a indústria, cujo crescimento e diferenciação por sectores são os principais critérios de desenvolvimento. Com um aumento do volume da produção de 53-56 por cento, com ritmos anuais iguais ou superiores a 9 por cento, a indústria deve representar em 1975 40 por cento do produto social bruto e 27 por cento da composição da renda nacional.

A via não capitalista no campo: uma revolução antifeudal

É nos campos mongóis que têm de ser resolvidos quase todos os problemas que se levantam no decurso da revolução. E isso só porque quase toda a população, por muitos anos ainda após 1921, se mantém ligada a actividades exclusivamente rurais, em particular a pastorícia nómada, mas também porque o conjunto das estruturas sociais e a ideologia, que a revolução pretende destruir ou transformar, são de origem rural e assentam nas realidades e nas tradições da estepe. É no campo, por fim, que se enfrentam mais directamente as antigas camadas dominantes e os beneficiários e os fautores da revolução — na sua grande maioria criadores pobres e médios.

1921-1924, a luta política antifeudal:

A orientação antifeudal da revolução mongol aparece, como já vimos, a par com os seus objectivos de libertação nacional. As coisas complicam-se quando uma fracção patriótica da aristocracia se vem juntar a estes objectivos nacionais e com o estabelecimento da monarquia, limitada, mas que se apresenta aparentemente como a continuação do antigo regime. Ainda que o Governo provenha das camadas revolucionárias (mas nós vimos com quantas concessões inevitáveis à aristocracia patriota), o novo chefe do Estado não é outro senão o antigo soberano e o chefe da Igreja, situação que pode recordar, sob certos aspectos, os inícios da nossa revolução de 1789. Nesta situação confusa é evidente que o papel principal cabe à iniciativa política e que tudo se joga em termos de soluções políticas, ou seja em termos de relação entre as forças da aristocracia e do alto clero, por um lado, e dos *arad* e dos criadores de gado, por outro. A passagem para a via de desenvolvimento *económico* não-capitalista e mesmo a possibilidade da sua formulação dependem,

portanto, da preparação das condições *políticas*, que se confundem com as medidas adoptadas para restringir e em seguida para abolir as prerrogativas da aristocracia, com a proclamação da República Popular e, a longo prazo, com a edificação política do regime socialista.

No dia 14 de Setembro de 1921, um artigo do jornal *Uria (A Chamada)*, que é então o órgão central do partido e do Governo, anuncia em oito pontos o que vai ser a política interna mongol no imediato: 1. Igualdade perante a Justiça e perante o serviço do Estado; 2. Igualdade perante o imposto; 3. Restrição e controle das despesas dos mosteiros; 4. Abolição da servidão e da escravatura; 5. Convocação de uma assembleia *(Khural)* provisória; 6 e 7. Democratização dos órgãos locais do poder; 8. Limitação dos poderes do Bogdo gegeen. Trata-se evidentemente de um programa político confirmado pelo título do documento: *Política a pôr em prática pelo Partido e pelo Governo num futuro próximo*. De facto, quase todas as medidas tomadas entre 1921 e 1924 constituem a aplicação na prática das reformas anunciadas.

Logo em 20 de Setembro o Ministério do Interior torna pública a convocção de uma Assembleia Nacional provisória, consultativa, composta, segundo o texto do decreto, por cinco *arad* e um nobre de cada *aimag* e das possessões da Igreja, por representantes do Governo por Ministérios, por representantes dos príncipes e dos lamas de Urga e, por fim, pelos delegados do Partido Popular, da União da Juventude, do Departamento de Instrução Pública e do exército.

A composição deste parlamento faz dele uma arma revolucionária cuja eficácia possibilita atacar praticamente de frente as posições da aristocracia, proibindo, por exemplo, a partir de 6 de Outubro, o uso dos fatos de cerimónia da nobreza que remontam à época dos manchus. Mas o essencial é minar a autoridade do Bogdo gegeen, o qual aparentemente parece ter aceite a revolução de 1921, mas que não tardará a ser a alma de todas as manobras e de todas as tentativas para des-

viar a revolução do seu curso. É assim que o Grande lama Puntsagdorj, ainda que ministro do Governo popular, «se esquece» que o poder do soberano já não é absoluto e tenta agir como se a monarquia não fosse limitada. Com o apoio das camadas populares, o Partido e o Governo enviam plenipotenciários aos quatro *aimag* para que vigiem a aplicação das leis do novo regime, para que controlem os órgãos do poder ainda nas mãos dos senhores feudais e para facilitar o avanço maciço do movimento democrático. Privado pouco a pouco de qualquer possibilidade de se opor ao curso dos acontecimentos, o Bogdo gegeen é obrigado a concluir com o Governo, em 1 de Novembro de 1921, um *Tratado do Juramento* (1) que, agregando precisões muito claras às limitações impostas à monarquia, o priva praticamente de todo o poder político. Após ter reconhecido ao soberano direitos ilimitados em matéria religiosa, o Tratado indica imediatamente que, pelo contrário, os negócios do Estado são da competência do Governo e que as novas leis — destinadas a reforçar o novo regime e promulgadas no interesse do povo — se limitam a ser levadas ao conhecimento do soberano, que não as pode nem desaprovar nem revogar. Quanto ao direito de *veto*, não é aplicável senão para os assuntos menos importantes — podendo ser aplicado apenas uma vez para o caso das leis e duas para o caso dos regulamentos. Por último, nos casos excepcionais, o Governo pode adoptar leis e regulamentos sem sequer informar o Bogdo gegeen.

Em 1922 e em 1923, registam-se novos avanços com a abolição da servidão (Dezembro de 1921-Janeiro de 1922), com a anulação das leis manchus, com a introdução do princípio da igualdade perante a lei, com a abolição da tortura judiciária, com a estrita limitação dos direitos dos príncipes (Março de 1922) e sobretudo com uma reforma das instituições e uma reforma administrativa regidas por um *Regulamento da Administração Local* (Março de 1923), que generaliza os *Khural* (assembleias) como forma de poder. Os *aimag*, divididos e rebaptizados, perdem a recordação das suas origens feudais, enquanto os *zasag*, já privados da sua antiga importância, desaparecem em proveito dos dirigentes eleitos. Em fins de 1923 e princípios de 1924, a primeira campanha eleitoral conhecida na Mongólia coloca cerca de 20 000 delegados eleitos, na sua maioria criadores pobres e médios, à cabeça dos diversos órgãos locais de poder (1).

A morte do Bogdo gegeen em 20 de Maio de 1924 oferece a ocasião favorável para uma viragem decisiva. Em 13 de Junho, é decretado que não se procederá à escolha de uma nova encarnação do chefe da Igreja e que o país deve tornar-se uma República Popular, sem presidente, em que a soberania pertence integralmente à Assembleia do povo e, no intervalo das sessões, ao Governo que ela tenha designado.

Tais são as grandes linhas do Estado definido na primeira Constituição da República Popular da Mongólia, adoptada no final dos trabalhos do Grande Khural popular, a primeira assembleia eleita, reunido de 8 a 26 de Novembro de 1924. O país elegeu 77 deputados, dos quais 71 *arad* e nem um único antigo *zasag*, os quais votam um texto que retoma o essencial das disposições progressivamente adoptadas de 1921 a 1924, sendo os seguintes os objectivos que a República se propõe:

> «Derrubar completamente o antigo regime de opressão e a sua ideologia e reforçar o regime republicano com uma organização política e administrativa autenticamente popular.»

(1) Não confundir com o *Juramento dos Membros do Partido* (25 de Junho de 1920); ver mais atrás, p. 93.

(1) No fim das reformas administrativas de 1923, a Mongólia fica dividida em cinco *aimag* subdivididos em *khochuu*, os quais, por sua vez, se subdividem em *sum*, que se subdividem em *bag* e por fim em dezenas de yurtes, *arvan ger*.

O poder é totalmente transmitido à Assembleia do Povo (Grande *Khural* Popular) que elege no seu seio os trinta membros do Pequeno *Khural*, órgão que se reúne com mais frequência (pelo menos duas vezes por ano) e que designa, por sua vez, o seu Presidium e o Governo — órgãos permanentes.

O primeiro Pequeno Khural e o primeiro Governo por ele eleito, designado em 28 de Novembro de 1924, são a clara expressão da derrota sofrida pela aristocracia. Dos trinta membros do Pequeno Khural apenas seis são de origem nobre, um único faz parte dos doze membros do Governo e os cinco membros do Presidium do Pequeno Khural são todos de origem popular.

A mesma situação, uma vez afastada a aristocracia (não totalmente na prática, como veremos mais adiante), é consolidada pelas regras de organização dos poderes locais, que pertencem, como ficou estabelecido em 1923, aos Khural dos deputados do povo eleitos a diferentes níveis (dezena, *bag, sum, khochuu, aimag*). Por fim, um aspecto importante da luta antifeudal e da sua inter-relação com a escolha da via não-capitalista, os príncipes e os dignitários do clero e as pessoas que vivem da exploração do trabalho de outrem ficam privados dos seus direitos eleitorais.

A liquidação das posições económicas dos senhores feudais e do clero

O esquema que nós adoptámos aqui não significa evidentemente que a luta política contra o feudalismo tenha terminado em 1924 com a supressão do direito de voto dos antigos príncipes. Trata-se apenas da expressão de uma relação de forças, mas os desvios ulteriores da política mongol, tanto à direita como à esquerda, assim como a pressão exterior dão, como já dissemos, bastantes ocasiões aos inimigos do novo regime para tentarem modificar esta relação de forças a seu favor. No entanto, estas tentativas não podem representar um perigo, a menos que assentem em bases

suficientemente sólidas. A partir de 1924, o novo regime deve, pois, dedicar-se prioritariamente a minar a potência económica dos senhores feudais e da Igreja. Existe aqui uma convergência dos objectivos políticos da revolução mongol com as necessidades objectivas de um progresso da economia.

As enormes riquezas, muitas vezes improdutivas, dos senhores feudais e sobretudo dos mosteiros (mais de 33 por cento do gado em 1924), que foram postas à disposição da colectividade, têm como resultado injectar uma massa considerável de gado numa economia de pequena produção, favorecendo assim o desenvolvimento das explorações nómadas e o aumento do seu valor comercial. Por outro lado, esta socialização assegura ao mesmo tempo aos criadores pobres uma produção suficiente para que não se vejam obrigados a vender o seu trabalho como assalariados, assim como a supressão das grandes concentrações de gado que, numa economia de propriedade privada, só poderiam dar origem a relações de exploração capitalista. Ainda aqui, as medidas políticas, adoptadas antes mesmo que a luta antifeudal tenha tomado um cariz principalmente económico, desempenham um papel capital, quer com a nacionalização da terra (21 de Maio de 1921), quer com a abolição da servidão — simultaneamente medida democrática de emancipação e arma económica, na medida em que priva os senhores feudais de uma mão-de-obra barata. É precisamente esta combinação de medidas puramente económicas e de actos políticos o que caracteriza a luta encetada pelo poder popular pela liquidação do feudalismo. As duas armas essenciais deste movimento, que se estende pouco mais ou menos de 1922 a 1938, são com efeito a confiscação directa e a política fiscal.

A política fiscal consistiu, num primeiro tempo, em proibir a criação arbitrária de impostos pelos senhores feudais ou pelos mosteiros. Em 1926, depois de o IV e o V Congresso do P. P. R. M. terem acentuado a necessidade de liquidar a potência económica dos senhores feudais, foi empreendida uma operação mais

ofensiva e instituiu-se um imposto directo e progressivo sobre as propriedades. Os criadores que possuem até 5 *bodo* (1) de gado ficam absolutamente isentos e os proprietários médios (2) ficam sujeitos a impostos reduzidos. A lei fiscal é de facto dirigida contra os grandes proprietários de gado e sobretudo contra os mosteiros — com grande prejuízo para estes últimos, que estavam acostumados a uma isenção total. A Igreja é assim directamente atingida nas suas riquezas, na sua potência económica, pela primeira vez na sua história e o golpe é muito duro: o imposto eleva-se a 3 por cento do gado para um rebanho de 51 a 100 *bodo* e aumenta 3 por cento por cada 50 *bodo* a mais. Se se tem em conta a enorme extensão de alguns rebanhos dos senhores feudais e da Igreja, estas normas, sob uma forma fiscal, são na verdade uma confiscação, visto que a posse de um rebanho de mais de 1650 *bodo* (e alguns senhores feudais possuem até 6400) é atingida com um imposto de 100 por cento! Compreende-se, portanto, o vigor da resistência das camadas possidentes (nas mãos das quais se encontra ainda cerca de trinta por cento do gado em 1928) a estas medidas, que o desvio à direita impediu de aplicar integralmente durante algum tempo.

A falta de quadros obrigou muitas vezes a manter funcionários do antigo regime, pouco interessados em levar à prática leis tão radicais. E mesmo dentro do partido, alguns elementos são ainda provenientes de camadas enriquecidas ou de meios comerciais directamente ligados aos senhores feudais. Por último, a ausência de controle faz com que a interdição feita aos senhores feudais de tomarem parte na vida política seja muitas vezes esquecida. Por ocasião do Grande Khural (1928), demonstrou-se que em 373 presidentes das direcções de *khochuu*, 79 — ou seja 20 por cento —

(1) Unidade convencional que permitia avaliar não só o número mas também o valor do gado. 1 *bodo* = 1 bovino, ou 1 cavalo, ou ½ camelo ou 7 carneiros ou 14 cabras.

(2) Até 50 *bodo*.

eram antigos senhores feudais, dos quais 74 tinham prestado serviço no tempo dos manchus. Assim, a nova política fiscal, mal aplicada de 1926 a 1928, é incapaz de fazer face ao reforço económico dos senhores feudais e do clero. Muitos antigos servos — por falta de gado — não têm outra saída senão alugar o seu trabalho aos seus antigos patrões. De 1925 a 1927, os rebanhos da Igreja registam um acréscimo de um milhão de cabeças (2,6 a 3,6 milhões).

Simultaneamente à rectificação dos erros de direita, em 1928 (VII Congresso do P. P. R. M. e V Khural), levanta-se, portanto, o problema de retomar a ofensiva económica antifeudal por vias mais radicais do que no passado, ou seja, por meio de uma pura confiscação. Os princípios desta ofensiva foram aprovados pelo Comité Central do P. P. R. M. em Maio de 1929, ao mesmo tempo que uma nova reforma do sistema fiscal, segundo a qual o antigo *bodo*, que só fazia referência ao gado, é substituído a título experimental — para ter em conta os progressos da circulação monetária — pelo *khuv'*, o qual estabelece uma equivalência em *Tögrög* (1).

As explorações com menos de 20 *khuv'* ficam assim isentas, são concedidas reduções aos proprietários de 21 a 50 *khuv'* e — inovação importante em previsão do próximo afluxo de criadores médios a esta categoria — os proprietários de 51 a 100 *khuv'* ficam sujeitos ao pagamento de impostos fixos. Apenas as fortunas superiores a 100 *khuv'* continuam a ser atingidas por um imposto progressivo.

Os problemas muito particulares suscitados pelos bens do clero fazem com que a aristocracia laica seja a primeira a ser atingida. Gado e bens são confiscados

(1) Um *khuv'*, literalmente a «parte» = 30 *Tögrög* em gado ou 90 *Tögrög* em bens imóveis. A título de exemplo, um cavalo de 4 anos vale, em 1929, num *khochuu* do Oeste, 30 *Tögrög*, portanto, 1 *khuv'*; um cavalo mais jovem, 40 *Tögrög* e um cavalo mais velho, 25. Uma égua de 4 anos vale 25 *Tögrög*, um cavalo jovem — 80, um boi — 50, um carneiro — 7, uma ovelha — 4, etc. De facto, a partir de então, *bodo* e *khuv'* são utilizados simultaneamente.

por comissões locais e centrais, ficando as famílias nobres com 100 *khuv'*, quantia não negligenciável, a título de meios pessoais de existência. Entre Setembro de 1929 e Fevereiro de 1930, os bens de 429 príncipes, entre os mais ricos, e de 302 antigos altos funcionários são confiscados, perfazendo um montante total de 5,2 milhões de *Tögrög*, dos quais 4,8 milhões em gado. 1,7 milhão de *Tögrög* de gado é imediatamente distribuído pelos criadores mais pobres. Pode-se avaliar a importância que reveste a ajuda assim prestada a estes últimos com o exemplo de alguns *khochuu* do *aimag* Khan-khentei (Este da R. P. M.):

Nome do *khochuu*	Explorações possuindo até 5 *bodo*	População destas explorações	*khuv'* possuídos anteriormente	*khuv'* distribuídos em 1930
Mönk-khan	653	2228	1092	1073
Matad-khan	204	815	519	706
Öndör-khan	339	864	782	913
Bayan-zürkh	165	406	333	492

Em total, entre Setembro de 1929 e Julho de 1932, 10 milhões de *Tögrög* são assim confiscados a cerca de 1100 senhores feudais. 25 000 explorações que possuíam até então menos de 5 *bodo* recebem 56 000 *bodo* de gado confiscado (5 por cento do total servem, por outro lado, para a criação de herdades estatais: uma outra parte, de difícil avaliação, serve para prestar auxílio sobretudo pecuniário às pessoas idosas, aos doentes, aos inválidos, aos órfãos). O resto dos fundos e do gado confiscado permitem impulsionar o movimento cooperativo no campo; as primeiras uniões agrícolas são criadas graças a este auxílio.

O que é que as confiscações deram à Mongólia? A resposta a este pergunta é dada por Tchoibalsan já em Abril de 1930:

> «1) O P. P. R. M. soube atrair as massas populares e garantir assim um apoio sólido para levar por diante as confiscações.
>
> 2) A força dos senhores feudais contra-revolucionários é consideravelmente enfraquecida. Já não são apenas os seus direitos políticos que são restringidos, mas daqui para o futuro também não poderão explorar economicamente os *arad* mais pobres.
>
> 3) São executadas as decisões do VII Congresso sobre a actividade das massas populares na luta de classes.
>
> 4) São criadas as primeiras uniões cooperativas, às quais são entregues os bens confiscados. Estas uniões são a condição fundamental para que o nosso país avance para o socialismo, sem passar pela via capitalista desenvolvida.»

É claro que temos de reconhecer, de acordo com o próprio Tchoibalsan, que existem insuficiências. Foi necessário tomar medidas contra a confiscação de bens de pessoas que nada tinham a ver com os senhores feudais ou com os exploradores e sobretudo nem toda a gente compreendeu a grande importância das confiscações para o lançamento de um movimento cooperativo; muitos criadores pobres, em vez de utilizarem o gado recebido para desenvolverem a produção, consumiram-no directamente ou serviram-se dele para pagar dívidas. De facto, as consequências do desvio de «esquerda», que acompanha pouco mais ou menos a campanha de confiscações, com as suas criações em massa de cooperativas não-viáveis, assim como da corrente de rectificação que se lhe seguiu, dissolvendo certas cooperativas viáveis, fizeram com que a eficácia das confiscações, ainda que real enquanto arma antifeudal, tenha ficado muito aquém da importância económica e social

que teria podido revestir para o desenvolvimento maciço de um movimento cooperativo a partir dos anos trinta.

Enfim, as confiscações puras e simples, tal como as acabamos de descrever, são incompletas e insuficientes. Os bens dos mosteiros ficaram praticamente fora da tormenta; ora a sua importância é considerável, tanto pelo volume como porque permitem uma perpetuação das relações de produção feudais — sobretudo na sua forma directamente económica. As relações de dependência pessoal extra-económica são aqui substituídas pela fé dos fiéis e pela dedicação ao seu mosteiro. A solução deste problema é evidentemente muito delicada, pois os pequenos lamas e os «assalariados» dos mosteiros dificilmente tomam consciência da sua exploração. Sobretudo porque, ao receberem o gado do mosteiro, obtêm assim o seu único meio de subsistência e ficam obrigados, por conseguinte, a manter-se ao serviço do clero por razões económicas — laço que se sobrepõe ao da religião.

Com o derrube da aristocracia laica, os mosteiros são o único ponto de apoio dos remanescentes e das nostalgias do regime feudal, além de que continuam a gozar de um enorme prestígio junto de uma parte importante da população, que ainda é crente. Portanto, é impossível proceder com os bens dos mosteiros como com os bens dos príncipes, cuja expropriação foi bem acolhida. A política seguida consiste, portanto, numa passagem progressiva do gado dos mosteiros para as mãos dos criadores que o guardavam, numa fixação progressiva de novos direitos de propriedade acompanhados de entraves económicos ao funcionamento dos próprios mosteiros. Este conjunto de medidas toma o nome de «Campanha dos *Jasaa*» (tomado do termo que designa a administração económica dos mosteiros) e divide-se em duas etapas primordiais. No decurso da primeira (1930-1932), mais de dois terços do gado dos mosteiros são assim transmitidos a explorações camponesas, primeiro deixando aos criadores o usufruto dos produtos da criação dos animais e depois obrigando

os mosteiros a pagar verdadeiros salários pela guarda dos rebanhos. Infelizmente, os excessos com que o desvio esquerdista fez acompanhar esta forma original de expropriação, o facto, como o sublinha o especialista mongol A. Minis, de que «o desvio de "esquerda" tenha confundido a campanha dos *Jasaa* com a colectivização da economia», a ausência de explicações sobre as etapas a seguir, a confusão mecânica entre dignitários da Igreja e pequenos lamas, tudo isto fez não só com que a resistência da Igreja (evidentemente inevitável) se tornasse mais acerba, mas também que a importância económica das medidas tomadas ficasse diminuída — uma parte do gado foi dispersa, dissimulada ou abatida — e, mais grave ainda, fez com que alguns criadores, assustados com a rígida política anticlerical dos esquerdistas, se aproximasse do alto clero, dando assim uma certa base popular aos levantamentos contra-revolucionários desencadeados em 1932. O fracasso relativo foi aqui provocado por um desvio dos princípios admitidos à partida: proceder de maneira progressiva e comedida.

Por conseguinte, quando, em 1932, a política do «novo curso» rectifica os erros esquerdistas, o importante não é terminar com a Campanha dos *Jasaa*, mas transformar algumas das suas modalidades. De facto, o objectivo fixado é levar a cabo esta campanha. Por um lado, torna-se obrigatório o aluguer do gado dos mosteiros em termos de contratos vantajosos para os criadores e, por outro, o fisco recai mais pesadamente sobre os mosteiros, em particular com o aumento das despesas militares provocadas pela crescente ameaça japonesa. No essencial, os objectivos económicos da campanha são alcançados por volta de 1936, como o demonstra a evolução do mosteiro de Gandan em Ulaanbaatar (Veja quadro da página seguinte).

Em 1938, os mosteiros já não possuem mais do que dois ou três por cento das suas riquezas iniciais em gado, os lamas vão abandonando progressivamente os mosteiros e numerosos são os que a partir de então se entregam a uma actividade assalariada ou praticam

Anos	Gado grosso	Gado miúdo
1933	1916	3266
1934	989	1078
1935	850	762
1936	425	125

a criação de gado como simples laicos; as últimas acometidas da igreja são esmagadas sem dificuldade. Dois anos mais tarde, já não havia restos da economia feudal e muitos mosteiros tinham sido demolidos, sendo o gado que ainda lhes restava integralmente distribuído.

É evidente que nem tudo se passou de maneira tão simples como no papel e que, se em 1940 a segunda Constituição da R. P. M. pode anunciar que o feudalismo tinha sido aniquilado na Mongólia e se os senhores feudais *como classe* tinham desaparecido — o que permite aliás levantar todas as restrições ao exercício dos direitos cívicos a partir de 1944 —, esta viragem não pode ter sido senão a obra de um impulso revolucionário sem precedentes, onde coexistiram, bem entendido, violência contra-revolucionária e violência revolucionária.

Nós pudemos descobrir um ponto que talvez desperte algum eco nas recordações do nosso próprio passado revolucionário. Ainda que tenhamos feito a pergunta várias vezes e a interlocutores muito diferentes, não encontrámos nenhum vestígio dessa atitude vagamente reprovadora que toda uma parte do campo francês conservou durante muito tempo — até ao fim da guerra de 1870 — para com os compradores de bens nacionais e para com os seus descendentes. Os beneficiários das distribuições do gado confiscado ou da Campanha dos *Jasaa* consideram muito simplesmente que se tratava de uma devolução legítima do fruto do seu trabalho e, além disso, como o salientava A. Minis, director-adjunto do Instituto de História do P. P. R. M.

e autor de uma obra muito documentada sobre a luta revolucionária contra o poder económico da Igreja, a recordação que se vincula à terra é de muito menor duração para o gado, «o gado não é precisamente a mesma coisa que a terra»!

O gado e a terra — o desenvolvimento das forças produtivas no campo

A Mongólia pós-revolucionária encontra-se na situação aparentemente paradoxal de um país exclusivamente agrícola, em que a agricultura está absolutamente impossibilitada de garantir o seu desenvolvimento. Com uma economia natural em que a acumulação e a circulação têm um papel extremamente restrito, o campo mongol é incapaz de fornecer de um momento para o outro um excedente que permita criar novas forças produtivas. Numa palavra, o fenómeno de uma industrialização financiada pelo menos parcialmente pelos meios obtidos com a rápida restauração da produção agrícola, como se verificou com a revolução russa após a guerra civil, não tem nenhuma possibilidade de se reproduzir na Mongólia. Uma vez que a criação nómada de gado ocupa uma posição praticamente de hegemonia na economia mongol de então, é no seu próprio seio que devem ser procuradas as vias e os meios para o seu desenvolvimento, sendo unicamente a partir daqui que se tornará possível pensar num desenvolvimento de conjunto de toda a economia mongol. Ora a criação imediata de formas de produção intensivas, concentradas, só é possível através de investimentos maciços, sem nenhuma proporção com as possibilidades da economia mongol nos anos que se seguem à revolução. Pela força das circunstâncias, é impossível pretender constituir de imediato um grande sector do Estado; a orientação acordada será, pois, tentar sobretudo romper o ciclo da economia natural e favorecer a sua transformação em pequena produção comercial, cujo reforço deve começar

a representar o factor de um desenvolvimento real da economia do país. Nós já vimos o significado, sob este ponto de vista, das confiscações e das distribuições de gado realizadas no período de transição dos anos vinte para os anos trinta e durante os anos trinta. Demos igualmente alguns exemplos de como a política fiscal favoreceu os pequenos e médios criadores de gado ao mesmo tempo que atacava os grandes proprietários de rebanhos. De facto, no fim dos anos trinta, o campo mongol apresenta o aspecto de uma sociedade de criadores médios, proprietários de 20 a 100 *bodo*, pois estes, se em 1927 representam 29,9 por cento das explorações com 42,8 por cento do gado, em 1939 constituem 54,3 por cento com 67,2 por cento do gado.

Este «nivelamento» atinge evidentemente as antigas camadas possidentes mas também as camadas mais pobres, sem gado ou possuindo pouco e que ou se elevam ao nível de criadores médios graças às distribuições dos animais confiscados ou se tornam assalariados do sector agrícola do Estado ou, finalmente, encontram colocação na indústria nascente.

Convém salientar aqui dois factos importantes. Por um lado, este nivelamento relativo do campo mongol não é fruto de um igualitarismo metafísico, é sim a resposta a uma crise que, como vimos, estava a arruinar e ameaçava há já muitos anos a própria existência da pequena criação. Coincidem aqui a perspectiva de um desenvolvimento económico baseado na consolidação e no reforço da pequena propriedade individual e uma estratégia revolucionária visando impedir o nascimento e o reforço de elementos capitalistas, que a passagem das grandes explorações para uma economia de mercado não teria deixado de gerar. Por outro lado, a repartição das riquezas não é de modo nenhum sinónimo de criação de forças produtivas. Por outras palavras, as distribuições de gado que se seguiram às confiscações não são directa e automaticamente acompanhadas de um reforço da economia. Elas limitam-se a criar uma das condições essenciais. Elas são uma das medidas pelas quais o Estado revolucionário, procurando reunir as condições necessárias à passagem para o socialismo, favorece deliberadamente o desabrochar de um sistema em que predomina a pequena propriedade.

A política seguida no mundo rural, com a diversidade das realizações e com as medidas postas em prática, tem como único objectivo elevar o valor comercial das explorações e da produção, garantindo assim o desenvolvimento geral das forças produtivas. Trata-se não só de promover um aumento do gado (uma exploração tem uma média de 60 animais em 1921 e já 130 em 1940), mas também de lançar no mercado uma massa crescente de produção destinada a satisfazer as necessidades internas e a constituir um dos termos para as trocas externas, as únicas que podem garantir a criação de forças produtivas altamente desenvolvidas — particularmente industriais.

Ora a pequena exploração nómada, encerrada na sua auto-subsistência, está ainda longe de responder a estes imperativos nos anos trinta. Quantidades importantes dos mais preciosos produtos da criação de gado — lã, peles, etc. — ficam sem utilização; avançaram-se cifras de uma perda anual igual a três vezes o orçamento do Estado.

A solução dada a este estado de coisas foi tanto económica e financeira, como directamente técnica, visando simultaneamente o aumento do gado e o aumento do seu valor comercial. Na categoria dos factores económicos e financeiros, incluímos as facilidades fiscais de que beneficiam os criadores pobres e médios (em 1933, 55,3 por cento das explorações são isentas do imposto sobre o gado e 37 por cento beneficiam de facilidades) e a política de crédito, destinado ao desenvolvimento da produção e não ao consumo imediato e prestado a título preferencial às pequenas e médias explorações (em 1938, 91,5 por cento dos 3,8 milhões de empréstimos contraídos pelos criadores correspondem a criadores pobres e médios). E por fim, para referir apenas o essencial, o Estado decreta, de 1941 a 1947, o princípio das entregas obrigatórias de

lã, de carne e de matérias gordas animais a preços fixos. Esta medida é capital; sendo o preço e o volume das compras fixados pelo Estado, este fica assim com um poderoso meio à sua disposição para orientar a produção. Devemos notar, aliás, que esta iniciativa coincide com a introdução da planificação anual e em seguida quinquenal. Esta coincidência não é fortuita. Aqui se manifesta claramente a continuidade entre a etapa democrática da revolução mongol e a construção do socialismo para a qual o presidente Tsedenbal nos chamava a atenção. Esta continuidade é talvez ainda mais evidente nas medidas de carácter técnico, que consistem, no essencial, em dar aos criadores de gado os meios para enfrentarem as dificuldades naturais, seja a falta de água, os rigores do Inverno, a pobreza das pastagens no fim do Inverno e na Primavera ou o mau estado sanitário do rebanho, tudo coisas que comprometem tanto o aumento numérico como uma melhoria qualitativa do gado e portanto a sua importância económica. Ora esta hostilidade da natureza manifesta-se, hoje como ontem, em cada progresso da criação do gado, donde resulta a permanência de certos problemas e o facto de que só um estado da economia que tenha tornado possível a actual política de investimentos em massa no mundo rural (IV e sobretudo V quinquénios) permita agora, e apenas agora, pensar numa solução definitiva.

É naturalmente possível seguir uma progressão na eficácia das medidas de consolidação material e técnica da criação de gado, mas a sua característica comum é já não considerar o *zud*, essas «calamidades invernais» ([1]) que se abatem — mesmo actualmente — sobre o gado mongol, como simples acidentes naturais mas sim como manifestações, em condições naturais difíceis, mesmo paroxísmicas, de insuficiências de equi-

([1]) São de assinalar o «*zud* negro» *(khar zud)*, quando as precipitações são insuficientes, condenando os animais à sede; o «*zud* branco» *(tsagaan zud)*, quando, pelo contrário, a abundância excessiva dos nevões impede o rebanho de encontrar alimentos debaixo de uma espessa camada de neve;

pamentos, de provisões e, é claro, de cuidados humanos necessários ao rebanho.

Estes acidentes são muitas vezes extremamente mortíferos. Como foi o caso, em particular, dos Invernos de 1934-1935 e de 1935-1936. Em 1934-1935, a pecuária mongol perde, por causa do *zud*, 1,8 milhões de cabeças de gado. Em 1935-1936, a Mongólia perde 27,4 por cento do seu gado, tanto por causa das secas excessivas no Sul do país (algumas explorações chegam mesmo a perder 50-60 por cento do seu rebanho), como pelos nevões demasiado abundantes no Norte, que causam sobretudo a perda dos animais jovens nascidos nesse ano (39,1 por cento em Ovörkhangai, 34,3 por cento em Zavkhan, 33,8 por cento em Arkhangai, 31,5 por cento em Khövsgöl e 23,5 por cento em Khovd). Para ser ainda mais preciso, só o *aimag* do Zavkhan perde 357 000 cabeças de gado durante o Inverno de 1935-1936, enquanto as perdas totais do país são de 580 000 em 1937 e de 410 000 em 1938.

O Estado fez frente a esta situação, por um lado, prestando uma ajuda directa no momento das dificuldades mais intensas. Foi assim que, num dia de Janeiro de 1939, um comboio de 83 camiões partiu de Ulaabaatar para o *aimag* do Gobi oriental com 5661 feixes de feno, cuja necessidade se fazia sentir com premência. Esta prática não desapareceu, aliás, e nós pudemos assistir, durante as terríveis Primaveras de 1967 e de 1968, à partida de numerosos comboios semelhantes. Em 1972, foi mesmo por avião que foi enviada a forragem necessária para certas cooperativas do *aimag* de Uvs. Por muito necessária que seja esta forma de ajuda, trata-se evidentemente de um expediente — aliás dispendioso — que não pode ser encarado senão para reparar os casos extremos que a irregularidade das

o «*zud* dos cascos» *(tuurain zud)*, quando a erva foi pisada e inutilizada por um rebanho demasiado numeroso para a pastagem e por fim o «*zud* de aço» ou «de ferro» *(gan zud, tömör zud)*, quando uma acalmia é seguida por um brusco esfriamento, cobrindo as pastagens com uma crosta de gelo impenetrável.

condições climáticas torna inevitáveis. Além disso, os envios de forragem só são possíveis no caso de haver forragem e é neste sentido que se orienta a agricultura mongol. Logo nos primeiros anos da revolução, os criadores de gado são encorajados a formar reservas de forragem que permitam resistir às insuficiências das pastagens de Inverno. Nessa altura, é igualmente impossível o cultivo de forragens. As parcelas de pastagens são muito simplesmente ceifadas (o Estado não estabelece nenhum limite). A progressão da superfície ceifada é sensível:

	1924	1925	1926	1927	1929	1934	1937	1941
Superfície ceifada (por ha)	1748	6227	12 042	32 993	22 615	21 177	83 760	741 954

Isto não é, contudo, senão um princípio muito modesto dadas as necessidades, mas a progressão é rápida. Em 1933, o feno ceifado pelos criadores de gado ascendeu a 96 486,6 quintais, a 331 868 em 1935 e a 642 000 em 1938, sendo as médias por exploração de 0,5, 1,7 e de 3,1 quintais, respectivamente. Foi nessa altura, em 1937, que foi criada, com a ajuda da U. R. S. S. — que fornece as máquinas gratuitamente —, uma rede de dez postos mecanizados para a ceifa do feno (40 tractores, 470 ceifadoras — quando em todo o país, em 1927, existiam apenas 172 —, 285 ancinhos mecânicos puxados por cavalos, 20 camiões, 10 motores diesel e 3031 cavalos). Apesar de todo o interesse que uma tal realização pode representar, estes postos não são contudo ainda suficientes para solucionar o problema das reservas de forragem a nível nacional. O local de produção encontra-se a maior parte das vezes muito afastado dos locais de consumo e, além dos transportes

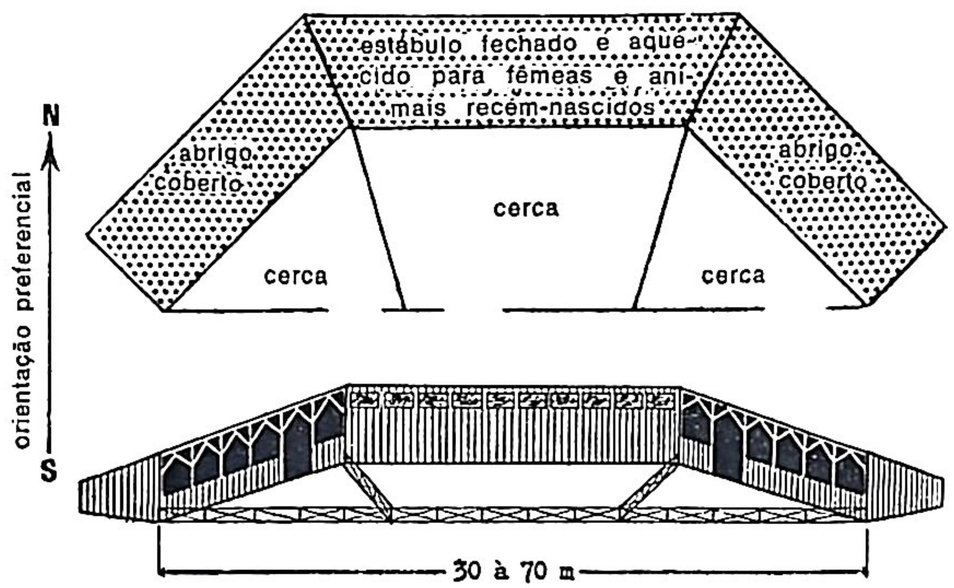
serem demorados, complicados e dispendiosos, o próprio preço de produção é muito elevado devido à utilização de máquinas cujos carburantes são integralmente artigos de importação. Entre 1939 e 1940, os postos mecanizados para a ceifa dividem-se em unidades mais pequenas, melhor dispersas por todo o país e sobretudo com tracção animal. Encontramo-nos aqui perante um caso curioso, onde a aparente regressão do motor ao cavalo constitui realmente um progresso; encontramo-nos também perante um exemplo da introdução, numa fase determinada do desenvolvimento, de formas de produção e de relações sociais mais avançadas que desempenham um importante papel incentivo, tal como atrás tínhamos sugerido (1).

Por conseguinte, temos uma combinação, no caso da ceifa, de uma política de investimento em rápido desenvolvimento e de uma prática constante de estímulo e de encorajamento à iniciativa privada. Esta mesma combinação é particularmente visível, nos seus métodos e nos seus resultados, na abertura de poços. O estímulo é aqui sobretudo fiscal. A lei das finanças de 1933 prevê uma redução de impostos de 20 por cento para a abertura de novos poços e de 5 por cento para as obras de restauro. Esta redução dos impostos vai até 25 e 15 por cento em 1937 e é renovada em 1938. O resultado desta política é notório e o número de poços em funcionamento é praticamente duplicado entre 1932 (8877) e 1940 (15 657). A mesma redução dos impostos (10-25 por cento e depois 15-30 por cento) é proposta aos construtores de *khachaa,* meio estábulos meio cer-

(1) Os postos de ceifa, mecanizados ou com tracção animal, propriedade do Estado, após terem desempenhado um papel considerável na constituição de campos de forragens de base para a criação de animais, foram dissolvidos, quando as explorações cooperativas atingiram um nível suficiente, no plano económico e técnico, para garantir a sua gestão e o seu funcionamento de forma independente. Os postos de ceifa, tanto os mecanizados como os de tracção animal, foram então dados pelo Estado às cooperativas, a maior parte das vezes sob a forma de empresas intercooperativas. Esta transmissão foi realizada em 1969.

cas, e de abrigos, cujo número passa de 26 572 em 1932 para 125 994 em 1940. Mas apesar dos resultados notáveis (em 1933, 41 por cento do gado do *aimag* de Selenge já tem abrigos para o Inverno), este total é ainda muito insuficiente.

Com efeito, foi só com a introdução de métodos científicos (identificação geológica dos lençóis de água subterrâneos, sistematização das observações micrometeorológicas para a implantação dos *khachaa*), tecnológicos (elaboração de *khachaa*-tipo respondendo simutlaneamente aos imperativos zootécnicos e aos recursos locais em materiais de construção) e industriais (perfuração de poços por meio de instalações mecanizadas montadas em camiões-plataforma, construção semi-industrial dos *khachaa,* que deverão ser montados apenas no local de utilização) que estas instalações foram realmente generalizadas, o que se verificou no decurso dos últimos anos. Mais de 6000 poços foram perfurados só durante o quinquénio em curso (1971-1975) e foi apenas durante os últimos anos que a silhueta em forma de quarto crescente dos *khachaa* se tornou um elemento característico da paisagem mongol.



khachaa-tipo

O mesmo sucede com a produção cerealífera e de leguminosas, que se mantém marginal até aos anos cinquenta apesar de ter sido objecto da atenção do Governo popular desde 1923, com a publicação de um *Estatuto dos Agricultores Mongóis,* e apesar de uma certa progressão durante os anos trinta (3941 agricultores para 22 610 ha em 1926 — 12 048 agricultores para 26 378 ha em 1934). Estas produções limitam-se então praticamente às explorações do Estado ainda pouco numerosas.

É claro que seria necessário multiplicar os exemplos das medidas tomadas para ajudar os criadores de gado a consolidarem as suas explorações. Particularmente importantes foram a criação e a ampliação de uma rede veterinária indispensável, mas absolutamente inexistente antes da revolução. Assim, no *sum* de Zereg (*aimag* de Khovd), já citado, o primeiro assistente veterinário apareceu em 1926, e mesmo assim a sua actividade cobre um raio de quatro *sum*, ou seja cerca de 10 000 km² (o equivalente a dois departamentos franceses médios). Em 1938, o Zereg obteve o seu próprio assistente e o primeiro médico veterinário chegou em 1943 (actualmente o Zereg conta com dois médicos veterinários, com seis assistentes, distribuídos por quatro postos, e com dois enfermeiros veterinários). Um último problema, aparentemente mais exótico, é a luta contra os animais nocivos. Trata-se, na prática, da caça ao lobo, para a qual o Estado oferece prémios a partir de 1932 (20 000 *Tögrög* em 1933). Não há dúvida de que as perdas causadas pelos lobos são sérias, pois estima-se em cerca de 200 000 por ano o número de animais devorados entre 1935 e 1940. Em 1936, são abatidos 17 773 lobos e 29 937 em 1938, sem que, a espécie seja minimamente exterminada — mas pelo menos já não representa um perigo catastrófico para a criação de gado. Para dar apenas um exemplo actual, só no território (2529 km²) da cooperativa de Zaamar (*aimag* central, a 200 km a noroeste de Ulaanbaatar), o presidente da cooperativa, Michigdorj, avalia o número permanente de lobos em cerca de trezentos apesar

de serem caçados entre 80 e 85 por ano, o que apenas consegue travar a proliferação deste «rebanho» indesejável (1).

Ainda que algumas medidas sejam ainda incompletas e não sejam integralmente postas em prática senão durante os períodos seguintes, a política de apoio às pequenas explorações privadas regista um êxito indiscutível: de 1934 a 1939, o gado regista um aumento de 5,5 milhões de cabeças, atingindo em 1940, com mais de 26 milhões de cabeças, o dobro do que era aquando da revolução de 1921 assim como um ponto culminante que só agora, ao final do presente quinquénio, a ganadaria mongol deverá voltar a encontrar. A comparação merece uma precisão sobre o significado deste total. 1940 marca apenas a entrada efectiva da ganadaria mongol no estado activo da produção comercial e a comercialização dos produtos animais em grande escala só aparece com a introdução das remessas obrigatórias a que já fizemos referência. Em 1954, os produtos entregues ao Estado aumentam, em relação a 1940, 166,4 por cento no que diz respeito ao gado, 165,3 por cento à lã e 221,7 por cento, em relação a 1947, ao leite, apesar de uma quantidade de animais numericamente inferior a 1940. Por outras palavras, o considerável volume do gado explica-se não por uma prosperidade perdida após 1940 (o que algumas interpretações não deixam evidentemente de pôr em relevo), mas pelo facto de, tendo até então beneficiado das medidas a que fizemos referência, a criação de gado mongol só a partir desta data começar a dar à economia do país os resultados dos esforços do Estado, ou seja, um grande mercado fornecedor de matérias-primas agrícolas. A crescente atenção prestada aos

(1) O lobo é praticamente o único animal cuja caça não é submetida na R. P. M. a nenhuma restrição. Muito pelo contrário. Manteve-se o sistema de prémios, que se vêm juntar ao preço das peles, e de dois em dois anos, em Janeiro ou em Fevereiro, organiza-se uma batida em massa, um «sábado comunista» original.

critérios qualitativos explica que um rebanho numericamente menos importante possa ser economicamente mais produtivo que o de 1940. Intervêm aqui vários factores: cuidados veterinários, engorda mais cuidada dos animais, progressos na selecção das espécies criadas, aperfeiçoamento das técnicas de tosquia, etc. A título de exemplo, apresentamos aqui um quadro com os progressos obtidos em vinte anos no domínio das lãs pela cooperativa de Zereg:

Por animal (em gramas)	1952	1965	1972
1. Lã	1400	1410	1482
2. Pêlo de camelo	4648	4650	5225
3. Pêlo de cabra	268	270	271
4. Pêlo de vaca	331	471	545
5. Crina	480	570	667

Seja como for, a política seguida desde 1924 e sem interrupção a partir de 1932 consegue alcançar o seu objectivo. Em 1940, a criação de gado nómada está em estado de desempenhar um papel decisivo no conjunto da edificação económica do país e o marechal Tchoibalsan pode, a justo título, declarar em Março, no X Congresso do P. P. R. M.:

> «Agora podemos dizer que entrámos decididamente na via do desenvolvimento não capitalista e que a experiência do nosso país se reveste de uma importância internacional. Com a ajuda do país onde triunfou o socialismo, nós somos o primeiro país que, partindo do feudalismo e da servidão, se prepara para enveredar pela via do socialismo.»

O campo mongol rumo ao socialismo

O desenvolvimento da pequena produção mercantil num regime de propriedade privada, elemento essencial da estratégia não capitalista adoptada pela revolução popular, tinha sido obra directa da própria revolução. Poder-se-á concluir daqui que o objectivo final, o socialismo, se encontrava naturalmente no fim do caminho e que uma simples evolução poderia dar origem a relações sociais novas, socialistas? Não, e o pensamento de Lénine, para quem «a pequena produção mercantil segrega capitalismo e burguesia, continuamente, quotidianamente, anarquicamente e em grande escala», está perfeitamente adequada à situação mongol. Por outras palavras, as medidas anteriormente descritas destinadas a reforçar o poder económico das pequenas explorações eram de natureza, na ausência de outras medidas, a favorecer e mesmo a provocar o aparecimento de relações de produção capitalistas. Impõe-se observar que não se poderia tratar senão de um esboço de capitalismo, parcelar, dividido, sem dúvida incapaz — após a nacionalização da terra e a evicção do capital estrangeiro — de se erigir sozinho num mercado unificado à escala nacional. A necessidade de uma *política* visando simultaneamente o controle e a limitação dos elementos capitalistas, assim como a organização de um novo sistema social, não nos afasta portanto das perspectivas do desenvolvimento para nos lançar nalguma mística voluntarista de colectivização e de cooperação. A instauração sem perspectivas de um predomínio de relações capitalistas pouco desenvolvidas não podia, com efeito, traduzir-se senão por um agravamento das contradições de classe e, ao fim de um certo tempo, por um bloqueio da evolução das forças produtivas.

A história mongol ilustra em várias ocasiões este nascimento, ou este renascimento, das relações capitalistas, cada vez que diminui a atenção política pela necessária relação entre a edificação económica e a revolução social. Foi o que sucedeu particularmente,

quando o desvio de direita (1926-1928), considerando o poder dos senhores feudais como definitivamente abatido, deixou em grande medida o campo livre à actividade dos comerciantes privados, enquanto que o «slogan» então divulgado: «Enriquecei sem explorar outrem» não é mais do que um encorajamento, apenas disfarçado, aos proprietários abastados, ainda muito poderosos nos anos vinte. Com efeito, entre 1924 e 1927, o número de criadores pobres, proprietários de 1 a 10 *bodo,* aumenta de 25 para mais de 30 por cento do total das explorações. O facto de a administração local ainda se encontrar então muitas vezes, nas mãos de antigos senhores feudais tolerados, ou disfarçados, facilita a extensão das relações de exploração dos grandes proprietários e dos mosteiros sobre os criadores sem gado ou proprietários de um pequeno rebanho. Em 1927, segundo dados fiscais, 700 antigos senhores feudais possuem, 1,5 milhões de *bodo* sendo o total 6,6 milhões em todo o país.

Fenómenos análogos, ainda que a uma escala infinitamente reduzida, podem-se verificar no decurso dos anos trinta, quando foram tomadas medidas técnicas de reforço da pequena produção mercantil, simultaneamente com a limitação da grande propriedade, no momento em que a fiscalidade progressiva se abate duramente sobre os proprietários de grandes rebanhos. Se esta política teve êxito, de uma maneira geral, nas zonas em que o controle é inexistente ou insuficiente, nas zonas em que a iniciativa dos criadores pobres e médios não é acompanhada por uma suficiente compreensão da importância revolucionária das medidas em curso, não deixam de surgir casos em que os proprietários enganam a lei distribuindo o seu gado pelos criadores pobres, muitas vezes pessoas da família, dando assim origem a formas encobertas, embrionárias, de exploração capitalista.

Por fim, certas medidas, que encorajam o aumento das forças produtivas mas isoladas do seu significado revolucionário, podem, se não restaurar o capitalismo, pelo menos agravar uma diferenciação e mesmo uma

polarização entre os criadores, polarização essa que traz em germe esta restauração. Tinha sido considerado a justo título que, no âmbito de um regime político doravante bem consolidado, as explorações ricas já não representavam um perigo e podiam, pelo contrário, ser utilizadas para incrementar a produção nacional de gado. Por consequência, em Setembro de 1944 é anunciado que seriam atribuídos títulos honoríficos (*Ulsyn aldart sain maltchin* — bom e glorioso criador da República) assim como prémios importantes aos criadores individuais cujo rebanho atingisse os 1000, 5000 ou 10 000 animais. Esta medida pode parecer sensata. No entanto, não conseguiu mais do que estimular os proprietários de rebanhos já importantes, desencorajando os pequenos proprietários. O resultado desta medida, aliás anulada em 1947, foi que em 1948 encontramos, e em relação a 1946, 1240 novos exploradores sem gado, mais 3500 com menos de 50 animais e, pelo contrário, mais 820 proprietários de mais de 300 animais, tendo os seus rebanhos registado um aumento de meio milhão de cabeças. A polarização social não é acompanhada de nenhuma vantagem económica de conjunto, pois o aumento do gado dos criadores ricos é anulado, pelo menos em parte, pelas perdas sofridas pelos pequenos proprietários, mais do que nunca impossibilitados de se enfrentarem sozinhos com os imperativos da edificação económica do país.

Como já vimos, a revolução mongol não pode de um momento para o outro fazer face a esta situação pela criação de um sector do Estado grande consumidor de capitais. Ao mesmo tempo, o sector do Estado, uma vez que pode introduzir inovações técnicas, métodos de trabalho e de organização e também pela imagem que dá de um campo liberto das antigas submissões, é reconhecido como um elemento decisivo da passagem às formas socialistas de economia e de sociedade rurais. Embora seja impossível o sector do Estado ocupar um lugar predominante, ele não deixa por isso de ser menos necessário quando toma a forma de postos de ceifa, já mencionados, e de postos de aluguer de

material agrícola, criados em 1936 e generalizados em 1941. Mas o sector do Estado é sobretudo a rede das «Explorações dependentes do Tesouro Público» *(Sangiin aj akhui)*, as herdades do Estado, que garantem a criação de novos ramos da produção agrícola (criação de gado porcino, avicultura, culturas cerealíferas e hortícolas), domínio em que ocupam uma posição dominante (75,4 por cento das superfícies semeadas em 1970), mas que contribuem sobretudo para a sua difusão no país, além de constituírem, juntamente com os postos especializados, os principais centros de selecção de espécies de animais, de sementes e de pés de plantas. E por último, além do seu valor como exemplo, as herdades do Estado têm um papel directamente pedagógico, pois formam pessoal especializado (tractoristas e mecânicos) para o sector cooperativo, que faz estágio nessas herdades. Estas constituíram, portanto, «essas ilhas onde reina o novo regime económico, instituído sob a influência do partido e do Governo» e nas quais, em Novembro de 1921, Lénine via o factor decisivo para criar na Mongólia um «novo sistema económico não capitalista».

A forma mais elementar de exploração estatal tinha sido a criação nos quatro *aimag*, em 1921, de Rebanhos do Estado *(Ulsyn sangiin alban süreg)* a partir dos domínios da Igreja: os estatutos destas explorações foram promulgados pelo Governo em Janeiro de 1922. No decurso do mesmo ano, as explorações agrícolas das margens do rio Kharaa (1) pertencentes a firmas chinesas e as terras cultivadas da região de Khovd são nacionalizadas para formarem as duas primeiras herdades do Estado. A progressão destas explorações é rápida. Em 1927, a herdade do Kharaa cultiva 1635 ha, criando a filial de Bor nuur; em 1928, cultiva 2448 ha e em 1929 2568 ha, criando uma nova filial, Jargalant. O desvio de «esquerda», com a sua aceleração irracio-

(1) Afluente do Orkhon, a 100-120 km a norte de Ulaanbaatar.

nal da passagem ao socialismo, deixa também a sua marca nas herdades estatais; ao incentivar a fundação de numerosas explorações deste tipo, das quais muitas não possuem as condições requeridas, provoca prejuízos catastróficos. Assim, em 1931, na herdade estatal de Enkh tal, de 16 000 ovelhas 12 000 ficam estéreis e dos 3991 cordeiros nascidos morrem 3721. Foram necessárias 16 000 ovelhas para dar à luz 270 cordeiros! A partir de 1932-1933, o restabelecimento da situação em certas herdades estatais, reagrupando as mais débeis, foi um dos pontos mais importantes da realização do «novo curso». Foi por esta época que apareceram, por exemplo, certas formas de associação por contrato entre herdades do Estado e criadores privados. Em 1935-1936, tendo em conta uma melhoria da situação geral, criam-se prudentemente novas herdades, por vezes mesmo a título temporário, no *aimag* central, no Ovörkhangai e no Omnögov'. No final dos anos trinta, as herdades estatais introduzem a mecanização na agricultura mongol, o que corresponde directamente à sua função inovadora. Esta função ainda não desapareceu. Para tomar como exemplo a cultura de frutas, se uma cooperativa do *aimag* da Selenge pôde ser a primeira a criar o seu próprio pomar, foi graças aos tanchões fornecidos pelo posto experimental de Chaamar, fundado em 1955 e que mais tarde passou a ter o estatuto de herdade estatal.

Parece-nos, aliás, que a rede de herdades estatais se orienta cada vez mais para esta prática e para esta promoção das novas actividades agrícolas, além das suas funções cerealíferas já tradicionais. É sem dúvida um espectáculo novo na estepe mongol, mas que de ano para ano se tornará obviamente mais corrente, ver essa pequena cidade que é a herdade estatal do Charyn gol (1), com os seus edifícios de habitação de dois andares e com as suas construções para uso colectivo (garagens e silos, escola e clube), com as suas longas filas de estufas na confluência do Charyn gol com o Orkhon. Um espectáculo novo são também estes campos irrigados, dotados de um sistema de rega móvel, cuidadosamente mondados, que, em companhia de Tserendorj, secretário da célula do partido, e de Chagdarjav, o agrónomo, podemos observar de uma pequena colina que domina o conjunto da exploração. Os campos são divididos por renques de árvores, ao longo dos quais correm pequenos canais de irrigação. À nossa frente, uns trinta trabalhadores mondam um campo de cebolas. Mais perto ainda, mesmo no sopé da nossa colina, longos canteiros de arbustos frutíferos (groselheiras, framboeseiras, *tchatsargana* com qualidades terapêuticas). Do outro lado do rio, dois tractores vermelho vivo giram como dois grandes insectos indecisos. Existem herdades estatais desde 1922, mas esta é jovem, pois foi criada em 1968-1969 com a ajuda da Bulgária, grande especialista em matéria de horticultura. Actualmente a herdade cultiva um pouco mais de duzentos hectares, mas conta atingir os 800 em 1990. 93 ha estão plantados com legumes (dos quais 2 ha são estufas — 40 estufas de pepinos e de tomates cuja qualidade verificámos ser muito satisfatória), 95 ha estão dedicados às batatas e cerca de 40 ha à cultura de frutas. As 5000 cabeças de gado (4000 carneiros e apenas 40 cavalos) que pastam nos 160 km² da herdade servem actualmente sobretudo para garantir o abastecimento da população da herdade, mas já está prevista a abertura de uma primeira e depois de uma segunda herdade leiteira. A herdade estatal tem cerca de 200 assalariados, portanto com uma população total de mais de 600 pessoas. Faz aí serviço um médico, existe uma escola secundária e um cinema. Por fim, alguns dos membros das famílias dos assalariados da herdade trabalham nas empresas industriais de Darkhan, que dista 35 km, aonde se pode ir... (mas encontramo-nos aqui com um caso verdadeiramente excepcional) de comboio, pois o caminho de ferro de Ulaanbaatar atravessa precisamente o território da herdade, como sucede aliás

(1) Afluente do Orkhon, dá o nome à herdade e a uma mina situada a 100 km mais a sul.

com a linha de alta tensão Darkhan-Sükhbaatar, o que oferece facilidades energéticas, a que aspira ainda a maior parte das explorações rurais da R. P. M.

A cooperação

Criar um sector do Estado era acima de tudo uma questão de meios materiais. O mais difícil — e o nó do problema — era adoptar um modo de passagem que fosse não só compatível, mas sobretudo que pudesse tirar partido da pequena propriedade e da pequena produção, que caracterizava o conjunto da economia. Por conseguinte, a forma cooperativa era evidentemente a única apropriada e a revolução mongol deve muitíssimo neste ponto às ideias desenvolvidas por Lénine sobre a cooperação. Mas deve também muito, de uma maneira mais ampla, às suas ideias sobre a possibilidade de o regime soviético utilizar, durante a fase de transição para o socialismo, certas formas de produção do antigo sistema (é esta a importância da N. E. P. e do capitalismo de Estado na revolução russa). No caso da R. P. M., a originalidade do processo consiste em estimular num regime de pequena propriedade o desenvolvimento das forças produtivas para as levar a um nível que torne possível a sua colectivização. Portanto, não surpreende que o movimento de constituição das cooperativas se inscreva na perspectiva dos anos de consolidação económica.

Antes de começar a descrever os períodos deste movimento cooperativo rural, gostaria de sublinhar a interdependência de vários pontos essenciais nesta matéria.

Anterior ao desenvolvimento da cooperação agrícola, a cooperação de distribuição e de compra criada a partir de Novembro de 1921 desempenha rapidamente um importante papel ao contribuir para restringir e depois para eliminar do país, o comércio capitalista estrangeiro graças à colaboração com os órgãos comerciais soviéticos, especialmente com os cooperativos

como o *Tsentrosoiuz*. Por conseguinte, esta cooperação contribui simultaneamente — à medida que as suas operações se vão estendendo — para elevar o nível económico e cultural dos campos e para oferecer aos criadores uma primeira experiência de organização cooperativa. É impossível pretender fazer aqui uma descrição pormenorizada das cooperativas de distribuição e de compra. Limitamo-nos, pois, a fornecer alguns dados que mostram a evolução destas cooperativas desde as suas origens até ao seu X Congresso, em Dezembro de 1938:

	Número de membros	Número de centros cooperativos	Capital (milhares de tögrög)	Montante dos negócios (milhares de tögrög)	Vendas (milhares de tögrög)	Compra e armazenamento de matérias-primas (milhares de tögrög)
1922	222	2	10 335 (*)	30	15,7	14,3
1923	1 088	7	59,8	184,0	122,6	61,4
1924	1 500	95	60,0	1 506,0	758,6	747,4
1925	9 627	143	225,0	8 743,0	4 146,0	4 597,0
1926	10 366	138	275,3	9 972,0	4 334,3	5 637,7
1927	13 200	136	293,4	10 813,9	5 400,0	5 414,9
1928	19 409	136	332,6	13 115,6	5 030,5	8 085,1
1931	97 786	516	1 005,6	44 493,5	—	—
1935	50 992	1124	700,7	60 672,4	48 811,0	11 861,4
1938	102 239	1211	1 193,4	—	—	—

(*) Avaliado para 1922 em *liang* de prata (veja p. 52).

A cooperação agrícola segue, por seu lado, uma via de que já mencionámos algumas etapas. Logo nos primeiros anos da revolução são encorajadas as iniciativas de ajuda mútua: trabalho colectivo para ceifar e recolher o feno, para tosquiar os carneiros, etc. Contudo, é preciso compreender bem que se trata aqui

apenas de formas extremamente elementares de colaboração, no melhor dos casos de colectivização do trabalho, absolutamente incapaz de levar por si só a uma cooperação agrícola, ou seja, à utilização em comum dos meios de produção. Foi a confiscação em massa do gado dos senhores feudais, a partir de 1929, o que cria pela primeira vez uma base material que efectivamente permite encarar o aparecimento de explorações colectivas se não de uma maneira geral — a economia e o peso das tradições estão ainda longe de o permitir —, pelo menos a título de experiências bastante amplas, de novas «ilhas onde reina o novo regime económico».

Mas é grande a tentação de confundir estas experiências com a construção do socialismo à escala do país, relacionando mecanicamente confiscação com colectivização, donde resulta a criação autoritária, a partir de 1929, de numerosas comunas, em que se copia, sem atender às particularidades nacionais, o modelo de organização dos kolkhozes soviéticos; também a interdição indiscriminada do comércio privado foi um dos resultados desta confusão.

O VII Congresso do P. P. R. M. (Fevereiro-Março de 1930) instituiu o conjunto destas práticas em teoria e em política, imprimindo à linha do partido e ao país um desvio à «esquerda» com consequências catastróficas. Sobrestimando gravemente a importância e a solidez do movimento cooperativo: «o ritmo rápido da colectivização das explorações de criadores de gado é um testemunho real de que o país se desenvolve segundo a via socialista», o VIII Congresso estabelece uma periodização subjectiva e voluntarista do curso da revolução mongol: «A revolução inicia a sua terceira etapa. Por consequência, a realização das tarefas fundamentais da edificação não capitalista do socialismo é o objectivo prático mais importante da ordem do dia.» Fica, portanto, então prevista a colectivização, entre 1931 e 1935, de 70 por cento das explorações pobres e de 50 por cento das explorações médias (é de salientar que o VIII Congresso estabeleceu também um plano quinquenal para 1931-1935 que nunca foi posto em prática por falta dos meios técnicos, financeiros, etc., meios esses indispensáveis). Em Abril de 1930, o Comité Central do partido lança uma «campanha de colectivização de dois meses». Durante os seis primeiros meses de 1930, são fundadas 410 explorações colectivas, das quais mais de 200 de colectivo só têm o nome. O recrutamento autoritário torna-se um costume e o nível da colectivização, apesar das aparências numéricas, é muito baixo. Muitos criadores dissimulam ou abatem o gado e participam apenas formalmente na actividade das explorações — período obscuro que facilita enormemente as actividades dos autênticos contra-revolucionários. A 1 de Outubro de 1930 existem 624 destas explorações, agrupando mais de 43 000 famílias de criadores pobres e médios. O ponto culminante é atingido em princípios de 1932 com 752 explorações colectivas que englobam 55 000 famílias.

O despertar é doloroso, amargo e em muitos sítios sangrento. Estalam sublevações armadas, em particular no Oeste, onde a contra-revolução atiça e explora um ressentimento autenticamente popular e sem dúvida justificado. Não só a economia da R. P. M. sofreu graves prejuízos, como também a própria ideia das cooperativas ficou desacreditada aos olhos de muitas pessoas e por muitos anos. A partir de então, a regra para o partido e para o Governo vai ser uma prudência extrema, um respeito quase minucioso pelo princípio da adesão voluntária. Em Agosto de 1932, com algumas raras excepções, as explorações colectivas e as Comunidades são dissolvidas. Só através de prudentes medidas educativas será possível recuperar o terreno perdido. Em 21 de Outubro de 1932, o Conselho de Ministros publica um estatuto das Uniões de Produção dos Criadores de Gado *(ardyn üildveriin negdel)*, cooperativas elementares que regressam principalmente às antigas formas do trabalho em comum. Essas Uniões são então pouco numerosas: treze no *aimag* da Selenge, seis no Khentei, nove no Dornogov', vinte e uma no Övörkhangai. O novo começo é difícil. Contudo, no

fim dos anos trinta estas cooperativas elementares são já mais frequentes. É o caso de uma das maiores cooperativas actuais, a cooperativa Gerelt zam (via luminosa) (1), cujas origens remontam à associação, em Março de 1938, de 18 criadores, dos quais seis eram membros do P. P. R. M. Sem que se trate ainda de um movimento de massa, a corrente vai-se amplificando, sobretudo no pós-guerra imediato.

Ora a economia mongol e em particular a criação de gado vivem, durante estes anos de pós-guerra, uma sufocação que merece uma tentativa de explicação. O número de animais fica estacionário entre 1944 e 1948, o que sucede novamente em princípios dos anos cinquenta. O gado bovino, por exemplo, de 2,7 milhões de cabeças diminui para 1,9 milhões entre 1940 e 1950. A causa parece-nos derivar do facto de a pequena exploração privada ter atingido então os seus limites com o recorde de 1940. Com efeito, o aumento do número de animais dentro das formas da pequena exploração privada não pode ir além de um certo nível, a não ser que o Estado tome a seu cargo uma massa igualmente crescente de investimentos detinados a reforçar o potencial de produção (poços, estábulos, etc.). É opor-se às perspectivas de desenvolvimento escolhidas, nas quais os investimentos realizados pelo Estado (e naturalmente em função dos recursos do Estado) em proveito dos pequenos proprietários não são um objectivo em si. Trata-se aqui muito simplesmente de aumentar a produção mercantil — com a introdução das remessas obrigatórias — e o aumento dos investimentos far-se-á acompanhar inevitavelmente de um aumento dos pedidos de crédito. A impossibilidade em que se encontra o Estado de fazer face a este pedido tanto pelo seu volume como também, e talvez mais ainda, pela sua grande diversidade, obriga a que a solução seja procurada numa transformação das estruturas, ou seja, num progresso importante das formas coope-

(1) *Sum* de Ikh Tamir, *aimag* de Arkhangai.

rativas, colectivas, de exploração, progresso esse que foi reconhecido como uma necessidade urgente após a morte de Kh. Tchoibalsan (26 de Janeiro de 1952), praticamente entre 1952 e 1953. As condições objectivas parecem então estar reunidas (estado da economia, preparação das mentalidades) para dar início a uma transformação socialista dos campos mongóis. Ora Tchoibalsan parece ter hesitado perante a recordação de 1930-1932, tendo-se limitado até ao fim da sua vida às formas elementares de cooperação, procurando os meios de desenvolvimento nos recursos da pequena exploração individual, que tinha já desempenhado a parte principal do seu papel histórico, e manifestando uma prudência exagerada por tudo o que dizia respeito aos problemas da constituição de cooperativas entre os criadores de gado.

Em Março de 1945, uma série de medidas vem trazer uma solução às contradições mais cruciais. Assim, foi revogado um texto de 1949 que fixava o volume das remessas obrigatórias não em função do gado realmente possuído, mas em função dos objectivos do Plano, realizado ou não, o que era um sério motivo de endividamento para os criadores.

Mas é sobretudo a organização das Uniões de Produção que é inovada. 1953 e 1954 vêem, com efeito, a criação de subdivisões permanentes das Uniões — as brigadas, o princípio da avaliação do trabalho fornecido em unidades convencionais, os dias de trabalho e por fim, e sobretudo, a atribuição de um território permanente, de terra, às Uniões contribuem fortemente para determinar a sua evolução até ao estatuto de cooperativas estáveis, fixas, não já só baseadas no trabalho em comum mas também na colectivização dos meios de produção. O XII Congresso do P. P. R. M. reunido em Novembro de 1954 estabelece como objectivo essencial do II Plano Quinquenal (1953-1957) o reforço global do sector socialista na economia nacional.

De 11 a 16 de Março de 1955, o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Avançados das Uniões de Produção dos Criadores de Gado elabora um projecto de Esta-

tutos para o que, a partir de então, serão as cooperativas mongóis: Uniões Agrícolas *(Ködöö aj akhuin negdel)*. Até aí só o chefe da família podia aderir à União, mas a partir de agora podem aderir todos os membros da família com 16 anos cumpridos. Os Estatutos propostos estipulam que os membros devem trabalhar na produção socializada e fornecer pelo menos setenta e cinco dias de trabalho. Está prevista a constituição dos fundos indivisos em que entram a totalidade das quotizações entregues no momento da adesão (cerca de 10 *Tögrög* por membro) e 25 a 30 por cento do gado e dos bens socializados. Os criadores podem ficar com uma quantidade de gado variável segundo as zonas económicas. Nos termos destes primeiros Estatutos, os membros das cooperativas do Khangai podem possuir até 100 cabeças de gado e os das regiões de *gov'* até 150. Enfim, os Estatutos fixam os princípios de organização interna e confirmam em particular o carácter permanente da brigada.

As medidas com as quais se procura favorecer o avanço do movimento cooperativo em 1955-1957 são numerosas: envio de mais de trezentos quadros qualificados para ajudar à montagem das cooperativas, entregas de material, atribuição de créditos a curto e a longo prazo, criação de novos postos mecanizados do Estado, os postos mecanizados de criação de gado *(Mal aj akhuin machint stants)* inaugurados em fins de 1956, redução em 1955 e em 1956 do montante das remessas obrigatórias, anulação das dívidas de 1954 ao Estado, reforma fiscal que isenta totalmente, a partir de 1954, 35 000 explorações (17 por cento do total) do imposto sobre o gado. Politicamente, trata-se, como observa o Comité Central do Partido em Dezembro de 1955, de «pôr cobro resolutamente tanto à participação obrigatória dos criadores nas brigadas das Uniões, como às tentativas para entravar a sua adesão voluntária».

A tentativa teve êxito desta vez: as Uniões eram 90 em 1940, 140 em 1950, 198 em 1954 e são mais de 600 em 1957. Enquanto em 1952 as Uniões só agru-

pavam 5 por cento das explorações, em princípios de 1958 reúnem 35 por cento, ao mesmo tempo que o sector socialista em geral (com as herdades estatais) de 2,6 passa a possuir 25 por cento do gado. Alguns *sum* tornam-se particularmente notórios, como o Zereg de que já falámos: as quatro pequenas cooperativas que compõem então o *sum* agrupam 80 por cento das explorações, 70 por cento da população e 79 por cento do gado.

Com o novo impulso dado por ocasião do XIII Congresso do P. P. R. M., a criação de cooperativas torna-se geral em 1958-1959 e completa-se no primeiro semestre de 1959, pois 97,7 por cento das explorações se encontram então colectivizadas num momento em que se verifica um movimento análogo no artesanato, nos transportes, no pequeno comércio, etc. Em 1958-1959 opera-se igualmente uma operação destinada a consolidar as novas explorações colectivas dando-lhes melhores possibilidades de êxito. As mais pequenas são então agrupadas e em fins de 1959 não existem mais do que 389 Uniões, cada uma das quais possui em média 43 000 cabeças de gado. Para o exemplo de Zereg, que começa já a ser-nos conhecido, esta operação é efectuada logo em Janeiro de 1958. A nova cooperativa, nascida da reunião das quatro antigas, toma então o nome da mais importante — *Ködölmör* (o Trabalho) — e coloca-se acima da média nacional de então com 59 700 cabeças de gado. Por fim, ainda em 1959 e no fim destas fusões, opera-se uma fusão entre o território e a administração do *sum* e da cooperativa.

Por conseguinte, 1959 pode ser considerado a justo título, com esta vitória total das relações de produção socialistas, como a entrada da R. P. M. numa nova etapa da sua história, viragem tão importante, ainda que não tão dramática, como a que tinha sido realizada em 1924 com a definição da via não capitalista. Esta etapa termina aqui com o objectivo que lhe tinha sido atribuído: enveredar a Mongólia pela construção do socialismo. Em 6 de Julho de 1960, o IV Grande Khural Popular adopta uma nova Constituição, a ter-

ceira desde 1924, e que faz da R. P. M. um «Estado socialista dos operários, dos camponeses cooperativistas e dos intelectuais».

É claro que os problemas da economia mongol não ficam todos, por este facto, imediatamente resolvidos e são ainda necessários grandes esforços durante muitos anos. Uma catástrofe pode ainda destruir as conquistas de um longo período, como o demonstram as terríveis perdas ocasionadas pelo rigor dos Invernos de 1966, 1967 e 1968 (chegou-se mesmo a falar de três milhões de animais só no Inverno de 1967-1968). É aqui sem dúvida que se torna mais evidente que, com todas as suas realizações, a via não capitalista tem por função essencial a reunião das *condições* para a construção do socialismo e não essa construção em si. Por outras palavras, a via não capitalista é precisamente um processo guiado politicamente e destinado a quebrar o curso das relações pré-capitalistas; mas se, tomada neste sentido, ela contribui para destruir, por uma acção política, um quadro objectivo que ela vai modificando um função dos seus próprios progressos, nem por isso significa um voluntarismo ignorante deste quadro objectivo (muito pelo contrário, o que faz recordar cruelmente o revés do desvio esquerdista).

Ao longo destes últimos anos e sobretudo após 1968, as cooperativas parecem estar capacitadas para vencer, cada vez mais eficazmente, as suas dificuldades (falámos já da generalização dos poços e dos estábulos durante estes dois últimos quinquénios). O resultado desta consolidação foi um aumento gradual do volume de remessas ao Estado, a preços aliás regularmente aumentados (em 1971 e depois em 1973, as receitas das cooperativas aumentam 300 milhões de *Tögrög*, a que vêm juntar-se, em 1 de Julho de 1974, consideráveis baixas nos preços dos carburantes — até 45 por cento na gasolina! — e nas tarifas dos transportes, o que traz um novo suplemento de receitas de 60-70 milhões). O número de animais cresce também, seguindo uma curva regular desde 1969. Manter-nos-emos fiéis ao exemplo de Zereg, onde obtivemos os dados mais detalhados,

mas que não deixa de reflectir uma tendência por toda a parte confirmada:

	1969	1970	1971	1972
Camelos	1 222	1 227	1 329	1 383
Cavalos	1 328	1 428	1 550	1 800
Bovinos	2 135	2 279	2 483	2 980
Ovelhas	41 023	44 221	49 763	55 663
Cabras	22 753	25 695	27 629	30 799
Total	68 461	74 850	82 754	92 625
realização do plano anual	102,2	109,3	110,5	111,9

Em 15 de Julho de 1974, Zereg tem 110 000 animais, o que confirma que a progressão observada de 1969 a 1972 se manteve de forma satisfatória.

Nada de mais vivo, de mais concreto, de mais apaixonante do que estas longas conversas — que se prolongavam pela noite — em que pudemos discutir a quantidade de problemas e de dificuldades que se põem a uma cooperativa no seu esforço de edificação, mas também dos êxitos, do optimismo quanto às perspectivas do futuro, do plano a longo prazo 1975-1990 cuja elaboração avança rapidamente em todo o país, da tranquila confiança de que, se nem tudo foi fácil, se nem tudo será sempre fácil, a via escolhida foi a melhor.

A cooperativa de Zaamar

Imagine-se, após algumas horas de solavancos num GAZ-69, grande *jeep* de fabrico soviético que é a «criada para todo o serviço» da estepe mongol, uma vasta depressão limitada a noroeste por uma cadeia de coli-

nas arborizadas e no sopé, no contraforte das colinas, pontos brancos visíveis já a 15 ou 20 km e que vão aumentando gradualmente até se transformarem numa chaminé, em construções novas — algumas ainda em construção, uma pequena cidade de casas de madeira, de hangares, de recintos fechados. A montanha é o Zaamar, o Toson Zaamar, «Zaamar o fértil, dos cem regatos, dos mil abrigos de Inverno e que não teme o *zud*» (mas também com os seus trezentos lobos inamovíveis). A aglomeração é o centro da União Agrícola de Zaamar, que nos vais permitir dar um exemplo vivo do que é hoje uma cooperativa mongol.

Situado no extremo noroeste do *aimag* central, a cerca de 200 km de Ulaanbaatar, Zaamar ocupa, com os seus 2950 km², uma superfície superior à do nosso departamento do Ródano, bem modesta à escala da R. P. M. Neste território — 2300 habitantes (450 famílias) e 70 000 cabeças de gado.

A história da cooperativa é uma das mais típicas, pois nasceu da fusão, em fins de 1958, de duas outras Uniões mais pequenas, Tuya (já então também chamada Toson-Zaamar) e Toson-Mandakh, cujos dois primeiros presidentes — Dachdondog, hoje chefe do serviço de compras, e Batsükh, actualmente secretário do *khural* local — nos relataram como se tinha formado. Esta criação remonta, no que respeita à primeira cooperativa, a Agosto de 1954, à iniciativa de Dachdondog, então chefe de *bag* (1), e de Dagvadorj, secretário local do P. P. R. M. de 1950 a 1954 (e actualmente chefe da brigada de criação de bovinos da cooperativa). A ideia da cooperação começou realmente a penetrar na população a partir de 1950. Nessa altura, como pudemos ver mais atrás, o partido estava ainda um pouco receoso quanto à possibilidade e à necessidade de uma colectivização em grande escala, e Dagvadorj é o próprio a confirmar-nos o que a análise dos dados económicos globais nos parecia indicar. As formas elementares de cooperação (grupos de ajuda mútua para a tosquia, para o fabrico do feltro, para a colheita de forragem, etc.), praticadas já há muitos anos, tornam-se então mais estáveis e permanentes. Seja como for, em 1953-1954 são criadas cooperativas em vários sítios e muitos criadores começam a pensar em abandonar a região para se juntarem a elas. Dachdondog e Dagvadorj iniciam então um trabalho de esclarecimento e conseguem convencer 16 e depois 18 criadores para organizarem a sua própria cooperativa no local em que viviam. Após uma primeira assembleia infrutífera em Julho, a cooperativa foi fundada em Agosto de 1954, com 18 membros e 1500 cabeças de gado socializado, sendo Dachdondog eleito para a presidência apesar de ser o mais pobre dos 18, com os seus 22 bois, 150 carneiros e 8 cavalos. O mais rico de todos, um chamado Namsraijav, possuía 500 a 600 animais.

Mas nem tudo corre sem problemas. Alguns põem dificuldades no momento de recensear o gado para colectivizar, resignando-se dificilmente a entregar os seus melhores animais. Noutros casos (ou talvez os mesmos), os membros não cooperadores das famílias dos aderentes recusam-se a deixar alienar uma parte do rebanho... Além disso, torna-se evidente que não são os criadores mais pobres, com frequência dependentes de «grandes» proprietários, que aderem com mais facilidade à cooperativa. Apesar de grandes dificuldades para poder demonstrar as vantagens da cooperativa numa situação ainda precária — as receitas em dinheiro mantêm-se reduzidas até 1959 —, os efectivos não deixam por isso de progredir de forma bastante sensível desde 1955:

Avalia-se que em 1955 um membro de cada família era já membro da cooperativa e que esta proporção passou para dois em 1956, tendo muitas famílias aderido na sua totalidade (pessoas com mais de 16 anos).

A outra cooperativa, Toson-Mandakh, foi fundada em 7 de Agosto de 1956 por treze criadores. Diferentemente de Tuya, os fundadores são quase todos membros do P. P. R. M. e conseguem rapidamente interessar

(1) Subdivisão do *sum* de 1923 a 1959.

Proprietário de	1955	1956	1957
Sem gado	1	5	5
Até 10 bodo	6	7	3
De 11 a 30 bodo	6	7	3
De 31 a 60 bodo	8	11	1
De 61 a 100 bodo	8	2	—
De 101 a 150 bodo	3	3	—
De 151 a 260 bodo	2	—	—
Total das novas adesões	34	35	12

umas trinta famílias pela sua iniciativa. Os cooperadores são, no seu conjunto, mais pobres que os de Tuya. O primeiro presidente eleito, Batsükh, que tem então apenas 26 anos, é um criador médio típico, com os seus 30 bois, 100 carneiros e cabras e 20 cavalos, ou seja, entre 50 e 60 *bodo*, mas aderem também vários criadores pobres, aos quais se lhes pede apenas que forneçam trabalho, deixando-lhes integralmente o seu magro rebanho.

Em 1958, começa-se a discutir a questão do agrupamento das pequenas cooperativas e em Setembro uma assembleia geral comum de Tuya e de Toson-Mandakh decide a fusão, realizada efectivamente em Maio de 1959.

A nova cooperativa, que adopta o seu actual nome de Zaamar, tem então 727 membros, 400 famílias, uma população total de 1312 pessoas, 18 086 cabeças de gado socializado e 130 ha de cereais. A cooperativa reúne assim 83,9 por cento da população e 78,9 por cento do gado do *sum*. As receitas anuais da cooperativa podem ser avaliadas, nesse momento, em 383 900 *Tögrög*, dos quais 199 500 são utilizados em salários, o que significa uma remuneração de 4 *Tögrög* por dia de trabalho.

Em 1974, Zaamar conta com 70 000 cabeças de gado, das quais 62 000 são socializadas (é autorizada

a posse privada de 50 animais). O rebanho compõe-se de mais de 50 000 carneiros, de 10 000 bois, 3 ou 4000 cabras, 2000 cavalos e 300 camelos. Em 1973, a receita bruta da cooperativa elevou-se a 4,8 milhões de *Tögrög*, dos quais 58 por cento foram entregues aos cooperadores em forma de salários e prémios, ficando finalmente uma receita líquida de 1,3 milhões de *Tögrög*. O salário médio eleva-se a 240-300 *Tögrög* por mês, do que resulta um rendimento médio, para uma família com dois membros activos, de 7000 *Tögrög* por ano. Mas algumas famílias dispõem de rendimentos em dinheiro que atingem os 15 000 *Tögrög* por ano. Salários e prémios são integralmente entregues em dinheiro. Os pagamentos em espécies desapareceram, mas, para avaliar os rendimentos reais dos cooperadores, é preciso ter em conta o gado privado, que cobre a quase totalidade do consumo alimentar e que significa geralmente um extra vendido ao Estado. O gado privado, criado juntamente com o gado socializado (mas este último é marcado e recenseado) beneficia de ajuda veterinária gratuita, utiliza gratuitamente os *khachaa* da cooperativa e contribui para as despesas de produção e de transporte da forragem complementar a preços calculados proporcionalmente com o consumo do rebanho.

Uma assembleia geral realizada de dois em dois anos dá lugar à eleição de um Conselho de 135 membros (dois ou três delegados por cada dez membros da cooperativa), o qual reúne pelo menos três vezes por ano e escolhe por sua vez uma Direcção de 11 membros e uma Comissão de Controle de 9 membros.

O Conselho elege também o presidente, personagem essencial, que participa em todas as questões económicas e administrativas da cooperativa e que passa a maior parte do tempo em idas e vindas por todo o seu território para solucionar directamente no local os problemas que se apresentam todos os dias. Aqui, o presidente Michigdorj, 51 anos, forte, jovial, a cabeça cuidadosamente rapada, um dia em *deel* mongol tradicional e no outro em fato completo, não é da região. Nasceu muito longe, no *aimag* de Zavkhan, no No-

roeste, onde os seus progenitores eram criadores pobres, com um rebanho de 2 cavalos, 10 carneiros e 1 camelo (5 *bodo*) e onde ele próprio teve de começar a trabalhar aos oito anos. Se Zaamar não conheceu os erros esquerdistas, ele pode-se lembrar, pelo contrário, de uma Comuna fundada em 1930 no seu *sum* natal e dissolvida ao fim de um ano ou de um ano e meio. Foi soldado no Oeste de 1943 a 1947, onde seguiu cursos de formação geral. Desmobilizado, trabalhou na criação de cavalos na herdade estatal de Jargalant (*aimag* central) antes de vir para Zaamar.

A cooperativa está dividida em quatro brigadas, três dedicadas à criação de gado (duas para os carneiros e uma para os bovinos, que se ocupa também dos cavalos e dos camelos) e uma agrícola, que semeia cerca de 5000 ha por ano e é conhecida em todo o país por ter sido a melhor em toda a R. P. M. em 1973. Ao contrário do que sucede noutras cooperativas, aqui não existe brigada de serviços. Alguns membros das diversas brigadas são destacados para o centro da cooperativa, mas mantêm-se ligados à sua unidade de origem. É assim que dos 130 membros da brigada de criação de bovinos, 50 trabalham de facto no centro de Zaamar.

As brigadas de criação de gado, que assumem uma parte fundamental na direcção económica e nas prestações de serviços: veterinário, médico, de contabilidade, etc., são constituídas por sua vez por escalões *(kheseg)* — cerca de seis por brigada — cujas responsabilidades são mais directamente técnicas (trabalhos que ultrapassam as forças dos pequenos grupos que cuidam do gado, como a construção de *khachaa*, a organização de campanhas de tosquia e de recenseamento do gado, assim como as actividades culturais, o movimento de emulação socialista, etc.). Por fim, estes *kheseg* subdividem-se em grupos de produção (*suur'*, literalmente: sede) — uma centena para as três brigadas — que contam entre dois e cinco membros activos da cooperativa, encarregados de cuidar um rebanho homogéneo: 400-500 ovelhas ou 150-200 vacas por cuidador.

Após 1966-1968, a cooperativa lançou-se num grande esforço de elevação do seu nível económico, modernizando o equipamento com a ajuda técnica da U. R. S. S. (o centro de Zaamar foi totalmente reconstruído, equipado com uma nova escola e com uma nova geradora eléctrica de 330 kW com motores diesel) e reorganizando, ao mesmo tempo, as suas estruturas. Foi em 1968, por exemplo, que a produção agrícola, até então dispersa, toma o aspecto de uma brigada permanente, cujo centro foi igualmente reorganizado. Trata-se de realizações e de investimentos importantes: os trabalhos e os equipamentos ascendem, só nos respeitantes ao centro da brigada agrícola, a 3,8 milhões de *Tögrög* (embora tenha apenas 63 trabalhadores permanentes). Compreende-se assim melhor que este esforço seja recordado de maneira original: em cada instalação, em cada máquina agrícola, em cada máquina-ferramenta da oficina de reparações, uma inscrição bem lisível indica simplesmente, sem o mínimo comentário, o preço deste material. 58 000 *Tögrög* — oito anos de trabalho para uma família de criadores de gado — para a geradora eléctrica da brigada agrícola, com os seus dois diesel fabricados em Tcheliabinsk (um dos quais, para grande alegria dos nossos amigos mongóis, tem as indicações escritas em francês!).

Foi também em 1966-1968 que ficou resolvido o problema dos abrigos de Inverno com a construção em massa de *khachaa*, que são já 103 em 1974. Para o caso dos bovinos, trata-se de estábulos para 150 animais, cuja parte central, fechada, está prevista para 75 vacas com os seus vitelos. A cooperativa empreendeu também a perfuração de vários poços, mas os numerosos riachos das colinas de Zaamar tornam este problema menos preocupante que em muitas outras regiões.

O estabelecimento ou a consolidação desta infra-estrutura responde aos imperativos de um melhoramento mais qualitativo que quantitativo, situando-se Zaamar numa corrente absolutamente geral. É claro que todos os anos, na Primavera, quando se produzem

tempestades frequentes e o número de nascimentos é grande, a palavra de ordem «*Töliig khorogdolgüi boijuul'va!*» (acolhamos os recém-nascidos sem perdas!) torna-se em Zaamar, como aliás em todos os outros locais, o centro da atenção geral, sendo este um critério para continuar a reconhecer e a honrar os melhores criadores, o que sucederá ainda por muito tempo. Foi obviamente um pouco pelos seus êxitos profissionais que as pastoras Togoo (uma das primeiras fundadoras de Zaamar) e Javtsanpagmaa — respectivamente 500 e 598 cordeiros vivos de 465 e 500 ovelhas — foram eleitas em 1973 a primeira para o Grande Khural popular e a segunda para o Khural do *aimag* central. Com o mesmo fim e sobretudo durante o Inverno de 1973-1974, foi lançada uma grande campanha em todo o país para reduzir aquilo a que se chama «perdas improdutivas» ou «irracionais», isto é, as perdas de gado ou a estagnação que um aumento do sentido das responsabilidades dos criadores e sobretudo dos quadros deveria permitir evitar ou reduzir sensivelmente: animais perdidos, má utilização dos recursos de água, de forragens, de abrigos, contudo numerosos, má organização das campanhas de cobrição, que deixam muitas vezes as jovens fêmeas estéreis, etc. Yu. Tsedenbal anunciou em Junho de 1974 o grande êxito obtido por este movimento, com excepção dos problemas de esterilidade, cuja solução é ainda insatisfatória. Na brigada de criação bovina de Dagvadorj, estas perdas puderam ser reduzidas em 51 por cento num ano, com o nascimento de 1700 vitelos e 360 poldros em 1974.

Mas, mais do que para um aumento simplesmente numérico, a orientação dirige-se para uma produção de ovinos mais centrada na lã de qualidade semifina (fazendas de lã, mantas), obtida pelo cruzamento da raça local com a raça Altai, mais produtiva. A norma actual é de 1700 gramas de lã por animal e por ano, e Zaamar espera aumentar sensivelmente esta norma (300 carneiros, dos 50 000, já foram cruzados), fazendo sua a outra grande palavra de ordem — esta já antiga — «*Noos boi — alt!*», «a lã é ouro!». No que respeita à

produção de bovinos, a atenção concentra-se na produção de carne através da introdução da raça khasag, ela também mais produtiva (1000 animais foram já cruzados), ao mesmo tempo que está em estudo uma melhor engorda dos animais, a qual permita aumentar a produção sem aumentar a matança.

É claro que são muitos os problemas que se apresentam por falta de mão-de-obra, como aliás em toda a Mongólia, assim como pela necessidade de fazer face às necessidades — em rápida evolução — da população. Estas transformações são particularmente notórias no plano cultural. Enquanto que nos princípios dos anos cinquenta se punha ainda como principal objectivo a liquidação do analfabetismo, hoje cada família de Zaamar gasta 70 a 100 *Tögrög* por ano na compra de jornais e de livros. As tarefas actuais são a elevação dos conhecimentos económicos — as quantidades de forragem, de medicamentos e também o valor do trabalho que entram na produção, assim como a elevação dos conhecimentos jurídicos — e o esforço parece-nos digno de elogio por não se contentar com uma aquisição formal, «ninguém pode ignorar a lei», mas por explicar, por pôr ao alcance de todos, através de conferências, de grupos de discussão, o conteúdo e o significado da Constituição, do Código Civil, do Código Penal, do Código de Família, do Código de Trabalho, da lei sobre a utilização da terra, etc., de que existem edições muito baratas e muito difundidas.

Em 1968, cada habitante de Zaamar tinha assistido a 4 sessões de cinema, e o Conselho considerou que se tratava de um bom resultado. Em 1972, este número aumentou para seis, mas desta vez o presidente Michigdorj, foi objecto de críticas acerbas. Só foi desculpado (mas por quanto tempo?) porque cada pessoa viu 10 filmes em 1973 e 14 em 1974. É realmente esta insatisfação, que nos parece mais cheia de significado e mais rica de futuro.

A título de comparação com Zaamar, eis alguns dados sobre a cooperativa de Dariv (*aimag* de Khovd); constatam-se, com efeito, grandes diferenças entre coo-

perativas, se não na sua organização, pelo menos nas suas dimensões e nos seus recursos.

Superfície	5060 km² (um pouco mais que o Alto-Loire).
Data de fundação	1948, por cinco agricultores
População	3900 habitantes.
População sedentária	30 % no centro de Dariv, 5 % nas brigadas.
Gado socializado	168 500 cabeças.
Gado confiado a um criador	Ovino = 500-550; bovino = = 250-300; cavalos = 350--400; camelos = 170-200.
Gado privado (75 cabeças autorizadas)	15 000 cabeças (14 famílias detêm o número máximo).
Gado recém-nascido em 1974	55 665 cabeças.
Perdas (sobretudo cordeiros) em 1974	1600 (em baixa de 34,9 % em relação a 1973).
Poços	210 (250 novos poços em projecto).
Khachaa	150 aquecidos, 172 simples.
Rendimento líquido	4,1 milhões de Tög. em 1973, 4,3 milhões previstos para 1974.
Salários	450 Tögrög em média (o salário do presidente, Jadamba, é de 875 Tögrög, mas este, devido às suas funções, não possui gado privado).

O futuro do nomadismo

Gostaríamos de concluir esta descrição da passagem do campo mongol para o socialismo com algumas

palavras dedicadas ao nomadismo, pois talvez já estejam admirados por ainda não terem surgido. O sistema mongol de criação de gado é mesmo nómada. Para dar apenas um exemplo, o pastor de Dariv, Gendenpil, 52 anos, e a mulher Khand, 49 anos, sendo só os dois (que constituem um *suur'*) responsáveis por 1363 carneiros e cabras e proprietários de 64 animais, em 1973 mudaram o acampamento 23 vezes, deslocando-se 2-8 km de cada vez. E desde Julho de 1974 — após uma Primavera demasiado seca — deslocaram-se já 17 vezes, com uma permanência no mesmo sítio variando entre 3 e 20 dias (esta última paragem foi efectuada em Julho por ocasião da tosquia). E o facto de Gendenpil ser deputado da 297.ª Circunscrição Dariv-Tsetseg no Grande Khural popular não o afasta, evidentemente, desta dura realidade.

Convém compreender que o nomadismo mongol, no seu estado actual, responde a um duplo imperativo. Em primeiro lugar técnico, na medida em que é uma adaptação a condições naturais pouco favoráveis. Mas trata-se mais de uma técnica, logo de uma forma de dominar os elementos, e não de uma fuga: salvo no caso de acidentes imprevisíveis, os criadores mongóis conhecem, desde o princípio do ano, todo o trajecto que deverão percorrer assim como os locais para acampar, particularmente esses recantos abrigados dos vales da montanha chamados «corações», os «*zürkh*». Esta técnica oferece, evidentemente, um vasto campo para novos aperfeiçoamentos (neste sentido, começa-se já a praticar a electrificação do nomadismo adoptando pequenos motores portáteis movidos a vento e que produzem bastante electricidade para cobrir as necessidades de um *suur'* de três ou quatro yurtes).

O outro imperativo é económico e leva-nos a pensar que não é em termos de «sedentarização» que se põe essencialmente o problema do desenvolvimento da economia rural mongol. É claro que às vezes evoca-se a perspectiva de uma Mongólia liberta desta sujeição que significa deslocações de homens e de material assim como de rebanhos lentos e por conseguinte mais expos-

tos. Simplesmente, tentar remediar este estado de coisas estabelecendo, por todo o país, animais e pessoas num lugar fixo implica um volume tal de investimentos e uma assimilação por toda a população — o que vem, por um lado, a dar no mesmo — de métodos, de técnicas de trabalho a tal ponto em contradição com o que se pratica ainda hoje, que não nos parece possível considerar a «sedentarização» como uma simples evolução, mas sim como um salto considerável. Portanto, ainda que a fixação da criação de gado, a passagem a uma criação de gado intensiva, possam ser evocadas como objectivos eventuais e muito longínquos — é neste sentido que nos parecem ser abordados pelos dirigentes da R. P. M. e chama-nos a atenção o lugar relativamente modesto que esta questão ocupa inclusivamente no campo mongol —, a economia da R. P. M. está mais empenhada em procurar, a partir das realidades presentes, os meios para um desenvolvimento que não excluem evidentemente a transformação do nomadismo, mas sem fazer concessões à definição *a priori* de formas, de etapas, de ritmos frequentemente inspirados no velho preconceito que faz do sedentarismo um estado *necessariamente*, sempre e por toda a parte «superior» a um nomadismo atrasado por essência. O importante é que o nomadismo vai perdendo a sua propensão para constituir os fundamentos de toda a instituição da sociedade mongol para ser apenas (o que é ainda muito importante) um conjunto de técnicas de criação, naturalmente susceptíveis, mas a este título apenas, de transformações e de aperfeiçoamentos dirigidos para uma intensificação.

Neste sentido, a fixação dos centros das cooperativas e depois das brigadas, isto é, a fixação ou melhor, a *criação* de funções sociais e económicas (educação, saúde pública, etc.), cujo funcionamento regular assegura o desenvolvimento de toda a cooperativa, não nos parece ser uma marca evidente de um processo global e contínuo de «sedentarização». A verdadeira sedentarização efectua-se segundo outras vias diferentes dessa intensificação maciça da criação, que actualmente não

pode ser senão uma perspectiva longínqua. É o que sucede muito particularmente com a entrada de uma fracção crescente de antigos nómadas na produção industrial, com o surgimento de actividades urbanas múltiplas, cuja importância e diversidade o desenvolvimento geral da R. P. M. fará certamente aumentar.

Via não capitalista e industrialização socialista

Com a transformação do mundo rural, tivemos o exemplo de uma adaptação e de um reforço das forças produtivas acompanhadas numa estratégia única de mudanças sociais revolucionárias. A industrialização da R. P. M. oferece, pelo contrário, a imagem da criação integral de forças produtivas novas indispensáveis à construção da economia mongol num conjunto equilibrado, indispensáveis, numa palavra, para garantir uma base material ao sistema das relações de produção socialistas após o seu triunfo, quanto ao essencial, em 1959.

O salto realizado pela Mongólia é surprendente, ainda que os números absolutos dos primeiros decénios possam parecer modestos à primeira vista. A Mongólia pré-revolucionária, sem contar com alguns estabelecimentos estrangeiros dedicados ao tratamento primário de matérias-primas de exportação, não tinha indústria. O próprio artesanato, com um desenvolvimento muito irregular, não parece estar capacitado para constituir o ponto de partida para uma industrialização. O nascimento da indústria mongol deu-se em 1922-1923, com a nacionalização e a modernização de uma pequena mina de carvão a céu aberto, explorada por uma dúzia de mineiros chineses: Nalaikh. Durante os primeiros anos de revolução aparecem algumas empresas, cuja situação era a seguinte em 1930:

O desvio de direita, que trava a industrialização, e depois o de esquerda, que, pelo contrário, cria empresas a torto e a direito sem se preocupar com a sua eficácia económica, sem planos nem capacidades de investi-

Empresa e data da criação	Número de operários	Fundos fixos (milhares de *Tögrög*)	Produção bruta (milhares de *Tögrög*)
Minas de Nalaikh (1922)	110	434,5	108,0
Curtumes (1922)	119	215,0	700,0
Oficina mecânica (1927)...	93	283,0	300,0
Fabrico de tijolos (1929)...	94	193,0	133,0
Serração (1929).....	19	65,0	50,0
Fábricas de cerveja (1929)	15	68,0	109,0

mento, sem se preocupar com os fornecimentos nem com as vendas, sem meios para formar mão-de-obra, etc., são outros tantos obstáculos para uma industrialização racional, que, por este motivo, só foi realmente lançada nos anos trinta.

A progressão foi então rápida com o aparecimento das primeiras grandes empresas e sobretudo do combinado industrial de Ulaanbaatar, que entrou em laboração em 1934. Aos preços de 1967, em 1933 a indústria mongol produz um valor de 0,1 milhão de *Tögrög*, 19,9 milhões em 1935 e 127,7 milhões a partir de 1940. Os anos de guerra, se, por um lado, são uma prova muito rude para o conjunto da economia, constituem em certa medida, por outro lado, um estímulo para a indústria, que deve fazer face à diminuição das importações de produtos de consumo corrente provenientes da U. R. S. S. É a viragem introduzida pelo Comité Central do P. P. R. M. em Novembro de 1941, que critica as insuficiências observadas em particular nas pequenas empresas de interesse local assim como nos quadros, que, por propensão à facilidade, confiam exclusivamente nas exportações para satisfazer as necessidades do mercado interno. De 1940 a 1943, o ritmo *anual* de crescimento da produção industrial é de 21,0 por cento. Pela primeira vez, a parte dos investimentos dedicada à indústria ultrapassa 50 por cento do total. Entre 1940 e 1947, o número das oficinas do Combinado industrial passa de 23 para 28 e os artigos produzidos passam de 59 para 136 variedades.

Mas é com o primeiro Plano Quinquenal, a partir de 1948, e sobretudo depois do III Plano (1961-1965) que a indústria mongol começa realmente a desenvolver-se, tal como o testemunham as seguintes indicações:

	1952	1957	1960	1970
I. Empresas	148	136	162	223
1. Do Estado	37	51	93	160
a) Centrais	19	34	77	123
b) Locais	18	17	16	37
2. Cooperativas (*)	111	85	69	63
II. Mão-de-obra (milhares de pessoas)	16,0	23,0	35,3	46,2
Operários	13,5	17,3	26,0	36,3
1. Nas empresas do Estado ...	7,3	10,8	18,2	25,3
a) Centrais	—	8,7	16,0	23,5
b) Locais	—	2,1	2,2	1,8
2. Nas Cooperativas	6,2	6,5	7,8	11,0

(*) Dependentes da União Central de Cooperação Artesanal e Industrial criada em 1933.

O símbolo desta industrialização é Darkhan, cidade industrial, que poderia pensar-se nascida da estepe que se estende ao longo dos edifícios novos, se não soubéssemos que ela foi feita pelos homens e pelas mulheres da Mongólia, assim como da U. R. S. S., da Polónia, da Checoslováquia, da Bulgária e da Hungria, que vieram ajudar à montagem das fábricas e à formação profissional dos trabalhadores mongóis, onde até então não existia senão uma pequena estação da linha de caminho de ferro de Ulaanbaatar. A estação já se chamava Darkhan, mas os novos bairros de habitação foram

construídos — longe das chaminés das fábricas — numa pequena depressão chamada Burkhantyn khöndii, o «vale dos deuses» — esperámos e esperámos por muito tempo... (diz-se em Darkhan) e acabaram por chegar em 1961! que é, como se poderá facilmente adivinhar, o ano em que a cidade foi fundada. Inicialmente com 1500 habitantes, Darkhan atinge mais de 50 000 em 1974 e o seu crescimento ainda não terminou. Se Ulaanbaatar é o primeiro centro industrial do país e pretende continuar a sê-lo, Darkhan é um conjunto muito característico das orientações da industrialização na R. P. M.

A sua base energética é a mina de carvão de Charyn gol, a 70 km a sudeste da cidade, aberta em 1965:

Anos	Carvão extraído (milhares de t)	Massa dos aterros (milhares de t)	Receitas (milhares de *Tögrög*)
1965	263,2	1635,0	3,7
1966	495,9	2295,0	10,9
1967	662,5	2244,0	9,4
1968	783,0	2546,0	12,4
1969	953,7	2486,0	18,9
1970	1025,2	2968,0	24,4
1971	1103,0	3517,0	31,1
1972	1134,7	5023,0	29,7
1973	1264,1	4441,8	32,0
1974 (*)	1300,0	5200,0	32,0
1975 (*)	1350,0	5400,0 (**)	33,6

(*) Objectivos estabelecidos.
(**) Estão actualmente em curso estudos geológicos para que, num futuro próximo, os aterros atinjam os 10 milhões de toneladas por ano, o que aumentará consideravelmente a produção hulhífera.

A mina, unida a Darkhan pelo caminho de ferro, alimenta a central térmica com 100 000 kW, servindo assim a cidade e as empresas: materiais de construção, transformação das matérias-primas animais, indústrias

alimentares. Com efeito, podem-se enumerar, no essencial, uma fábrica de cimento (140 000 toneladas em 1973), uma fábrica de gesso e de tijolos de silicato (22 000 toneladas de gesso, 27 milhões de tijolos); uma fábrica de blocos de betão pré-fabricado está em vias de construção e deve ser acabada em fins de 1974. Uma fábrica de curtumes e de confecções de pele de carneiro trata e transforma 700 000 peles por ano, os matadouros fornecem 50 toneladas de carne por dia, um combinado alimentar produz pão, lacticínios, doces, etc.

Se Darkhan é exemplar pela diversidade do seu equipamento industrial, é-o ainda mais pela sua população. Quando a cidade nasceu, a União da Juventude Revolucionária lançou um apelo aos jovens trabalhadores de todo o país. Chegaram de todos os lados, dos dezoito *aimag* sem a mínima excepção. É talvez difícil imaginar o que esta diversidade na origem geográfica, o que esta formação de uma classe operária vinda de todos os pontos do país significa de ruptura — trazida pelo socialismo — com as antigas relações estreitas, acanhadas, limitadas a um pequeno recanto da imensa Mongólia, quando o pastor prisioneiro do seu *khochuu*, podia muito bem não conhecer o que existia por trás das colinas que limitam o seu território de nomadismo.

80 por cento da população tem menos de 35 anos, as escolas de Darkhan têm 8000 alunos e quando em Charyn gol nos dizem que a idade de reforma para os mineiros é de 50 anos, fazem-no com um acesso de hilaridade, pois ninguém ou quase ninguém se encontra aí em idade de pensar na reforma. Alguns aprendem o ofício aí mesmo, outros estudaram em Ulaanbaatar e outros ainda foram enviados para os países socialistas que contribuíram para a construção de Darkhan: 120 mineiros de Charyn gol foram formados na U. R. S. S., 25 operários da fábrica de cimento efectuaram em 1965 um estágio de vários meses na Checoslováquia, etc.

Nas fábricas de Darkhan, assim como nas empresas de Ulaanbaatar, é uma classe operária, apesar dos obstáculos consideráveis que têm ainda de vencer e

sobretudo com o nível demasiado baixo da produtividade do trabalho, e são os quadros mongóis que têm de fazer face às crescentes tarefas e problemas da industrialização da R. P. M. Em 1964, podiam-se contar 123 especialistas soviéticos na central eléctrica de Darkhan, em 1971 são já apenas três e um em 1974. Em 1971, a fábrica de peles de carneiro tinha quarenta especialistas búlgaros, em 1974 são apenas dezasseis. O combinado poligráfico de Ulaanbaatar, herdeiro da pequena tipografia onde Sükhbaatar trabalhou em 1918, funciona com um pessoal e uma organização totalmente mongóis desde 1970. A fábrica de tapetes de Ulaanbaatar, lançada em 1971 com a assistência de 150 especialistas da R. D. A., vê partir os últimos (19 em 1974) em princípios de 1975, etc.

Yu. Tsedenbal declarava em 1964:

> «A soberania é o direito de cada país a resolver, na independência, todas as questões da sua política interna e externa. Mas é óbvio que este direito depende da natureza do regime socialista, que consiste em responder aos interesses do povo, em garantir o seu bem-estar material, o seu desenvolvimento cultural. *E agir soberanamente nas nossas condições significa realizar o que faz com que o país avance, o que favorece o seu desenvolvimento global e efectivo.* Nas nossas condições actuais, uma soberania autenticamente socialista, popular, implica o desenvolvimento da cooperação entre os Estados socialistas que responda aos interesses fundamentais dos trabalhadores.»

E é esta precisamente a dupla tendência da indústria mongol; alargar a sua cooperação com a economia dos outros países socialistas e responsabilizar cada vez mais pelas empresas a classe operária mongol e os quadros nacionais qualificados. A participação de especialistas estrangeiros na criação e no funcionamento — na etapa actual — de numerosas empresas não deve ser considerado como um fenómeno isolado, mas como uma

manifestação desta dupla tendência. Na realidade, estes especialistas têm por missão fundamental não substituir indefinidamente uma mão-de-obra mongol que seria débil por natureza, mas contribuir para formar uma mão-de-obra mongol, cujas falhas são factos históricos, suficientemente qualificada para resolver ela própria os seus problemas, o que sucede precisamente nas empresas em que houve tempo para a construção de uma autêntica tradição operária como, por exemplo, no combinado poligráfico de Ulaanbaatar. A indústria mongol, como fenómeno generalizado que atinge uma parte importante da população, data apenas de há uma quinzena de anos; parece-nos pelo menos natural que um tal movimento social não se realize sem problemas, sem que esta ruptura seja acompanhada por desiguais formas de adaptação às condições de trabalho e de vida até então ignoradas, por remanescentes de tradições nem sempre compatíveis com o rigor e a regularidade do trabalho da fábrica, tudo coisas que é preciso ser muito ingénuo ou muito mal intencionado para que causem espanto ou indignação. Mais uma vez repetimos, a Mongólia popular não ignora os seus problemas, mas o que é importante e interessante é o que foi realizado nas condições que descrevemos e num prazo tão curto, é que se tenha constituído uma classe operária que eleva constantemente a sua qualificação, como o demonstram os inumeráveis círculos de estudos e a importância do movimento dos racionalizadores da produção, de que falaremos mais adiante. O importante é que nas fábricas mongóis os engenheiros, os físicos, os químicos, os economistas, na posse de uma formação superior adquirida cada vez mais frequentemente na própria R. P. M., se encontrem nos postos de comando. É que a chave do reforço da indústria e da economia do país se encontre em mãos mongóis.

Mas quem são estes operários, estes quadros mongóis?

«Outrora, a nossa classe operária vinha dos campos, hoje vem das escolas», declarava-nos orgulhoso o

correspondente em Darkhan do jornal *Unen*. E é este efectivamente o sentido da viragem fundamental que se pode observar há alguns anos. Escusado será dizer que os primeiros passos, quando da criação das primeiras fábricas, sem mão-de-obra formada e por vezes sem planos, foram muito duros. Simultaneamente com a tão esperada produção, era preciso ensinar aos trabalhadores os rudimentos mais elementares da técnica e da organização e fazer ainda, nestas condições, com que a industrialização fosse a prova da superioridade do socialismo!

Em primeiro lugar punha-se um problema numérico. Para dar um exemplo das dificuldades encontradas, em 1930 os mineiros são quase todos chineses; nesse ano, os primeiros mineiros mongóis são apenas 8 entre a centena de trabalhadores de Nalaikh. Uma das tarefas centrais da industrialização, além dos seus aspectos puramente económicos, consiste portanto em prover de uma mão-de-obra mongol crescente as actividades de produção estranhas à criação de gado nómada. Esta tarefa é concluída, quanto ao essencial, no decurso dos anos trinta, como o demonstra o exemplo do combinado industrial (é de notar que não se tratava simplesmente do problema *absoluto* da massa de mão-de-obra mongol, mas também do aspecto *relativo* do lugar ocupado pelos mongóis no conjunto da produção):

Data	Mongóis	Russos	Chineses (*)	Total
1- 4-1934	599 (50,63%)	463 (39,14%)	121 (10,23%)	1183
1- 1-1935	922 (64,65%)	379 (26,58%)	125 (8,77%)	1426
1- 1-1936	769 (75,90%)	198 (19,50%)	46 (4,60%)	1013
1- 1-1937	1070 (82,05%)	188 (12,88%)	66 (5,07%)	1324
1- 1-1938	1018 (82,20%)	124 (10,00%)	97 (7,80%)	1239
30-12-1939	1309 (89,00%)	76 (5,20%)	86 (5,80%)	1471

(*) Trata-se de membros da colónia chinesa estabelecida na Mongólia após o período manchu e a Autonomia, e não de trabalhadores chineses chegados à China nesta ocasião.

A dificuldade para obter da população suficientes recursos de mão-de-obra para uma industrialização em grande escala faz-se ainda sentir e seria necessário incluir aqui não só o número total da população mas também as particularidades do crescimento demográfico, as modificações da estrutura de idades, o nível cultural e técnico médio, as tradições nacionais, etc. Pois mais ainda do que o «simples» volume da mão-de-obra, o que preocupa os responsáveis da economia mongol é a elevação da produtividade do trabalho, ainda insuficiente e considerada como o factor e o critério decisivos do desenvolvimento.

No caso de haver uma insuficiente produtividade do trabalho, já não se pode chegar ao mesmo resultado económico global senão aumentando os efectivos da mão-de-obra, solução que tem de ser excluída no caso da Mongólia. Por conseguinte, foi necessário enfrentar directamente a raiz do problema. Partindo de muito baixo, a produtividade do trabalho, à medida que os operários e os quadros mongóis começavam a adquirir qualificação e a ter mais prática, progrediu rapidamente: + 67,3 por cento na indústria, + 78 por cento na construção civil entre 1960 e 1970. Mas se a progressão é suficiente, o nível absoluto da produtividade do trabalho mantém-se ainda baixo. Porém, segundo nos parece, começam a aparecer sinais encorajadores no decurso dos últimos anos. Assim, de 1961 a 1965, a parte de crescimento da produtividade do trabalho dentro do crescimento da produção industrial foi apenas de 55 por cento, enquanto que nos outros países socialistas variava entre os 59 por cento e os 100 por cento. Esta parte passou para mais de 80 por cento durante o IV Quinquénio (1966-1970) e a tendência manteve-se durante o quinquénio que agora termina, visto que em 1973, com um crescimento líquido de 27 por cento, a produtividade do trabalho contribuiu para o crescimento da produção industrial em 90 por cento.

São vários os métodos utilizados para provocar o aumento da produtividade, os quais dizem respeito a toda a economia da R. P. M. e não só à indústria. Em

primeiro lugar, a utilização dos resultados do progresso científico e técnico. Para simplificar, a mecanização e a automatização da produção constituem uma economia absoluta de mão-de-obra (ao mesmo tempo, aliás, que de matérias-primas e de energia), sendo, por este motivo, um dos fundamentos da política económica da R. P. M. Naturalmente que o reverso da medalha de uma automatização maciça é o aumento das necessidades de investimentos, importações de máquinas complexas e de conjuntos de produção caros e muitas vezes delicados. A automatização implica sobretudo o envio de especialistas altamente qualificados assim como a elevação global do nível de conhecimentos e de qualificações dos trabalhadores em geral, sem o que os especialistas se encontrariam isolados e a sua eficácia restringida. Assiste-se, portanto, sobretudo nestes últimos anos, a um esforço considerável de formação profissional geral, muitas vezes com a participação da U. N. E. S. C. O. e da O. I. T. A partir de 1964, começam a funcionar escolas de formação profissional e técnica que garantem a preparação em mais de oitenta especialidades. Este sistema de ensino, que conta com 12 000 alunos em 1974, durante o V Quinquénio deve fornecer à economia cerca de 27 000 trabalhadores qualificados, ou seja, mais do que o simples crescimento do número de trabalhadores de 1969 a 1973 (23 000). Por seu lado, o ensino superior e secundário especializado, com cerca de 20 000 inscritos, fornece todos os anos perto de 5000 diplomados, quer ao fim dos estudos superiores, quer com o nível dos nossos técnicos. Avalia-se em cerca de 50 000 o número de quadros com esta qualificação actualmente em actividade na economia da R. P. M. Para melhor situar os problemas que a R. P. M. está em vias de resolver, diremos apenas que o primeiro estabelecimento superior de ensino técnico foi apenas aberto em Novembro de 1969 com 1000 estudantes e 80 professores. Em 1974, o Instituto, composto por seis faculdades, conta com 1200 alunos e 140 professores.

Lembremos também que numerosos trabalhadores e quadros mongóis vão para a U. R. S. S. e para outros países socialistas, onde recebem uma formação fundamental e prática. Por último, é dada uma grande atenção ao aperfeiçoamento nos próprios lugares de produção, através da organização de cursos de círculos, etc. Foi assim que, em 1973, mais de 200 empresas industriais criaram cursos de formação profissional permanente, cujo programa abrange três anos.

É aliás uma ideia muito próxima deste tipo de formação e muito ligada aos problemas concretos da produção que vamos encontrar numa corrente actualmente em plena expansão: o movimento dos inovadores e dos racionalizadores, que constitui já uma grande associação de 20 000 membros, e que realizou o seu primeiro congresso em Ulaanbaatar em Abril de 1974, saudado por D. Maidar, membro da Comissão Política e primeiro vice-presidente do Conselho, grande especialista em questões científicas e técnicas. Alguns aspectos da actividade dos racionalizadores poderiam fazer pensar num enorme Concurso Lépine permanente, com as suas exposições, as suas invenções, como esse dispositivo que permite detectar a ruptura de um fio de entre os dois mil que conta um tear da fábrica de tapetes de Ulaanbaatar ou o reboque de cinco toneladas que descarrega por três lados realizado pelo inventor N. Tsedenbazar, se as vantagens económicas que o país tira daí não fossem bastante substanciais para serem já tomadas em consideração, como o demonstram os resultados obtidos nas minas de Charyn gol (Veja quadro da página seguinte).

Um outro incentivo extremamente importante do aumento da produtividade do trabalho é o emprego de estimulantes materiais e essencialmente de um sistema de prémios bastante substanciais, directamente relacionado, aliás, com o funcionamento planificado da economia e com a execução e ultrapassagem dos objectivos do Plano. Na indústria, os salários brutos situam-se, em média entre 400-600 *Tögrög* por mês para os operários e entre 600-800 para os engenheiros e quadros.

Ano	Número de propostas de racionalização	Propostas efectivamentes aceites e aplicadas na prática	Lucro líquido obtido com as inovações (milhares de *Tögrög*)
1966	20	19	11
1967	29	27	14
1968	30	25	152
1969	28	24	143
1970	41	40	100
1971	30	30	300
1972	33	27	320
1973	15	14	580

A título de exemplo, referiremos que nas empresas que dependem do Ministério da Indústria Ligeira assim como na fábrica de tapetes de Ulaanbaatar, os salários brutos dos operários variam entre 450-500 *Tögrög* e o de um engenheiro é de cerca de 750, mas estes salários brutos são passíveis de melhoramentos em função do grau de qualificação e da produção, em que os prémios se podem elevar a 15 por cento, 20 por cento ou mesmo 50 por cento do salário bruto, chegando alguns operários da fábrica a receber, nestas condições, salários que vão até 1000 *Tögrög* por mês. Na fábrica de cimento de Darkhan, em que o director-adjunto Batdorj e o tecnólogo principal Urjindorj, que nós interrogámos, ganham ambos 800 *Tögrög* por mês, os salários brutos dos operários são bastante elevados e os prémios podem elevar-se até 20 por cento do salário bruto, segundo a execução dos planos mensais. Para os quadros, pelo contrário, os prémios são estabelecidos segundos planos trimestrais, em função dos quais podem obter trimestralmente 40 por cento de um salário bruto mensal. Além disso, como a produção do cimento se realiza em condições penosas (calor e desidratação importantes), existe um prémio especial que varia, consoante os postos, entre 10 e 25 por cento do salário bruto. Por fim, para dar um último exemplo, é nas actividades mineiras que

os salários são mais elevados. Enquanto Dondov, engenheiro-geral de Charyn gol, recebe cerca de 1100 *Tögrög* por mês (sua mulher, secretária do *khural* local, recebe 600), Tserendorj, chefe de uma brigada de escavação (brigada essa composta de três maquinistas, três ajudantes e um trabalhador suplentes) e herói do trabalho da R. P. M. recebe, por seu lado, entre 1000 e 1200 *Tögrög,* em que os prémios têm uma participação de 20 por cento. Mas, segundo ele próprio nos disse, os prémios elevam-se, para alguns dos seus camaradas, a 40 por cento do salário-base. E Charyn gol é uma mina a céu aberto. Em Nalaikh, os salários brutos dos mineiros de profundidade são em média de 1200 *Tögrög,* mas, com o jogo dos prémios — prémio de antiguidade de 5 a 25 por cento e prémios de produtividade — os salários reais são com frequência de 2000 e mesmo de 2500 *Tögrög,* enquanto o director, Mavlet, se contenta com 1400 *Tögrög,* o que, no fim de contas, equivale à remuneração de um ministro.

Chamemos a atenção para um ponto importante, sem o qual o significado deste sistema de prémios correria o risco de ser mal compreendido. Os prémios, destinados a estimular a participação dos trabalhadores no reforço da sua empresa e no desenvolvimento da economia da R. P. M., não têm como objectivo nem provocar a concorrência entre empresas nem levar os trabalhadores a aceitar condições de trabalho penosas ou perigosas. Por um lado, ainda que uma certa iniciativa neste domínio seja deixada às empresas, este sistema está muito divulgado não só na indústria como na agricultura e as variantes e as variações parecem afinal relativamente pequenas; além disso, a estrutura da indústria mongol — cuja edificação responde a um projecto de conjunto em vias de realização — oferece um lugar muito pequeno à concorrência entre empresas, no sentido corrente do termo. Por outro lado, os prémios não substituem nem as despesas de segurança nem os investimentos para mecanizar ou automatizar a produção. Voltando ao exemplo de Nalaikh, é gasto anualmente cerca de um milhão de *Tögrög* em medidas

de segurança e de protecção, ou seja, mais de 1400 *Tögrög* por cada um dos 700 ou 750 mineiros de profundidade (para um total de 1200 pessoas aproximadamente). Por outras palavras, com a segurança dos trabalhadores gasta-se uma quantia equivalente a vários meses de salário médio de um trabalhador mongol (mais ou menos 500 *Tögrög*). Além disso, a mina está a ser equipada, com a ajuda técnica da U. R. S. S., com um equipamento inteiramente mecanizado, que deve entrar em laboração em 1974-1975. Esta automatização da produção, que visa apenas um novo aumento da base energética da região de Ulan Bator através da fixação de objectivos cada vez mais ambiciosos de extracção, não representa nenhuma ameaça para os mineiros de Nalaikh, nem no que se refere ao nível de emprego na mina, nem no que se refere às remunerações.

A título de comparação, apresentamos aqui um quadro com algumas indicações sobre os prémios distribuídos em 1970 na cooperativa de Zaamar por ultrapassar os planos anuais ou trimestrais num certo número de actividades diferentes da criação de animais:

Tipo de actividade	Por ultrapassar o plano de:	Montante do prémio (em *Tögrög*)
Moagem	1 tonelada (anual)	1,0
Padaria	1 Tögrög (anual)	0,15
Cantina	1 Tögrög (anual)	0,20
Marcenaria	1 Tögrög (anual)	0,25
Hotel	1 Tögrög (anual, trimestral)	0,25
Oficina de reparações	1 Tögrög (anual)	0,10
Transp. mecanizado	1 tonelada/km ou fracção (anual, trim.)	5,00
Carreto	1 tonelada/km ou fracção (anual, trim.)	6,00

O último método utilizado é o apelo directamente político à consciência socialista dos trabalhadores, em que se combinam emulação socialista, organização de competições pelo rendimento do trabalho entre equipas, entre empresas e entre trabalhadores, convidados a serem eles próprios a formular os seus planos individuais; assim como a elevação do nível político e cultural da população e a luta contra as manifestações de irresponsabilidade, contra o espírito de «não é nem Dorj nem Dulmaa» (1), quer dizer, os pequenos egoísmos, a miopia de quem não se preocupa senão com o que lhe diz directamente respeito sem se interessar pela colectividade, e também contra o absentismo, contra o deixar andar e a ociosidade durante as horas de trabalho — como nesse desenho publicado no semanário satírico *Tonchuul* (O Pico Verde): alguns operários encontram-se preguiçosamente estendidos à porta de uma oficina deserta: «Bom, já tomámos bastante sol, e se agora fôssemos tomar um pouco de fresco?»

A emulação socialista é um fenómeno permanente. No combinado poligráfico de Ulaanbaatar, por exemplo, os tipógrafos da oficina de composição manual lutam todos os meses por utilizar o «tabuleiro de Sükhbaatar», com que o iniciador da Revolução teria trabalhado em 1918. Frequentemente combinada com o sistema de prémios, esta emulação dá lugar a recompensas honoríficas a título individual ou atribuídas à equipa ou à empresa. As mais gloriosas são o título de Herói do Trabalho *(Khödölmöriin baatar)* da R. P. M., criado em 1957 e de que existem actualmente apenas 130 titulares, e a Ordem da Bandeira Vermelha do Trabalho, atribuída aproximadamente a 1500 pessoas e instituições desde a sua fundação em 1925. Mas a emulação toma também, na proximidade de acontecimentos importantes — Congresso do P. P. R. M., aniversários importantes, como o centenário do nascimento

(1) Dorj, Dulmaa: nomes masculino e feminino mais comuns.

de Lénine em 1970, o cinquentenário da Revolução Popular em 1971, o cinquentenário do III Congresso do P. P. R. M. e da proclamação da R. P. M. em 1974 —, a forma de grandes campanhas que em geral propõem alcançar os objectivos de um plano anual ou quinquenal antes do prazo fixado. Em 1974, muitas empresas ou equipas de produção que visitámos procuravam realizar a totalidade dos objectivos do V Quinquénio (1971-1975) para as festas comemorativas de Novembro de 1974, ou seja, com mais de um ano de avanço. É o caso, por exemplo, da brigada de Ganbaatar, 27 anos, antigo ferroviário de Ulaanbaatar que veio para a secção de costura de peles de carneiro na fábrica de Darkhan, onde dirige a montagem e a costura de grossas luvas usadas pelos caçadores e pelo exército. Graças ao avanço obtido durante os anos precedentes, a brigada pôde terminar o seu plano para 1974 em 15 de Março e desde então executa as tarefas de 1975, último ano do quinquénio. Enquanto que o plano mensal é de 20 000 luvas, a brigada (uma meia dúzia de raparigas e de mulheres além de Ganbaatar) atingiu já as 23 600 em 20 de Julho e espera terminar o quinquénio por altura das festas de Novembro. Ao lado das máquinas de costura são colocadas bandeirolas que indicam as trabalhadoras que realizaram a produção de melhor qualidade — a competição não é uma simples corrida para a quantidade — e pequenos cartazes lembram que determinada operária se manteve à cabeça da competição socialista durante mais de dez dias. Os méritos destes trabalhadores de vanguarda são celebrados não só nos quadros de honra e nos jornais de parede das empresas ou dos bairros operários, como também são apresentados como exemplo ao país — juntamente com os dos criadores de gado avançados — nas próprias colunas da imprensa central, que faz dos êxitos da jovem classe operária um símbolo político da vitória do socialismo na Mongólia.

TERCEIRA PARTE

À MANEIRA DE CONCLUSÃO: A VIA NÃO CAPITALISTA OBRA DO PARTIDO POPULAR REVOLUCIONÁRIO MONGOL

O Partido Popular Revolucionário Mongol actualmente

Ao longo deste exame da via não capitalista seguida pela R. P. M., encontrámos muitos exemplos do papel fundamental, determinante, do Partido Popular Revolucionário Mongol na definição das perspectivas de conjunto, das etapas, dos objectivos imediatos, assim como nas rectificações feitas durante a revolução popular. Que se trate da libertação e da revolução de Julho de 1921, da escolha da própria via não capitalista, da luta contra a direita e depois contra o esquerdismo, do «Novo curso» de 1932, da vitória do movimento cooperativo, da industrialização e da construção actualmente em curso de uma sociedade socialista desenvolvida, não existe nenhum acontecimento importante que não esteja ligado a uma etapa, a um episódio da história do P. P. R. M., aos debates e às decisões de um congresso ou a uma sessão do Comité Central. Mas também não existe nenhum acontecimento que não esteja ligado à actividade quotidiana de cada organização, de cada comité, de cada célula do Partido. Nas cooperativas, nas empresas, nas zonas residenciais, encontramos membros do Partido e quadros revolucionários que se propõem como objectivo, segundo o apelo feito por Jalan-Aajav, membro da Comissão Política, por ocasião da Conferência Nacio-

nal dos Secretários das Células realizada em Novembro de 1973,

> «ser os autênticos guias, os organizadores dos trabalhadores face às tarefas da edificação do socialismo; dirigir a competição socialista para cumprir e ultrapassar os planos do Estado e os compromissos tomados; mobilizar as massas para reforçar e melhor utilizar as empresas e as cooperativas por uma ampla aplicação das conquistas da ciências e da experiência dos trabalhadores avançados; criar e manter uma atmosfera moral e política que permita às pessoas elevar a produtividade do seu trabalho e dar plenamente os seus esforços, que permita a instauração de um espírito criador e de alta responsabilidade para consigo próprio e para com os outros».

Aceitar estes objectivos significa estar constantemente no meio dos trabalhadores, ouvir, discutir, empenhar-se na solução de uma infinidade de problemas sempre renovados, quer se trate de cumprir o plano do mês numa brigada de uma fábrica de Darkhan, de reduzir sensivelmente as perdas de animais novos numa cooperativa do longínquo *aimag* de Khovd ou de tornar realidade os grandes objectivos do Plano a longo prazo de 1975-1990.

Tomemos o exemplo da fábrica de reparações de automóveis de Ulaanbaatar, que nos foi mostrada por Myanganbayar, 30 anos, engenheiro metalúrgico de profissão e secretário do comité do Partido nesta empresa. A fábrica foi criada em 1966, mas só atingiu o seu pleno desenvolvimento em 1971; além das 800 revisões completas e transformações de veículos automóveis, ela própria produz peças soltas destinadas a certos modelos de camiões e a diversas máquinas, assim como uma grande variedade de cavilhas. A fábrica é nova e 80 por cento dos 700 operários têm

menos de trinta anos. Este facto explica que a implantação do P. P. R. M., que conta aqui com 120 membros, seja relativamente mais fraca que nas empresas mais antigas, em que a idade média é um pouco superior e sobretudo onde as tradições tiveram mais tempo para se estabelecer, como sucede no Combinado poligráfico, onde, em 700 operários igualmente, se podem contar 250 membros do Partido ou em Nalaikh, com 400 membros do P. P. R. M. para 1200 trabalhadores. Pelo contrário, na fábrica de tapetes, onde a média de idades é a mais baixa de todas as fábricas de que tivemos conhecimento (22 anos, com 80 por cento do pessoal com 20 anos e menos), os efectivos do Partido são apenas 60 membros (ao passo que os membros da Juventude Revolucionária, 450 aqui, são os mais numerosos: 250 na fábrica de reparações de automóveis, 170 no Combinado poligráfico e 350 em Nalaikh).

Na fábrica de reparações de automóveis, os membros do Partido estão agrupados em três células (a palavra mongol significa literalmente «minho»). A direcção permanente do trabalho do Partido na fábrica é dirigida por uma comissão de sete membros eleitos que se reúnem todas as semanas. A actividade é orientada principalmente para a elevação do sentido das responsabilidades e da moral comunista. As tarefas são analisadas sob o ponto de vista político da sua contribuição para a realização da edificação do socialismo. De uma maneira geral, os quadros do Partido afirmaram-nos com uma certa insistência que as suas responsabilidades eram políticas e que eles não se ingeriam nos assuntos técnicos da Direcção, a qual assegura — sob o controle do Partido e das massas — a gestão económica da empresa. Mas a actividade do Partido não se limita ao recinto da fábrica. Além de sessões semanais de informação política no local de trabalho, as células prolongam a sua actividade até aos bairros habitados pelos trabalhadores da fábrica (que aloja o pessoal), onde põem em prática um calendário de agitação e de propaganda cujos temas são adoptados por cada célula no princípio do ano.

No Combinado poligráfico, além de formas idênticas de propaganda «ao domicílio», todos os sábados, antes de começar o trabalho, realiza-se uma sessão de informação de meia hora sobre temas políticos de actualidade; além disso, realizam-se todos os meses conferências educativas com uma duração de uma hora ou de uma hora e meia após o trabalho e que reúnem um auditório de quatrocentas pessoas, «porque não cabem mais dentro da sala», segundo nos disseram.

As cerca de 3700 células do P. P. R. M. e os seus 60 000 membros são chamados a «aperfeiçoar ininterruptamente o trabalho do Partido e a elevar a sua eficácia com vista a novos e grandes êxitos na construção do socialismo na R. P. M.». Um exemplo eloquente das tarefas que o Partido deve enfrentar é-nos fornecido pela luta travada durante o Inverno de 1973-1974 contra as perdas improdutivas irracionais de gado.

> «A comparação entre o trabalho realizado nos *aimag* de vanguarda e nos atrasados leva-nos a concluir que é o trabalho do Partido nos *aimag* atrasados que não está à altura e que o papel de organizador e de mobilizador do Partido é fraco nessas zonas» (1),

visto que as perdas irracionais se mantêm ao nível anterior, apesar do reforço técnico e do aumento do número de especialistas. A causa principal parece ser a falta de espírito de responsabilidade de certos quadros e é, portanto, sobre este ponto, pensa Yu. Tsedenbal, que deve incidir o esforço do Partido:

> «*Por que começar, se queremos fazer incidir o centro de gravidade na organização de um controle de cada instante? Em primeiro lugar,* devemos começar por restringir seriamente as reuniões e conferências longas e muitas vezes estéreis, para que os nossos quadros disponham de mais tempo para consagrar ao trabalho político vivo no meio dos trabalhadores. É preciso começar a luta contra a rotina das reuniões a partir de cima, a partir do Comité Central do Partido e do Governo. É claro que não se podem suprimir completamente as reuniões e as conferências, pois são necessárias. Mas podem ser organizadas. É preciso prepará-las cuidadosamente e realizá-las em pouco tempo.
>
> «Em segundo lugar, comecemos o controle verificando como é que os membros e os candidatos do Partido cumpriram no seu sector o Plano de 1973, como é que prepararam o Inverno, etc. Para que os comunistas se encontrem na primeira fila no cumprimento integral do Plano de 1974, é necessário que desempenhem o seu papel de vanguarda...» (1)

A 1 de Junho de 1974, as perdas irracionais tinham diminuído 25 por cento para os animais novos e 46 por cento para o gado adulto. Em 1973, o Comité Central do Partido fez um apelo para uma redução de 30 por cento nestas perdas e em 1974 este objectivo é alcançado em 14 dos 18 *aimag*; segundo parece, apenas se regista um volume lamentavelmente elevado de perdas de animais novos nos *aimag* de Bayankhongor, de Ovörkhangai, de Khentei e de Uvs (2).

Assim, o que as medidas de melhoramento técnico tinham sido incapazes de obter sozinhas, um trabalho político consequente, que dá à técnica toda a sua eficácia, pode fazê-lo ou pelo menos conseguiu, num tempo muito curto, empenhar um sector capital inteiro numa evolução encorajadora. Voltamos a encontrar aqui, com um exemplo, a importância considerável da direcção política que caracteriza toda a via não

(1) Yu. Tsedenbal, *Unen* de 25 de Dezembro de 1973.

(1) Yu. Tsedenbal, *Unen* de 25 de Dezembro de 1973.
(2) *Unen* de 11 de Junho de 1974.

capitalista e de que pudemos constatar muitas manifestações desde 1921.

Crescimento do partido e evolução das necessidades

Podemos dividir a história da edificação do P. P. R. M. em três grandes fases que correspondem, no essencial, a etapas a que já fizemos referência.

1. *Do nascimento do Partido ao VII Congresso:*

Na altura do Congresso Constitutivo, a 1 de Março de 1921, o Partido Popular Mongol conta apenas 40 a 80 membros, segundo as estimativas. Em 23 de Outubro de 1928, quando se abre o VII Congresso do P. P. R. M., 15 269 membros do Partido enviaram os seus delegados. Durante estes anos de evolução e de vitórias revolucionárias, o Partido adoptou a via não capitalista e o Estado pôs em prática reformas democráticas de que já demos uma ideia; a Mongólia, transformada em R. P. M., obteve uma Constituição. Mas, indo buscar as suas origens a uma heterogeneidade de que era portadora a grande união patriótica de 1921, reintroduzindo nas próprias fileiras do Partido antigos aristocratas que um primeiro saneamento tinha tentado afastar em 1925, fazendo demorar a aplicação das medidas de democratização, um desvio de direita atinge até a própria direcção do P. P. R. M., a qual, ainda que combatida desde o VI Congresso (1927), não deixa por isso de se manter no lugar com a promessa — nunca cumprida — de uma rápida reparação, ao mesmo tempo que muitas adesões provêm de elementos hostis ao curso antifeudal da revolução, em certa medida partidários de uma reacção termidoriana, de uma interrupção da revolução em proveito dos grandes proprietários e dos agentes das firmas comerciais estrangeiras. É a este desvio que o VII Congresso põe fim, fazendo sua a «Plataforma da ala esquerda», o manifesto do

que é então conhecido sob o nome de «oposição camponesa», apoiada pela União da Juventude Revolucionária e pelos sindicatos. Aplicando uma decisão do Congresso, o Verão de 1929 assiste a um segundo saneamento anti-aristocrático e antidireitista, o qual pronuncia 5306 exclusões entre os 18 618 casos examinados.

2. *Do VIII Congresso ao triunfo da via não capitalista:*

O desvio esquerdista que se segue, quase sem solução de continuidade, à correcção do desvio de direita, com frases grandiosas sobre a construção imediata do socialismo, lança o Partido num caminho perigoso em que se perde o sentido das realidades. Vimos já algumas manifestações económicas do esquerdismo e os objectivos políticos demonstram um mesmo espírito de aventura. Num momento em que a aliança com os criadores de gado médios é uma necessidade imperiosa — os anos seguintes demonstrá-lo-ão —, o VIII Congresso (1930) impõe ao P. P. R. M. «tornar-se um partido realmente de massa das camadas proletarizadas e pobres do campesinato» e fixa o objectivo extravagante de 40 000 membros antes do IX Congresso. Os métodos de recrutamento assemelham-se aos objectivos. Os criadores pobres, convencidos ou não, são inscritos ao longo de campanhas de recrutamento absolutamente artificiais, ao passo que, os verdadeiros opositores de uma política revolucionária têm, mais uma vez, nesta ocasião, possibilidade para se infiltrarem no Partido, onde muitas vezes praticam a política mais nociva, agravando ainda mais os excessos esquerdistas.

Na Primavera de 1932, um levantamento armado de grande envergadura abrasa os *aimag* de Arkhangai, de Ovörkhangai, de Khövsgöl e de Zavkhan. O descontentamento de uma parte da população, atiçado e desviado pelos dignitários lamaicos, volta-se contra o Governo popular isolado na sua política irrealista. As dúvidas que tinham despertado no seio do Partido desde fins de 1930 ganham então rapidamente terreno. A

14 de Maio de 1932, uma sessão comum do Presidium do Comité Central do Partido, da Comissão Central de Controle e do Comité Central da União da Juventude Revolucionária denuncia a política seguida como sendo uma cópia cega dos métodos de construção do socialismo na U. R. S. S. Em fins desse mesmo mês, uma resolução do Comité Executivo da Internacional Comunista e do Comité Central do P. C. U. S. retoma as mesmas acusações. A 29 e 30 de Junho de 1932, o III Plano extraordinário alargado põe fim à experiência esquerdista analisada como uma

> «aceleração forçada dos ritmos de construção do socialismo (...), subestimação das particularidades económicas e nacionais da R. P. M. — República Popular Revolucionária Democrática —; cópia mecânica dos métodos económicos e políticos da U. R. S. S., sem tomar em consideração as condições da R. P. M.».

A partir de Julho-Agosto de 1932, um terceiro saneamento liberta o P. P. R. M. dos elementos comprometidos e devolve também a liberdade aos membros recrutados pela força após 1930. Em nove *aimag* e em Ulaanbaatar, procedeu-se a 3145 exclusões e 13 000 pessoas abandonam voluntariamente o Partido. Nos *aimag* onde estalou a sublevação, as organizações do Partido foram pura e simplesmente dissolvidas e procedeu-se a novas adesões individuais (1360 readesões reconstituem 88 células nos quatro *aimag*).

A partir de então, o P. P. R. M. reforça-se ao ritmo dos melhoramentos que já evocámos e de que ele é o principal obreiro — ensinado como foi pela dupla experiência dolorosa que atravessou em seis anos. Oserva-se então uma política de reajustamento, mas também de retorno à óptica do III Congresso de 1924, à reafirmação da especificidade da via não capitalista, a que se chama então o «Novo curso» *(Chine ergelt)*. Se apenas 7976 membros estão representados no IX Congresso (1934) — que recebe ao princípio os primeiros

delegados operários —, em 1940, na altura do X Congresso, o Partido tem já 13 385 membros. A via não capitalista é então considerada como alcançada e é para garantir a eficácia da acção do P. P. R. M. nas novas condições da construção do socialismo que de Fevereiro de 1941 a Fevereiro de 1943 se procede a uma «verificação dos cartões de membro e de estagiário do P. P. R. M.», a qual já não tem o carácter de saneamento em massa das operações precedentes, visto que o Partido, no fim desta campanha, volta a encontrar pouco mais ou menos os seus efectivos de 1940 (13 335 membros).

3. *Após o início da construção do socialismo:*

Após o XI Congresso (Dezembro de 1947), que adopta o projecto do I Plano Quinquenal, o P. P. R. M. evolui como um autêntico partido de massas:

	Efectivos (membros e estagiários)
XI Congresso (Dezembro de 1947)	28 000
XII Congresso (Novembro de 1954)	31 714
XIII Congresso (Março de 1958)	42 896 (dos quais 36 333 membros
XIV Congresso (Julho de 1961)	43 796
XV Congresso (Junho de 1966)	48 570
1970	nova troca de cartões
XVI Congresso (Abril de 1971)	58 048

Tal como no domínio económico — e a coincidência está longe de ser fortuita — e por muito consideráveis que sejam as realizações e as transformações

revolucionárias postas em prática após 1948 (lembremos apenas a generalização das cooperativas em 1959), é com o XV Congresso, que em 1966 adopta o Programa do P. P. R. M. para completar a realização do socialismo, e mais ainda sem dúvida com o XVI Congresso realizado em 1971, que o P. P. R. M., pelo melhoramento do seu sistema de educação, pela reorganização da informação interna do Partido, pelas medidas tendentes a desenvolver, sobretudo a partir de 1968, a iniciativa dos quadros e a aumentar a atenção prestada pelas organizações do P. P. R. M. a estas questões, que o Partido soube adquirir, ao longo destes últimos anos, uma nova estatura, indispensável para o cumprimento do Programa de 1966, mas na qual os revolucionários mongóis vêem sobretudo mais uma razão para serem cada vez mais exigentes em relação a eles próprios e em relação às suas próprias insuficiências. Como declarava Yu. Tsedenbal perante o XVI Congresso em 1971, «na situação actual, os nossos quadros não se poderiam contentar com a sua antiga bagagem de conhecimentos, com a sua velha experiência. Pelo contrário, devem estudar assiduamente para serem capazes de dar uma solução judiciosa aos problemas sobre que trabalham. O aperfeiçoamento contínuo da formação ideológica e teórica de todos os nossos quadros, o alargamento do seu horizonte, o enriquecimento da sua experiência e da sua habilidade de organizadores aparecem assim como uma demonstração da boa realização das tarefas propostas pelo Partido».

A natureza e a importância da via não capitalista e a experiência do Partido Popular Revolucionário Mongol

Chegados ao fim do nosso estudo, resta-nos apenas formular claramente o que nos parece que a experiência vivida pela Mongólia popular ao longo do meio século da sua história encerra de mais fundamental.

Esta história saiu já das balbuciações da infância. Contudo, uma análise retrospectiva do duro período de erros de juventude poderá convencer-nos melhor tanto do salto prodigioso realizado desde então assim como da profunda originalidade da via de desenvolvimento utilizada pela revolução mongol.

O período de 1926-1932, com a sua sucessão de erros de direita e depois de «esquerda», revela com efeito os dois «riscos» que ameaçam os princípios da experiência não capitalista mas que também permitem, com o avançar do tempo, definir melhor a sua natureza.

— À direita: uma política de deixar andar, de evolução espontânea, de subestimação dos perigos externos, que considera os antigos feudais como definitivamente aniquilados e os elementos capitalistas como inofensivos. Numa palavra, uma política que orienta a revolução pelo caminho da menor resistência, sem pôr em causa as crenças e as tradições (como sucede com a lei da separação da Igreja e do Estado, adoptada em 1926, que chega a fazer o elogio da religião lamaica), e que conduz, a curto prazo, ao aparecimento de relações capitalistas e à ruptura com a U. R. S. S., à submissão à China e ao Japão de então, sob o pretexto de uma «neutralidade de tipo suíço», em resumo, à perda de toda a independência.

— À «esquerda»: o preço da ajuda prestada por um país mais desenvolvido, com a cópia mecânica desse modelo, inclusivamente de factos circunstanciais e até mesmo dos erros que acompanham certas etapas da colectivização da agricultura na U. R. S. S., o desprezo e o desconhecimento das particularidades nacionais e sociais, etc.

No entanto, é necessário desconfiar do aparente equilíbrio que se estabelece entre estes dois momentos. A simetria aqui é apenas de fachada. Num plano puramente cronológico, o desvio de «esquerda», a partir de 1929-1930, não vem apenas prolongar o desvio de direita: nasce, por um lado, de uma luta perfeitamente justificada — em nome da linha do III Congresso de

que a direita se afasta — contra o desvio de direita e terá, como outro fruto, a confiscação das propriedades feudais. Enquanto a direita é um regresso oportunista à evolução «natural» da sociedade mongol, o desvio mongol é uma consequência, mal orientada é certo, da penetração das ideias revolucionárias, o que poderia levar a considerá-lo como menos «grave», se esta oposição, por muito completa que tenha sido nas suas manifestações, não encobrisse realmente uma unidade profunda entre estes dois desvios, dos quais se pode dizer que repousam em igual medida na mesma subestimação, no mesmo desconhecimento das contradições no seio da sociedade mongol.

Quer se trate da direita, que considera os antigos feudais como pesos mortos incapazes de iniciativa, como «cadáveres políticos», quer da esquerda, que crê poder negligenciar as resistências, as oposições, os atrasos e passar de um salto para o socialismo, a identidade neste ponto é completa e o essencial é que tenha sido precisamente essa a origem das duas correntes. Ainda que, por razões históricas muito concretas, fosse só porque a experiência de um apareceu após a experiência do outro (a ordem de sucessão, aliás, não é fortuita), as formas tomadas seriam apenas diametralmente opostas na aparência.

Assim, estes dois «riscos» resumem-se, em nosso entender, a um perigo único: a subestimação das contradições inerentes à própria via não capitalista. O problema é real. A via não capitalista na R. P. M., como pudemos ver, repousa no estímulo dado pelo Estado revolucionário à pequena produção comercial para garantir um nível de produção que permitisse as transformações socialistas. Ora a evolução espontânea desta pequena produção comercial faz-se em direcção a formas, pelo menos embrionárias, de capitalismo, as quais são portadoras, por sua vez, de viragem política. O período de 1926-1932, pela experiência que significa para a revolução mongol, e pelas soluções que exigiu — estamos a pensar, em particular, no respeito absoluto, nestas condições, pelo carácter voluntário da

colectivização — teve sem dúvida um grande peso na definição e na realização prática da estratégia não capitalista a partir de 1932, donde nasce directamente a actual Mongólia socialista.

Não se trata aqui de voltar a insistir na definição dada por Marx e precisada em seguida por Lénine da possibilidade de um povo atrasado transpor o estádio capitalista da revolução. Esta ideia é fundamental, e é por a ter assimilado, por ter feito sua a teoria do marxismo-leninismo, que a revolução mongol pôde avançar com êxito pela via que foi a sua.

Também não se trata aqui de tentar restringir a ajuda prestada pela revolução russa, cuja influência foi directa, reconhecida e reivindicada, pois a ajuda do proletariado de um ou mais países socialistas é uma das condições *sine qua non* do desenvolvimento não capitalista.

Trata-se sim de ver como, no decurso concreto da sua história, a revolução popular mongol pôde, não por uma infalibilidade ou por uma omnisciência artificiais, mas vencendo as suas próprias dificuldades, não só empreender o seu desenvolvimento mas também descobrir e elaborar as ideias que a fazem revestir-se de uma importância revolucionária considerável. Por isso, a necessidade de analisar por si mesmo, com toda a clareza, os seus próprios erros e as suas próprias insuficiências, necessidade essa que está em relação directa com a atenção prestada às contradições presentes ou em vias de nascer. Por isso, a ideia de que é possível fazer nascer a sociedade socialista de forças que, não controladas, evoluem necessariamente em sentido contrário. E por isso, enfim, a ideia de que o desenvolvimento não capitalista, jogo dialéctico extremamente cerrado para romper esta evolução, é absolutamente o contrário de um economismo vulgar e é necessariamente um processo profundamente político, histórico.

A revolução popular teve de tomar certos riscos e ganhou. A República Popular da Mongólia desenvolve-se. Uma velha nação, de que muitos ramos foram murchando, foi salva da morte e da desolação pelo

despertar de um jovem povo e este povo encontra-se ainda apenas no limiar da sua evolução pacífica. Um futuro próximo vê-lo-á certamente realizar novos e grandes passos. Como diz um provérbio mongol: «O caminho do Homem está ainda a esticar um longo pescoço!»

GLOSSÁRIO

aimag: principal divisão administrativa da Mongólia desde fins do século XVII e da conquista manchu. A divisão do país em *aimag* (quatro até 1921) foi várias vezes alterada após a vitória da revolução popular. A R. P. M. conta actualmente com dezoito *aimag*.

arad: criador de gado mongol, donde deriva o sentido mais amplo de «povo».

baatar: «herói», aparece em muitos nomes próprios como Ulaanbaatar, o «herói vermelho», nome da capital da R. P. M. desde 1924, ou Sükhbaatar, nome do pai da Mongólia revolucionária (1893-1923).

bag: literalmente a «equipa», subdivisão do *sum* (veja este termo) de 1923 a 1959.

Bogdo gegen: título sob o qual é mais conhecido o chefe da Igreja lamaica mongol. Soberano da Mongólia autónoma a partir de 1911 e chefe do Estado com poderes limitados de Julho de 1921 a Maio de 1924.

Buriates: população mongol da Sibéria (oeste e sobretudo este do lago Baikal) onde constitui uma província nacional e sobretudo a República Socialista Soviética Autónoma Buriata (capital-Ulan-Ude).

deel: principal peça do trajo nacional mongol, usada tanto pelos homens como pelas mulheres: vestido comprido de seda, dobrado ou forrado, abotoado no pescoço e sob a axila direita e apertado por uma longa faixa de tecido enrolada várias vezes em volta da cintura.

gov': o «Gobi», cuja lenda é aterradora. Na realidade estepe árida com profundos vales desérticos e descontínuos. O Gobi não é um deserto!

khachaa: cerca e abrigo para o gado. Actualmente, os *khachaa,* construídos em massa, incluem ainda um estábulo fechado e aquecido para o gado recém-nascido.

khochu: por vezes conhecido com o nome de «bandeira» (tradução do termo chinês), foi inicialmente um principado mongol e depois divisão administrativa desde os fins do século XVII até 1931.

khural: literalmente «reunião», «assembleia». Termo que designa as diversas instâncias legislativas da R. P. M.: Grande *Khural* Popular, *Khural* dos Deputados do Povo de *aimag,* de cidade, etc.

khüree: literalmente «círculo», nome de uma antiga instituição social e depois termo que designa geralmente os mosteiros lamaicos, donde deriva a sua frequente utilização nos nomes de lugares: Da Khüree depois Niislel Khüree, etc.

lamaísmo: versão tibetana do budismo, introduzido na Mongólia no século XII, mas generalizado na sua forma definitiva em fins do século XVI.

liang: antiga medida de peso chinesa, valia aproximadamente 37 gramas.

Ming: dinastia chinesa (1368-1644).

Negdel: «união», a designação mais corrente de cooperativa.

örtöö: sistema de mudas do correio para uso oficial criado no século XIII, apoiado pelas prestações em espécies e pelo trabalho da população, definitivamente abandonado em 1949.

pud: antiga medida de peso russa (16,38 kg), ainda utilizada para a avaliação das colheitas de cereais.

Qing (ou Tsingue): dinastia manchu que reinou na China de 1644 a 1912.

sum: principal subdivisão do *khochuu* (veja este termo) a partir de 1691, hoje subdivisão imediatamente inferior ao *aimag* (veja este termo). A R. P. M. conta com 302 *sum,* cujos limites e instituições coincidem com os das cooperativas e explorações agrícolas do Estado.

surr': numa cooperativa actual, a unidade de produção mais pequena, frequentemente um só casal ou duas famílias, geralmente encarregados de um rebanho colectivo homogéneo: carneiros e cabras ou bovinos ou cavalos ou camelos.

tögrög: unidade monetária da R. P. M., criada em 1925.

yurte: tenda redonda de madeira e de feltro comum a vários povos nómadas da Ásia Central; o nome mongol desta habitação é *ger.*

Yuan: dinastia mongol que reinou na China de 1280 a 1368.

zasag: título em princípio hereditário dos príncipes mongóis aos quais a dinastia manchu dos Qing tinha confiado a direcção de um *khochuu* (veja este termo).

zud: calamidades do Inverno: gelo, altura da neve, secura excessiva, etc.

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Sobre a R. P. M. contemporânea, duas excelentes obras:

VIDAL (Jean-Emile): *La Mongolie*, Paris, Julliard, 1971;

LATTIMORE (Owen): *Mongolie, Nomades et commissaires*, Paris, Le Seuil, 1966; e os artigos e exposições críticas de Mme. Françoise AUBIN nos *Cahiers internationaux de sociologie* e em *L'Année sociologique* (Paris, P. U. F.).

Sobre a história mongol antiga existem muitas obras mas de qualidade muito irregular. Apesar da sua antiguidade e das perspectivas historiográficas frequentemente ultrapassadas, as mais interessantes são:

GROUSSET (René): *L'Empire des steppes*, Paris, Payot, 1938;

GROUSSET (René): *L'Empire mongol*, Paris, De Boccard, 1941.

E o clássico, mas árduo:

VLADIMIRTSOV (Boris Ya.): *Le Régime social des mongols*, trad. franc., Paris, Adrien-Maisonneuve, 1948.

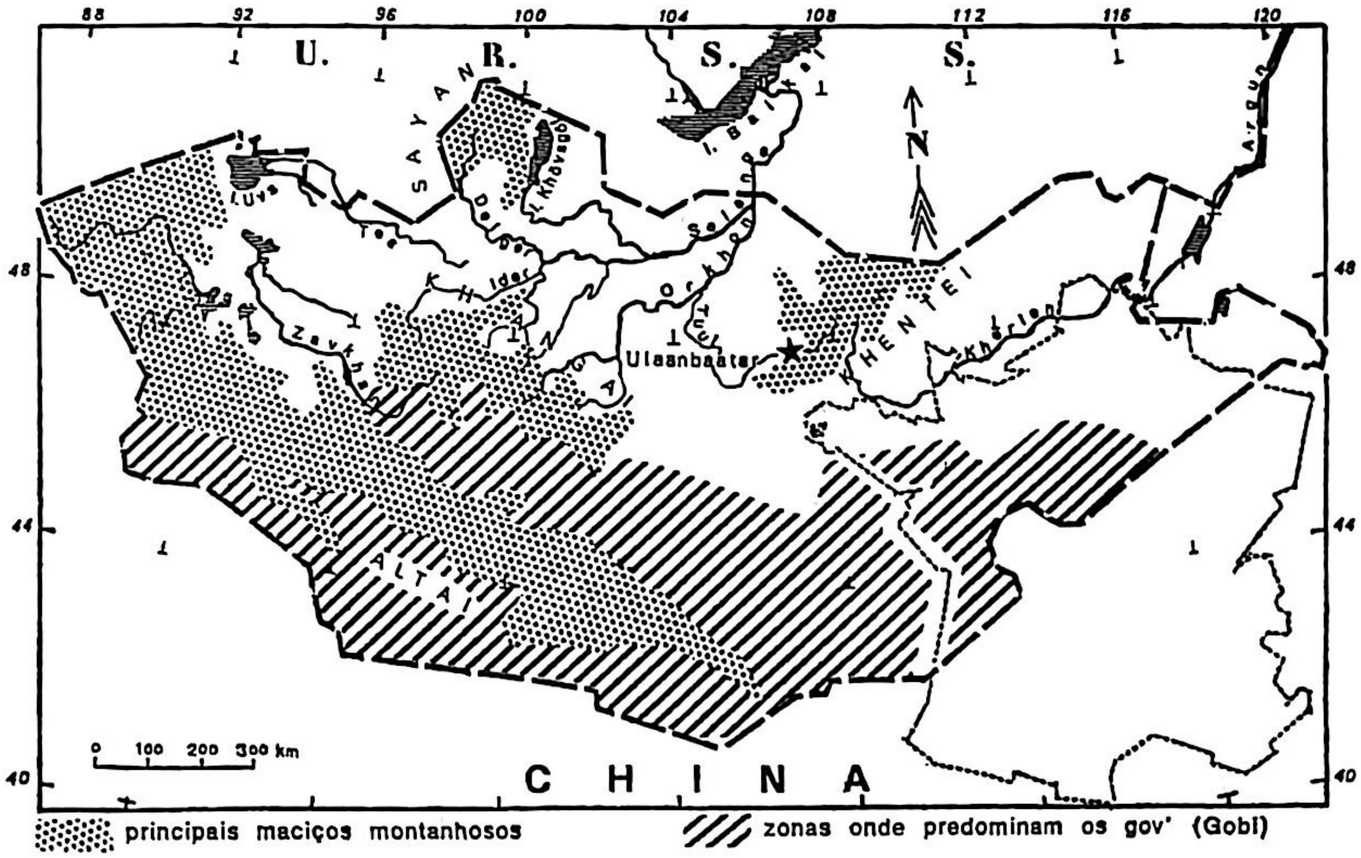
Para uma análise sintética e acessível, pode-se consultar:

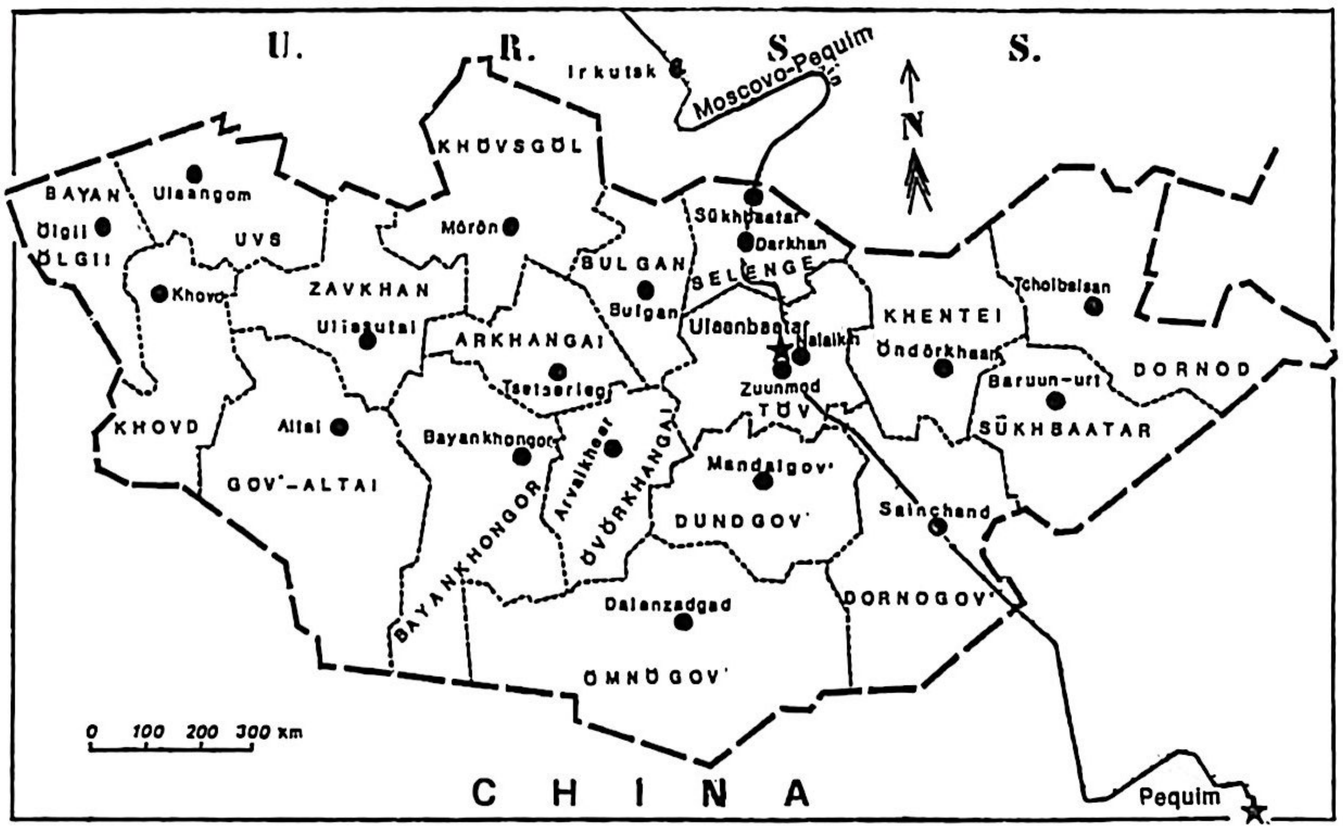
HAMBIS (Louis): *La Haute Asie*, Paris, P. U. F., 1953, 2.ª ed., 1968;

HAMBIS (Louis): *Gengis-Khan,* Paris, P. U. F., 1973.

Sobre a história contemporânea, durante muito tempo ignorada no ocidente, o trabalho mais completo, utilizando especialmente numerosos trabalhos de especialistas mongóis contemporâneos, mas deturpado no que diz respeito aos acontecimentos contemporâneos por uma virulenta posição anti-comunista, é:

BAWDEN (Charles R.): *The Modern History of Mongolia,* Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1968.


88
92
96
100
104
108
112
116
120
U. R. S. S.
N
SAYAN
I. Khövsgöl
I. Baikal
Selenge
Orkhon
Tuul
Ulaanbaatar
KHENTEI
Kherlen
Argun
I. Uvs
Tes
Delger
Ider
Zavkhan
ALTAI
48
44
40
0 100 200 300 km
C H I N A
principais maciços montanhosos
zonas onde predominam os gov' (Gobi)


U. R. S. S.
Irkutsk
Moscovo-Pequim
N
KHÖVSGÖL
BAYAN
Ulaangom
Ölgii
ÖLGII
UVS
Mörön
Sükhbaatar
Darkhan
BULGAN
SELENGE
Khovd
ZAVKHAN
Bulgan
Ulaanbaatar
Nalaikh
KHENTEI
Tcholbaisan
Uliasutai
ARKHANGAI
Öndörkhaan
Baruun-urt
DORNOD
Tsetserleg
Zuunmod
TÖV
KHOVD
Altai
Bayankhongor
Arvaikheer
ÖVÖRKHANGAI
SÜKHBAATAR
GOV'-ALTAI
Mandalgov'
DUNDGOV'
Sainchand
BAYANKHONGOR
Dalanzadgad
DORNOGOV'
ÖMNÖGOV'
0 100 200 300 km
C H I N A
Pequim

COLECCÃO MUNDO SOCIALISTA

PUBLICADOS:

1 — **República Democrática Alemã** — A Construção do Socialismo

2 — **Hungria** — Das Origens ao Socialismo

3 — **Bulgária** — 30 Anos de Revolução Socialista

4 — **U. R. S. S.** — A Caminho da Sociedade Comunista

5 — **A Roménia Contemporânea**

6 — **Cuba** — O Socialismo de A a Z

7 — **A Agricultura Búlgara na Etapa Actual**, Ivan Pramov

8 — **U. R. S. S.** — A Agricultura, a Indústria, o Bem-Estar

9 — **Como se vive na R. D. A.**, Andreas Hell

10 — **Polónia** — Sistema Político e Desenvolvimento Socialista

11 — **República Socialista da Checoslováquia**, Zdenek Madar

12 — **U. R. S. S.** — A Ciência, a Instrução, a Cultura

13 — **A Economia Socialista na Roménia**, Costin Murgescu

14 — **República Popular da Mongólia**, Jacques Legrand

Se deseja receber, gratuita e periodicamente, informações bibliográficas sobre a actividade da Editorial Estampa queira enviar-nos, num simples postal, o seu nome e morada.

Os livros requisitados à Editorial Estampa serão prontamente enviados contra reembolso, pelo preço de capa. As despesas de expedição e cobrança serão suportadas por nós.

EDITORIAL ESTAMPA

R. da Escola do Exército, 9 r/c.-D.
Tel. 555663 Lisboa-1 — Portugal

Título: *República Popular da Mongólia*
Autor: Jacques Legrand
Editor: Editorial Estampa, Lda.
Tiragem: 3200 ex.
Acabou de se imprimir em: 17 de Fevereiro de 1977
Oficinas: Guide - Artes Gráficas, Lda.
LISBOA-PORTUGAL